

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA

“Nós somos Ilhéus, juntos somos mais fortes”:
Fluxos da construção de identidade e comunidade na Ilha da
Culatra – Faro, Portugal.

Mariela Felisbino da Silveira

Doutoramento em Antropologia

Orientadores(as):

Doutor Paulo Jorge Pinto Raposo,
Professor Auxiliar, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Alicia Norma González de Castells
Professora Titular, UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

Dezembro, 2021

Departamento de Antropologia

“Nós somos Ilhéus, juntos somos mais fortes”:
Fluxos da construção de identidade e comunidade na Ilha da
Culatra – Faro, Portugal.

Mariela Felisbino da Silveira

Doutoramento em Antropologia

Júri:

Doutora Maria Antónia Pereira Resende Pedroso de Lima,
Professora Associada com Agregação do ISCTE – Instituto
Universitário de Lisboa (Presidente)

Doutora Izabela Maria Tamasso, Professora Associada, UFG –
Universidade Federal de Goiás

Doutora Antonella Maria Imperatriz Tassinari, Professora Titular,
UFSC– Universidade Federal de Santa Catarina

Doutor Luís Manuel Moreira Sousa Martins, Investigador,
Universidade Nova de Lisboa

Doutora Carla Maria Miranda de Almeida, Professora Adjunta, UAlg
–Universidade do Algarve

Doutor Paulo Jorge Pinto Raposo,
Professor Auxiliar, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

*A todos os culatrenses, ilhéus e ilhoas forjados às margens da Ria Formosa, vosso espírito de
luta será sempre uma inspiração!*

Agradecimentos

O caminho que trilhei até o outro lado do Atlântico foi tecido a muitas mãos. Ser aluna de escola pública no Brasil e a primeira da família a cursar um doutorado dá significado especial a esta travessia!

Foram muitas as pessoas com quem tive o prazer de aprender e trocar ao longo deste percurso e a quem gostaria de agradecer:

À professora Alicia Castells, com quem tenho o privilégio de caminhar desde a graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal de Santa Catarina, seu exemplo, cuidado e amizade estão sempre comigo! Extensivamente aos colegas do NAUI – Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, do qual faço parte desde 2006, são 15 anos de convívio, troca e aprendizado pelo que seria até injusto não nomear a todos, mas fica aqui o carinho especial ao Dagoberto Bordin, pela amizade e cujo trabalho sensível de revisão textual ficará marcado nesta tese. Agradeço também ao grupo de orientandos e orientandas da professora Alicia pela oportunidade rica de troca virtual, em meio ao mundo pandêmico.

À Denize Refatti, por compartilhar comigo as dores e as delícias do universo acadêmico. Desde os tempos do mestrado, sua amizade é uma dádiva!

De maneira ampla, mas muito significativa, a todos e todas que embarcaram comigo nesse sonho para além-mar, aos familiares, amigos e amigas queridos no Brasil, pelo apoio incondicional, e também a todos os colegas e professores que me receberam no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e no CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia. Em especial ao professor Paulo Raposo, que aceitou o convite para orientação, mesmo sem nos conhecermos pessoalmente, quando me candidatei ao doutoramento em Antropologia, em 2016. À Lara Carregã, funcionária dos serviços acadêmicos. Sem suas orientações, a cotutela de tese não teria sido possível!

À professora Carla Almeida, por me acolher em sua casa e me mostrar Lisboa e a Ilha da Culatra, desde sua perspectiva, serei sempre agradecida pela oportunidade!

Agradeço também a oportunidade de partilha e aprendizado com José Julião e Sara Pereira, que integraram comigo a equipe do projeto “Festa de Nossa Senhora dos Navegantes: quando imagens e gentes fazem uma romaria sobre as águas”, coordenado pela professora Carla Almeida, executado pelo CRIA e com financiamento do OPP – Orçamento Participativo Portugal.

Aos queridos amigos André Soares e Noé João, por serem minha família em Portugal, estamos juntos!

À querida Vanessa Amorim, pela amizade e troca ao longo de todo o doutoramento, seguimos!

Aos culatrenses, pela acolhida e convívio. Suas histórias e memórias ecoarão pra sempre em mim! O fazer antropológico, para além dos métodos e das teorias, é também aprender a deixar um pouco de si e levar um pouco dos outros, é aprender que no movimento é que se faz o caminho!

Resumo

Nesta tese, somos instigados a conhecer a construção processual e dinâmica da identidade territorial comunitária daquela que se autodenomina “comunidade culatrense”, através das narrativas dos habitantes do núcleo da Culatra, na Ilha da Culatra. No século XIX, a então Ilha dos Cães, inóspita aos assentamentos humanos, passa a ser destinada ao isolamento de viajantes, até tornar-se abrigo de um arraial que, aos poucos, vai se consolidando como povoamento piscatório, que convive com o movimento progressivo das areias e das marés, dando nova dimensão àquele espaço que “cresceu” substancialmente no século XX. Na década de 1980, assistem à entrada de Portugal na União Europeia, ao mesmo tempo em que são foco da iniciativa nacional de luta contra a pobreza, voltada às regiões socialmente vulneráveis. Paralelamente, a incorporação do território a uma área de proteção ambiental colocou em xeque a legitimidade da ocupação historicamente marcada. Neste momento, uma jornada de negociações e conflitos, que têm como centro uma reivindicação pautada na identidade territorial e comunitária, tenta equalizar as demandas locais às diretrizes globais. O resultado desse jogo de forças foi, em 2019, a concessão do direito a habitar, entretanto, transmissível apenas àqueles que mantivessem a atividade piscatória. Em trinta anos, a ilha passa de beneficiária da iniciativa de combate à pobreza para pioneira do projeto europeu para sustentabilidade. Uma iminente “virada ecológica”, que associa o patrimônio cultural às representações eco sustentáveis do lugar, ao mesmo tempo em que ancora a sua reivindicação de comunidade identitária culatrense.

Palavras chave: Comunidade, Identidade, Território, Narrativa, Patrimônio Cultural, Patrimonialização.

Abstract

This thesis presents the procedural and dynamic construction of the community's territorial identity of what is understood as the *comunidade culatrense* (community of Culatra), through the narratives of the inhabitants of Ilha da Culatra's. The 19th Century inhospitable *Ilha dos Cães* (Island of Dogs) became place, used for travelers' isolation, until it became the shelter of a village that, little by little, was consolidated as a fishing settlement, which coexisted with the progressive movement of sands and tides, giving a new dimension to that space that "grew" substantially in the 20th Century. In the 1980s, when Portugal join the European Union, they were the national initiative focus aimed to fight poverty in socially vulnerable regions. At that time, the territory incorporation into an environmental protection area left in doubt the question of to the legitimacy of the occupation So a journey of negotiations and conflicts, have been centered on a claim based on a territorial and identity-based community, trying to equalize local demands and global guidelines. At this moment, a journey of negotiations and conflicts, centered on a claim based on a territorial and community identity, tries to equalize local demands with global guidelines. The game of forces result, in 2019, was granting the right to inhabit, transferable, nevertheless, only to those who maintain the fishing activity. For approximately thirty years, the island has changed from a initiative to combat poverty beneficiary to an European pioneer project for sustainability. An eminent "ecological turn" associating cultural heritage with the eco-sustainable representations of the place, while anchoring its claim: the Culatra's identity-based community.

Keywords: Community, Identity, Territory, Narrative, Cultural Heritage, Patrimonialization.

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract.....	v
Índice de figuras	vii
Glossário de siglas	xi
CAPÍTULO 1	1
Introdução	1
1.1. Culturas piscatórias e antropologia	1
1.2. Trajetória e motivações	3
1.3. Metodologia de pesquisa e o trabalho de terreno.....	7
1.4. Abordagens e escolhas teóricas	10
1.5. Apresentação da tese	14
CAPÍTULO 2	16
Das cabanas de barrão à construção a balde: Processos e narrativas da formação histórica do núcleo habitacional da Culatra	16
2.1. “A gente pensava que ninguém era dono disto”	16
2.2. “No tempo das armações”	22
2.3. “É a maré quem manda”	26
2.4. Do barrão às construções a balde	33
2.5. Do arraial ao segundo andar	40
2.6. O lugar da Culatra	49
CAPÍTULO 3	62
Do candeeiro a petróleo ao <i>Dia da Ilha</i> : a “negociação da realidade” na comunidade identitária culatrense.....	62
3.1. “Já tô farto de candeeiros a petróleo, quero luz elétrica”.....	62
3.2. O <i>Dia da Ilha</i>	73
3.3. “Nós somos ilhéus, juntos somos mais fortes”	82
3.4. “À maneira da Culatra”	95
CAPÍTULO 4	110

<i>A Festa da Ilha: patrimônio cultural e os fluxos da construção da comunidade identitária culatrense</i>	110
4.1. Inventariar, patrimonializar, coabitar	110
4.2. “... A preparação tem sempre o seu tempo”	118
4.3. “Era leste contra poente”	126
4.4. “Vamos concorrer a patrimônio cultural da humanidade”	139
CAPÍTULO 5	158
Fluxos identitários e o direito à Ilha: da Culatra <i>sur mer</i> à Culatra 2030.....	158
5.1. Culatra <i>Sur Mer</i>	158
5.2. “É assim a fé dos homens do mar”	171
5.3. Direito à Ilha	184
CAPÍTULO 6	199
Considerações finais	199
Referências Bibliográficas.....	202
Sites Consultados.....	209

Índice de figuras

Figura 1: Caminhos. Fonte: adaptado de Ceia (2009).....	4
Figura 2: Limites da Ria Formosa. Fonte: adaptado do Google Maps/2021.	18
Figura 3: Núcleos Habitacionais da Ilha da Culatra. Fonte: adaptado do Google Maps/2021.	18
Figura 4: Imagem aérea do Núcleo habitacional da Culatra. Fonte: acervo AMIC.....	19
Figura 5: Ortofotomapa do Núcleo habitacional da Culatra, 2017. Fonte: informação geográfica cedida pela DGT – Direção-Geral do Território.	19
Figura 6: A Ilha dos Cães. Fonte: acervo digital da Biblioteca Nacional. adaptado de carta corográfica do Reino do Algarve (Lopes 1842).....	23
Figura 7: “A ilha cresceu”. Fonte: Estudo de Impacte Ambiental do Porto de Abrigo para a Pequena Pesca, na Ilha da Culatra (Andrade 1998 apud HIDROPROJECTO – Engenharia e Gestão S. A., 2004).	27
Figura 8: Conjunto de cabanas em Faro. Fonte: Oliveira, Galhano, Pereira (1988).....	29
Figura 9: Embarcações tradicionais “engalanadas” para a <i>Festa da Ilha</i> . Fonte: acervo AMIC.	30
Figura 10: Homens e mulheres iscando aparelhos junto à Ria. Fonte: acervo AMIC.	31
Figura 11: Safar as redes. Fonte: Mariela Silveira/2019.	31
Figura 12: Mulheres no vai e vem da maré. Fonte: Mariela Silveira/2019.....	32
Figura 13: Cabana na Ilha de Faro. Fonte: Oliveira, Galhano, Pereira (1988).	34
Figura 14: (Des)continuidades – Habitação em barrão e madeira. Fonte: acervo AMIC.....	34
Figura 15: (Des)continuidades – habitação em contraplacado e telha de marseille. Fonte: Mariela Silveira/2019.....	35
Figura 16: Transições – conjunto de cabanas. Fonte: acervo AMIC.	36
Figura 17: Consolidações – cabanas em alvenaria. Fonte: acervo AMIC.	37
Figura 18: Construções a balde. Fonte: acervo AMIC.....	38
Figura 19: Núcleos habitacionais familiares. Fonte: Mariela Silveira/2019.....	41
Figura 20: Espaços dilatados – estratégias de consolidação do espaço familiar 1. Fonte: Mariela Silveira/2019.....	43
Figura 21: Espaços dilatados – estratégias de consolidação do espaço familiar 2. Fonte: Mariela Silveira/2019.....	43
Figura 22: Espaços dilatados – estratégias de consolidação do espaço familiar 3. Fonte: Mariela Silveira/2019.....	44
Figura 23: (Des)continuidades – De volta às cabanas 1. Fonte: Mariela Silveira/2019.	44
Figura 24: Espaços dilatados – De volta às cabanas 2. Fonte: Mariela Silveira/2019.....	45
Figura 25: Espaços liminares 1. Fonte: Mariela Silveira/2019.	46
Figura 26: Espaços liminares 2. Fonte: Mariela Silveira/2019.	46
Figura 27: Espaços liminares – em transição 1. Fonte: Mariela Silveira/2019.....	47
Figura 28: Espaços liminares – em transição 2. Fonte: Mariela Silveira/2019.....	48
Figura 29: Topônimos culatrenses. Fonte: Mariela Silveira/2019.	52
Figura 30: Traçados e práticas. Fonte: adaptado de informação geográfica cedida pela DGT/2021.....	53
Figura 31: Requalificar sobre a areia 1. Fonte: Mariela Silveira/2019.	55
Figura 32: Requalificar sobre a areia 2. Fonte: Mariela Silveira/2019.	56

Figura 33: Rota turística. Fonte: Mariela Silveira/2019.....	57
Figura 34: Mobilizações – “por que não se faz?”. acervo AMIC/1987.	65
Figura 35: Mobilizações – “Estamos fartos”. acervo AMIC/1987.	66
Figura 36: Mobilizações – “morro com falta de médico”. acervo AMIC/1987.....	66
Figura 37: O <i>Dia da Ilha</i> – Convívio 1. Fonte: acervo AMIC/2002.....	69
Figura 38: O <i>Dia da Ilha</i> – Convívio 2. Fonte: acervo AMIC/2004.....	69
Figura 39: Programação do <i>Dia da Ilha</i> . Fonte: AMIC/2019.	75
Figura 40: O <i>Dia da Ilha</i> – preparativos. Fonte: Mariela Silveira/2018 e 2019.	77
Figura 41: O <i>Dia da Ilha</i> – Chegada das famílias 1. Fonte: Mariela Silveira/2018.....	77
Figura 42: O <i>Dia da Ilha</i> – Chegada das famílias 2. Fonte: Mariela Silveira/2018.....	78
Figura 43: O <i>Dia da Ilha</i> – Partilhas e convívio. Fonte: Mariela Silveira/2018.....	78
Figura 44: Mesa vip 1. Fonte: Mariela Silveira/2018.	79
Figura 45: Mesa vip 2. Fonte: Mariela Silveira/2018.	79
Figura 46: O <i>Dia da Ilha</i> – Hora dos parabéns. Fonte: acervo AMIC/2004.....	81
Figura 47: Uma das estampas das camisetas do movimento Je suis ilhéu. Fonte: Mariela Silveira/2018.	88
Figura 48: Manifestações frente à Assembleia da República. Fonte: Bonança/2015.	88
Figura 49: Demolições na Ilha da Culatra. Fonte: Luis Forra/2018 e Filipe Farinha/2017. Diário de Notícias/Lusa.....	89
Figura 50: Cerimônia de entrega dos títulos 1. Fonte: Mariela Silveira/2019.	92
Figura 51: Cerimônia de entrega dos títulos 2. Fonte: Mariela Silveira/2019.	93
Figura 52: Coletiva à imprensa. Fonte: Mariela Silveira/2019.	94
Figura 53: Traçados e práticas. Fonte: adaptado de informação geográfica cedida pela DGT/2021.....	98
Figura 54: Porto de Abrigo. Fonte: Mariela Silveira/2018.	100
Figura 55: Apoios de Pesca. Fonte: Mariela Silveira/2019.....	101
Figura 56: Zona de Trabalho. Fonte: Mariela Silveira/2019.....	101
Figura 57: Zona de Trabalho – mesas (à esquerda) e covos (à direita). Fonte: Mariela Silveira/2019.	102
Figura 58: Limpeza dos covos. Fonte: José Julião/2018.....	102
Figura 59: Safar as redes. Fonte: José Julião/2018.	103
Figura 60: Aparelho. Fonte: Mariela Silveira/2019.	104
Figura 61: Apanha. Fonte: José Julião/2018.	105
Figura 62: Cultivo de ostras. Fonte: José Julião/2018.	106
Figura 63: Produtores de ostras e amêijoas na Ilha da Culatra. Fonte: Diagnóstico do Setor da Produção Ostreícola da Ria Formosa, APA/2017.....	107
Figura 64: Antropóloga inventariante. Fonte: José Julião/2018.	117
Figura 65: Preparativos 1. Fonte: Mariela Silveira/2018.	119
Figura 66: Preparativos 2. Fonte: Mariela Silveira/2018.	120
Figura 67: Preparativos 3. Fonte: Mariela Silveira/2018.	120
Figura 68: Preparativos 4. Fonte: Mariela Silveira/2018.	121
Figura 69: Preparativos 5. Fonte: Mariela Silveira/2018.	121
Figura 70: Preparativos 6. Fonte: Mariela Silveira/2018.	122
Figura 71: Preparativos 7. Fonte: Mariela Silveira/2018.	122

Figura 72: Engalantar. Fonte: Mariela Silveira/2018.....	123
Figura 73: Sacramentos. Fonte: acervo AMIC/década de 1950.....	125
Figura 74: Programação da Festa. Fonte: Página do Facebook da AMIC/2018.....	127
Figura 75: Olhares. Fonte: Mariela Silveira/2019.....	128
Figura 76: Atividades recreativas. Fonte: Mariela Silveira e José Julião/2018.	129
Figura 77: Mercadorização. Fonte: Mariela Silveira/2019.	130
Figura 78: Ressonâncias. Fonte: Mariela Silveira/2019.....	131
Figura 79: Espectadores 1. Fonte: Mariela Silveira/2019.....	132
Figura 80: Espectadores 2. Fonte: José Julião/2018.	132
Figura 81: Jogos tradicionais. Fonte: José Julião/2018.....	133
Figura 82: Pau de sebo. Fonte: acervo AMIC/década de 1960.....	134
Figura 83: “Era leste contra poente”. Fonte: Mariela Silveira/2018.....	135
Figura 84: Regatas de barcos a remo 1. Fonte: acervo AMIC/década de 1990.	136
Figura 85: Regatas de barcos a remo 2. Fonte: acervo AMIC/2010.....	136
Figura 86: Regatas de barcos a remo 3. Fonte: José Julião/ 2018.....	137
Figura 87: Regatas de barcos a remo 4. Fonte: Mariela Silveira/2019.	137
Figura 88: Baile. Fonte: Sara Pereira/2018.	138
Figura 89: Os outsiders. Fonte: Mariela Silveira/2018.	140
Figura 90: Missa. Fonte: Sara Pereira/2018.	140
Figura 91: Chegada do Bispo. Fonte: acervo AMIC/década de 1950.....	142
Figura 92: Cortejo. Fonte: Coleção Parques e Reservas de Portugal – PNRF/1988.....	143
Figura 93: À direita, N. S dos Navegantes; à esquerda, o Sagrado Coração de Jesus. Fonte: acervo AMIC/década de 1980.....	144
Figura 94: A bordo com os homens do andor. Fonte: Mariela Silveira/José Julião/2018.	145
Figura 95: Homens do andor – Olhão. Fonte: Mariela Silveira/2018.....	146
Figura 96: À espera. Fonte: Mariela Silveira/2018.....	147
Figura 97: Procissão em Olhão. Fonte: Mariela Silveira/2018.	148
Figura 98: O encontro. Fonte: Mariela Silveira/2018.	149
Figura 99: Despedida público em Olhão. Fonte: Mariela Silveira/2018.....	149
Figura 100: Romaria pelas águas. Fonte: Mariela Silveira/2018 e 2019.	150
Figura 101: Desembarque na Culatra. Fonte: Mariela Silveira/2018.....	151
Figura 102: Recepção do Coração de Jesus. Fonte: José Julião/2018.	151
Figura 103: Andores em procissão. Fonte: Mariela Silveira/2018.....	152
Figura 104: Traçados e práticas. Fonte: adaptado de informação geográfica cedida pela DGT/2021.....	153
Figura 105: Volta à ilha. Fonte: Mariela Silveira/2018.	155
Figura 106: Sermão. Fonte: Mariela Silveira/2018.....	155
Figura 107: Despedida no cais. Fonte: Mariela Silveira/2018.	156
Figura 108: Adeus à N. S. do Rosário. Fonte: Mariela Silveira /2018.....	157
Figura 109: Sob o olhar da turista. Fonte: Mariela Silveira/2018.....	159
Figura 110: Cabeçalho da seção do jornal Correio do Sul. Fonte: imagem reproduzida no Arquivo Distrital de Faro/Mariela Silveira 2018.	161
Figura 111: Rumo à <i>Culatre sur mer</i> 1. Fonte: Mariela Silveira/2019.....	163
Figura 112: Rumo à <i>Culatre sur mer</i> 2. Fonte: Mariela Silveira/2019.....	164

Figura 113: Equipamentos comunitários. Fonte: Mariela Silveira/2019.	165
Figura 114: Recinto escolar. Fonte: Mariela Silveira/2019.	166
Figura 115: Representações. Fonte: alunos das ATL/ imagem reproduzida por Mariela Silveira/2018.	167
Figura 116: Traçados e práticas. Fonte: adaptado de informação geográfica cedida pela DGT/2021.....	168
Figura 117: Encenações. Fonte: Mariela Silveira/2019.	170
Figura 118: Lançamento do documentário. Fonte: Mariela Silveira/2019.	174
Figura 119: Montagem da exposição. Fonte: Mariela Silveira/2019.	176
Figura 120: Inauguração da exposição. Fonte: Mariela Silveira/2019.....	176
Figura 121: Memórias. Fonte: José Julião/2018 e 2019.....	177
Figura 122: Divulgação da exposição. Fonte: acervo OPP/2019.....	178
Figura 123: Representações locais 1. Fonte: capturas de tela de vídeos reproduzidos no Facebook 2020 e 2021.....	180
Figura 124: Representações locais 2. Fonte: reproduzida do Facebook 2020 e 2021.	181
Figura 125: O tradicional e o moderno. Fonte: Mariela Silveira/2019.	183
Figura 126: Culatra 2030. Fonte: Mariela Silveira/2019.	186
Figura 127: O despertar da Ilha 1. Fonte: Mariela Silveira/2019.....	187
Figura 128: O despertar da Ilha 2. Fonte: Mariela Silveira/2019.....	188
Figura 129: Intervenções 1. Fonte: Mariela Silveira/2019.....	190
Figura 130: Intervenções 2. Fonte: Mariela Silveira/2019.....	190
Figura 131: Intervenções 3. Fonte: Mariela Silveira/2019.....	191

Glossário de siglas

Aeco Associação para o Estudo e Conservação dos Oceanos
ALGAR Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos
AMIC Associação de Moradores da Ilha da Culatra
ANSN Associação da Nossa Senhora dos Navegantes
APA Associação Portuguesa do Ambiente
ATL Atividades de Tempo Livre
CCDR Algarve Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Algarve
CE Comissão Europeia
CEE Comunidade Económica Europeia
CRIA Centro em Rede de Investigação em Antropologia
CUC Clube União Culatrense
DGPC Direção-Geral do Patrimônio Cultural
DGRM Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
DGT Direção-Geral do Território
DPI Departamento do Patrimônio Imaterial
DRCAlg Direção Regional de Cultura do Algarve
FAGAR Faro, Gestão de Águas e Resíduos
GNR Guarda Nacional Republicana
GTPI Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial
ICNF Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IMC Instituto dos Museus e da Conservação
INDL Inventário Nacional da Diversidade Linguística
INE Instituto Nacional de Estatística
INPCI Inventário Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial
INRC Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPMA Instituto Português do Mar e da Atmosfera
IPOL Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Políticas Linguísticas
IPSS Instituição Particular de Solidariedade Social
ISCTE Instituto Universitário de Lisboa
MFA Movimento das Forças Armadas
NAUI Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

NSN Nossa Senhora dos Navegantes
NSR Nossa Senhora do Rosário
ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT Organização Internacional do Trabalho
ONU Organização das Nações Unidas
OPP Orçamento Participativo Portugal
PBHRA Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve
PC Partido Comunista
PCI Patrimônio Cultural Imaterial
PELCP Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza
PIR Projeto de Intervenção e Requalificação do Núcleo da Culatra
PNLCP Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza
PNPI Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
PNRF Parque Natural da Ria Formosa
POOC Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura – Vila Real de Santo António
PPGAS Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
ProDiJo Associação de Jovens da Culatra
PROT-Algarve Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve
PS Partido Socialista
RedePEA Rede das Escolas Associadas da Unesco
RNRF Reserva Natural da Ria Formosa
RTP Rádio e Televisão de Portugal
SAAL Serviço de Apoio Ambulatório Local
SIC Sítios de Importância Comunitária
SMILO *Small Islands Organisation*
TAF Tribunal Administrativo e Fiscal
UALg Universidade do Algarve
UE União Europeia
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UOPG - Unidade Operativa de planeamento e Gestão
ZEC Zonas Especiais de Conservação
ZPE Zonas de Proteção Especial

CAPÍTULO 1

Introdução

A nossa vida não é só o mar liso, temos que passar pelas tempestades, temos que ir ao fundo, temos que voltar e andar a seguir (...) pra mim, a visão que tenho do mar é a visão que eu tenho da vida, quando o mar tá agitado nossa vida é agitada e quando o mar tá calmo a nossa vida também é calma (moradora, 68 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

1.1. Culturas piscatórias e antropologia

O antropólogo Luís Martins (1997), em sua análise no artigo “Baldaque da Silva e a identificação das comunidades costeiras”, foi um dos pioneiros a identificar o que chamou de “o pulsar das identidades locais” entre os que habitam as povoações litorâneas. O ponto de partida de Martins é uma percepção alargada da pesca “como um problema social, econômico e biológico”. Profundo conhecedor da realidade das comunidades piscatórias portuguesas, ele reconstituiu os momentos fundadores da antropologia marítima em Portugal (Martins 1997, p. 287).

Dentro do escopo da antropologia marítima (Nunes 2001) em Portugal, questões relacionadas ao risco, precariedade e incerteza também têm sido foco de atenção dos investigadores contemporâneos. Com destaque para o antropólogo Francisco Oneto Nunes, que a partir de estudo desenvolvido em comunidades piscatórias da zona da Xávega, deparou-se com a ideia de aleatoriedade que permeia a dinâmica da captação dos recursos naturais e rege a maneira como ela é “pensada e agida nas práticas cotidianas dos pescadores” (Nunes 1999, p. 271).

É nesta direção que Vanessa Amorim (2018), tomando os dados etnográficos da comunidade piscatória de Setúbal, se debruça sobre a incerteza associada à faina marítima. Para ela, a aleatoriedade e a imprevisibilidade constituem-se em “elementos estruturantes das comunidades piscatórias”, pois é a partir de “um quadro de incerteza endêmica” no que diz respeito à insegurança em relação à disponibilidade dos recursos naturais explorados na atividade pesqueira que o fazer cotidiano acontece (Amorim 2018, p. 147).

Natália Ramos (2016) discorre sobre os “Espaços, culturas, identidades e saúde em comunidades marítimas e piscatórias”. Ela toma como ponto de partida a sua experiência no Norte de Portugal e no Brasil para discutir questões em torno das “dinâmicas das culturas, atividades, saberes e políticas do mar e da pesca”. A autora destaca que a construção das identidades em comunidades piscatórias/marítimas tem como pano de fundo um “sistema social numa interação contínua entre pertencas culturais e diversidades sociais, a terra e o mar, antagonismos e afinidades, continuidades e mudanças, tradição e modernidade”. Como ficará evidenciado no decorrer dos capítulos desta tese, a Ilha da Culatra e todas as suas singularidades se revelaram como pontos privilegiados para análise desta interação continuada entre tradição e modernidade (Ramos 2016, p. 308).

No Brasil, Diegues (1995) tem se dedicado ao estudo das relações entre o homem e a natureza, em uma abordagem da socioantropologia marítima que privilegia o conjunto de “práticas econômicas, sociais e simbólicas” especialmente em áreas naturais protegidas, bem como na interação entre a “diversidade de culturas e de formas de apropriação da natureza”, em que a diversidade dos espaços marinhos costeiros é o grande palco, onde as populações tradicionais se organizam e se apropriam das condicionantes de seus ecossistemas de origem (Diegues 1998, p. I–III).

Entretanto, longe de pretender ser uma descrição exaustiva e minuciosa do conjunto de práticas, saberes e fazeres que constituem a faina marítima dos culatrenses e, ainda, tomando como precedente o vasto e consolidado campo disciplinar a respeito das culturas e comunidades piscatórias em Portugal, um dos objetivos da presente tese é privilegiar antes a potencial análise do processo de constituição da identidade comunitária culatrense, atentando para a marca diferencial desenvolvida “dentro de processos históricos e institucionais locais” (Agier 2001; Hall 2006), na tentativa de entender como a população da Ilha da Culatra recebe, percebe e reage às questões que lhe foram e continuam sendo postas como limitantes ou condicionantes da ideia de “ser ilhéu, de ser culatrense”. Além do mais, desde uma perspectiva patrimonial, os saberes, os fazeres e o modo de viver e estar, atrelados aos bens materiais e imateriais dos culatrenses, são também parte importante no processo de constituição de sua identidade territorial e comunitária. Assim, pesca e atividades marítimas, sustentabilidade, questões ambientais, participação cívica, turismo e patrimônio serão tópicos de assinalável importância ao longo desta tese.

1.2. Trajetória e motivações

Foi a ligação da minha terra natal, Florianópolis¹, com o Arquipélago dos Açores que me impulsionou a cruzar o Atlântico pela primeira vez, no ano de 2016. Ainda no Brasil, conheci a professora Carla Almeida², na ocasião de sua estada no NAUI – Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, ao qual estou vinculada, na UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Nos aproximamos por conta dos interesses de investigação em comum e, ao longo de nossas conversas, fui amadurecendo a ideia de submeter minha candidatura ao doutoramento no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Foi aceita a proposta do projeto de pesquisa “Processos identitários e patrimônio cultural: fluxos transnacionais e diáspora açoriana na Ilha de Santa Catarina”, que dava continuidade ao tema tratado em minha dissertação de mestrado em Antropologia Social na UFSC³. Mesmo sem ter ideia dos caminhos que percorreria até chegar aqui, na escrita desta tese, embarcava numa aventura: O velho mundo era um mundo novo! Estava entusiasmada.

Desde então, foram algumas idas e vindas até o caminho sobre o Atlântico ficar mais próximo, familiar. Inclusive com uma viagem exploratória às ilhas do Arquipélago dos Açores. Progressivamente, as cores, os cheiros, as primeiras impressões foram se naturalizando à medida que as experiências e as amizades eram tecidas. Entre os imponderáveis da pesquisa, porém, abriram-se novos campos de investigação que terminariam reverberando no projeto inicial da tese.

¹ A cidade de Florianópolis, em razão do fluxo migratório que ocorreu de 1748 a 1756, entre os Açores e o litoral do Estado de Santa Catarina, atualmente é parte da rede transnacional da comunidade açoriana em diáspora que, por meio da Rede de Casa dos Açores, mantém sua comunidade açoriana imaginada (Anderson 2008).

² Carla Maria Miranda de Almeida é antropóloga, docente na UAlg – Universidade do Algarve. No ano de 2015, foi professora visitante no NAUI/UFSC, no âmbito do projeto Erasmus Fellow-Mundus, iniciativa para promoção da cooperação e mobilidade entre a EU – União Europeia – e os países da América do Sul.

³ Neste trabalho, procurou-se mostrar o desencadeamento do processo de construção social da identidade açoriana na cidade de Florianópolis, suas motivações e repercussões nas imagens e paisagens do bairro Ribeirão da Ilha, que atualmente carrega a marca de “comunidade tipicamente açoriana” (Silveira 2015).

A convite da professora Carla Almeida, em setembro de 2016, estive pela primeira vez na Ilha da Culatra⁴ e lembro-me que no caminho entre Lisboa⁵ e o Algarve⁶ ela me explicava que era final de verão e, portanto, já não haveria turistas “aos montes” na ilha. Ainda não podia prever que aquela seria minha morada temporária nos próximos anos, local de uma pesquisa sobre patrimônio imaterial que nem imaginava e da qual desaguaria meu próprio objeto de pesquisa da tese doutoral.

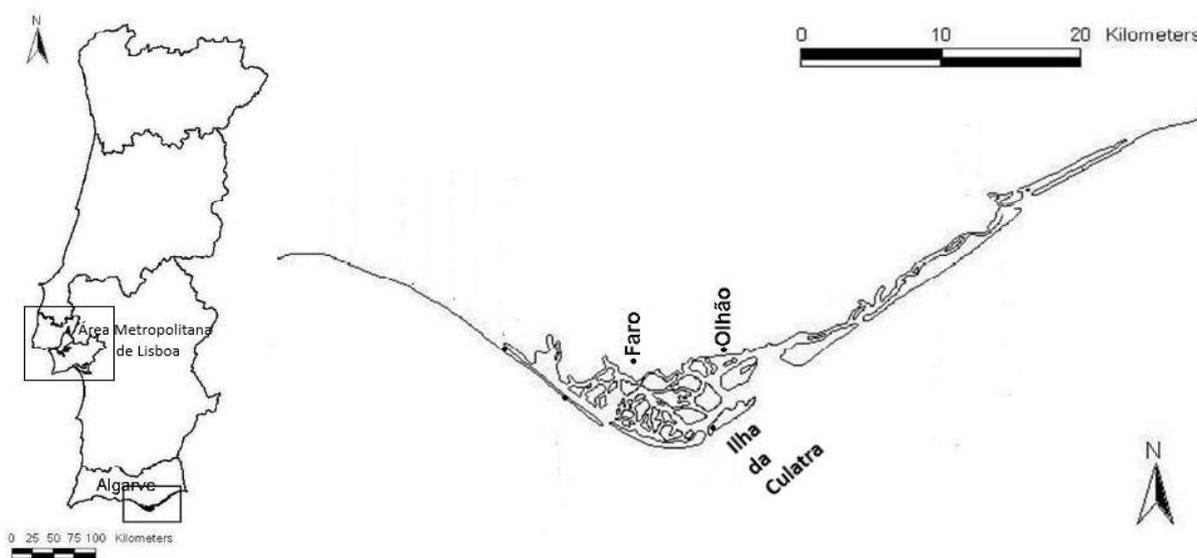


Figura 1: Caminhos. Fonte: adaptado de Ceia (2009).

⁴ A Ilha da Culatra está localizada no município de Faro, que é simultaneamente a capital do Distrito de Faro e da Região do Algarve, no extremo sul de Portugal.

⁵ Lisboa situa-se a oeste de Portugal, na costa do Oceano Atlântico. O município de Lisboa é concomitantemente a capital de Portugal, do Distrito de Lisboa e da Área Metropolitana de Lisboa.

⁶ O Algarve é a região mais meridional do território continental português, limitada ao sul e ao oeste pelo Oceano Atlântico, ao leste pelo rio Guadiana, que marca a fronteira com Espanha, e ao Norte por uma morfologia montanhosa que partilha com a Região do Alentejo, representando pouco mais de 4% do território nacional. A região registrou em 2011 uma população residente de 451.006 habitantes, 4,27% da população portuguesa. A partir da década de 1990, a região tem se consolidado como destino turístico importante para o país e de referência na Europa (CCDR Algarve - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve 2015).

O desembarque na Ilha da Culatra, inevitavelmente, ecoava em um imaginário que se projetava distante de minha realidade. Entretanto, não demorou para que percebesse o quão familiar era aquele contexto para uma ilha, como eu, nascida na Ilha de Santa Catarina. Por um lado, uma ilha periférica (na porção Sul do Sul de Portugal) em uma região hegemônica/central (Europa). Por outro, uma ilha centralizada⁷ (na porção Sul do Brasil) em uma região geopoliticamente periférica em relação à Europa (América do Sul).

Em ambas as ilhas, uma parcela dos habitantes são pescadores, coletores e produtores de bivalves marinhos que vivem do seu ofício e da prestação de serviços para o turismo, ao mesmo tempo em que são identitariamente marcados e associados a representações, manifestações, modos de vida e vivências do passado. Ou ainda comunidades relativamente periféricas, mas de posicionamento global. Problemática das antropologias mundiais (Ribeiro 2006) que, entre outras coisas, destaca uma espécie de terceira crise de representação da antropologia, inaugurada no momento em que, a partir dos anos 2000, a atenção se volta às mudanças nas relações entre antropólogos em diferentes lugares do mundo, hegemônicos e não hegemônicos na produção e reprodução do conhecimento. Sob esta abordagem, é pertinente pensarmos não só nas posições em relação aos lugares escolhidos da pesquisa como no lugar que ocupa – neles – a antropóloga, enquanto jovem investigadora formada em uma antropologia nacional, a brasileira, e atuando entre as supostas margens do centro e da periferia em uma era de produção de conhecimento altamente globalizada.

⁷ Florianópolis, localizada no sul do Brasil, é formada por duas porções: A continental e a insular. A porção insular, denominada Ilha de Santa Catarina, corresponde à maior parte do território da cidade, que é a capital do Estado de Santa Catarina.

Ao finalizar o primeiro semestre de 2016/2017 no ISCTE, retornei à UFSC, agora no âmbito do acordo de cotutela de tese⁸ celebrado entre as duas instituições para cursar dois semestres correspondentes à parte letiva obrigatória curricular no PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. No ano de 2018, voltei a Lisboa para cursar o segundo semestre letivo e, assim, finalizar o primeiro ano curricular e qualificar o projeto de tese inicial com a defesa em painel público. Neste mesmo ano, fui integrada, no âmbito do CRIA e sob a coordenação da professora Carla Almeida, na equipe do projeto⁹ “Festa de Nossa Senhora dos Navegantes: quando imagens e gentes fazem uma romaria sobre as águas”, cujo objetivo foi a candidatura da referida festa como patrimônio cultural nacional português.

A oportunidade de desempenhar a função de investigadora licenciada em antropologia longe de casa pôs-me em contato com o mundo profissional, bem como permitiu-me apreciar as políticas patrimoniais (Rotman 2006) conhecidas por mim no Brasil sendo implementadas no velho e hegemônico mundo europeu, lugar de suas origens. A antropóloga da periferia acostumada a pensar nos saberes e fazeres das populações subalternas das periferias do continente sul-americano¹⁰ posicionada do outro lado do Atlântico, ocupa, de fato, o lugar da antropologia central, traduzindo agora de forma paradoxal os saberes e fazeres patrimoniais das populações tidas lá como periféricas. O exótico antropológico fora do Brasil, mas vivido na terra dos que impuseram o sistema colonial ao País. Além disso, a partir desta experiência longe de casa, abriu-se a possibilidade de se (re)direcionar também o objeto da própria tese doutoral, como descrevo mais à frente.

⁸ Segundo o Artigo 1º da Resolução Normativa nº 7/2020 da Câmara de Pós-Graduação da UFSC, “A realização de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em regime de cotutela tem como objetivo propiciar o intercâmbio acadêmico, estabelecer e fortalecer relações com universidades estrangeiras, bem como permitir a orientação conjunta de teses e dissertações, o que resulta em titulação simultânea para alunos brasileiros e estrangeiros”.

⁹ Além da coordenadora professora Carla Almeida (antropóloga), fizeram parte da equipe de investigação do projeto: Mariela Silveira (antropóloga), José Julião (fotógrafo e antropólogo) e Sara Pereira (filósofa e cineasta).

¹⁰ Desde o ano de 2007 venho atuando em equipes de pesquisa no âmbito das políticas promovidas pelo Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A primeira participação foi no INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais do Sertão de Valongo, Porto Belo, Santa Catarina, executado pelo NAUI. No ano de 2009, participei do Projeto Piloto do INDL – Inventário Nacional da Diversidade Linguística da Língua Guarani Mbya, executado pelo IPOL – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Políticas Linguísticas. Nestas duas ocasiões, ainda era estudante do Curso de Ciências Sociais na UFSC e estas experiências foram decisivas e viabilizaram continuidades na área. Entre os anos de 2012 e 2014, fiz parte da equipe do projeto Receitas da Imigração, cujo objetivo foi a publicação de um livro plurilíngue e com foco nas histórias das populações migrantes da região do Vale do Itajaí, Santa Catarina, com execução do IPOL. No ano de 2015, tive uma passagem pela Superintendência do Iphan em Santa Catarina como consultora da área de patrimônio cultural no âmbito do projeto Difusão da Política do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil desenvolvido pela Unesco – Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Em 2017, participei da equipe

Foi assim que a partir do desenvolvimento deste projeto, vivenciei que a Festa em Honra da N S N - Nossa Senhora dos Navegantes, ou a *Festa da Ilha*, celebra a devoção à Senhora dos Navegantes, ao mesmo tempo que constitui a afirmação de uma identidade muito própria, o reforço dos laços comunitários e o orgulho de ser *filho da ilha*.

1.3. Metodologia de pesquisa e o trabalho de terreno

Os processos de inventariação pressupõem, na maioria das vezes, formas de coabitação em que se fazem necessárias interação, negociação e participação junto aos produtores do bem em questão. O trabalho de campo com os culatrenses se revelou visceral (Lagrou 1992) justamente por me proporcionar, enquanto investigadora, este lugar de privilégio. Aos poucos, fui percebendo as enormes potencialidades da localidade para o desenvolvimento de um estudo mais alargado, como é o caso de uma tese de doutorado. E, ao longo dos contatos, vivências e entrevistas, fui sendo familiarizada com diversas estratégias identitárias dessa população para (re)afirmação de uma ligação histórica ao território cujas primeiras ocupações remontam ao final do século XIX.

Assim, o processo dessa pesquisa acabou me trazendo à tona elementos e conceitos que viabilizaram uma relação de continuidade com a temática que venho desenvolvendo no Brasil desde meados da década de 2000. As narrativas que me eram apresentadas, para além da festa, traziam à tona o sentido continuamente em construção, da “comunidade culatrense”, problemática visualizada a partir da comunidade ribeironense, Florianópolis, SC, Brasil.

Foi assim que, depois de ampla discussão com minha orientadora, professora Alicia Castells, com meu orientador, professor Paulo Raposo, e com a professora coordenadora Carla Almeida entendemos que as atividades desempenhadas como investigadora licenciada davam, por um lado, continuidade à problemática desenvolvida no Brasil e por outro, propiciavam um corpo empírico robusto na construção da minha investigação no âmbito do doutoramento.

A atuação no referido projeto teve início em maio de 2018, seguindo até agosto de 2019. Os períodos de estada em campo foram intercalados: de maio a agosto de 2018 e de maio a agosto de 2019. Entre as atividades desenvolvidas, destacam-se:

- ❖ Estada em campo na Ilha da Culatra para contatos com moradores, planejamento e agendamento e realização de entrevistas em profundidade, acompanhamento dos preparativos da festa, bem como participação da festa em si;

de pesquisa para o INDL Inventário do Hunsrückisch e em 2019 do INDL – Inventário da Língua Pomerana, ambas Línguas Brasileiras de Imigração e executadas pelo IPOL.

- ❖ Contatos e visitas a instituições: Câmara Municipal de Faro, Câmara Municipal de Olhão, Museu Municipal de Faro, Museu Regional do Algarve, Museu Municipal de Olhão, APA – Agência Portuguesa do Ambiente em Faro, e Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, em Olhão;
- ❖ Busca por dados habitacionais e populacionais no INE – Instituto Nacional de Estatística;
- ❖ Pesquisa bibliográfica presencial no Arquivo Distrital de Faro e na Biblioteca Municipal de Olhão;
- ❖ Pesquisa presencial em bibliotecas das universidades em Lisboa e online em bases portuguesas e brasileiras;
- ❖ Organização e tratamento dos materiais coletados no campo e nos arquivos públicos;
- ❖ Preenchimento de fichas de entrevistas individuais;
- ❖ Colaboração e apoio à organização e redação da informação relativa à candidatura ao INPCI – Inventário Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial, que foi submetida à DGPC – Direção Geral do Patrimônio Cultural em Portugal.
- ❖ Além disso, houve o lançamento de um média-metragem documental¹¹ e de uma exposição de fotografias, iniciada na Ilha da Culatra e que percorreu os museus das cidades de Faro e Olhão. As imagens, filmicas e fotográficas, foram gravadas durante a estada em campo, sendo que participei, em conjunto com a equipe, na construção e na produção das entrevistas registradas pela realizadora, bem como na captação de imagens fotográficas durante os dias de festividades da procissão em Honra de N. S. dos Navegantes.

Cumprе assinalar que as entrevistas realizadas tiveram dois formatos distintos. Em um primeiro momento, anterior à edição da procissão de 2018, elas seguiam uma estrutura aberta e percorriam temas variados, desde as histórias sobre a constituição do lugar, passando pelas narrativas de lutas e conquistas coletivas até chegar aos pormenores da *Festa da Ilha*. Estes momentos foram em sua maioria registrados em áudio e fundamentaram a construção das anotações no caderno de campo. Este contato inicial, cujo conteúdo variou consoante as experiências, vivências e memórias de cada pessoa, foi fundamental para estabelecermos um círculo de contatos que iam nos sendo indicados a cada nova entrevista, bem como uma linha temporal que guiou tanto as pesquisas em arquivos e bibliotecas quanto o próprio desenvolvimento argumentativo do texto e a coleta dos materiais que compuseram o inventário.

¹¹ Disponível em: www.youtube.com/watch?app=desktop&v=5ndIoETomWU. Acesso em: 20/5/2021.

O segundo momento das entrevistas aconteceu depois de acompanharmos a realização da festa, em 2018, altura em que houve a integração da realizadora, Sara Pereira, na equipe de investigação. Durante os dias de mobilização para a festa, houve o registro pormenorizado, em vídeo, das atividades desempenhadas pelos moradores a fim de compor a peça audiovisual obrigatória ao inventário. Foi justamente para cumprir a roteirização proposta ao documentário que a segunda etapa de entrevistas, agora com uma estrutura mais delimitada, fez-se necessária. Nestes encontros gravados em vídeo, na maioria dos casos retomamos e aprofundamos alguns pontos já tratados anteriormente e, em poucas situações, houve entrevistas inéditas cuja relação, a necessidade e/ou proximidade, foi estabelecida durante os dias de acompanhamento da festa.

O material etnográfico que dá base a esta tese doutoral constitui, no âmbito do INPCI, informação pública e disponibilizada no processo de inventariação¹². Em atenção à propriedade intelectual dos detentores do PCI – Patrimônio Cultural Imaterial, o dossiê publica os nomes dos entrevistados e as fichas sínteses das entrevistas e trechos de gravações em áudio selecionadas pela equipe de investigação. A seleção do material a ser disponibilizado levou em conta o caráter reservado de algumas entrevistas, que foram suprimidas. Nesta versão final, considerando o uso de entrevistas que não foram divulgadas no processo de inventariação, optamos por não utilizar os nomes dos entrevistados nos trechos transcritos.

Com exceção do dossiê submetido ao INPCI, cujo processo de inventariação foi concluído em junho de (2021)¹³, esta investigação doutoral assume, à partida, que não há muito material contemporâneo em antropologia que verse sobre a Ilha da Culatra. Entretanto, foi possível localizar trabalhos, que embora não sejam numerosos, podem ser tomados como referência, em especial o texto intitulado “Abrigar o desejo de igualdade” desenvolvido pelos antropólogos Maria do Céu Baptista e Luís Sousa Martins (2010) no âmbito do projeto “Celebração da Cultura Costeira” em uma edição especial da Revista da Mutua de pescadores, fruto de um extenso trabalho de investigação, que percorreu pela realidade das comunidades piscatórias em Portugal.

¹² Toda a documentação apresentada ao processo do INPCI se encontra disponível a consulta pública em: www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/InventarioNacional/DetailheFicha/613?dirPesq=0. Acesso em: 21/1/2021.

¹³ Anúncio n. 161 de 30 de junho de 2021. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/167491817>. Acesso em: 10/7/2021.

E ainda, destacam-se “Culatra - um lugar de pescadores”, publicado em 1982, e “Levantamento Antropológico da Ilha da Culatra”, no ano de 1990. Ambas constituem fontes documentais, sobre aspectos quantitativos e etnográficos, que informam a respeito da Culatra à época em que foram realizadas. No ano de 2008, a obra “Culatra: uma comunidade de pescadores e mariscadores” elaborada pelo historiador Valdemar Coutinho a pedido da AMIC – Associação de Moradores da Ilha da Culatra, assinala o interesse local em afirmar os aspectos do modo de vida e suas raízes históricas. E, finalmente, em 2005, a dissertação de mestrado em arquitetura “Viver da Ria: A requalificação da Ilha da Culatra” que apresenta uma reflexão a respeito dos instrumentos de gestão e ordenamento territorial afetos à Ria Formosa e suas implicações na Ilha da Culatra.

Cabe ainda mencionar que consideramos a produção acadêmica relacionada à Ria Formosa, tais como, o trabalho da equipe de antropólogos do ISCTE (Praça, Sena, Tomaz 2001), além de outros trabalhos técnicos em áreas como arquitetura, geologia e ambiente.

1.4. Abordagens e escolhas teóricas

No decorrer do trabalho de campo, fui sendo apresentada a uma série de narrativas a respeito da constituição histórica do lugar da Culatra, que como veremos ao longo do desenvolvimento desta tese, ao serem repassadas oralmente ao longo das gerações se traduzem em um processo de triagem, compreensão e reordenamento, que embora pautado no presente, abre espaço para a concepção das experiências e dos eventos, não só daquele que narra, mas também, de uma coletividade. É neste sentido, que adotamos o conceito de *narrativização* (Cardoso 2007) onde “a experiência ou o evento deixa de ser a origem da narrativa, a evidência que autoriza o discurso, para ser aquilo sobre o qual o ‘conhecimento’ e os ‘significados’ são produzidos (...) a narrativização é tida então como um processo de significação através do qual ‘experiência’, ‘sujeito’ e ‘evento’ são simultaneamente constituídos — um processo através do qual o sujeito se posiciona enquanto sujeito em uma ‘realidade social’ (...) engendrando um espaço interpretativo no qual se abre a possibilidade de novas percepções do cotidiano (2007, p. 320). Ou dito de outra forma, a narrativização não é apenas uma reprodução das experiências que ordenam o vivido, na Culatra, é também no ato de narrar os eventos e as experiências, individuais e coletivas, com que a identidade comunitária culatrense se tece.

Em termos do engajamento dos atores da Ilha da Culatra, especificamente em relação às ações referentes aos seus bens materiais e imateriais, sintetizados nos saberes e fazeres dos culatrenses e muito atrelados também à identidade territorial e comunitária, adotamos a noção de patrimônio cultural como “um recurso dinâmico constantemente recriado, em que o imperativo da transmissão do vivo faz do futuro seu tempo forte” (Bortolotto 2017, p. 23). E relacionado a construção de identidades (Hall 2014), pretendeu-se uma análise etnográfica centrada na reivindicação territorial e comunitária, e às transformações em curso na autodenominada “comunidade culatrense” que se articulam com novos movimentos de redefinição territorial e identitária fundadas em representações ecossustentáveis do território engendradas no processo cíclico supracitado de criação e recriação das relações com o ambiente.

Desde uma perspectiva patrimonial, cabe destacar que, na Culatra, há elementos relacionados ao patrimônio cultural que são focos potenciais de análise – para além da patrimonialização em curso da Festa a N. S. dos Navegantes – a pesca artesanal, a coleta de amêijoas, as festividades do *Dia da Ilha*, os eventos e os discursos oficiais e institucionais. Ou seja, há uma gama de acontecimentos ligados à ideia de uma “comunidade culatrense” capaz de conduzir os fluxos de identidade e patrimônio. Neste contexto, tomar pessoas, saberes, objetos e práticas como forma de acontecimento nos possibilita uma leitura dos fluxos portadores de materialidades e imaterialidades, pela ótica do patrimônio cultural (Kirshenblatt-Gimblett 2004).

Igualmente importantes foram alguns marcos legais como a incorporação do território da Ilha da Culatra à área da RNRF – Reserva Natural da Ria Formosa, em 1978, e a sucessiva implementação do PNRF – Parque Natural da Ria Formosa, em 1987, que se reverteram em elementos capazes de posicionar a Culatra como uma comunidade que vivencia um (seu) território sempre em tensão. Neste momento, sob a compreensão de que o ambiente está em permanente construção e adquirindo significado pela relação com o sujeito, que dele é parte integrante, busquei inspiração na perspectiva da antropologia ecológica (Ingold 2000). Como veremos adiante, algumas condições incontornáveis aos culatrenses, a exemplo da atividade morfodinâmica constante das areias e das marés, fazem com que a relação estabelecida com o meio esteja em contínua desconstrução.

Por outra parte, esta abordagem permite compreender como o meio influencia e é cenário das práticas e estratégias de adaptação, organização da vida social e formas de relação com o Estado. Em uma percepção ambiental, quebram-se dicotomias estabelecidas entre o cultural e o natural, evidenciando a existência humana em desenvolvimento em uma continuidade entre ambas as dimensões. Os diferentes atores sociais estão engajados em processos constantes de criação e recriação das suas relações com o ambiente. Acontecimentos como a incorporação do território a uma área de reserva natural e a implementação do PNRF, já citados, colocaram em xeque a legitimidade daquela ocupação historicamente marcada. Em contrapartida, ainda em 1987, iniciou-se uma série de boicotes às eleições municipais, boicotes que tinham como propósito não só o direito ao território, mas também a reivindicação do acesso a condições de permanência, tais como energia elétrica, água canalizada e saneamento básico. Nesta tese, privilegiamos os fluxos de informações em dois níveis: institucional, observando o papel da AMIC, que representa formalmente os culatenses no seu diálogo com os organismos do Estado Português; e no coletivo, acompanhando ações, reações, saberes e práticas partilhadas no contexto da autodenominada “comunidade culatense” no núcleo habitacional da Ilha da Culatra.

“Nós somos ilhéus, juntos somos mais fortes”, título da tese, é uma frase recorrente entre os moradores da localidade. A sentença, e suas variações, é mencionada e reafirmada em diversas situações. Um desses momentos foi a criação do Movimento *Je suis* ilhéu¹⁴, no ano de 2015, que mobilizou moradores dos três núcleos habitacionais da ilha em resposta às ordens de uma “empreitada de requalificação” cujo objetivo era “renaturalizar”, por meio da demolição de casas, nos núcleos dos Hangares e do Farol Nascente¹⁵. O movimento encampou uma série de ações, uma das mais emblemáticas foi a organização de uma comitiva até a Assembleia da República, em Lisboa.

¹⁴ Ao que tudo indica, o nome escolhido para o movimento, em língua francesa, decorre da repercussão global do movimento *Je suis* Charlie, no ano de 2015.

¹⁵ Anúncio de procedimento n. 5912/2014 publicado no Diário da República, disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/58543252>. Acesso em: 3/2/2021.

Neste momento, entra em cena a construção de uma identidade territorial politicamente negociável, que viabiliza o pertencimento à ilha por meio das suas lutas e reivindicações coletivas. Ser “ilhéu” é ser da Ilha da Culatra, na unidade de seus núcleos habitacionais, uma união de forças frente aos organismos governamentais com poder de decisão a respeito da jurisdição daquele espaço. Entretanto, em algumas ocasiões, não é incomum ouvir: “Não basta ser ilhéu, tem que ser culatrense”, em alusão ao núcleo da Culatra. Nestes momentos, a unidade ilhoa se dissolve para assinalar uma identidade territorial bem delimitada.

Não se trata apenas de uma comunidade territorialmente delimitada, mas de um agrupamento que interage dentro dos espaços hierarquicamente organizados dos quais faz parte. O resultado deste longo processo de negociações¹⁶ foi a concessão, no ano de 2019, de títulos de uso dos recursos hídricos que se traduz no direito à habitação naquele espaço. Os títulos são transmissíveis para os filhos e outros descendentes, entretanto, renováveis a cada 30 anos àqueles que se mantiverem na atividade piscatória.

Por outro lado, ainda em 2019, a ilha ingressa num programa de transição energética, sob o *slogan*: “Culatra 2030: Comunidade Energética Sustentável¹⁷”. O projeto, alinhado aos ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU – Organização das Nações Unidas, ambiciona a geração de energia limpa, autonomia e sustentabilidade. A iniciativa tem amparo técnico do Secretariado Europeu das Ilhas da União Europeia e o envolvimento de instituições como UAlg, AMIC, CCDR Algarve – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Algarve e a Câmara Municipal de Faro.

Diante de todo este contexto, explicitado nas páginas precedentes, a questão norteadora adotada para o desenvolvimento da tese foi justamente entender o processo contínuo de (re)construção da identidade distintiva de comunidade no espaço da Ilha da Culatra, de modo especial na porção do núcleo habitacional da Culatra denominada pelos moradores de comunidade culatrense. Minha hipótese é que, para isso, mais do que conhecer o processo de ocupação da Ilha da Culatra, é fundamental perceber os movimentos históricos locais que viabilizaram a produção de diferença, por meio da identidade comunitária culatrense e, ainda, apreender o papel da construção, afirmação e reelaboração da identidade comunitária, expressa em seus saberes e fazeres patrimonializados, como estratégia de negociação das condições de permanência no lugar da Culatra.

¹⁶ Aqui consideramos a série de acontecimentos que iniciam com a implementação do PNRF e a sucessiva criação da AMIC, em 1987, até a concessão dos títulos de uso dos recursos hídricos, em 2019.

¹⁷ Mais informações em: www.culatra2030.pt.

1.5. Apresentação da tese

O presente trabalho está dividido em seis capítulos, sendo que o primeiro compõe a introdução e o último traz as considerações finais.

O segundo capítulo, intitulado “Das cabanas de barrão à construção a balde: Processos e narrativas da formação histórica do núcleo habitacional da Culatra”, apresenta o histórico da ocupação e a caracterização da migração de pescadores na Ilha da Culatra, a partir do final do século XIX, abordando o processo de ocupação e a consolidação dos núcleos familiares, bem como apresenta algumas das formas de uso e ocupação daquele território, dinâmica socioespacial que dialoga entre usos e formas calcadas na tradição, modernidade e progresso desses núcleos familiares.

O terceiro capítulo, “Do candeeiro a petróleo ao *Dia da Ilha*: A ‘negociação da realidade’ na comunidade identitária culatrense”, apresenta as circunstâncias e contextualiza a série de fatores que culminaram na fundação da data como instrumento privilegiado às reivindicações políticas, sociais, territoriais e identitárias. Percebemos os fluxos da construção narrativa, das noções de identidade e comunidade e ainda o dinamismo das articulações entre a realidade local e as diretrizes globais.

Em seguida, no quarto capítulo, intitulado “A *Festa da Ilha*: patrimônio cultural e os fluxos da construção da comunidade identitária culatrense”, apresentamos os pormenores associados à realização da Festa em honra de Nossa Senhora dos Navegantes. Uma celebração religiosa que se revela importante por envolver, em sua dimensão profana, atividades estreitamente ligadas aos saberes, fazeres e ao modo de vida culatrense, em vias de patrimonialização.

Finalmente, no quinto capítulo, “Fluxos identitários e o direito à Ilha: da Culatra *sur mer* à Culatra 2030”, damos a conhecer narrativas a respeito do desenvolvimento, ao longo das décadas, do turismo na Ilha da Culatra. E, ainda, vemos as repercussões do processo de patrimonialização da *Festa da Ilha* entre os culatrenses. Por fim, abordamos as representações ecossustentáveis e as iniciativas de experimentação e exploração do território, facilitadas por novas políticas de economia circular e sustentabilidade, tais como o projeto Culatra 2030, que apresenta a iminente “virada ecológica” relativa ao patrimônio cultural associado ao território da Ilha da Culatra.

CAPÍTULO 2

Das cabanas de barrão à construção a balde: Processos e narrativas da formação histórica do núcleo habitacional da Culatra

Neste capítulo, apresentaremos o histórico da ocupação do território da Ilha da Culatra a partir da migração de pescadores iniciada no final do século XIX (Magalhães 1970; Coutinho 2008; Leonardo 2020), bem como a caracterização do modelo socioespacial das primeiras habitações e sua reverberação ao longo do século XX, do que chamaremos de modelo casa-território-família. Neste sentido, acreditamos que esta forma de organização autóctone do território se traduz na consolidação do núcleo habitacional da Culatra. E, ainda, estaremos atentos às reverberações das narrativas sistematizadas e consolidadas por representantes locais, na tentativa de dar conta dos fatos apresentados à volta da constituição histórica do lugar. Pois, durante a estada em campo, ficou evidente que a construção e consolidação destas narrativas locais, orais ou escritas, são tão importantes quanto a minúcia de detalhes contida no rigor de documentos históricos.

No meu tempo, quando eu era moça, quem é que queria vir pra cá? Quem é que olhava pra ilha? Ninguém. Não vinha ninguém pra cá, isso é uma ilha que era dos cães, uma ilha abandonada... a gente pensava que ninguém era dono disto e afinal viemos a saber que há donos (...). Abancamos aqui, agora como isso apareceu, a gente não sabe (moradora, 63 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

2.1. “A gente pensava que ninguém era dono disto”

A Ilha da Culatra é uma das cinco ilhas que compõem o sistema lagunar das Ilhas-Barreiras¹⁸ da Ria Formosa¹⁹, no Sotavento algarvio²⁰, sul de Portugal (figura 2). Segundo informações da

¹⁸ O sistema de Ilhas-Barreiras da Ria Formosa é, atualmente, constituído por duas penínsulas (Ancão e Cacela) que constituem, respectivamente, os limites ocidental e oriental do sistema, por cinco ilhas-barreiras (de Oeste para Este: Barreta, Culatra, Armona, Tavira e Cabanas) (Ceia 2007, p. 01).

¹⁹ A Ria Formosa é um sistema de sapais e marés, separado do Oceano Atlântico por uma faixa de dunas que se estende ao longo da costa sul de Portugal (Aníbal, Sprung 1998). A área que passou ao estatuto de Parque Natural da Ria Formosa, em 1987, abrange aproximadamente 18.400 hectares, distribuídos ao longo de 60 km de costa, dos quais cerca de 11.000 são parte da Convenção de Ramsar sobre zonas úmidas de influência internacional (Ramos, Dias 2000).

²⁰ A região do Algarve é conhecida pela divisão em duas zonas, a ocidental e oriental, respectivamente: Barlavento e Sotavento.

AMIC, a ilha tem aproximadamente 6 quilômetros de comprimento e 1,2 quilômetro de largura, confrontando ao norte com a Ria Formosa e ao sul com as cidades continentais de Faro, Olhão e o Oceano Atlântico. Localização que a delimita, e a projeta na implementação das políticas ambientais do continente europeu, e a torna também um atrativo impulsionado pela indústria do turismo.

A Ilha da Culatra é composta por três núcleos habitacionais: Farol²¹, Hangares²² e Culatra (figura 3), sendo este último o local onde o trabalho de campo se concentrou (figuras 4 e 5). O núcleo habitacional da Culatra é o maior entre os aglomerados, tem uma população estimada de mil habitantes distribuídos em cerca de quatrocentas habitações. Os núcleos da Culatra e dos Hangares expressam uma ocupação permanente e dependente economicamente das atividades ligadas à pesca artesanal e à apanha²³. Embora haja um fluxo considerável de turistas na Culatra em época balnear, é no núcleo do Farol que a ocupação das residências é majoritariamente sazonal e dependente do turismo balnear.

Atualmente, a ilha está administrativamente na jurisdição da União das Freguesias da Sé e São Pedro, no município de Faro, embora suas atividades cotidianas estejam mais ligadas à cidade vizinha de Olhão, geograficamente mais próxima. Seu acesso, por meio de barcos com horários regulares “da carreira²⁴”, é garantido desde a cidade à sua frente, Olhão. Além disso, há um barco regular desde o núcleo habitacional da Culatra até a cidade continental de Faro que assegura o transporte dos estudantes durante o período letivo, e alguma oferta de barcos para o núcleo da Culatra e para o Núcleo do Farol, na época balnear.

²¹ A toponímia faz referência ao Farol do Cabo de Santa Maria, instalado na porção mais ao oeste da Ilha da Culatra, em 1851 (Neves 2014). Por esse motivo, o núcleo habitacional do Farol também é conhecido como Ilha do Farol, embora se trate de uma única ilha.

²² A toponímia Hangares faz referência à instalação de um complexo de equipamentos, em razão de um acordo luso-francês na Primeira Guerra Mundial, em parte da porção leste da Ilha da Culatra voltada para a Ria Formosa. A construção do Centro de Aviação Naval teve início no final de 1917 e contava com dois hangares de alvenaria com rampa para hidroaviões, além de outros elementos como uma carvoaria, uma ponte-cais, alguns poços para captação de água, depósitos e transmissores de rádio (Lameira 1993).

²³ Segundo informações da DGRM – Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, apanha é um “método de pesca individual, caracterizado pela não utilização de utensílios especialmente fabricados para este fim – faca de mariscar, o sacho de cabo curto, o berbigoeiro e a arrilhada – e pode ser praticada por um indivíduo, utilizando ou não uma embarcação de apoio. Disponível em: <https://www.dgrm.mm.gov.pt/web/guest/apanha>. Acesso em: 28/1/2021.

²⁴ “Carreira” é o nome que se costuma usar para se referir aos barcos que fazem a travessia entre a Ilha da Culatra e o continente, seja até Olhão ou até Faro. Estes barcos são operados por empresas terceirizadas que cumprem um quadro de horários regular consoante as estações do ano. Para as saídas da cidade de Olhão, no inverno e outono, são cerca de quatro viagens e, no verão, em razão do turismo, são acrescentadas três viagens ao quadro de horários. As viagens são circulares, partem e voltam a Olhão

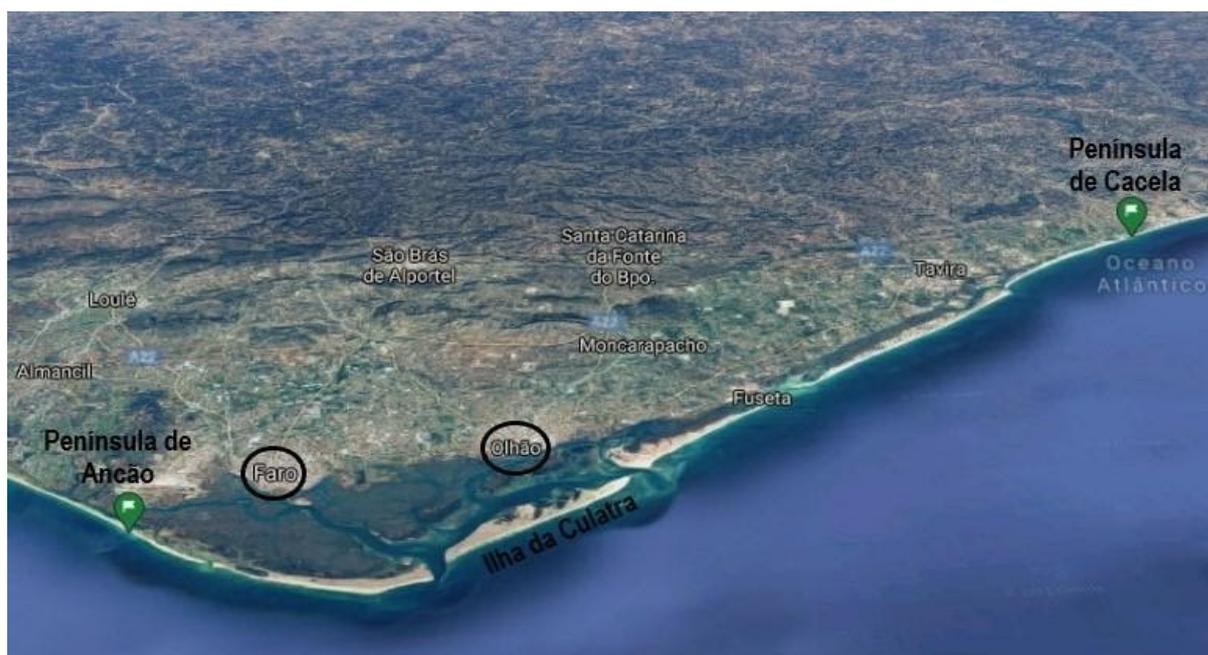


Figura 2: Limites da Ria Formosa. Fonte: adaptado do Google Maps/2021.



Figura 3: Núcleos Habitacionais da Ilha da Culatra. Fonte: adaptado do Google Maps/2021.

com duas paradas, uma no núcleo Culatra e outra no núcleo Farol, sendo que o núcleo Hangares não dispõe de serviço regular de transporte de passageiros.



Figura 4: Imagem aérea do Núcleo habitacional da Culatra. Fonte: acervo AMIC.



Figura 5: Ortofotomapa do Núcleo habitacional da Culatra, 2017. Fonte: informação geográfica cedida pela DGT – Direção-Geral do Território.

Um dos mais importantes pontos de convergência social do núcleo habitacional da Culatra é a sua capela. Erigida no ano de 1956, fazia parte do domínio paroquial da cidade de Faro até 1983, quando teve a pertença transferida para a paróquia de Olhão. Esta alteração reflete uma vontade dos moradores da localidade e, ao mesmo tempo, acentua a ligação do lugar da Culatra com a cidade continental de Olhão, que é predominantemente piscatória em relação a Faro, capital dedicada aos serviços administrativos.

Ainda no tempo em que não havia energia elétrica na ilha, as luzes que os ilhéus avistavam eram as de Olhão que, até hoje, é o ponto privilegiado para estabelecerem relações – pessoais, comerciais, institucionais – com o continente. É na Capitania do Porto de Olhão que se efetua o registro dos barcos de pesca e de recreio, é na cidade de Olhão que se “vai à lota²⁵” vender o peixe. É no comércio da cidade de Olhão que se compram os mais variados itens – na feira livre, nos supermercados, em lojas de departamentos – é para Olhão que se levam os entes queridos para sepultamento. É lá que eventualmente estabelecem a segunda habitação e estacionam os seus automóveis, e também era lá que a extinta comissão de festas angariava fundos entre os comerciantes. Não por acaso é a floricultura local que fornece os ornamentos para os andores²⁶ da Festa em Honra a Nossa Senhora dos Navegantes²⁷.

E, como veremos no decorrer do desenvolvimento da presente tese, a relação estabelecida com o município de Olhão tem várias nuances, que vão desde a construção dos laços por conta da proximidade geográfica (em oposição a Faro), passando pela questão da identidade pesqueira e na pertença religiosa, através da participação da Senhora do Rosário (padroeira de Olhão) na Festa da padroeira da Ilha da Culatra, e finalmente, culminando no apoio às questões politicamente estratégicas para a negociação das condições de permanência no núcleo habitacional da Culatra.

²⁵ Segundo informações da DGRM, “entende-se por lota a infraestrutura em terra implantada na área de um porto de pesca ou em zona ribeirinha na sua influência, devidamente aprovada e licenciada para a realização das operações de recepção, leilão, entrega de pescado e outras que lhe são inerentes ou complementares, compreendendo a descarga, manipulação, conservação ou armazenagem.” Disponível em: <https://www.dgrm.mm.gov.pt/web/guest/pesca-mi-lotas>. Acesso em: 28/1/2021.

²⁶ Estruturas em madeira utilizadas para transporte das imagens que compõem o cortejo da procissão, sobre os ombros dos fiéis.

²⁷ Temática discutida no capítulo 4.

A análise dos dados recolhidos no Recenseamento Geral da População, entre os anos de 1960 e 2011, pelo INE demonstram, por exemplo, a variação de contingente populacional consoante alguns fenômenos de relevância nacional como o período entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais e os fluxos migratórios para o exterior. Observa-se diminuição da população nos anos de 1940 (233 habitantes) e 1970 (212 habitantes) em relação aos anos anteriores: 1911, que é o primeiro censo de que se tem notícia a respeito da Ilha da Culatra e que contabilizou 342 habitantes e 75 fogos²⁸. E ainda no período pós-guerras, no ano de 1960, quando foram contabilizados 456 habitantes e 107 fogos. Por outro lado, observa-se, a partir do final do século XX e início do século XXI, respectivamente, nos anos de 1991 com 574 residentes e 2011 com 759, um aumento populacional de 76%.

Percebe-se que, apesar do relativo isolamento da Ilha da Culatra em relação ao território português e ao resto do continente europeu, um aumento populacional expressivo, nos últimos trinta anos, que refletiu na crescente articulação das organizações associativas locais que oficializaram as pautas e demandas dos culatenses frente aos mais diversos organismos estatais. Cabe destacar que, ao longo do século XX, houve continuidade das atividades pesqueiras como meio de subsistência alinhadas com o município de Olhão. E ainda, identifica-se, no seio do núcleo habitacional da Culatra, o desenvolvimento e o crescimento de organizações, das quais se destaca a AMIC, cuja conjuntura de sua criação está intimamente ligada às reivindicações e concessões de grande parte das melhorias, tais como: o centro de apoio social, em 1991, fornecimento de energia elétrica, em 1992, construção do porto de abrigo para as embarcações de pesca, em 2008, abastecimento de água canalizada e rede de saneamento básico (2009), o estabelecimento da Delegação da Cruz Vermelha, em 2011, e recentemente, no ano de 2019, a concessão dos títulos de uso dos recursos hídricos aos moradores.

A AMIC, entidade fundada no ano de 1987, representa formalmente os moradores do núcleo nos diálogos estabelecidos com as entidades governamentais que atuam naquela jurisdição, algumas como Câmara Municipal de Faro, APA, PNRF, Ministério do Mar, CCDR – Algarve e Secretariado Europeu das Ilhas da União Europeia.

²⁸ Com base em Oliveira (2003), espaço habitado por uma pessoa livre ou uma família com economia separada. Na prática, está o conceito de fogo, que antecede o uso da categoria domicílio.

Há ainda outras instituições como o CUC – Clube União Culatrense, que foi fundado no ano de 1974, mas suas origens não oficiais remontam ao time de futebol formado por pescadores na época das armações de sardinha. Atualmente, o CUC mantém um time profissional, além de outras atividades recreativas na ilha, tais como a organização da Festa em Honra a Nossa Senhora dos Navegantes, a temporada de bailes na época balnear e no carnaval.

Já a ANSN – Associação da Nossa Senhora dos Navegantes – é fruto do PLCP, Programa de Luta Contra a Pobreza, um projeto nacional executado entre os anos de 1991 e 1995. Enquadrada como IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social²⁹ a ANSN tem sede no Centro Social do Núcleo Habitacional da Culatra. E, por fim, a ProDiJo – Associação de Jovens da Culatra, a mais recente entre as instituições, que nasce no ano de 2011, incentivada pelos veteranos das demais associações face às preocupações com os rumos da ilha no futuro. Os jovens atuam no auxílio às demandas das supracitadas associações, bem como com a execução de sua agenda de iniciativas, muitas voltadas para atividades de cariz recreativo afetos à demanda de sua faixa etária.

2.2. “No tempo das armações”

E os cães são cães abandonados, não têm nada com gente da ilha (...) quando começaram a existir pessoas na ilha foram pessoas que vieram da Quarteira, que estavam na Ilha do Levante, na Armona e vieram pra cá (...) e depois começaram a viver aqui na Ilha (...) (moradora, 84 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

O processo de ocupação do território correspondente ao que se conhece atualmente como Ilha da Culatra não é linear, sendo impossível precisar as ocorrências anteriores ao século XIX. Entretanto, presume-se que o litoral algarvio e, conseqüentemente, as Ilhas-Barreiras, eram inóspitas aos assentamentos humanos em razão das frequentes ações de pirataria e corso na região (Magalhães 1970). Todavia, algumas narrativas (Coutinho 2008; Leonardo 2020) apontam o envio de um grupo de pessoas oriundas de Arzilia no Marrocos, para cumprir

²⁹ Segundo informações do Sistema de Segurança Social, IPSS, são instituições constituídas por iniciativa de particulares, sem finalidade lucrativa, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, os seguintes objetivos: apoio a crianças e jovens, apoio à família, proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação, educação e formação profissional dos cidadãos e resolução dos problemas habitacionais das populações. Disponível em: <http://www.seg-social.pt/ipss#>. Acesso em: 28/1/2021.

quarentena³⁰, na então chamada “Ilha dos Cães” (figura 6) ainda no século XVI. Segundo estas fontes, este deslocamento ocasionado por uma epidemia que assolava o Norte da África é, provavelmente, o primeiro registro de ocupação humana na porção correspondente à Ilha da Culatra.



Figura 6: A Ilha dos Cães. Fonte: acervo digital da Biblioteca Nacional. adaptado de carta corográfica do Reino do Algarve (Lopes 1842).

Outro fator determinante, apontado por Leonardo (2020), foi o terremoto de 1755, que atingiu Portugal. Em decorrência do sinistro, o litoral algarvio foi atingido por um maremoto de proporções inéditas até aos dias de hoje. Entretanto, as consequências do fenômeno impactaram de forma distinta as duas porções do Algarve: Barlavento³¹ e Sotavento³². O Barlavento foi impactado com grande destruição e inúmeras vítimas, já no Sotavento o abalo foi menor em razão da ação protetora desempenhada pelas Ilhas-Barreiras, as únicas brutalmente atingidas pela catástrofe. A este episódio se atribuíram grandes alterações na conformação das dimensões das Ilhas-Barreiras, destruindo assim os indícios da existência da Culatra que precedem a data.

³⁰ Segundo o Dicionário Michaelis, quarentena é o período, originariamente de quarenta dias, de detenção ou isolamento, imposto a navios, pessoas ou animais procedentes de portos onde há doenças contagiosas. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/quarentena>. Acesso em: 28/1/2021.

³¹ Barlavento é o nome dado à porção ocidental da Região do Algarve.

³² Sotavento é o nome dado à porção oriental da Região do Algarve.

No que diz respeito à origem dos topônimos usados para designar o que conhecemos como Ilha da Culatra, pouco se sabe. Segundo Coutinho (2008), a nomenclatura “Ilha dos Cães” aparece nos registros de Rodrigues (1915) a partir do século XVI, bem como na cartografia náutica da época. Entretanto, desconhece-se a origem do nome, pelo que acredita-se que a presença de cães seria a justificativa possível para a denominação da região.

Relativamente à alcunha de “Ilha dos Leprosos”, possivelmente seria apenas uma referência à passagem supracitada dos doentes em quarentena na região e que, na visão de Coutinho (2008), nunca chegou a ser oficialmente usada.

Quanto à denominação atual de Ilha da Culatra, para Tomás, Martins 2001 *apud* Bernardo, Bastos, Dias 2002, há duas hipóteses: a primeira é que teriam encontrado uma arma de fogo na ilha, e a segunda seria que o formato da ilha é semelhante ao de uma culatra de arma. Já Seruca (2000) afirma que o batismo vem do fato de o formato da ilha se parecer às culatras dos antigos fuzis. Nos dois casos, as explicações são fruto de informações orais partilhadas em algum lugar da memória coletiva local. Diegues (1998), na obra “Ilhas e mares: simbolismo e imaginário”, se dedica a uma análise pormenorizada, ao longo de diferentes momentos da história, dos “aspectos simbólicos e das representações que tanto a sociedade global faz a respeito das sociedades insulares, quanto estas de si mesmas”. O autor toma a ilha como “um espaço historicamente produzido e continuamente sacralizado por diferentes práticas simbólicas”, além de “um território produzido socialmente, dentro e fora da ilha, segundo ciclos e práticas econômicas que se alteram continuamente” (1998, p. 4; 106). Aqui, tal qual vimos na seção anterior, o desenvolvimento da identidade política dos culatrenses fica evidente.

No caso da Ilha da Culatra, os processos de produção histórica e social do território, bem como a origem desta toponímia são múltiplos, pelo que as narrativas possíveis são sistematizadas e consolidadas por representantes locais³³ que tentam dar conta dos fatos apresentados à volta da constituição histórica do lugar. E, à medida que se conheceram as dinâmicas sociais locais, foi possível também entender a importância da afirmação contida nos fluxos das narrativas apresentadas. A construção e a consolidação destas narrativas, orais ou escritas, revelam-se tão importantes quanto a minúcia de detalhes contida no rigor de documentos históricos.

³³ Um exemplo é a obra “Culatra: Uma comunidade de pescadores e mariscadores”, desenvolvida por Valdemar Coutinho a pedido da AMIC.

Diegues (1998) destaca os processos de afirmação e reconstrução identitária das populações insulares europeias, por meio da evidenciação dos modos de vida e do território, frente às investidas turísticas e, no caso da Ilha da Culatra, também ambientais. Ele explica que a percepção da singularidade em seu modo de vida é decorrente de uma gama de representações e imagens formadas pelos próprios ilhéus no que diz respeito a seu “espaço geográfico-cultural” provenientes da condição de insularidade (1998, p. 3). O autor recorre ao conceito de ilheidade, cunhado por geógrafos e antropólogos franceses para designar esses processos assinalados pelas representações simbólicas e imagéticas derivadas da insularidade, e que vêm à tona com a difusão das narrativas e dos mitos fundadores. Já o conceito de insularidade qualifica as práticas econômicas e sociais atreladas às implicações de se viver em um território marcado por fronteiras geográficas e culturais (1998, p. 3; 40). Ele ainda aponta que é indispensável assinalar a diferenciação entre insularidade e isolamento. Ou seja, ilhas não correspondem a agrupamentos herméticos, longe disso, seu desenvolvimento é balizado em compassos intercalados, entre abertura e fechamento de suas relações com o continente e expressos pelos grupos aos quais estão ligados e/ou detêm os mais diversos interesses. De certo modo, é no conjunto das referências físicas, tais como os limites geográficos, e simbólicas, como a memória coletiva e os mitos de origens, que a identidade insular é edificada (1998, p. 89; 118).

Podemos pensar na Culatra, e nas camadas simbólicas que envolvem a afirmação de ser ilhéu na autodenominada “comunidade culatrense”, a partir da provocação de Diegues (1998) que nos indaga “até que ponto a insularidade contribui para a produção de uma identidade particular, a do ilhéu, diferenciada daquela do habitante do continente?” (1998, p. 41).

Retomando o questionamento de Diegues sobre o papel que desempenha a ideia de insularidade no processo da construção cultural da identidade distintiva de comunidade, pode-se argumentar que na Ilha da Culatra, nosso foco de pesquisa, é preciso reconhecer o papel dos movimentos políticos locais, como agentes na formação de uma identidade viabilizada pela produção de diferenças. Como argumento dessa afirmativa, pode-se ver como no discurso narrativo da ocupação histórica tradicional da ilha se dá legitimidade à permanência em uma área entendida como inadequada para fins habitacionais pelo Estado. De modo que o fluxo destes discursos, produzidos de dentro para fora da ilha, se traduz em estratégias de permanência endossadas pelos ciclos de construção, afirmação e reelaboração da identidade comunitária “culatrense”.

Desta forma, as narrativas e memórias coletivas têm a missão de equalizar discursos e práticas à volta do que se entende como “ser ilhéu, ser culatrense” enquanto identidade partilhada, com vistas a uma reivindicação territorial e comunitária, instrumentalizada pela (re)configuração constante dos modos de vida numa comunidade piscatória onde o tradicional e o moderno coabitam.

2.3. “É a maré quem manda”

Uma das características mais marcantes das Ilhas-Barreiras da Ria Formosa, apontada pelos estudos na área do ambiente, é a intensa “atividade morfodinâmica e o caráter migratório” que se traduz no deslocamento das barras que separam as penínsulas, este processo explica o fato de as ilhas serem “progressivamente destruídas e reconstruídas”(Bernardo, Dias 2003; Ceia 2007). E, não por acaso, vão ao encontro dos relatos de moradores da localidade a respeito dos deslocamentos dos areais e das cheias frequentes em um passado próximo:

Isso aqui onde andam às amêijoas era tudo mar, nunca vazava (...) a ilha cresceu (...) depois começou a vazar água aos bocadinhos, aos bocadinhos e formou-se esta ilha (...). Desta praia até Armona não havia nada, a água da costa batia ali quase ao pé daquelas casas onde estou hoje (moradora, 83 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

E ainda, tendo como ponto de partida os relatos narrados, observa-se a desconstrução da oposição da relação cultura-natureza, apontada por Ingold (2000) , e em contrapartida a estreita e processual relação homem-natureza que na Ilha da Culatra fica assinalada pela permanente adaptação à dinâmica da maré.

Vê onde é que está o barco da carreira que atraca? A casa dos meus avós era pra parte de baixo da ponte (...). O mar vem sempre, e vai crescendo (...) daqui a pouco já está quase ‘pegado’ à ilha da Armona (...). Que a Armona estava muito distante aqui da ponta da ilha e agora tá quase lá chegado a Armona, ali havia uma barra que os barcos grandes passavam (...) agora a ilha tá mais cheia d’água que antigamente. Antigamente só tínhamos aquele regato ali ao pé da creche e um outro regato que vinha aqui (...) (moradora, 84 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

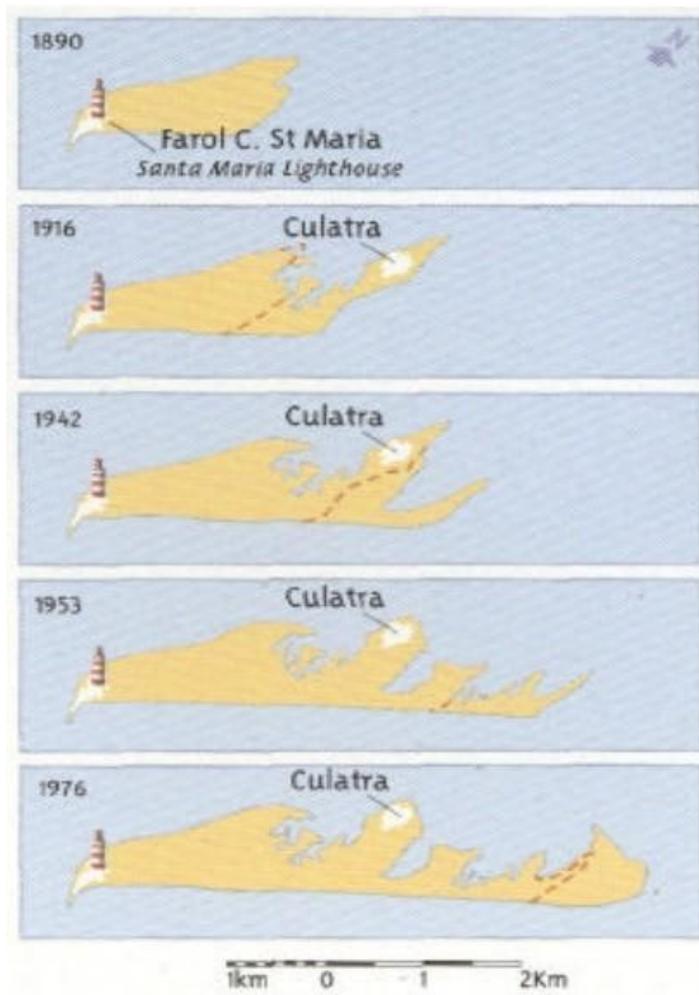


Figura 7: “A ilha cresceu”. Fonte: Estudo de Impacte Ambiental do Porto de Abrigo para a Pequena Pesca, na Ilha da Culatra (Andrade 1998 apud HIDROPROJECTO – Engenharia e Gestão S. A., 2004).

Segundo informações do “Estudo de Impacte Ambiental do Porto de Abrigo para a Pequena Pesca, na Ilha da Culatra”, publicado no ano de 2004, a Ilha da Culatra é formada fundamentalmente por materiais arenosos, a saber, areias de praia que compõem a “bordadura da ilha”, e areias de dunas localizadas no seu interior. O relatório aponta ainda uma progressiva incorporação de “areias de deriva litoral, dirigida para nascente”, no decorrer do século XX, fenómeno que explica o crescimento significativo da área da ilha entre os anos de 1916 e 1976 (figura 7).

Para Bernardo, Dias (2003), a “instabilidade morfológica” é um dos principais fatores para a ocupação tardia do território das Ilhas-Barreiras, mesmo frente às condições favoráveis à pesca e similares. E somam-se a isso, ainda segundo os autores, os relatos seculares de ataques dos piratas e corsários registrados não só na região da costa algarvia em geral, mas também no Sotavento, que potencializaram a insegurança nos povoamentos, quer pelo clima, quer pela ameaça de saques e ataques.

De forma efetiva, o processo de povoação das Ilhas-Barreiras, e especificamente da Ilha da Culatra, dá-se de forma gradual, a partir do final do século XIX, com a migração sazonal de pescadores algarvios, bem como de outras regiões da costa portuguesa e, sucessivamente, de suas famílias, atraídos pelas atividades pesqueiras nas armações de atum (Bernardo, Dias 2003). Igualmente, Brito (1960 *apud* Oliveira, Galhano, Pereira 1988) pontua o clima de animação no Arraial da Culatra durante o verão, período em que chegam pescadores das proximidades, sendo uma parcela expressiva da cidade de Olhão. Para além das armações de atum, autores como Cabreira (1918), Cavaco (1977), Rodrigues (1915) e Seruca (2000) mencionam as armações de sardinha e a pesca de cerco³⁴ como alternativas adotadas para a diversificação das atividades. De forma que os galeões de cerco³⁵ e, na sequência, as traineiras³⁶ passavam a dividir espaço com as tradicionais embarcações a remo.

Era no tempo das armações, essa coisa que havia, o meu avô veio de Faro para governar as armações aqui na Culatra em mil oitocentos e qualquer coisa (...). Eram de atum e de sardinha, não sei se de sardinha também (...), havia essa coisa toda aqui na ilha (moradora, 84 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

³⁴ Segundo informações da DGRM, “por pesca por arte de cerco entende-se qualquer método de pesca que utiliza uma parede de rede sempre longa e alta, que é largada de modo a cercar as presas e a reduzir a sua capacidade de fuga. É um método utilizado na captura de espécies pelágicas. O processo de captura consiste em envolver o peixe pelos lados e por baixo, impedindo a sua fuga pela parte inferior da rede, mesmo quando operada em águas profundas. Muitas vezes o cerco é efetuado com o auxílio de fontes luminosas com vista à atração e concentração dos cardumes. Disponível em: <https://www.dgrm.mm.gov.pt/cerco>. Acesso em: 28/1/2021.

³⁵ Segundo informações da Associação de Valorização do Patrimônio Cultural e Ambiental de Olhão, “Galeões de cerco eram barcos de madeira ou ferro, movidos por máquinas a vapor, com cerca de 30 metros de comprimento, de borda baixa e popa redonda”. Disponível em: http://www.olhaocubista.pt/pesca/Pesca_da_Sardinha.htm. Acesso em: 28/1/2021.

³⁶ Segundo informações da Associação de Valorização do Patrimônio Cultural e Ambiental de Olhão, “traineiras são embarcações a motor que sucederam aos galeões e, por isso, também usadas na arte do cerco para a pesca da sardinha, cavala e carapau. Com cerca de 15 a 20m de comprimento e 6m de boca, são barcos de convés corrido, popa de painel arredondado e leme por dentro. Possuem 2 mastros e cabina para o mestre”. Disponível em: <http://www.olhaocubista.pt/pesca/Embarca%C3%A7%C3%B5es.htm>. Acesso em: 28/1/2021.

Cada uma destas armações gerava um novo arraial. Ou seja, um acampamento provisório para os meses de atividade pesqueira, feito de cabanas de canas e barrão (figura 8). E, conforme a diversificação das atividades e artes de pesca, se consolidava, permitindo prover o sustento da família o ano todo, os palheiros do litoral foram tomando forma de habitação permanente (Oliveira, Galhano, Pereira 1988).



Figura 8: Conjunto de cabanas em Faro. Fonte: Oliveira, Galhano, Pereira (1988).

Em meados do século XX, o material de construção das cabanas é progressivamente substituído – paredes em tábuas de madeira e telhados de lusalite – apresentando configuração mais permanente ao povoado. Todavia, a fixação fez-se também pela exploração dos recursos locais, tais como: pesca artesanal na Ria Formosa, coleta de bivalves, criação de animais e plantação para provisão própria. A pluralidade na oferta de recursos naturais para consumo próprio e o mercado viabilizou a permanência na ilha.

A cada casamento, uma nova cabana nascia e assim o grupo foi se constituindo em núcleos familiares. Pouco a pouco, os assentamentos à beira da Ria se espalham pelo interior da ilha. Além das atividades na pesca artesanal, os navios de pesca embarcados, rumo à costa portuguesa, costa espanhola e marroquina eram uma alternativa de subsistência. Em outros momentos, a emigração também se fez presente.

Na atualidade, entre as artes de pesca na Culatra prevalecem as redes de tresmalho e de emalhar³⁷ para captura de diversas espécies, segundo informa a AMIC. Relativamente aos meios de transporte para o trabalho, as embarcações tradicionais em madeira, a vela ou remo deram lugar a barcos em fibra movidos a motor. Embora ainda seja possível encontrar alguns destes barcos tradicionais (figura 9) na ilha.



Figura 9: Embarcações tradicionais “engalanadas” para a *Festa da Ilha*. Fonte: acervo AMIC.

³⁷ Segundo informações da DGRM, Redes de Emalhar e de Tresmalho são um “método de pesca que utiliza uma rede de forma retangular com um, dois ou três panos mantidas em posição vertical por cabos de flutuação e cabos de lastros usados isolados ou em caçadas. As redes de emalhar podem ser fixadas ao fundo através de âncoras ou poitas e caladas diretamente sobre este ou a uma certa distância do fundo, sendo as caçadas sinalizadas à superfície. As redes de tresmalho são redes de emalhar fundeadas constituídas por três panos de rede sobrepostos, os dois exteriores (alvitanas) idênticos e com grandes malhas e o interior (miúdo), mais alto, de malhagem mais pequena”. Disponível em: <https://www.dgrm.mm.gov.pt/redes-de-emalhar>. Acesso em: 28/1/2021.



Figura 10: Homens e mulheres iscando aparelhos junto à Ria. Fonte: acervo AMIC.

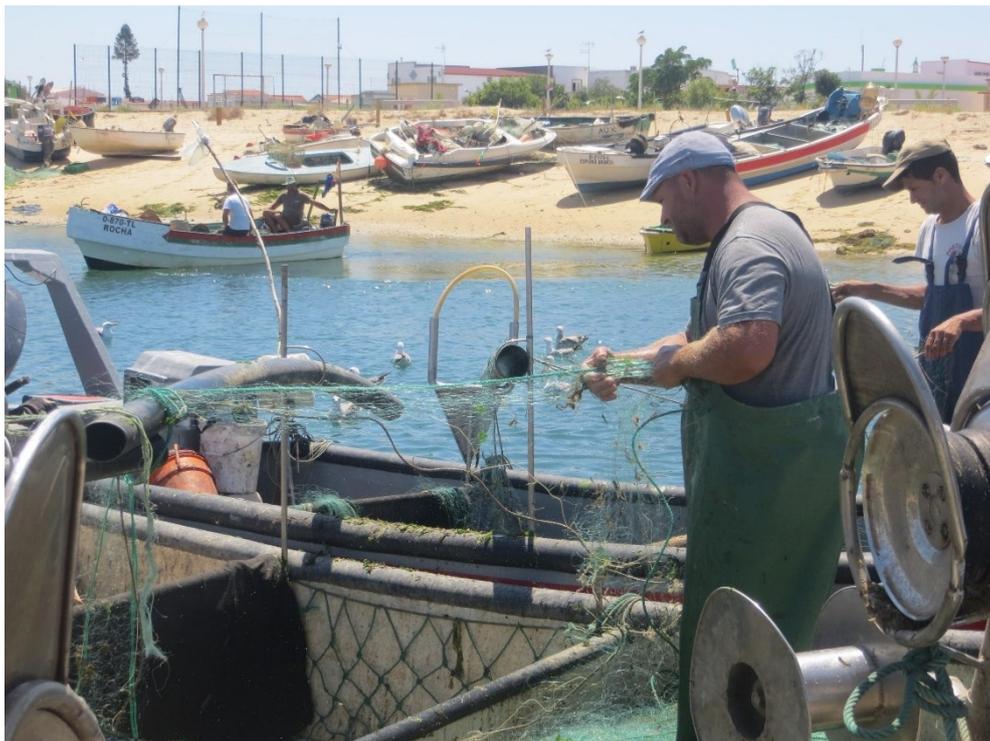


Figura 11: Safar as redes. Fonte: Mariela Silveira/2019.



Figura 12: Mulheres no vai e vem da maré. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Segundo dados da AMIC, é majoritário o número de pessoas em idade ativa que mantêm as atividades laborais ligadas à pesca artesanal, tal qual o conserto das artes (figura 11) e o trato dos viveiros, no caso dos homens. Já as mulheres são expressivamente dedicadas à apanha do marisco, especialmente nas áreas comunais³⁸ (figura 12). Entretanto, não é incomum encontrar uma mulher “iscando” os aparelhos (figura 10), safando redes ou indo tratar do viveiro³⁹ da família, a única condição definitiva capaz de regular as atividades cotidianas é o ritmo das marés. A mesma maré que fez a “ilha crescer” e a “água vazar” pois, como dizem os culatrenses, “é a maré quem manda”.

³⁸ O território da Ilha da Culatra pertence ao Domínio Público Marítimo e, embora haja concessões privadas para viveiros pela extensão da Ria Formosa, há uma expressiva parte, na Ilha da Culatra, usada coletivamente para a apanha da amêijoia.

³⁹ Segundo informações da DGRM, viveiros são uma das tipologias das Unidades de Crescimento e Engorda para o cultivo de moluscos bivalves localizadas em zonas entremarés de estuários e rias e outros locais. Disponível em: <https://www.dgrm.mm.gov.pt/estabelecimentos-de-aquicultura>. Acesso em: 28/1/2021.

Neste sentido, percebe-se que a identidade territorial culatrense vai também se adaptando ao vai e vem da maré em um espaço inicialmente ocupado por um grupo que precisa criar condições básicas de sobrevivência (alimentação, moradia) a partir da apreensão e do domínio das condicionantes naturais encontradas naquele espaço. E como veremos a seguir, tal qual artesãos, que moldam e transformam a matéria prima que tem à mão (espaço não habitado) no lugar da Culatra.

2.4. Do barrão às construções a balde

O primeiro salão que foi feito, fomos fazer com canas (...). Fomos a Faro buscar as canas (...), fizemos um poço dentro do salão e, pronto, tínhamos água ali e tudo (...). Isso durou um ano, dois anos, três anos com canas, depois foi revestido com folhas de contraplacado, e depois, passados uns anos, é que fomos fazer o salão (...), carregamos o cimento, o tijolo e esse dito poço que estava feito lá serviu para tirarmos água e começar a construir as paredes do salão, foi feito assim (morador, 64 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

As transformações ao longo do tempo nas técnicas empregadas para construção das habitações explicitam o caráter de definitividade da ocupação e a sucessiva consolidação do núcleo habitacional da Culatra, entre o final do século XIX e meados do século XX. Ainda no final do século XIX, o povoado vai ganhando forma com barracas feitas inteiramente de barrão (figura 13).

Iam apanhar os molhes de junco à costa, tiravam aquela espiga e os homens traziam às costas (eram montes como daqui à janela) e depois colocavam com cabos (...). Eram eles próprios que faziam a habitação, não tinha cimento, não tinha nada, era só feito com aquilo (moradoras, 68 anos e 83 anos, entrevista realizada no ano de 2018).



Figura 13: Cabana na Ilha de Faro. Fonte: Oliveira, Galhano, Pereira (1988).

E, gradualmente, as paredes em barrão vão receber outros materiais: primeiro as tábuas de madeira (figura 14), em correspondência com o identificado por Vasconcellos (1982) [1933-1941], e depois com as placas de madeira prensadas, também conhecidas como madeirite ou contraplacado (figura 15).

Em 1974, habitavam aqui cerca de oitocentas pessoas. As casas, algumas eram todas em barrão, as paredes eram de madeira. Iam à serração comprar tábuas de madeiras e ripas, para pôr nas casas. Depois, veio isto, o madeirite, madeira prensada, que arranjavam na Serração Olhanense (Martins, Baptista 2010, p. 76).

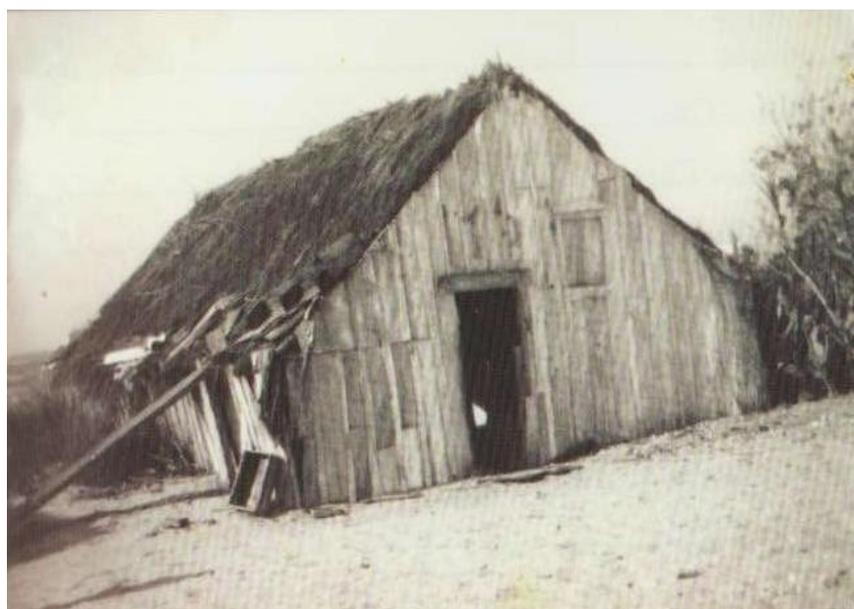


Figura 14: (Des)continuidades – Habitação em barrão e madeira. Fonte: acervo AMIC.



Figura 15: (Des)continuidades – habitação em contraplacado e telha de marseille. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Equitativamente, os telhados também transitam do barrão para as telhas em barro ou argila, usados para fabricação das telhas de canudo e de marseille, e de outros elementos como o amianto, no caso a lusalite (figura 16).

Passou-se a meter telha de lusalite mais ou menos em sessenta e nove. Se calhar até antes. Modificar os telhados, telha de canudo e pôr lusalite (...) tirava-se a telha de canudo, tirava-se a estrutura do telhado, metiam-se as vigas. Ou madeira à mesma. Geralmente era mais madeiramento. E punha-se telha de lusalite. Usava-se madeira de pinho. Compravam-se as vigas. Tinha de ir comprar à Serração Olhanense. Eram vigas de dez, doze, conforme o tamanho que a gente queria. Não levava ripas. Porque a telha é comprida, não vai levar ripa. Quando era para a telha de canudo ou para a telha marseille é que se tinha de pôr os barrotes ao comprido, e atravessar com ripas. Se fosse uma telha com dois metros, ou dois metros e pouco, tinha de se pôr a outra viga ao meio. E geralmente utilizava metro, metro e meio, porque ali, de metro em metro e meio, levava uma viga. Mais ou menos. Depois era parafusado com parafusos. Não se fazia nada na cumeeira. Chegava cá acima, tinha duas vigas assim, a fazer o cume, e era aparafusado (...). Depois de estar o telhado feito, de estar tudo pronto, metia-se madeiramento, ripas, e furava-se com as tais chapas (...). Por dentro pintava-se. Em algumas fazia-se um teto falso. Fazia-se com madeira, um ripamento (Martins, Baptista 2010, p. 77).



Figura 16: Transições – conjunto de cabanas. Fonte: acervo AMIC.

Ainda em meados do século XX, é suposto que se inicie a incorporação de tijolos na construção de suas habitações (figura 17). Em um primeiro momento, forrando as casas pelo lado de dentro para, então, iniciar a retirada do madeirite que estava, agora, no lado de fora da casa. O chão, que na época das primeiras cabanas era mantido em areia, passa a receber cobertura em cimento e mosaicos.

E depois começaram a forrar as casas por dentro em tijolo. E depois, então, começaram a tirar o madeirite e fazer as casas em tijolo. E depois começaram também a pôr o chão em mosaicos (Martins, Baptista 2010, p. 76).

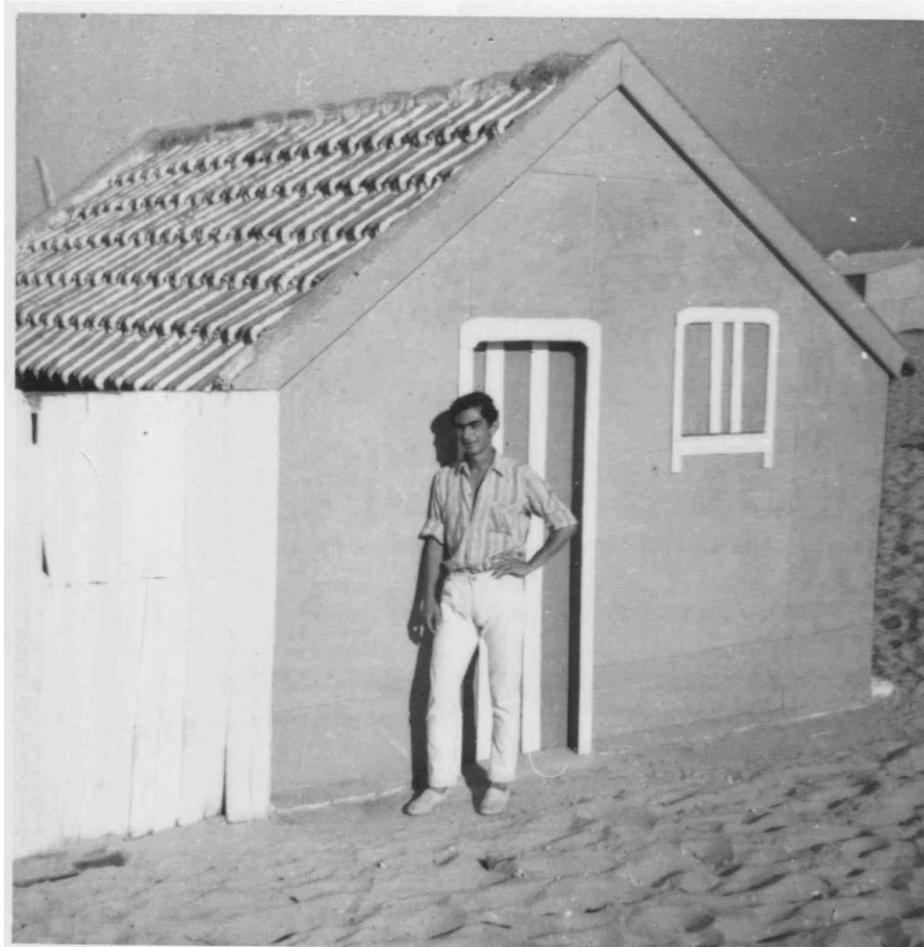


Figura 17: Consolidações – cabanas em alvenaria. Fonte: acervo AMIC.

Já no final dos anos sessenta do século XX (Tomás, Martins 2001 *apud* Bernardo, Bastos, Dias 2002), documenta-se a presença das “construções a balde”, método que utiliza cimento em substituição ao método de tradicional à base de juncos. Segundo relatos colhidos em trabalho de campo, era comum a feitura de tijolos moldados na ilha (figura 18). Outros autores (Seruca 2000; Martins, Baptista 2010) também fazem referência a habitações “muitas delas construídas pelos próprios”.

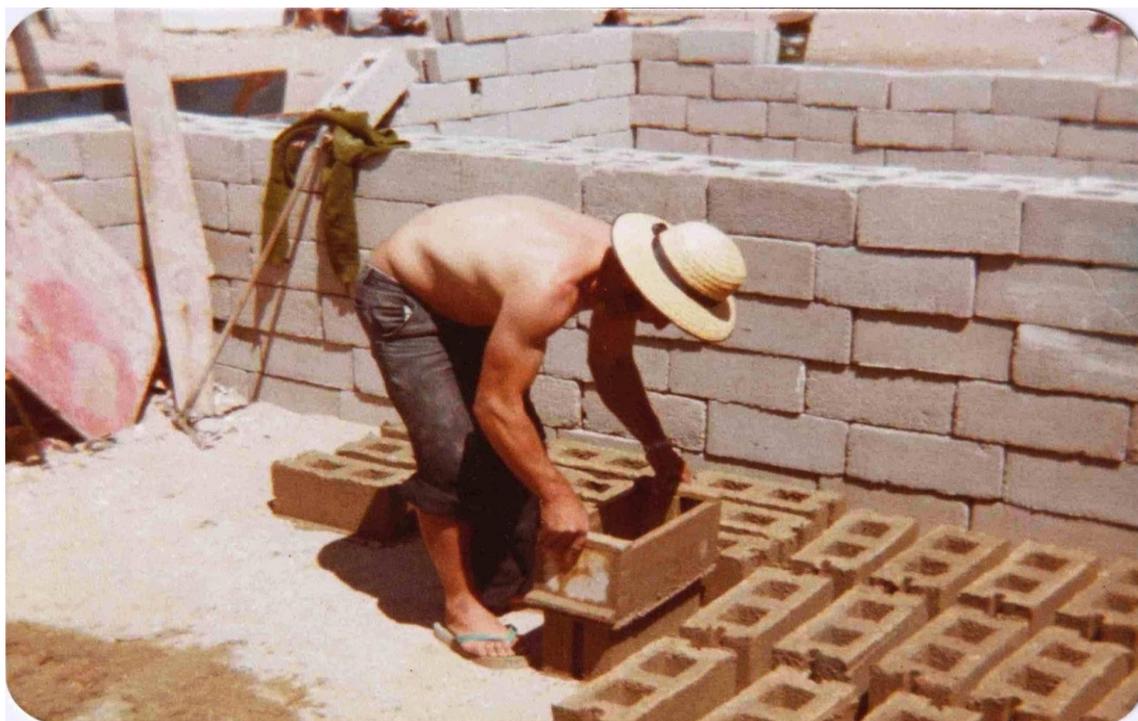


Figura 18: Construções a balde. Fonte: acervo AMIC.

Em comunicação pessoal, o antropólogo Luís Martins⁴⁰ revela detalhes de uma entrevista realizada com um dos primeiros construtores na ilha, na ocasião da pesquisa de campo para uma edição da Revista Marés da Mútua de Pescadores, publicada no ano de 2010. Ele explica a Luís que, até a década de 1970, as cabanas eram feitas em barrão e revestidas em madeira, além de outros materiais reaproveitados tais como embalagens de sabão.

Quando fui para lá comecei como servente, e depois comecei a ser o empreiteiro. Eu era o servente do meu pai. O meu pai é que fazia as casas. Ao princípio, eram só casitas feitas com tábuas de caixote. Antigamente, havia aquelas barras de sabão, aquelas barras de sabão azul e branco, e vermelho. E então as pessoas tiravam as caixas, aproveitavam, punham nas paredes das casas. Faziam as casas com aquelas tábuas. Depois, apanhavam aquele, o barrão, tipo junco, secavam, punham com canas, atado com cordas, e eram as paredes das casas, e o teto (Martins, Baptista 2010, p. 77).

A madeira utilizada, por norma, era a que o mar dava – apanhada depois dos temporais – e punha-se por dentro, escondida dos guarda-rios ou autoridades que por lá passassem.

⁴⁰ Luís Sousa Martins foi convidado a participar de uma sessão da Unidade Curricular “Seminários de Tese em Antropologia”, em dezembro de 2020, ministrada pelo professor Paulo Raposo, no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Na ocasião, Luís foi arguente de minha apresentação do sumário ampliado da tese.

O meu pai, como era pedreiro, começou a dar a ideia às pessoas para forrarem por dentro: Compara-se tijolos e tal, por dentro forra-se tudo, por dentro fica tudo bonito, não se pode fazer por fora, e a gente forra aquilo por dentro. E então começamos a trabalhar e eu comecei a ser servente. Depois é que comecei a fazer uns tanquezitos, uns muros de quintal, que fazia aos sábados e domingos, e fazia uns biscates sozinho. Eu comecei a saber fazer desenhos. Os croquis das casas. E então começaram a dar-me mais trabalho, a mim, que ao meu pai.

Passei a pedreiro. Foi assim que começou. Ao princípio começamos a fazer em madeira (...). O esqueleto em madeira. Com umas divisórias feitas com umas tábuas por dentro para dividir os quartos. Por fora, mantinha-se de pé. Fazia-se a fundação, metiam-se os tijolos. A fundação era feita com tijolos deitados, dois, três, de altura, deitados. Aquilo tinha trinta. Punham-se deitados em volta (...). A fundação era toda feita em tijolo. Depois fazia como é normal fazer agora. De argamassa, ‘metíamos’ cimento e areia. Depois daí para cima levantava-se a parede ao alto. O tijolo ao alto. De dez, ou de quinze, ou de doze. Em cima daquele tijolo. O de baixo era igual. Só que, em vez de ser ao alto, era deitado. Faziam-se três fileiras daquelas, em baixo. Para fazer a fundação. E depois é que levantava a parede em cima ao meio daquilo. (Martins, Baptista 2010, p. 77).

E prossegue, relatando o processo gradual de transição da madeira para a alvenaria que nos revela, entre outras coisas, os saberes e fazeres dessa população no local.

Ao princípio era tijolo de sete. Para não roubar muito espaço. Por dentro era tudo rebocado. Só que por fora não podia, porque estava encostado à madeira, estava tapado com a tábua. O telhado estava lá feito, e ficava aquele que lá estava. Naquela altura, era telha de canudo. Ou telha marselha. Deixávamos a estrutura que lá estava.

Estava pronto por dentro. Estavam feitas as paredes. Estavam as divisórias feitas. Estava o chão metido. Estavam as portinhas todas arranjinhas e novas. O chão era feito à mesma com cimento e areia, e depois mosaico por cima. Por volta de 1967, talvez, começou-se a pôr os azulejos na cozinha, nas casas de banho.

Na altura ainda era o meu pai: – Eh pá, está assim, a madeira apodrece, estraga-se. A gente tira uma parede e reboca-se isso por fora, e caia-se e começa-se a caiar ou pintar, e fica para toda a vida. Depois então foi aquela fase de tirar aquela parte de fora (Martins, Baptista 2010, p. 77).

Como pode-se constatar nos relatos, a substituição gradativa do material empregado na construção foi sendo impulsionada, de um lado, pela preocupação com a durabilidade e resistência da habitação frente às intempéries, e de outro por certa ideia de progresso implícita na escolha dos materiais: a exemplo das telhas de marselha ou canudo, feitas de barro, que como vimos anteriormente foram sendo substituídas pela telha de amianto.

À analogia ao que aconteceu às cabanas, as casas de alvenaria, agora já espalhadas pelo interior da ilha, se multiplicavam à medida que surgiam os casamentos. Embora não seja regra, observa-se que o mais comum é a ampliação do que podemos chamar de modelo casa-território-família⁴¹. E, conforme observou Seruca no final do século XX, muitos destes núcleos ainda mantinham “um pequeno quintal onde semeiam as hortaliças e criam alguns bicos” (Seruca 2000, p. 99).

A cada novo casamento estabelecido acrescenta-se nova construção, geralmente atrás, junto ao terreno da família, o que vai se repetindo consoante o número de filhos e o espaço físico disponível. Cavalcanti (2009), que se debruça sobre as favelas da cidade do Rio de Janeiro, nos lembra que a temática das autoconstruções⁴² não é novidade na antropologia brasileira, sobretudo em trabalhos basilares que entendem o fenômeno de autoconstruir “como modo privilegiado de produção de moradia em comunidades de baixa renda” (2009, p. 72). Para ela, a construção e remodelação das casas espelham a produção social do espaço: é “do barraco à casa” que a confluência entre as ações governamentais de inclusão, exclusão, marginalização e as dinâmicas de sociabilidade acontecem. Perceber as formas de construção autóctones da Culatra é entender a centralidade das narrativas contidas no processo de consolidação não só das construções a balde, mas sobre habitar um lugar.

2.5. Do arraial ao segundo andar

Nas últimas décadas⁴³, popularizou-se na ilha a construção de um segundo andar (figura 19), quer sobre a casa dos pais, e neste caso geralmente ligada à oportunidade de complementação

⁴¹ Embora o modelo casa-território-família reflita os laços de parentesco estabelecidos entre os culatenses, a descrição que propomos aqui está centrada na processual ocupação e consolidação espacial dos núcleos habitacionais familiares.

⁴² Em relação ao tema das autoconstruções em Portugal, assinala-se a concepção do projeto SAAL - Serviço de Apoio Ambulatório Local, uma das ações instituídas a partir da Revolução de 25 de Abril de 1974 e da democratização da sociedade portuguesa. O projeto SAAL, tinha como objetivo “apoiar, através das Câmaras Municipais, as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros” e desta maneira assegurava-se o direito à habitação por meio da participação popular, que tinha na multiplicação de associações de moradores em todo o país sua expressão máxima. E neste contexto, foram construídas “milhares de habitações em centenas de bairros” de norte a sul do país. E muito embora a Culatra não tenha sido beneficiada diretamente pela ação, cabe destacar a sua reverberação no Algarve cujo expoente teve lugar na Meia Praia, em Lagos. Disponível em: <http://revistapoderlocal.pt/index.php/e-revista/estudos/54-urbanismo-e-edificabilidade/310-o-saal-no-algarve-e-os-indios-da-meia-praia-1> . Acesso em: 28/1/2021.

⁴³ Até o momento, não foi possível apurar com exatidão o marco em que se iniciam as edificações de um segundo andar nas habitações. Entretanto, em Seruca (2000), encontramos referências a “casinhas, muitas delas construídas pelos próprios, térreas, com divisões quanto baste” (2000, p. 99). Entretanto,

de renda com o aluguel no período balnear, quer as extensões destinadas aos filhos, de modo a equalizar as demandas habitacionais.



Figura 19: Núcleos habitacionais familiares. Fonte: Mariela Silveira/2019.

em algumas imagens do arquivo da AMIC é possível visualizar algumas casas já com o segundo pavimento construído em 1999. Diante destas informações, acreditamos que a transição teve início na década de 1990, ainda no século XX.

À semelhança do que observou Seruca (2000), ainda é comum encontrarmos o cultivo de quintais, com hortaliças e/ou flores. Estes espaços ficam, quase sempre, no limite entre o domínio do núcleo familiar e o da rua. O uso destas margens, ora dilatadas, ora liminares (Gennep 1978) [1909]⁴⁴, se traduzem em estratégias de gestão territorial autóctones que garantem a consolidação do modelo casa-território-família. Em ambos, identifica-se tanto a prática de cultivo de hortaliças, legumes ou frutas, quanto a disposição de objetos utilitários e decorativos. Identificamos como espaços dilatados (figuras 20, 21 e 22), os acrescentos imediatamente em frente ao núcleo habitacional familiar. Estes espaços se incorporam àquele núcleo quando marcados ou cercados com materiais diversos, tais como: alvenaria, madeira, tela, telhas, vasos e pneus, bem como alguns apetrechos de pesca como: redes, âncoras, covos⁴⁵ e alcatruzes⁴⁶. Pode-se afirmar que existe uma reivindicação identitária local expressa para os de fora na fórmula “Nós somos ilhéus, juntos somos mais fortes”. Esta fórmula é aceita pela maioria dos moradores e é também marca identitária familiar para os de dentro em discursos materializados nas imagens seguintes:

⁴⁴ Arnold Van Gennep (1978) [1909] parte da explicação a respeito da construção da noção de fronteira ao longo da história, para fazer um paralelo com o conceito de margem, que é central em sua obra. O autor apresenta as mudanças históricas nas fronteiras entre os povos, nos lembrando que a princípio havia uma faixa territorial neutra fazendo a divisão entre os diferentes grupos. Esse espaço era estrategicamente usado como refúgio em períodos de disputas. Ou seja, estar na fronteira era estar à margem, simultaneamente no plano ideal e material, momento em que não se estava nem em um lugar, nem no outro. Ao transpor esta argumentação para a análise dos estágios dos ritos de passagem – preliminares, liminares e pós-liminares –, o autor argumenta que o estágio liminar é justamente a margem entre dois mundos. É o estágio subsequente à separação do mundo anterior (preliminar) e que precede à agregação ao novo mundo (pós-liminar).

⁴⁵ Segundo informações da DGRM, o covo é uma arte de pesca do tipo armadilhas em gaiola, que consiste em “dispositivo de dimensões e formas diversas, construído por uma estrutura rígida, por si só ou uma estrutura rígida forrada por uma rede, que delimita um compartimento cujo acesso é feito através de uma ou mais aberturas fáceis, mas cuja utilização em sentido contrário é difícil, permitindo assim a captura das presas.” Disponível em: <https://www.dgrm.mm.gov.pt/web/guest/armadilhas-de-gaiola> . Acesso em: 28/1/2021.

⁴⁶ Segundo informações da DGRM, o alcatruz é uma arte de pesca do tipo armadilhas de abrigo “concebidas para capturar polvos, têm a forma de um pote onde as presas se abrigam, não existindo nenhum dispositivo que impeça a fuga das presas.” Disponível em: <https://www.dgrm.mm.gov.pt/web/guest/armadilhas-de-abrigo>. Acesso em: 28/1/2021.



Figura 20: Espaços dilatados – estratégias de consolidação do espaço familiar 1. Fonte: Mariela Silveira/2019.



Figura 21: Espaços dilatados – estratégias de consolidação do espaço familiar 2. Fonte: Mariela Silveira/2019.



Figura 22: Espaços dilatados – estratégias de consolidação do espaço familiar 3. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Outro ponto interessante é que, em algumas casas edificadas em alvenaria de um pavimento, ainda é possível identificar a manutenção da forma, que remete às cabanas originárias com duas águas, vestígios aparentes de uma tradição construtiva e referência a um tempo dos primórdios da ocupação (figuras 23 e 24).



Figura 23: (Des)continuidades – De volta às cabanas 1. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Neste exemplo acima, observa-se (à esquerda) a cabana originária e (à direita) o que provavelmente foi a primeira consolidação territorial da família. E, finalmente, o espaço entre o muro e a casa que alarga aquele domínio espacial.



Figura 24: Espaços dilatados – De volta às cabanas 2. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Já os espaços liminares (figuras 25 e 26) podem ser dentro ou entre os núcleos familiares. Funcionam como marcadores de território em lugares onde a passagem de pedestres acontece, seja por estar ao lado de uma calçada, ou por configurar um atalho entre as ruas. Estes atalhos operam tal qual um mapa mental do lugar praticado, posteriormente referenciado (Certeau 1998). Esta estratégia de urbanização, vai preenchendo os espaços públicos disponíveis, ao menos tempo em que, os converte em espaços semiprivados, ou privados, decorrentes de uma certa sociabilidade de rua, na qual o pedaço⁴⁷ (Magnani 1992) de cada núcleo familiar fica bem delimitado.

⁴⁷ Em um dos sentidos atribuídos por Magnani, a categoria pedaço denota compartilhamento de códigos e pertencimento, em uma “rede de relações”, que se estende por uma determinada “ordem espacial”, ou ainda, “um território claramente demarcado” por “equipamentos definidores de fronteiras” cujas características demonstram “que o território assim delimitado constituía um lugar de passagem e encontro”. (Magnani 1992, p. 192–193)



Figura 25: Espaços liminares 1. Fonte: Mariela Silveira/2019.



Figura 26: Espaços liminares 2. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Outro ponto observado é que alguns espaços eminentemente dilatados tornam-se liminares à medida que intervenções urbanísticas externas acontecem no espaço (figuras 27 e 28). Um exemplo foram as obras no âmbito do PIR – Projeto de Intervenção e Requalificação do Núcleo da Culatra – promovidas pelo Polis Litoral Ria Formosa⁴⁸ no ano de 2019. A empreitada realizou uma série de obras na Ilha da Culatra, e entre elas está a construção de novas passareiras frente a locais que antes eram apenas em areia.



Figura 27: Espaços liminares – em transição 1. Fonte: Mariela Silveira/2019.

⁴⁸ Instituída pelo Decreto-Lei n. 92/2008, o Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S. A. é uma sociedade anônima de capitais exclusivamente públicos, com a participação maioritária do Estado e minoritária dos municípios de Loulé, Faro, Olhão e Tavira. Tem por objeto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar na Ria Formosa, com vista a projetos e ações que conduzam ao desenvolvimento associado à preservação do património natural e paisagístico, que incluam ações de proteção e requalificação da zona costeira visando à prevenção de risco, à promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável, à valorização dos núcleos piscatórios e à qualificação e ordenamento da mobilidade na ria, a valorização dos “espaços” para a fruição pública e a promoção do património natural e cultural a ela associado. Disponível em: <http://www.polislitoralriiformosa.pt/polis.php>. Acesso em: 28/1/2021.



Figura 28: Espaços liminares – em transição 2. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Neste sentido, entendemos que as formas de ocupação do território fundadas no que chamamos de modelo casa-território-família remontam à época em que a fixação de moradia dependia não só das condições favoráveis à pesca, mas igualmente de um conhecimento do ambiente, dos materiais disponíveis e das possíveis mudanças atinentes à natureza da ilha. Traçando um paralelo, poderíamos dizer que a atual prática de extensão das margens do núcleo familiar atende à necessidade de garantir certa estabilização dos espaços disponíveis a potenciais expansões nucleares do modelo casa-território-família. E, por fim, as extensões, dilatadas e liminares, se traduzem então em estratégias de gestão territorial autóctones em contraposição às intervenções externas, tais como as obras levadas a cabo pelo PIR – Projeto de Intervenção e Requalificação do Núcleo da Culatra, bem como aos planos de ordenamento do território oficiais afetos⁴⁹ à Ilha da Culatra.

⁴⁹ Segundo informações do “Estudo de Impacto Ambiental do Porto de Abrigo para a Pequena Pesca, na Ilha da Culatra”, publicado no ano de 2004, a Ilha da Culatra é abrangida por cinco planos de ordenamento do território. São eles: PROT – Algarve – Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve; PBHRA – Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve; POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura – Vila Real de Santo António; Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa e Plano Diretor Municipal de Faro.

2.6. O lugar da Culatra

Em que pese as práticas que culminaram na consolidação do processo de ocupação encetado ao final do século XIX, é apenas no ano de 2018 que o núcleo habitacional da Ilha da Culatra é oficialmente reconhecido, por meio de uma Portaria⁵⁰, como núcleo residencial piscatório consolidado. O documento reitera a condição de pertença integral ao espaço de domínio público marítimo, bem como estabelece marcos importantes para o núcleo habitacional da Culatra, tais como as regras para requerimento e obtenção de título de utilização dos recursos hídricos⁵¹, e, ainda, nomeia os “instrumentos de gestão territorial especiais de âmbito nacional aplicáveis⁵²”. O marco legal “preconiza a elaboração do projeto para a empreitada de intervenção e requalificação⁵³”, cujas atividades foram iniciadas no ano de 2019 no decurso final do trabalho de campo.

⁵⁰ Portaria n. 277-B/2018 de 15 de outubro. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/116695568>. Acesso em: 2/4/2021.

⁵¹ Temática discutida no capítulo 3.

⁵² “Os instrumentos de gestão territorial especiais de âmbito nacional aplicáveis na Ria Formosa, designadamente o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura-Vila Real de Santo António, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n. 103/2005, de 27 de junho, e o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2009, de 2 de setembro, contêm soluções tendentes a preservar e qualificar esta área, inserida em domínio hídrico”. Portaria n. 277-B/2018 de 15 de outubro. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/116695568>. Acesso em: 2/4/2021.

⁵³ “O Projeto de Intervenção e Requalificação do Núcleo da Culatra, na ilha da Culatra, no concelho de Faro – designado por PIR ou PIR da Culatra – é um instrumento orientador das ações a implementar na zona edificada do núcleo histórico da Culatra, situada totalmente em área do domínio público hídrico, e integrando a área protegida do Parque Natural da Ria Formosa. Este PIR foi elaborado em observância com o previsto no artigo 84º do regulamento do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura – Vila Real de Santo António, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n. 103/2005, de 27 de junho. Este projeto de intervenção permitirá uma adequada implementação e execução daquele plano e é balizado pelos princípios e regras de planeamento aí consignadas, tendentes a conjugar a preservação do meio natural e paisagístico com o respeito e valorização da ocupação humana e respetivas atividades tradicionais ligadas à Ria Formosa”. Disponível em: <https://apambiente.pt/agua/projeto-de-intervencao-e-requalificacao-da-ilha-da-culatra-nucleo-da-culatra>. Acesso em 2/4/2021.

Neste cenário, umas das condicionantes com impacto direto naquele núcleo habitacional é a pertença à área de proteção ambiental. Este movimento institucional inicia no ano de 1978 com a criação da reserva natural, passando pela inclusão da Ria Formosa na Convenção Internacional de Ramsar, em 1981,⁵⁴ e tem seu auge com a criação do parque no ano de 1987, momento que marca a legitimidade da ocupação histórica posta em xeque, bem como a germinação de movimentos locais em defesa do direito e da melhoria nas condições de moradia⁵⁵. A partir do ano 1999,⁵⁶ passa a integrar ZPE – Zona de Proteção Especial da Ria Formosa da Rede Natura 2000⁵⁷. Sendo que o ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas – é o órgão que responde pela Rede Natura e seus desdobramentos legais, em Portugal.

⁵⁴ Segundo informações do ICNF, a Convenção sobre Zonas Húmidas de importância internacional constitui um tratado intergovernamental adotado em 2 de fevereiro de 1971 na cidade iraniana de Ramsar. Por esse motivo, esta Convenção é geralmente conhecida como “Convenção de Ramsar” e representa o primeiro dos Tratados globais sobre conservação. A Convenção entrou em vigor em 1975 e segundo o texto aprovado pela Convenção, Zonas Húmidas são definidas como: “zonas de pântano, charco, turfeira ou água, natural ou artificial, permanente ou temporária, com água estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo águas marinhas cuja profundidade na maré baixa não exceda os seis metros”. O Estado Português assinou a Convenção sobre Zonas Húmidas em 1980 (Decreto n. 101/80, de 9 de outubro). Entretanto, para Portugal, a data de entrada na Convenção é considerada como sendo 24 de março de 1981, momento em que as duas primeiras Zonas Húmidas do país foram incluídas na Lista de Sítios Ramsar: A Ria Formosa e o Estuário do Tejo. Disponível em: <https://sig.icnf.pt/portal/home/item.html?id=8eb4f474eab3491b9a0b40a11b83d170>. Acesso em: 2/4/2021.

⁵⁵ Temática discutida no capítulo 3.

⁵⁶ Decreto-Lei n.º 384-B de 23 de novembro de 1999. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/384-b/1999/09/23/p/dre/pt/html>. Acesso em 2/4/2021.

⁵⁷ Segundo informações da CE, a Natura 2000 é a rede de zonas de conservação da natureza criada a nível da UE para garantir a sobrevivência das espécies e habitats mais valiosos da Europa. A rede baseia-se em dois instrumentos inovadores da legislação comunitária: a Directiva Aves, de 1979, que instituiu as ZPE – Zonas de Proteção Especial – e a Directiva Habitats, de 1992 que instituiu as ZEC – Zonas Especiais de Conservação. As ZPE e as ZEC são indicadas pelos Estados Membros a partir de Listas Nacionais de Sítios que determinam, após análise e seleção das listas nacionais pela CE e seus Estados Membros, os SIC – Sítios de Importância Comunitária. Disponível em: https://ec.europa.eu/environment/nature/info/pubs/docs/nat2000/factsheet_pt.pdf. Acesso em 2/4/2021.

A CE – Comissão Europeia descreve a Rede Natura como “uma parceria entre o homem e a natureza” que alicerça as diretrizes políticas de biodiversidade da UE para o “desenvolvimento sustentável e preservação do patrimônio natural europeu”, ou ainda, um mecanismo que “não se limita às reservas naturais, mas antes baseia-se num princípio mais vasto de conservação e utilização sustentável em que o homem e a natureza podem coexistir em harmonia”. Em outras palavras, pode-se dizer que um dos marcos da Rede Natura é a desconstrução desta relação de oposição entre natureza e cultura (Ingold 2000), ou ainda a ênfase em uma pretensa visão integradora, em que as atividades econômicas como a pesca e o turismo, desde que consideradas sustentáveis, são encorajadas.

Em contrapartida, os mapas mentais e as memórias sociais se sobrepõem aos supracitados planos oficiais de ordenamento. Um exemplo são os topônimos (figura 29) escolhidos para o arruamento do núcleo que fazem referência a pessoas e/ou acontecimentos fundadores da comunidade.

- ❖ Avenida 19 de Julho – recorda o ano de 1987 e a fundação do *Dia da Ilha*;
- ❖ Rua Padre Henrique – em homenagem ao pároco que serviu a ilha;
- ❖ Rua Ana Laura Quintino – fundadora da AMIC e da ANSN,
- ❖ Rua Antónia da Costa Ferreira – exerceu a atividade de parteira;
- ❖ Rua Isabel Argel Lisboa – enfermeira e parteira, natural da ilha;
- ❖ Travessa José Júlio de Sousa – dirigente associativo;
- ❖ Rua João Henrique Rocha – membro fundador do CUC e organizador da festa em Honra da Nossa Senhora dos Navegantes;
- ❖ Rua Joaquim Nunes – homenagem a um antigo pescador da Culatra,
- ❖ Rua Combatentes do Ultramar – homenagem a todos os que combateram na guerra colonial;
- ❖ Rua José de Brito – combatente da 1ª Guerra Mundial.



Figura 29: Topônimos culatrenses. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Viver na Ilha da Culatra durante o trabalho de campo me permitiu observar, e também reproduzir enquanto moradora, algumas das dinâmicas do fluxo de pedestres entre as ruas do núcleo habitacional. Vale lembrar, como aponta Ingold (2005), que “nenhum mapa pode ser totalmente divorciado das práticas, dos interesses e da compreensão de seus elaboradores e de seus utilizadores” (2005, p. 84). Neste sentido, é importante assinalar que a representação gráfica que segue (figura 30) e a subsequente descrição, têm como premissa aquele presente etnográfico (Clifford 2011) [1994] moldado pelas relações estabelecidas e os pontos de observação e interação adotados. Portanto, não esgotam, e nem têm a pretensão de dar conta de todas as dinâmicas e práticas possíveis.



Figura 30: Traçados e práticas. Fonte: adaptado de informação geográfica cedida pela DGT/2021.

LEGENDA:

1 Cais de acostagem

2 Largo da igreja

3 Polidesportivo

4 Escola

5 Centro Social

6 Delegação da Cruz Vermelha

7 Heliporto

8 Porto de abrigo

9 Apoios de pesca

10 Zona de trabalho de pesca

11 Recovo

12 Zona de apanha

13 Campo de futebol

↓ Passadeiras em madeira – acesso à praia

▬ Atalhos/caminhos

▬ Rota dos turistas – acesso à praia

▬ Trajeto da Procissão

▬ Divisão Poente / Leste

Não há carros dentro da Ilha da Culatra, exceto as carrinhas⁵⁸ e tratores a serviço da população, e de algumas bicicletas, o fluxo viário é majoritariamente pedonal. Ainda sim, o transitar das pessoas segue o ritmo de alguns compassos: a vazão e a cheia da maré, o bom ou mau tempo do mar e os horários da carreira para a cidade continental de Olhão. E foi entre estas “horas vivas” e “horas mortas” que alguns padrões, a exemplo dos atalhos na circulação de pessoas, foram identificados.

Representado no mapa por linhas em amarelo, os atalhos ou mapas mentais acontecem entre as ruas verticalmente dispostas, formando caminhos horizontais que encurtam o percurso entre os pontos de maior concentração de interesses e serviços. Como é o caso do caminho que leva ao polidesportivo (3), uma edificação que abriga não só um espaço para atividades desportivas e culturais, a exemplo dos bailes e das festividades do *Dia da Ilha*, mas que conta com salas que abrigam muitos dos serviços essenciais para a comunidade, tais como as sedes do CUC e da AMIC, a Delegação da União de Freguesias de Faro, o posto da Polícia Marítima, o posto do correios, o caixa automático, o centro de saúde, o posto de telemedicina, além de um café e um restaurante. Para esta área, as obras de reestruturação (figura 31) previam a implementação de uma praça multiútilos pavimentada e equipada com iluminação, estruturas para sombreamento, bancos, bem como a revitalização do parque infantil.

⁵⁸ Carrinhas são pequenos veículos a motor ou, segundo o dicionário Priberam, “caminhonete pequena, fechada ou aberta, usada no transporte de passageiros e mercadorias”. Disponível em <https://dicionario.priberam.org/carrinha>. Acesso em 2/4/2021.

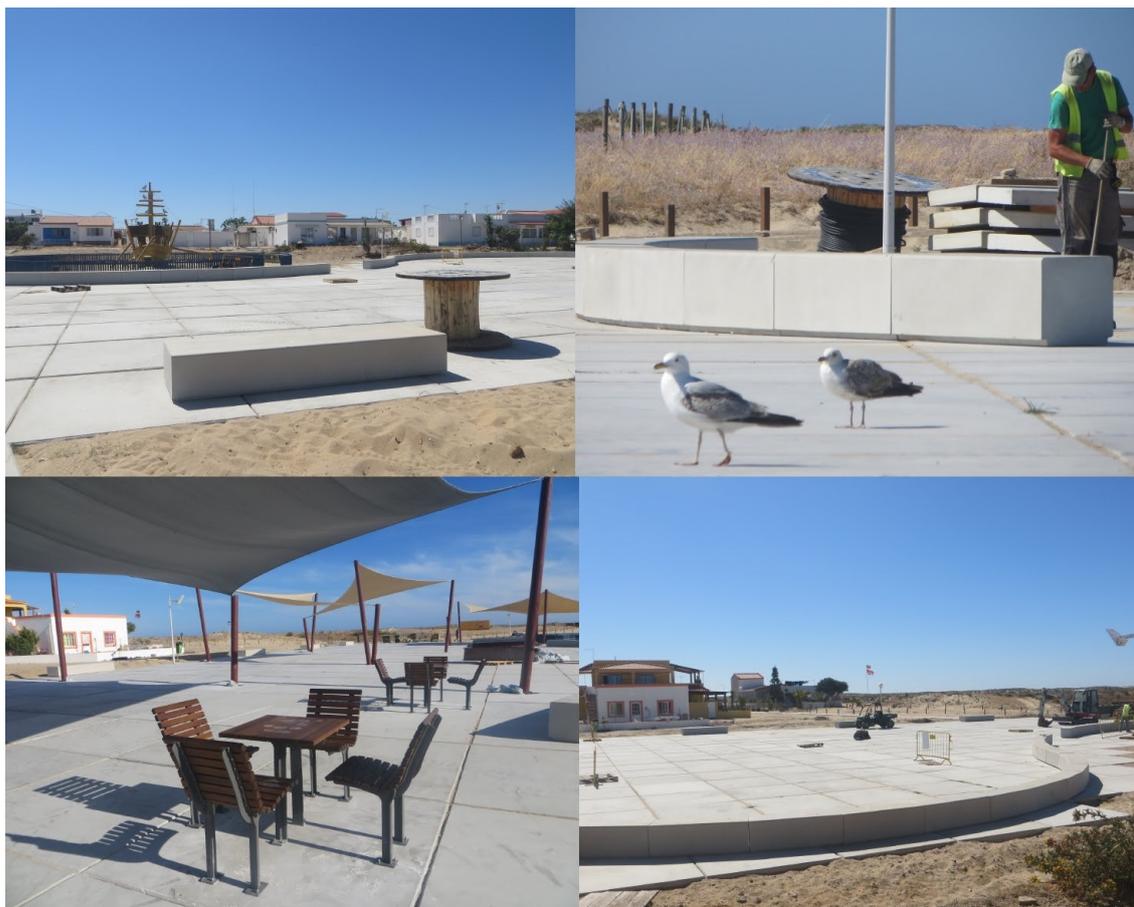


Figura 31: Requalificar sobre a areia 1. Fonte: Mariela Silveira/2019.

As informações disponibilizadas pela AMIC a respeito das homenagens rendidas pela atribuição dos topônimos deixam clara a preocupação em destacar os elementos históricos e identitários que dão sentido de coletividade à comunidade culatrense. Das onze ruas oficialmente nominadas, todas remontam a pessoas e acontecimentos centrais na constituição histórica do Culatra enquanto um lugar praticado. O Cais de acostagem (1), que recebe embarcações vindas da Ria Formosa, culmina na Rua N. S. dos Navegantes, que por sua vez, faz esquina com a Rua Padre Henrique da Silva e, no mesmo perímetro, tem-se o largo da igreja (2), que abriga a padroeira da ilha. Na sequência, tem-se a artéria central do arruamento, a Avenida 19 de julho, que teve sua estrutura, de passadeiras de cimento, duplicada pelo PIR. Esta porção do núcleo é uma das zonas que receberam obras de requalificação (figura 32), passando a contar com um grande espaço pavimentado projetado com “capacidade de carga para festas e romarias”, segundo informações da Polis Litoral no PIR.



Figura 32: Requalificar sobre a areia 2. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Observou-se também, representado em um traçado azul no mapa, o que convencionamos como rota dos turistas. Este trajeto é usualmente feito por turistas para o embarque e desembarque na ilha, sobretudo para aqueles que vêm passar o dia na praia da Culatra. A rota tem início no cais de acostagem (1), passando em frente ao largo da igreja (2) e convergindo para a Avenida 19 de Julho que, na sua parte final, encontra com o prolongamento de sua extensão, em passareiras de madeira suspensas sobre o areal, que permitem acesso direto à praia oceânica (figura 33).



Figura 33: Rota turística. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Entre os conceitos passíveis de articulação para o adensamento das questões apresentadas nesta investigação doutoral estão as noções de espaço e lugar. Autores como Certeau (1998), Delgado (1999; 2007), Augé (2001) [1992] e Ingold (2005) apresentam noções distintas, mas por vezes complementares, para a relação entre espaço e lugar. Cumpre assinalar que, mais do que adotar um viés teórico único, apresentaremos aqui saídas possíveis para as demandas teóricas da tese.

Certeau (1998) vincula espaço e lugar em razão das práticas ordinárias e cotidianas, tal como as caminhadas ou enunciações do pedestre. É no ato de caminhar, na enunciação descontínua que o espaço apresenta-se então como um lugar, por excelência, praticado. É, portanto, o ato de caminhar que “seleciona e fragmenta o espaço percorrido”, na caminhada criam-se discontinuidades em relação à “ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades”. Ou seja, caminhar é também escolher frente às opções pré-estabelecidas pelo sistema topográfico que precede o pedestre.

A exemplo dos atalhos ou mapas mentais identificados nas observações tecidas a respeito das dinâmicas do fluxo de pedestres pelas ruas do núcleo habitacional da Culatra, estes atalhos que se sobrepõem, entre as ruas oficialmente estabelecidas, são a componente do que Certeau⁵⁹ apresenta como “retórica do habitante” em que se supõe que as práticas de apropriação dos lugares se traduzam no controle dos componentes que constituem o ordenamento preexistente ao pedestre e à caminhada (1998, p. 177-181).

Os arruamentos da Culatra seriam, então, o lugar transformado em espaço pelos usuários. Ou seja, “o espaço é um lugar praticado” que implica em múltiplos “vetores de direção” que não estão dados de partida, longe disso, são produtos de um percurso onde as alternativas para o deslocamento são produzidas pela mobilidade. Em contrapartida, o lugar ordena os pontos fixos que delineiam a configuração das posições fixas e estáveis (1998, p. 201–202).

Ao passo que para Delgado (1999) “o espaço não pode ser dito, nem pensado, nem imaginado, nem conhecido, pois dizê-lo, pensá-lo, imaginá-lo e conhecê-lo o tornaria imediatamente uma marca ou território, ainda que apenas por um instante” (1999, p. 121). Em outras palavras, é alguma coisa incerta, indecisa, transitiva e, portanto, nada sobre ele pode ser dito.

Mas em Delgado (2007) são as práticas, os inúmeros e variados movimentos transitórios, quase sempre imprevisíveis, que preenchem o espaço urbano, que é também um espaço social, um “emaranhado de relações”, cenário e produto do coletivo que faz a si mesmo. Segundo ele, são os “praticantes da cidade que constantemente ignoram as diretrizes projetadas” da cidade concebida, para, então, “se entregarem a apropriações efêmeras e transversais” que dão corpo ao espaço urbano real, praticado. Em um paralelo, poderíamos dizer que ao fazer uso constante de atalhos, entre as ruas, para se locomoverem entre os pontos do “emaranhado de relações” os culatrenses viabilizam a cidade do ponto de vista da experiência do praticante. (2007, p. 11; 15).

⁵⁹ Em seu texto, Certeau explica que toma de empréstimo a noção de “retórica habitante”, introduzida por Alain Médam em 1977 e sistematizada por Sylvie Ostrowetsky e Jean-François Augoyard, em 1979 (1998, p. 180).

Da mesma forma, Delgado (2007) entende a conceituação de “não-lugar⁶⁰” (Augé 2001) [1992] como uma “visão altamente pessimista”, “espaço sem criação e sem sociedade”, e, desta maneira, a toma como premissa para avançar na sua hipótese do “não-lugar como um espaço feito de percursos transversais em todas as direções e de uma pluralidade fértil de cruzamentos”. Para ele, lugar e não-lugar não seriam termos dicotômicos, mas coexistentes, confrontantes e complementares. Ambos são parte de nossa relação com um “universo feito de continuidades e fragmentações”. Em suma, em Delgado, o lugar é atemporal, é por ele que peregrinamos: começamos, passamos e chegamos. E o não-lugar, tal qual o que convenciamos como rota dos turistas, é o produto desta jornada: é a passagem, “uma maneira de passar”, mas não apenas isso, é principalmente a “passagem por algum lugar”, uma pegada efêmera da interseção entre os traçados móveis e instáveis. (2007, p. 61; 69).

Por sua vez, Augé (2001) [1992] assume a influência da construção de Certeau (1998) para lugar e espaço como noções que não estão em oposição na composição dos seus conceitos de “lugar” e “não-lugar”. Especialmente, na superação de “uma definição negativa dos não-lugares” através da análise da ideia de espaço concebida por Certeau (2001, p. 77). Desta forma, Augé imbrica o que chamou de “duas realidades complementares, porém distintas: espaços constituídos em relação a certos fins e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços”. Em outras palavras, nesta espécie de dicotomia circular, a existência de um está atrelada à existência do outro: o construído e o vivido ou, também, o não-lugar e o lugar (2001, p. 87).

⁶⁰ Augé define “não-lugar” em oposição ao lugar antropológico – um espaço identitário, relacional e histórico – “um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar” (2001, p. 73).

Em contraponto à ideia de que a prática, por meio da atribuição de sentido, faz do espaço um lugar, Ingold (2015) traz as noções de espaço e lugar para o seu universo conceitual, em que as coisas, que podem ser tanto os objetos quanto os conceitos, possuem agência e estão interconectados. Ingold explicita seu diálogo com Latour (2012) e a teoria do Ator-Rede, e com a filosofia de Lefebvre (Lefebvre 1974) de onde toma de empréstimo o termo malha. De maneira geral, em Ingold as coisas não seriam apenas pontos que se juntam às linhas, elas seriam as próprias linhas que, dotadas de agência, têm suas trajetórias entrelaçadas em uma malha. Dito de outra forma, é como se todas as coisas – os objetos, os conceitos – fossem por si só trajetórias e não pontos conectados por nós. É de dentro desta perspectiva, onde nós e os objetos somos uma coisa só, que Ingold define “o espaço é nada, e porque é nada não pode absolutamente realmente ser habitado”, ou seja, tudo que existe são trajetórias interconectadas, fluxos que se encontram, se entrelaçam e formam um lugar cuja a fronteira é muito mais difusa. (2015, p. 215).

Podemos dizer que Ingold está mais interessado em pensar espaço e lugar desde o seu universo conceitual do que traçar paralelos com autores considerados mais clássicos para esta temática. Entretanto, se tomarmos o conceito de não-lugares, como um lugar entre lugares, podemos tentar dar um passo adiante e vislumbrar os lugares como trajetórias, como assinala o autor “os lugares, em suma, são delineados pelo movimento e não pelos limites exteriores ao movimento” (2015, p. 220).

Por conseguinte, Ingold assinala que passa a tomar os frequentadores dos lugares por habitantes, em detrimento de moradores, pois estes não teriam as vivências atreladas a um único lugar. E ele continua “enquanto a ocupação é de uma área, a habitação é linear. Ou seja, leva as pessoas não através da superfície da terra, mas ao longo dos caminhos que levam de um lugar a outro” (2015, p. 220).

Por este ângulo, é na “malha de trilhas interligadas ao longo das quais as pessoas vivem suas vidas” que o mundo que habitamos é construído por nós. É, então, o movimento de estar na trilha que nos coloca em “algum lugar”. Dito de outra forma, em Ingold, a cultura não é vista como uma coisa dada e/ou capaz de construir alguma coisa. Ao contrário, são as pessoas que agem e constroem o mundo que habitam e é neste movimento que os significados são acionados.

Na tentativa de traçar um paralelo com as questões suscitadas em campo, podemos pensar no movimento dos habitantes da Culatra, por meio dos atalhos acima identificados, como análogos às “malhas de trilhas interligadas” que constituem a ilha ao longo dos caminhos que levam de um lugar para outro dentro do lugar da Culatra.

Como vimos anteriormente, diante de um contexto de incerteza, a construção e consolidação de suas narrativas históricas são instrumentos capazes de produzir centralidade e legitimidade em suas origens (Diegues 1998, p. 107–108). Desde as primeiras migrações para a ilha, no final do século XIX, os moradores têm se habituado permanentemente às condicionantes do meio natural, fatores como a “progressiva construção, destruição e reconstrução” do espaço insular, que mesmo sendo em parte previsíveis, acabam por ditar o ritmo e a forma como se habita o lugar da Culatra.

Partindo desta premissa, o próximo capítulo dará atenção à ação de mobilização local, e seus desdobramentos, que ficou conhecida como *O Dia da Ilha*. Será interessante perceber os fluxos de construção narrativa, especialmente das noções de identidade e comunidade, sob a ótica das escalas local-global, para pensar na esteira geopolítica da realidade local e suas articulações com as diretrizes globais.

CAPÍTULO 3

Do candeeiro a petróleo ao *Dia da Ilha*: a “negociação da realidade” na comunidade identitária culatrense

“Isto era uma escuridão que ninguém faz ideia... era tudo a candeeiro a petróleo” (moradora, 63 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Até aqui, acompanhamos a consolidação da ocupação em núcleos familiares, que inicialmente viviam sobretudo da pesca, mas também da criação de animais e plantação de alimentos para subsistência. Mas, a partir da década de 1970, alguns acontecimentos, como a incorporação do território a uma área de reserva ambiental, em 1976, e depois ao Parque Natural da Ria Formosa, em 1978, colocaram em xeque a legitimidade daquela ocupação historicamente marcada. Agora, veremos que, no ano de 1987, surge uma série de boicotes às eleições – legislativas, autárquicas e também europeias –, que tinham como escopo a luta pelo direito ao território, bem como a reivindicação do acesso a condições de permanência como energia elétrica, água canalizada e saneamento básico. Desde então, é comemorado, no dia 19 de julho, o *Dia da Ilha*. Aos poucos, chegam novos materiais, novas tecnologias. Há questões da ilha e dos ilhéus que são semelhantes ou que refletem questões globais de muitos outros lugares. Assinala-se também a gradual transposição nos modos e do estilo de vida local dos ilhéus.

3.1. “Já tô farto de candeeiros a petróleo, quero luz elétrica”

Foi o boicote às eleições porque nós naquela altura aqui na ilha éramos completamente desprezados pela autarquia de Faro (..) o lixo que existia no Farol era depositado aqui na Culatra e nós começamos pensar: então quer dizer que o Farol é tudo casa de férias, e o lixo vem colocar na Culatra?! (morador, 61 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Aquilo nasceu numa conversa no café, pá, vamos fazer, vamos fazer, não tínhamos luz, não tínhamos água, não tínhamos nada e temos que lutar, temos que batalhar, temos que montar uma associação, e foi assim. Veio o 19 de julho, que foi as eleições, e boicotamos as eleições. Boicotamos e optamos por fazer uma manifestação, eram dez ou doze pessoas, levamos a noite toda a rasgar lençóis da minha mãe, a pintar faixas, pôr bandeiras” (...) e foi assim que nasceu o que a ilha é hoje, a ilha nasceu nessa altura, do 19 de julho” (morador, 54 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

A partir da década de 1980, o acentuamento do processo de globalização, o avanço tecnológico e as mudanças na percepção de tempo e espaço, desencadearam uma série de transformações culturais. Entre estas transformações, já exaustivamente descritas (Giddens 1991; Mantecón 1993; Hannerz 1999; Beyer 2007; Ribeiro 2008), nos interessa a relação entre o ressurgimento das identidades locais e o nascimento de culturas globais. Neste sentido, somos levados a entender que uma identidade local, tal qual a reivindicada pelos moradores da Culatra, se embasa na histórica e processual ocupação territorial como forma de garantir o reconhecimento de sua singularidade e importância dentro do contexto nacional e europeu.

Uma vez fortalecidas, as identidades locais passam a integrar a disputa dentro do sistema de culturas globais, momento em que é necessário negociar a permanência de suas especificidades dentro da cíclica, e contraditória, diferenciação e homogeneização que sustenta o sistema capitalista global. Este supracitado processo cíclico de produção de singularidade e diferença pode ser observado na Culatra a partir da narrativa histórica de ocupação que, somada às várias iniciativas com vistas à permanência ao longo dos anos, reafirma a identidade comunitária.

Pode-se dizer que uma das iniciativas mais emblemáticas e que, de certa forma, foi a pedra fundamental para o movimento identitário culatrense, é a narrativização do *Dia da Ilha*, apresentada a seguir. Da mesma forma que, a recente campanha de transição energética – que singulariza e insere a identidade coletiva em uma tendência global que garantirá, a princípio, reconhecimento e fortalecimento local – parece inaugurar uma nova ferramenta para falar de cultura e reivindicar identidade: a sustentabilidade.

Segundo a narrativização⁶¹ recorrentemente enunciada em trabalho de campo, o marco da luta por melhores condições de moradia e permanência tem início no ano de 1987, quando o primeiro boicote às eleições legislativas foi organizado pelos culatrenses (figuras 34, 35 e 36), em resposta à falta de atenção dada às suas demandas pela câmara de Faro. Por este ângulo, somos levados a uma aceção de que as narrativas vão além da simples reprodução das experiências que dão ordem ao vivido. Ao contrário, a narrativização subentende o desencadeamento de um processo de triagem, compreensão e reordenamento pautado no

⁶¹ Tomamos o conceito de narrativização no sentido atribuído por Cardoso (2007) , para ela, “a experiência ou o evento deixa de ser a origem da narrativa, a evidência que autoriza o discurso, para ser aquilo sobre o qual o ‘conhecimento’ e os ‘significados’ são produzidos (...) a narrativização é tida então como um processo de significação através do qual ‘experiência’, ‘sujeito’ e ‘evento’ são simultaneamente constituídos — um processo através do qual o sujeito se posiciona enquanto sujeito em uma ‘realidade social’ (...) engendrando um espaço interpretativo no qual se abre a possibilidade de novas percepções do cotidiano (2007, p. 320).

presente e que abre espaço para a concepção das experiências e dos eventos, não só do sujeito em si como também dos sujeitos em coletividade.

Outrossim, não é à toa que Hall (2014) fala da construção das identidades desde “dentro e não fora do discurso (...) produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas”. Em outros termos, pode-se dizer que as identidades são forjadas pelos sujeitos dentro dos discursos do que Hall sinaliza como a “narrativização do eu”, em que as identidades se valem dos recursos “da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no que nos tornamos” (2014, p. 109). Trazendo para perto, o *slogan* que dá título a esta tese doutoral: “Nós somos ilhéus, juntos somos mais fortes”, é possível traçar um paralelo entre a “narrativização do eu” e uma constante narrativização do nós que é acionada pela sentença acima, movimento que revela muito daquilo que escolheram se tornar. Ou, nas palavras de Elias e Scotson:

Elas haviam atravessado juntas um processo grupal – do passado para o futuro através do presente – que lhes deu um estoque de lembranças, apegos e aversões comuns. Sem levar em conta essa dimensão grupal diacrônica, é impossível compreender a lógica e o sentido do pronome pessoal ‘nós’ que elas usavam para se referir umas às outras (2000, p. 38).

Neste sentido, a narrativa das dificuldades, e agora da superação, fortalecem a imagem do “ideal do nós” projetado entre os membros do grupo.



Figura 34: Mobilizações – “por que não se faz?”. acervo AMIC/1987.

Isso foi na noite anterior ao boicote (...) resolvemos fazer isso com tintas, pontas de feltro, com marcadores eram os lençóis rasgados ao meio – estou a ver aquilo – estendidos no chão (...) um era da saúde e dizia: “Vamos morrer com falta de médico”, outro era do lixo, outro era do esgoto, porque isso antigamente não tinha esgoto e as fezes eram enterradas na areia. (...) Era saúde, era esgoto, era escola (...) quatro ou cinco temas que tocamos ali e as pessoas compreenderam a mensagem (morador, 54 anos, entrevista realizada no ano de 2018).



Figura 35: Mobilizações – “Estamos fartos”. acervo AMIC/1987.



Figura 36: Mobilizações – “morro com falta de médico”. acervo AMIC/1987.

Reunimos uns quantos indivíduos e fomos ter uma reunião na câmara de Faro e o presidente da câmara não nos atendeu, voltamos a pedir outra vez reunião e ele também não atendeu. Não nos atendeu e pensamos: ‘Pronto, acho que a solução pra isso tem que ser o boicote’ e um dia antes do dia 19 de julho formamos um grupo e começamos então a fazer a forma do boicote (...) perdemos a noite toda a fazer desenhos e frases ‘precisamos de água, precisamos de luz’ e trancamos a escola (...). E quando era de manhã já, quando veio um senhor de Faro com os votos para ir abrir a escola, nós já tínhamos avisado as pessoas que se houver um problema qualquer porque em Portugal um boicote eleitoral não pode acontecer, que a gente toca o sino a rebate e o pessoal vêm. Aquilo passou, os homens que traziam os votos foram para o governo civil contar o que se passava e mandaram logo a intervenção pra cá. E o que era a intervenção? Era a polícia marítima de Olhão, a GNR [Guarda Nacional Republicana] ainda não tinha entrado muito aqui. A polícia marítima veio, nós tocamos o sino a rebate e juntou-se a ilha toda em peso, aquilo tinha que ter os responsáveis e quando o sino tocou que veio o povo todo já não houve responsáveis, somos todos nós (...) crianças, mulheres grávidas, mulheres novas, mulheres velhas, homens novos, homens velhos na ilha foi um dia extraordinário (morador, 61 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Como se pode perceber, a narrativização do *Dia da Ilha*, tal como nos é apresentada, é permeada por ideias de consenso, união e mobilização. Características que dão o tom da legitimidade às reivindicações, e as sucessivas ações, que pressupõem a negociação da realidade local, desencadeadas a partir deste momento histórico. Ou, ainda, um conjunto de forças que nos dão elementos para falar na coesão grupal (Elias, Scotson 2000) [1990], uma característica marcante que permite uma identificação coletiva entre os estabelecidos em contraponto aos *outsiders*.

O que as pessoas pensavam que era uma manifestação que ia haver confusão, barafunda, não, aquilo foi pacífico. Até houve almoço, houve festa com as urnas abertas (...) estavam as autoridades conosco a comer, a beber e tudo tranquilo, foi uma coisa superpacífica (...) só tivemos que ver qual era a melhor maneira de ninguém ser prejudicado. E a maneira de ninguém ser prejudicado era: vêm as urnas, abrem-se as urnas, abrem-se as mesas de voto e ninguém vota, e foi assim que foi feito! (morador, 54 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Entretanto, mesmo depois do primeiro boicote, no ano de 1987, os culatrenses não chegaram a ser recebidos pela câmara de Faro e, na sequência, se reuniram – no que depois ficaria configurado como a primeira assembleia geral dos moradores da ilha – para discutir a situação e pensar nas soluções. Neste movimento, foram percebendo que, para serem ouvidos, deveriam se organizar de forma associativa, formalmente, e deste processo coletivo nasceu a AMIC, a associação de moradores da ilha.

Continuamos a não ser recebidos, depois tivemos aqui uma assembleia, nós bem dizer não sabíamos o que era uma assembleia, mas, pronto, tivemos uma assembleia no local que é o restaurante do Tavinho – e que na altura era um cinema ambulante de um senhor que vinha com um gerador, José Martins, que

era a única coisa que tínhamos para fazer aqui – (...) fizemos uma assembleia geral com o povo todo da Culatra e a contar e ver onde é que a gente chegava e formamos então a associação de moradores, contratamos um advogado para fazer o estatuto e ver este tipo de coisas (...) e depois, a partir daí a associação foi constituída e começamos a pedir a reunião já oficializados, fomos recebidos uma ou duas vezes, mas as coisas não correram bem e levamos uma série de anos nisso, e toda a eleição que havia, havia boicote (...) não íamos votar! (morador, 61 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

O aprendizado, que emergiu do cotidiano, começa a transformar politicamente as reivindicações locais. Ainda assim, as conquistas não foram imediatas e foi preciso uma sucessão de boicotes até que fossem de fato atendidos. A exemplo das eleições autárquicas no ano de 1989 cuja reportagem disponível no sítio eletrônico da destinado aos arquivos da RTP – Rádio e Televisão de Portugal ⁶² dá conta de que:

Também na Ria Formosa está a Ilha da Culatra, o grande quebra-cabeças dos candidatos, é que os habitantes há anos que querem a ilha eletrificada mostram-se fartos de promessas e já boicotaram dois atos eleitorais, são cerca de quatrocentos votos que podem ser decisivos para a escolha do novo presidente (extraído de antevisão das eleições autárquicas em Faro, 13/12/1989).

Contudo, nestes boicotes, já não trancavam a escola, ao contrário, as urnas eram abertas e as pessoas, tanto da Culatra quanto do Farol, eram mobilizadas para não votar. E, apropriando-se deste histórico, acabaram decidindo que o dia 19 de julho seria o Dia da Culatra, para comemorar as mobilizações para o boicote com um ganho coletivo. A data, comemorada inicialmente no período diurno (figuras 37 e 38) passa a ser comemorado à noite, com um jantar⁶³. Por um lado, por conta da diminuição significativa dos boicotes que já não exigiam a mobilização frente às urnas, e por outro, para não conflitar com as atividades laborais dos moradores.

Volta a haver eleições e nós deixamos abrir as urnas (...). O que pensamos? Pensamos então naquela passadeira, a passadeira principal até a escola e uns tinham fogareiros a assar carne, outros tinha o fogareiro a assar peixe, outros tinham um petisco ali ao lado, outros estavam no ‘cerro’ na banda de lá – cerro que eu digo é as dunas – lá do outro lado para que não viessem do Farol para votar, outros aqui deste lado para que o pessoal da Culatra, algum que tivesse um pouco a querer votar que não viesse votar (...) a malta oferecia lá alguma coisa e as urnas abriram e até as sete horas da tarde ninguém pôs lá os pés (...) foi aí que idealizamos e, bom, a partir de agora o 19 de julho tem que ser marcado e assinalado como Dia Culatra, e que fazemos sempre uma festa neste dia e as pessoas levam então o seu lanche e festejamos, e é o que vai acontecer nos dezenoves de julho todos é feito. Houve uma altura que era feito de manhã, agora é feito à noite. (...). Anos depois de não votarmos, os

⁶² Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/antevisao-das-eleicoes-autarquicas-em-faro/>. Acesso em 6/5/2021.

⁶³ O último registro fotográfico da realização do evento durante o dia, localizado no acervo da AMIC, data do ano de 2004.

candidatos à câmara de Faro nos chamaram para irmos lá falarmos com os candidatos e nos prometeram que se, pronto, é aquelas promessas, que se votássemos, que as coisas funcionavam (...) e nos anos seguintes começamos a votar e começou então o desenvolvimento da Ilha da Culatra, com passadeiras, em 1991 a luz, em 1992 surgiu o infantário, porque antes disso era uma ilha completamente abandonada, não existia nada aqui. E depois, em todo o dia 19 de julho temos tentado inaugurar alguma coisinha que vai sempre ficando marcada nesta data (morador, 61 anos, entrevista realizada no ano de 2018).



Figura 37: O Dia da Ilha – Convívio 1. Fonte: acervo AMIC/2002.



Figura 38: O Dia da Ilha – Convívio 2. Fonte: acervo AMIC/2004.

Dessa forma, os boicotes foram então sendo usados ao longo dos anos como um instrumento para chamada de atenção às suas reivindicações, não só a partir de meados da década de 1980, mas também em outros momentos, a exemplo das eleições legislativas do ano de 2002⁶⁴ cuja reivindicação era a implementação da rede de água e esgoto. E nas eleições europeias, no ano de 2014⁶⁵, sobre o mote da regularização das habitações na ilha⁶⁶ e as ações da Polis Litoral Ria Formosa.

⁶⁴ Disponível em: <https://www.publico.pt/2002/03/17/politica/noticia/eleicoes-calmas-com-apenas-tres-boicotes-75463>. Acesso em 6/5/2021.

⁶⁵ Disponível em: <https://www.sulinformacao.pt/2014/05/habitantes-da-ilha-da-culatra-boicotam-eleicoes-europeias/>. Acesso em 6/5/2021.

⁶⁶ A temática da regularização das habitações na ilha será apresentada nas próximas seções do presente capítulo.

Entretanto, cabe assinalar que as décadas de 1970 e 1980 foram decisivas para o desenvolvimento social e econômico de Portugal e, de certa forma, reverberaram em solo culatrense. Vindo de um regime ditatorial fascista, conhecido como Estado Novo⁶⁷, o país eterniza a Revolução dos Cravos,⁶⁸ em 25 de abril de 1974, cujo objetivo foi a restauração da democracia⁶⁹ em solo português. Este momento de efervescência popular foi decisivo para os rumos da história do país, pois foi a partir do processo de redemocratização, outrora em curso, que os movimentos associativos populares se formalizaram⁷⁰. Na Culatra, um exemplo é a fundação do CUC, ainda em dezembro de 1974, que embora já existisse na prática como muitos coletivos espalhados pelo país, tornou-se legalmente possível depois da instauração do regime democrático.

⁶⁷ Para Fernando Rosas (1989) foi a longa crise no sistema liberal português na Primeira República (1910-1926) que desembocou na Ditadura Militar de 1926 e depois no Estado Novo (1933-1974) que, conforme assinala Rampinelli (2011), fez uso de discursos religiosos e conservadores em contraponto às ideias liberais e laicas predominantes na Primeira República. Sob o lema “Deus, Pátria e Família”, o período ficou conhecido também por Salazarismo, em referência a António de Oliveira Salazar, que centralizou o poder durante a maior parte do regime autoritarista, nacionalista e antiparlamentar.

⁶⁸ Em 25 de abril do ano de 1974, o MFA – Movimento das Forças Armadas – articula um golpe que encerraria a ditadura em Portugal. O golpe destituiu o governo, com forte apoio dos populares que foram às ruas em Lisboa declarar “morte ao fascismo” (Varela, Paço, Alcântara 2014). O movimento que ficou conhecido como Revolução dos Cravos – conta-se popularmente que uma trabalhadora teria dado um cravo a um soldado que havia lhe pedido um cigarro e, como ela só tinha cravos, foi o que lhe ofereceu, o soldado teria colocado o cravo na ponta do fuzil e os colegas acabaram por repetir o gesto – é considerada a última revolução social de esquerda na Europa durante o século XX (Varela, Fontes 2020), os autores argumentam “que a característica fundamental da revolução portuguesa de 1974/75 é a luta sociológica de classes sociais travada dentro das empresas e, sobretudo, nas grandes unidades industriais”.

⁶⁹ Para Fernando de Sousa (2000), “Portugal, na sequência da Revolução de 25 de Abril de 1974, conheceu uma mudança radical do conceito estratégico nacional, a mudança mais radical dos últimos séculos quanto às nossas representações geopolíticas”, e enfatiza que “não se tratou apenas da refundação do regime político, com o regresso à democracia. Tratou-se, igualmente, do fenómeno da descolonização, que acompanhou o processo de democratização. O desígnio colonial, o chamado mito imperial do Estado Novo, era, afinal, um mito velho de seiscentos anos, que perpassou como um fio condutor, da Monarquia para a República e da República (1910-1926) para a Ditadura (1926-1974) (2000, p. 192).

⁷⁰ Entre estes movimentos destaca-se o que ficou conhecido como “um processo revolucionário no sul de Portugal” e que tem como cerne o acirramento das reivindicações por melhorias nas condições, e garantias, laborais e salariais entre os trabalhadores rurais da região. Seu desenvolvimento encorajou um forte “movimento espontâneo de ocupações de terras” que, grosso modo, viabilizou a reforma agrária decorrida no ano de 1975 (Varela, Piçarra 2016).

Outra movimentação possibilitada pela redemocratização foi, no ano de 1977, a abertura das negociações⁷¹ para a entrada de Portugal na CEE – Comunidade Económica Europeia acordada com a assinatura do Tratado de Adesão de Portugal lavrado no ano de 1985 e a efetiva entrada do país no bloco europeu em 1986. O então primeiro-ministro Mário Soares, outrora membro do PC – Partido Comunista, e um dos fundadores do PS – Partido Socialista, foi o principal entusiasta da adesão ao bloco europeu. Convém ressaltar que a adesão ao bloco não foi de todo pacífica e coube ao próprio PC alavancar o movimento contra a entrada de Portugal na CEE⁷².

⁷¹ No ano de 1977, o primeiro-ministro português Mário Soares explica as razões do pedido de adesão, no decorrer de uma visita à CEE em Bruxelas. Soares enfatiza o duplo desafio: seja para Portugal, seja para a Europa face às dimensões das mudanças políticas e sociais ocorridas ou em curso no Sul da Europa à época. Para ele, ignorar esta realidade só iria aumentar as diferenças que separavam ainda, em termos económicos, a Europa do sul da Europa do norte, com todos os perigos de desintegração e de ruptura para a Europa, a longo prazo. Entre os desafios citados pelo primeiro-ministro estava uma série de ações que visavam à adequação do país às políticas do bloco, tais como: programas de melhoramentos das estruturas industriais, modernização dos setores agrícola e da pesca e desenvolvimento de infraestruturas que foram suportadas por aportes financeiros lavrados em acordos de pré-adesão em favor de Portugal. Disponível em <https://eurocid.mne.gov.pt/portugal-na-europa/cronologia-da-adesao>. Acesso em 6/5/2021.

⁷² Entre as discussões propostas pelo PC estavam as ressalvas relativas aos “condicionalismos do Mercado Comum e da União Europeia e as limitações à independência”, apresentadas no “Programa do PCP Uma Democracia Avançada no limiar do século XXI”, no ano de 1988. Disponível em: <https://www.pcp.pt/partido/programa/index.html>. Acesso em 6/5/2021.

Na sequência da concretização da adesão portuguesa à CEE, uma série de ações que buscavam a integração econômica, política e social do país às diretrizes e objetivos do bloco⁷³ foram fomentadas. No que concerne à Ilha da Culatra, destaca-se o PNLCP – Projeto Nacional Luta Contra a Pobreza⁷⁴ que teve suas ações concentradas nas chamadas “zonas prioritárias e de maior risco social”, sendo a ilha uma das localidades elegíveis às ações do projeto possivelmente por se enquadrar no que foi descrito como “zonas piscatórias incapazes de acompanhar os processos de reestruturação tecnológica exigidos pela adesão às Comunidades Europeias” (OIT 2000, p. 62). Contudo, cabe assinalar que neste íterim de cerca de trinta anos⁷⁵, a Ilha da Culatra passa de beneficiária de um projeto de combate à pobreza para pioneira do projeto piloto do Secretariado Europeu para a Energia Limpa nas Ilhas.

3.2. O Dia da Ilha

Cada um leva sua comida, estamos lá dentro, há discursos, há aquela história toda, mas é diferente das outras festas todas, foi aí que o 19 de julho começou a ser importante (morador, 61 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Durante a estada em campo, pude acompanhar duas edições do *Dia da Ilha*, nos anos de 2018 e 2019. A celebração comemora o aniversário da AMIC e as conquistas coletivas desde sua fundação, em 19 de julho de 1987. A data era sempre lembrada com grande entusiasmo na ocasião de entrevistas, e mesmo em algumas conversas informais com os moradores da ilha. As narrativas que me eram apresentadas davam conta de um acontecimento histórico coeso descrito com detalhes capazes de ligar os ilhéus àquela memória criada, e sempre recontada, ao longo de mais de três décadas.

⁷³ Segundo informações publicadas pelo Parlamento Europeu, “A luta contra a pobreza e a exclusão social constitui um dos objetivos específicos da UE e dos estados-membros em matéria de política social (...) a UE tem por objetivo reforçar a inclusão e a coesão da sociedade europeia e permitir a todos os cidadãos gozarem de igualdade de acesso às oportunidades e aos recursos” (Kennedy, Boudalaoui-Bueresi 2020, p. 1).

⁷⁴ Segundo informações do relatório da OIT – Organização Internacional do Trabalho, o PNLCP nasce espelhado nos moldes do PELCP – Projeto Europeu de Luta contra a Pobreza, que contou com três edições entre os anos de 1975 e 1994, sendo que em Portugal a iniciativa decorreu entre os anos de 1990 e 1994. O PNLCP surge então, “por um lado, da necessidade de dar respostas às situações de carência e desfavorecimento em que se encontravam vários indivíduos e grupos sociais, quer em zonas rurais, quer em zonas urbanas e suburbanas, e, por outro lado, da possibilidade e encorajamento para desenvolver essas respostas, a partir dos exemplos europeus” (OIT 2000, p. 59).

⁷⁵ Aqui, consideramos o período entre a entrada da Ilha da Culatra no programa PNLCP no ano de 1990 até a implementação do projeto “Culatra 2030”, em 2019.

Ainda que, em grande medida, me sentisse afetada (Favret-Saada, Siqueira 2005) pelo brilho nos olhos que quase sempre emolduravam as descrições e narrativas, a oportunidade de presenciar as festividades deu-me acesso a (re)elaboração de minhas próprias memórias, bem como do entendimento das profundas dimensões – histórica, social e política – atinentes ao *Dia da Ilha*.

Nas duas ocasiões (2018 e 2019), fomos convidados⁷⁶ pela AMIC para participar do jantar com assentos junto à “mesa dos vips⁷⁷” reservada para os convidados da associação, que em sua maioria representam instituições públicas e/ou privadas que nutrem relações com a Ilha da Culatra. Por norma, quando há eventos, os convidados externos são recepcionados pelos representantes da AMIC logo que chegam, e quase sempre ancoram as embarcações no Porto de Abrigo, e são acompanhados até o local do evento. Geralmente, alguma inauguração acontece no caminho entre o desembarque e o Polidesportivo, onde a estrutura para o jantar convívio é montada.

No ano de 2018, houve a inauguração do Centro de Telemedicina, acomodado em uma das salas do Polidesportivo. Em 2019, teve lugar a inauguração da exposição fotográfica “Festa da Nossa Senhora dos Navegantes: quando imagens e gentes fazem uma romaria sobre as águas”, uma ação de divulgação das atividades da equipe de investigação, da qual fiz parte, para o INPCI. Aliás, houve algumas mudanças significativas entre as duas edições. A primeira delas, é que no ano de 2019 as obras de requalificação do núcleo habitacional – que acompanhamos no capítulo precedente – já estavam em curso, e por esse motivo a zona do Largo da Igreja já estava cimentada. Outra modificação foi em relação ao formato das comemorações, que distribuiu uma série de atividades em quatro dias de programação organizada por temas, a saber: cultural, social, solidariedade/sustentabilidade e ambiental (figura 39).

⁷⁶ Conforme apresentado no capítulo 1, minha aproximação com a Culatra acontece quando passo a integrar a equipe de investigação do INPCI – Inventário Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial da Festa em Honra da Nossa Senhora dos Navegantes Ilha da Culatra, e por este motivo recorro ao plural para descrever algumas situações neste âmbito.

⁷⁷ Foi assim que um dos interlocutores se referiu à mesa da AMIC quando perguntou à equipe do projeto onde estávamos sentados: “estão na mesa dos vips”.

**32º ANIVERSÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA ILHA DA
CULATRA**

PROGRAMA

19 de Julho de 2019

“DIA DA ILHA”

Dia 18 - Cultural

Cinema ao ar livre (Largo da Igreja)

Abertura – 21:00h

- Documentário “O Jovem e o Mar”
- Documentário do Projeto OPP - Festa da Nossa Senhora dos Navegantes: quando imagens e gentes fazem uma romaria sobre as águas (Estreia)
- Exibição do Filme “Areia, Lodo e Mar”

Dia 19 – Social

19:00 – Receção aos convidados no Largo da Igreja

19:30 – Inauguração da Exposição do Projeto OPP - Festa da Nossa Senhora dos Navegantes: quando imagens e gentes fazem uma romaria sobre as águas

20:00 – Abertura do Recinto

Jantar Convívio com a população
(Comida e Bebida à venda no Recinto)

21:30 – Homenagens

22:00 – Parabéns à Ilha da Culatra

Animação musical com convidado especial Domingos Caetano (Iris)

22:30 – Noite de Fado

Fadista Sérgio Gonçalves acompanhado por Domingos Caetano, Flávio Henriques e Luis Santos

00:30 – Encerramento

Dia 20 – Solidariedade / Sustentabilidade

CULATRA 2030

Sunset Solidário (Largo da Igreja)

Abertura – 18:00h

Fundo Ambiental Culatra 2030

Dia 21 – Ambiental

Concentração – 10:00 (Largo da Igreja)

Ação de limpeza no âmbito da Campanha “Ria Formosa sem Plásticos”

Apoios: Clube União Culatrense, Associação Nossa Senhora dos Navegantes, Junta da Freguesia de Olhão, União das Freguesias de Faro, Culatra 2030, Make It Better, Ginásio Naval de Faro, aECO, CRIA e outros.

Figura 39: Programação do Dia da Ilha. Fonte: AMIC/2019.

A programação cultural, que abriu as comemorações, foi voltada para a população local com uma sessão de cinema ao ar livre no Largo da Igreja, requalificado. O destaque da noite foi a estreia do documentário realizado no âmbito do INPCI – Inventário Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial. No dia seguinte, as atividades denominadas de cunho social abarcaram o tradicional jantar convívio pelo aniversário da AMIC e do *Dia da Ilha*. Na sequência, a temática solidariedade/sustentabilidade deu destaque à inauguração do Fundo Culatra 2030 – Fundo de Responsabilidade Social e Ambiental da Ilha da Culatra⁷⁸ que pretende angariar fundos por meio da comercialização de produtos reutilizáveis, tais como copos e sacos de pano. E finalmente a programação ambiental encerrou as comemorações com a promoção de uma ação de limpeza no âmbito da Campanha nacional “Ria Formosa sem Plásticos”.

O jantar convívio permeia a narrativização do *Dia da Ilha*, e a partir dele é possível visualizar algumas das dinâmicas descritas e (re)contadas no decorrer do trabalho de campo. Durante o dia já se percebe um clima de festa e certa pressa para realizar as atividades cotidianas em tempo de se “arranjar” para o jantar. As atividades decorrem no pátio interno do CUC, que ao longo do dia vai sendo tomado por fileiras de mesas e cadeiras longitudinalmente dispostas em frente ao palco. Em cada uma das mesas, está afixado um papel com o nome da pessoa, ou família, à qual o lugar se destina. Por fim, a fileira central é reservada aos convidados da AMIC (figura 40).

⁷⁸ Segundo informações disponíveis na página do Projeto Culatra 2030, “O Fundo Culatra 2030 é um fundo gerido pela AMIC para a sustentabilidade ambiental da Ilha, e que permitirá aos residentes aceder a um plano de microcrédito para financiar obras de climatização passiva e produção de energia descentralizada. Pretende-se criar emprego dinamizando a organização e gestão dos fundeadouros, loja náutica e estação de serviço aos veleiros, coleta de contribuições dos visitantes negociando uma percentagem do bilhete do barco da carreira, campanhas de sensibilização, *crowdfunding* etc.”. Disponível em: <https://www.culatra2030.pt/barreiras-e-oportunidades.html>. Acesso em: 6/5/2021.



Figura 40: O *Dia da Ilha* – preparativos. Fonte: Mariela Silveira/2018 e 2019.

Fiquei em frente às mesas observando e fotografando a movimentação. Os grupos familiares vão chegando aos poucos e se acomodando nos lugares marcados. Mesmo havendo venda de comida e bebida no recinto, a grande maioria das pessoas trazem a sua própria refeição (figuras 41, 42 e 43).



Figura 41: O *Dia da Ilha* – Chegada das famílias 1. Fonte: Mariela Silveira/2018.



Figura 42: O *Dia da Ilha* – Chegada das famílias 2. Fonte: Mariela Silveira/2018.



Figura 43: O *Dia da Ilha* – Partilhas e convívio. Fonte: Mariela Silveira/2018.

Embora o jantar tivesse sido oficialmente marcado para as oito da noite, não há espera para que todos iniciem a refeição juntos. Rapidamente, o convívio vai tomando forma consoante as panelas e os diversos utensílios vão sendo dispostos sobre as mesas e tendo as vozes, as conversas e os risos como música ambiente que dita o ritmo da circulação de pessoas de uma mesa a outra.

Já os convidados da AMIC chegam todos quase que em simultâneo e logo se acomodam à mesa que a esta altura já tem petiscos de entrada e água à disposição (figuras 44 e 45).



Figura 44: Mesa vip 1. Fonte: Mariela Silveira/2018.



Figura 45: Mesa vip 2. Fonte: Mariela Silveira/2018.

Na sequência, os outros pratos, bem como outras bebidas vão sendo servidos pelas funcionárias da AMIC que fazem as vezes de garçonetes. Os pratos, tanto os trazidos pelos moradores quanto os servidos e vendidos no recinto, são majoritariamente, para não dizer todos, à base de frutos do mar, uma característica marcante da alimentação local.

Depois do jantar, por volta das dez horas da noite, as atenções se voltaram para o palco em frente às mesas, dando início à parte solene do evento, com discursos, entrega de medalhas e homenagens encabeçadas pelos representantes da AMIC. Na fala de abertura, no ano de 2018, foram citados os nomes de todos os representantes institucionais presentes, tais como: deputados do Algarve na Assembleia da República, presidente da Câmara Municipal de Faro e capitão do Porto de Olhão. O discurso da AMIC se centrou nas obras de requalificação da Polis e no impasse gerado a partir da falta de regularização das habitações.

Não podia deixar aqui de agradecer o grande projeto que temos em andamento e a Sociedade Polis, com o seu presidente aqui presente, e ao governo que realmente transformou o projeto que tinha como principal objetivo as demolições em um projeto de requalificação da Culatra! (representante da AMIC, 19 de julho de 2018).

Conto com todos os que estão aqui presentes e têm influência política, para que os títulos sejam atribuídos o mais rapidamente possível para que as regras e protocolos da gestão do espaço público sejam resolvidas (...). Os casais novos da Culatra querem continuar a viver cá e temos que dar a todos eles possibilidades de viver na Culatra, são descendentes de pescadores, têm esse direito, querem dar continuidade à atividade e querem manter-se a trabalhar na ilha, portanto vamos trabalhar para que esta situação se resolva o mais rapidamente possível (representante da AMIC, 19 de julho de 2018).

É neste momento que se percebe o enquadramento das pessoas e instituições com as quais a ilha se relaciona. Já em 2019, o foco do discurso da AMIC esteve na atuação dos deputados na votação da lei que deu o direito à moradia por, pelos menos, mais trinta anos. A solenidade foi encerrada com o habitual parabéns à Ilha da Culatra, com direito a bolo e velas (figura 46).



Figura 46: O *Dia da Ilha* – Hora dos parabéns. Fonte: acervo AMIC/2004.

Depois, por volta da meia-noite, iniciaram-se as atrações musicais, momento em que os convidados institucionais retornaram ao continente e os portões do CUC foram abertos ao público em geral, a exemplo dos turistas que costumam circular pela ilha na época balnear.

Ao longo das décadas, o *Dia da Ilha* se constituiu, por um lado, como o momento para inaugurações e homenagens e, por outro, como espaço para estratégia e negociação política que se concretiza com a presença, ou ausência, dos representantes dos órgãos governamentais e privados com os quais a AMIC mantém relações institucionais.

O convite à participação no *Dia da Ilha* oferece não só assento à mesa dos vips, mas principalmente sinaliza o alinhamento de visões dentro deste jogo perene de negociação da realidade (Velho 2006). Um destes momentos, em que a negociação é evidenciada, foi o *Dia da Ilha* do ano de 2016, ocasião em que as festividades ocorreram exclusivamente com a população local que deixou as “forças políticas e entidades à porta⁷⁹”. Velho (2006) ainda assinala que “a construção e a dinâmica de identidades individuais e sociais” está intimamente atrelada à “importância da organização social do espaço e dos lugares de memória” (2006, p. 244).

⁷⁹ Disponível em: <https://www.sulinformacao.pt/2016/07/moradores-da-ilha-da-culatra-fazem-festa-e-deixam-forcas-politicas-e-entidades-a-porta/>. Acesso em: 6/5/2021.

Não por acaso esta dinâmica entre a identidade coletiva e a organização social do lugar nos dá pistas valiosas para entendermos a posição, relativa e relacional, que define e diferencia os estabelecidos e os *outsiders* de acordo com o movimento do jogo de forças e interesses a serem negociados. Arrisca-se a dizer que, em um primeiro momento, os estabelecidos “somos nós: os ilhéus” e que “juntos somos mais fortes” frente às tentativas externas de inviabilizar a permanência e, por consequência, a legitimidade da ocupação histórica. Em outras palavras, é uma identidade coesa, coletiva e política capaz de conduzir e articular o diálogo para além das fronteiras da ilha.

Por outro lado, a negociação – sempre em curso – tensiona e afrouxa os limites simbólicos do que é permitido aos “de dentro” e aos “de fora”, a exemplo do episódio em que os representantes das entidades e os políticos não foram convidados. De modo semelhante, temos a abertura dos portões para o público em geral, que se traduz majoritariamente em turistas, apenas após a finalização da solenidade e início do baile.

Não obstante, esta faceta relacional entre “nós” e os “outros” tem muitas nuances, ela está presente, por exemplo, na relação com os núcleos habitacionais vizinhos: Hangares e Farol. E mais recentemente, com os ambientalistas que vêm se aproximando da ilha, como veremos no capítulo 5.

3.3. “Nós somos ilhéus, juntos somos mais fortes”

Era o ponto de encontro em frente ao Janoca até lá na ponte, era onde o pessoal se reunia, sempre ali perto da igreja. Era por isso que tocava-se o sino e o pessoal corria ali para quando chegasse alguém verem que não eram duas pessoas, nem três, era a população da ilha (morador, 54 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Era uma luta inglória que nós batalhamos, sabe? Sempre dá muito trabalho, perdemos muitos dias, somos pescadores e se não trabalhar não ganhamos (...) tivemos muitas viagens a Lisboa, muitas reuniões (...). E depois nasceu – já tínhamos a associação montada – também um projeto grande que foi de luta contra a pobreza, nós fomos pioneiros aqui da ilha também (morador, 54 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Para Bonança (2015), foi apenas no ano de 1984, dez anos depois da instauração do regime democrático em Portugal, que a questão da ocupação nas Ilhas-Barreiras⁸⁰ da Ria Formosa entra

⁸⁰ Conforme vimos no capítulo 2, o sistema de Ilhas-Barreiras da Ria Formosa é, atualmente, constituído por duas penínsulas (Ancão e Cacela) que constituem, respectivamente, os limites ocidental e oriental

no horizonte das ações do Estado português. Segundo ele, a ação estatal unilateral desencadeou um processo que previa a demolição das edificações consideradas ilegais, sem consideração às diferenças entre os processos de ocupação, em toda a extensão das ilhas que costeiam a Ria Formosa. Ele destaca o fato de que o processo de construção das habitações em área de domínio público marítimo decorreu sem que houvesse qualquer objeção por parte das autoridades responsáveis pela fiscalização local, ao contrário, relata episódios de cooperação entre a Capitania dos Portos, que “passava a licença para levar materiais às ilhas” (2015, p. 20) e a população. Assinala-se ainda o fato de que o impasse que estava posto não era conveniente a um Estado democrático de direito recém-chegado à CEE.

E foi neste tom, em meio as táticas construídas localmente para alcançar as metas desenhadas, que as negociações entre população, as câmaras municipais – de Olhão e Faro – e o Governo Central avançam nas próximas três décadas (1984-2019) até o desfecho no ano de 2019, quando os Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos são atribuídos aos moradores do Núcleo Habitacional da Culatra.

Na Culatra, a partir do marco do *Dia da Ilha*, as lacunas identificadas na comunidade passam a compor a agenda de reivindicações dos moradores. Ações importantes foram formalizadas, a partir do associativismo culatrense, como, por exemplo, a regularização do abatimento dos barcos antigos e pequenos, permitindo a troca por estruturas de fibra; os cursos de formação para a população da Culatra, em cozinha e creche, que tinham como objetivo criar postos de trabalho na ilha, e o serviço de apoio domiciliário aos idosos. Ainda no início da década de 1990, uma das maiores demandas era a construção do infantário, que até então não existia.

As mães que queriam ir ao marisqueiro, muitas delas deixam os filhos com as avós ou então tinham que levar os filhos com elas, às cinco ou seis da manhã, como se diz, ‘à rasca, bem dizer’ (...) e então as professoras da escola diziam que os miúdos quando chegavam à quarta classe não tinham uma grande aprendizagem, como se deve (morador, 61 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

do sistema, por cinco ilhas-barreiras (de Oeste para Este: Barreta, Culatra, Armona, Tavira e Cabanas) (Ceia 2007, p. 1).

Em relação à origem da ANSN, cuja edificação acolhe o infantário, ela nasce após um convite da Segurança Social, que contemplou a Culatra no âmbito do já mencionado projeto nacional PNLCP, executado entre os anos de 1991 e 1995.

Por conseguinte, a conjuntura do surgimento da AMIC está diretamente ligada às concessões de grande parte das reivindicações coletivas, que vão desde a implementação do centro social (1991) e a chegada da rede de energia elétrica (1992), passando pela construção do porto de abrigo (2008), a implementação da rede de saneamento básico (2009) até a atribuição dos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos (2019). Ainda assim, segundo os culatenses, os entraves burocráticos impostos eram constantes e ameaçavam a agenda reivindicativa da associação.

E o parque natural dizia: “Não vamos aprovar mais uma obra porque quanto mais condições dermos às pessoas, mais tempo elas ficam”, e o objetivo era demolir casas, era complicar ao máximo a vida para nós sairmos, e então nós dissemos: “Vocês podem complicar o que quiserem, mas nós da ilha não saímos, ou nos dão condições ou ficamos mesmo sem condições e até hoje temos ficado e já lá vão 150 anos” (moradora, 55 anos, entrevista realizada no ano de 2019).

Cumprе assinalar que grande parte das interlocuções entre Estado, entidades e população das ilhas se deu no âmbito das discussões e negociações do POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira, um dos planos de ordenamento do território oficiais afetos a Culatra. Os POOC são planos setoriais e regionais para o ordenamento do litoral português e da orla costeira previstos por decreto-lei, ainda no ano de 1993⁸¹, a legislação que ampara as ações dos POOC em nível nacional ainda passou por ajustes nos anos de 1995, 1999, 2003 e 2012⁸². Já o POOC Vilamoura – Vila Real de Santo António⁸³, que compreende a jurisdição da Culatra, foi aprovado no ano de 2005 e ajustado em 2016⁸⁴.

Os relatos obtidos destacam a mobilização da população das Ilhas-Barreiras para as discussões a respeito dos caminhos possíveis ao POOC daquela área e em relação ao núcleo habitacional da Culatra:

E ainda fomos a Lisboa, em 2005, com os presidentes das câmaras de Olhão e de Faro, e das associações de moradores, e conseguimos uma alteração no plano de ordenamento da orla costeira, e que está válido ainda e que é: para a Culatra regularizava-se tudo que fossem casas de residência permanente, que é o que está na lei, não conseguimos retirar demolições das casas de segunda habitação e talvez depois disso ficasse ao nosso favor, pois evitava que as pessoas comprassem cá casas (moradora, 55 anos, entrevista realizada no ano de 2019).

⁸¹ Decreto-lei n. 309 de 2 de setembro de 1993. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/309/1993/09/02/p/dre/pt/html>. Acesso em: 6/5/2021.

⁸² Decreto-Lei n. 151 de 24 de junho de 1995. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/151/1995/06/24/p/dre/pt/html>. Acesso em: 6/5/2021.

Decreto-Lei n. 380 de 22 de setembro de 1999. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/380/1999/09/22/p/dre/pt/html>. Acesso em: 6/5/2021.

Decreto-Lei n. 310 de 10 de dezembro de 2003. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/310/2003/12/10/p/dre/pt/html>. Acesso em: 6/5/2021.

Decreto-Lei n. 159 de 24 de julho de 2012. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/159/2012/07/24/p/dre/pt/html>. Acesso em: 6/5/2021.

⁸³ O POOC Vilamoura – Vila Real de Santo António abrange parte dos concelhos de Loulé, Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António e Castro Marim. Sendo que a Ilha da Culatra pertence administrativamente do município de Faro.

⁸⁴ Resolução do Conselho de Ministros n. 103 de 27 de junho de 2005. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/103/2005/06/27/p/dre/pt/html>. Acesso em: 6/5/2021.

Resolução do Conselho de Ministros n. 65 de 19 de outubro de 2016. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/65/2016/10/19/p/dre/pt/html>. Acesso em: 6/5/2021.

Por outro lado, a moradora explica que o POOC prevê as demolições, mas previa também os melhoramentos para aquele núcleo, a exemplo da rede de água encanada, e por isso “era tão importante negociar” e salienta que apenas após a aprovação do plano é que continuaram os avanços. Entre os termos negociados estão as áreas permitidas para embarcações de pesca local ou costeira, os canais principais e secundários da Ria Formosa e as regras para circulação, bem como a caracterização do espaço lagunar para uso: restrito, condicionado e sustentável dos recursos, normatizações que impactam diretamente nas condições de trabalho dos pescadores e mariscadores.

Como sublinha Velho (2006), observa-se “um constante e ininterrupto processo de negociação da realidade, com idas e vindas, recuos e avanços (...) projetos adaptando-se e alterando-se, com transformações institucionais e individuais” (2006, p. 246), como sugere nossa interlocutora:

Conseguimos mais uma coisa que foi a questão dos jovens em que o plano (POOC) diz que: os jovens, descendentes de pescadores que os pais têm cá vida, até a segunda geração, que precisam de uma casa pra viver, morar e trabalhar desde que mantenham cá a sua vida, podem construir (moradora, 55 anos, entrevista realizada no ano de 2019).

Entretanto, ela explica a regra prevista no artigo 84 do POOC⁸⁵ no ano de 2005, que trata da UOPG IV – Unidade Operativa de planejamento e Gestão – Núcleo da Culatra, não foi levada a cabo.

Pois a lei diz que sim, mas o Estado não criou condições, ficou ali congelado à espera que o Estado arrume uma casa, a família vai crescendo, os filhos vão nascendo e eles precisavam de um sítio para morar e baseado naquela “aberturazinha” que a lei que diz que depois das demolições, dos outros e aqui de segunda habitação, arranjava-se um sítio para os jovens, que dizer, depois

⁸⁵ UOPG IV – Núcleo da Culatra.

1 – Esta UOPG contempla a realização de um projeto de intervenção e requalificação e de um plano de praia, a elaborar pelo ministério responsável pela área do ambiente.

2 – Para esta UOPG, estabelecem-se os seguintes objetivos: a) Manutenção do caráter de dominialidade do domínio hídrico; b) Regularização da situação das edificações existentes; c) Requalificação das edificações que correspondem à primeira habitação; d) Demolição das construções que correspondam à segunda habitação; e) Requalificação da zona de acostagem; f) Elaboração de um plano de praia que inclua a respectiva reclassificação e a avaliação da sua capacidade de carga, a submeter à aprovação das entidades competentes; g) Realização de um estudo para construção de atravessamentos pontuais, sobrelevados, para acesso à praia e aos apoios de praia.

3 – Nesta área são interditas novas construções ou a ampliação das existentes, salvo as decorrentes das ações de realojamento previstas no presente regulamento, bem como as definidas no número seguinte.

4 – Após a aprovação das áreas destinadas às ações de realojamento podem, ainda, ser admitidas novas construções e ampliações quando se verificarem as seguintes condições cumulativas: a) A parcela se insira no alinhamento das edificações existentes; b) Os interessados sejam descendentes até ao segundo grau de pescadores residentes na área há mais de 10 anos; c) Exerçam atividades associadas à pesca ou à exploração dos recursos da ria; d) A construção ou ampliação tenha por fim a habitação própria e permanente do interessado.

de acontecerem as demolições (...) já temos desde de 2005, temos jovens que nasceram nesta altura, famílias que se constituíram nesta altura (moradora, 55 anos, entrevista realizada no ano de 2019).

Dito de outra maneira, a falta de ação governamental, para implementar soluções à questão da habitação, aliada à necessidade imediata de habitar, adensou o processo de autoconstrução, consolidando assim o que chamamos (vide capítulo 2) de modelo casa-território-família dos núcleos habitacionais familiares.

Depois como é que se começou a descaracterizar a ilha, que é o fato de o estado não apoiar logo a construção do edifício ou da habitação para aquele casal as pessoas foram fazendo numa casa térrea de quintal e do quintal passou a uma segunda habitação, depois conseguiu e fez um primeiro andar para a casa da outra filha, e pronto a Culatra começou a ficar descaracterizada. Casas térreas de quintal passaram a primeiro andar, mas isto não é culpa das pessoas porque as pessoas só querem um sítio pra dormir, pra viver (...), E agora parece que vivemos em condomínios, naquela família que vive naquele sítio, é a casa do filho, a casa do pai, a casa do tio, a casa do irmão no mesmo espaço (moradora, 55 anos, entrevista realizada no ano de 2019).

As negociações encampadas conseguiram evitar as demolições, destinadas à primeira habitação no núcleo Culatra, mas não evitaram a publicação dos anúncios de procedimento⁸⁶ para uma “empreitada de requalificação”, cujo objeto do contrato sentenciava demolir todas as “estruturas edificadas, qualquer que seja o seu estado, limpeza e remoção de materiais, equipamentos, barcos, resíduos, plantas infestantes etc., associadas à vivência e ocupação humana nas áreas de intervenção, reperfilamento do terreno e plantações”, para as áreas previstas no POOC como destinadas à renaturalização, nos núcleos da Ilha da Culatra: Hangares e Farol Nascente.

Dentro deste contexto, outro episódio importante foi o movimento *Je suis ilhéu* (figura 47), iniciado em 2015, que mobilizou os residentes dos três núcleos habitacionais existentes na Ilha da Culatra contra as ações previstas no projeto de requalificação da Sociedade Polis Ria Formosa com vistas à renaturalização, ou seja, a demolição de casas e estruturas nos núcleos acima referidos.

⁸⁶ Anúncio de procedimento n. 5912/2014 publicado no Diário da República. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/58543252>. Acesso em: 3/2/2021.
Anúncio de procedimento n. 6004/2014 publicado no Diário da República. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/58645138>. Acesso em: 3/2/2021.

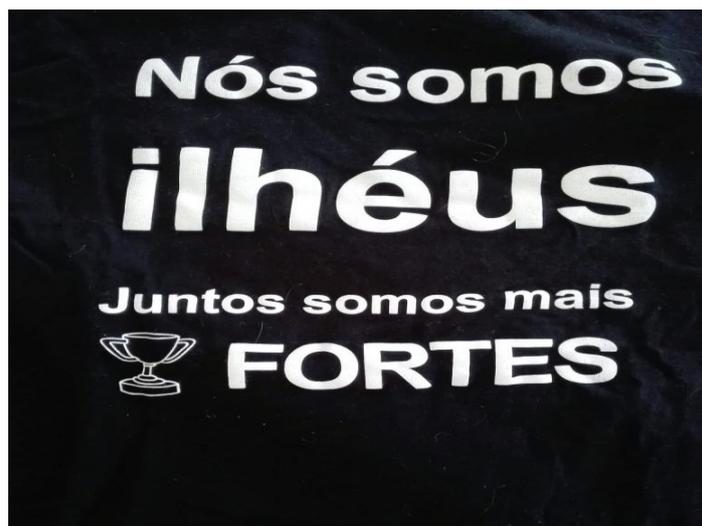


Figura 47: Uma das estampas das camisetas do movimento *Je suis ilhéu*. Fonte: Mariela Silveira/2018.

Como relata Bonança (2015), no livro “A Revolta dos Ilhéus”, houve diversas ações para a chamada de atenção das autoridades, uma delas foi a mobilização de uma comitiva até a Assembleia da República, na cidade de Lisboa (figura 48) em apoio a propostas em favor da permanência dos moradores do Hangares e do Farol Nascente, apresentadas por alguns partidos políticos. E ainda, desenrolam-se outras reuniões/manifestações, na Câmara Municipal de Faro, na Câmara Municipal de Olhão, no canal da Ria Formosa, e também nos Hangares e no Farol.



Figura 48: Manifestações frente à Assembleia da República. Fonte: Bonança/2015.

No seguimento destas mobilizações, foi apresentado no TAF – Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé um pedido de Providências Cautelares solicitando a anulação do ato administrativo da Polis. O TAF deferiu o pedido e decretou a suspensão das ações de desapropriação e demolição que estavam em curso. Entretanto, a medida cautelar contra a tomada de posse administrativa por parte da Polis não abrangia a totalidade das casas em risco de destruição.

As informações encontradas a respeito do número de casas que efetivamente foram desapropriadas variam entre os meios de comunicação e fontes orais, mas segundo o Observador⁸⁷ “das 376 habitações sinalizadas para a demolição em ambos os núcleos, o número acabou por ficar reduzido a 59 construções”, tomadas e demolidas entre os anos de 2017 e 2018 (figura 49).



Figura 49: Demolições na Ilha da Culatra. Fonte: Luis Forra/2018 e Filipe Farinha/2017. Diário de Notícias/Lusa.

⁸⁷ Disponível em: <https://observador.pt/2018/11/07/derrube-de-ultimas-14-casas-encerra-ciclo-de-demolicoes-na-ria-formosa/>. Acesso em: 6/5/2021.

Outro mecanismo resultante deste processo de negociação e conflito (Velho 2006) foi uma Resolução da Assembleia da República⁸⁸, ainda em 2016, que recomenda ao Governo o reconhecimento da existência dos núcleos históricos dos Hangares e do Farol. O processo de demolições acabou, contudo, até onde se conseguiu apurar; o impasse entre a POLIS e os moradores dos núcleos dos Hangares e do Farol Nascente segue sem solução, uma vez que as duas áreas ainda estão destinadas à renaturalização, conforme o estipulado nos termos do POOC Vilamoura – Vila Real de Santo António, o mesmo plano ainda coloca como possibilidade que o núcleo Culatra, por conta da estrutura e dos serviços disponíveis à população, eventualmente venha a acolher moradores que tiverem suas casas comprometidas nos setores destinados a renaturalização, a saber Hangares e Farol Nascente.

Nesse marco, um novo boicote às eleições foi organizado nas autárquicas do ano de 2021. O protesto, desta vez organizado pela associação de moradores dos Hangares, sob o mote “Sem água e sem luz no século XXI”, se concentrou à porta da seção eleitoral da Ilha da Culatra, localizada na escola do núcleo Culatra. Segundo informações amplamente divulgadas nos principais meios de comunicação do país⁸⁹, o portão da escola chegou a ser fechado a cadeado e o protesto, televisionado, só se dispersou com a chegada da Polícia Marítima, que garantiu a abertura da mesa. O representante dos cerca de 95 residentes permanentes dos Hangares reiterou a necessidade de atualização do POOC a fim de viabilizar a instalação das estruturas de água, eletricidade, bem como o serviço de transporte regular feito pelas carreiras que “passam à porta” para atender os núcleos vizinhos. Este episódio, vem a assinalar não só uma simples replicação dos boicotes, inaugurado em 1987 pelos culatrenses, mas chama a atenção, principalmente pela extensão de suas práticas aos núcleos vizinhos.

⁸⁸ Resolução da Assembleia da República n. 241 de 26 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/resolassrep/241/2016/12/26/p/dre/pt/html>. Acesso em: 6/5/2021.

⁸⁹ A manifestação dos moradores foi noticiada, ao vivo, pelos principais canais de televisão do país, tais como a RTP e a SIC. Disponíveis em: https://www.rtp.pt/noticias/pais/falta-de-agua-canalizada-e-eletricidade-na-origem-do-protesto-da-populacao-de-hangares-da-culatra_v1351277. <https://expresso.pt/eleicoes/autarquicas-2021/2021-09-26-Falta-agua-e-eletricidade-populacao-de-Hangares-na-ilha-da-Culatra-protestam-e-prometem-boicote-as-eleicoes-5e1d7c51>. Acesso em 5/10/2021.

Em 21 de junho de 2019, em alusão à proximidade das comemorações do *Dia da Ilha* no núcleo Culatra, houve um evento para a entrega dos primeiros dez Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos que garante a moradia e permanência por um período inicial de trinta anos, renováveis segundo uma série de condicionantes acordadas no que ficou conhecido como Lei da Água,⁹⁰ que alteram as normas para “atribuição de títulos de utilização do domínio público hídrico”, conforme as alíneas A e B do Artigo 2º.

- a) O título é emitido por 30 anos, podendo, findo este período, ser emitido novo título de utilização caso se verifique a manutenção de situações de primeira habitação ou associadas ao exercício de atividade profissional ligada à pesca ou a serviços à comunidade, como tal reconhecidas pelos membros do Governo competentes em razão da matéria;
- b) Em caso de morte do respectivo titular, o título é transmissível aos seus herdeiros ou legatários, caso se verifique a manutenção das condições e requisitos que determinaram a sua atribuição.

A cerimônia de entrega dos títulos (figura 50) decorreu no espaço requalificado próximo ao complexo desportivo. Na ocasião estavam presentes a maioria dos representantes das instituições com as quais a Culatra manteve, e ainda mantém, relações e negociações relativas à sua permanência naquele território: a ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, e o ministro do Ambiente, João Matos Fernandes, além dos representantes da Autarquia de Faro, da Sociedade Polis Ria Formosa e da Capitania do Porto de Olhão, entre outros.

⁹⁰ Lei n. 12/2018, de 2 de maio de 2018. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/114796183>. Acesso em 2/4/2021.



Figura 50: Cerimônia de entrega dos títulos 1. Fonte: Mariela Silveira/2019.



Figura 51: Cerimônia de entrega dos títulos 2. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Para além da comitiva de representantes institucionais que, simbolicamente, entregaram os títulos em mãos aos moradores do núcleo Culatra (figura 51), estavam presentes jornalistas de diversas mídias nacionais que deram ampla cobertura a este momento considerado “histórico para a Culatra”, como bem assinalaram algumas autoridades presentes durante seus discursos, e a representante da Culatra (figura 52), em entrevista coletiva à imprensa nacional.



Figura 52: Coletiva à imprensa. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Entre os títulos entregues, estão duas importantes edificações de uso público: o complexo desportivo, que pertence ao CUC, e a sede da ANSN. Ambas as instituições prestam serviços essenciais à comunidade. Além disso, a titulação da ANSN vai permitir tirar do papel uma antiga reivindicação, a construção de um lar de idosos, que vem se intensificando com o aumento da população mais idosa, eventualmente acamados que necessitam de atenção e tratamento não suportado pelos membros da família que precisam se deslocar constantemente da ilha para dar suporte ao idoso institucionalizado.

Já se idealizava, mas não com a vontade e com a força que existe agora porque eu nunca pensei que estas pessoas da ilha, os idosos da ilha, necessitassem de ir para um lar (...), agora mesmo temos quatro ou cinco pessoas da Culatra que estão em lares fora da Culatra (morador, 61 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Neste sentido, um lar de idosos nas dependências da ANSN suaviza consideravelmente os custos e despedimentos familiares no continente, ademais permite a integração e o convívio da pessoa idosa com colegas, amigos e familiares. Os depoimentos em campo frisam que o maior obstáculo é a inexistência do título de uso do espaço pensado para este fim.

Se vierem os títulos para a Culatra, já se está a pensar que poderá haver candidatura para o lar de idosos porque quem é que faz candidatura a uma coisa que não tem terreno? O terreno existe, mas é que é domínio público marítimo, é teu, é meu, é dele, é de qualquer um (...), adquirimos estes terrenos somos pescadores, caímos aqui (morador, 61 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

De maneira geral, o caso da construção do lar de idosos ilustra bem a situação das habitações no núcleo da Culatra, em termos legais, e as alternativas latentes frente às jurisprudências nacional e europeia.

O usucapião tem os trinta anos, mas se nós não conseguimos através da Assembleia da República esse direito dos trinta anos, mudar a Lei da Água e essa história toda do usucapião não nos seria assim muito, tem que ter dinheiro, tem que ir a tribunais europeus (...) por exemplo, o Farol e os Hangares podiam por usucapião, mas a maior parte não são pescadores, eles puseram e não conseguiram (morador, 61 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Neste ínterim, entre a entrevista em 2018 e a concessão dos títulos em 2019, um marco determinante foi a alteração da supramencionada Lei da Água. Na prática, trata-se de uma alteração em um decreto-lei⁹¹, com vistas a atender às especificidades das “primeiras habitações em núcleos residenciais piscatórios consolidados”, que é o enquadramento atual do núcleo habitacional da Culatra. Foi esta manobra na legislação que viabilizou o direito aos Títulos de Utilização dos Recursos Hídricos.

3.4. “À maneira da Culatra”

A única coisa que queremos realmente é condições de trabalho, queremos continuar a ser uma comunidade piscatória, uma aldeia de pescadores e é neste sentido que temos vindo a trabalhar, a reivindicar para que as medidas sejam criadas e para que o futuro seja mais risonho (representante da AMIC, 19 de julho de 2018).

Como acompanhamos na seção precedente, a renovação ou transmissão dos títulos de residência ficam condicionados à manutenção das práticas e dos fazeres tradicionais atrelados ao lugar da Culatra. Se quisermos, pode-se traçar um paralelo entre as suprarreferidas

⁹¹ Decreto-Lei n. 226-A/2007 de 31 de maio de 2007. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/226-a/2007/05/31/p/dre/pt/html>. Acesso em: 2/4/2021.

condicionantes e o processo de revalidação dos títulos concedidos aos bens considerados Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil, que têm a situação acompanhada e revista a cada dez anos. Segundo informações do IPHAN,⁹² o mecanismo de revalidação previsto no decreto⁹³ que instituiu o PNPI – Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – e cria o INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais – “tem como finalidade tanto investigar sobre a atual situação do bem cultural, como levantar informações, averiguar a efetividade das ações de salvaguarda, verificar mudanças nos sentidos e significados atribuídos ao bem”, sendo que o objetivo final, tal qual acontecerá no caso português, é decidir a respeito da permanência do título concedido.

Não obstante, a medida é prevista no INPCI – Inventário Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial⁹⁴, em Portugal, cujo Manual de Utilização⁹⁵ apresenta a modalidade “revisão ordinária do registro” a ser realizada “com regularidade de pelo menos dez anos, de modo a aferir das alterações entretanto ocorridas nas manifestações de PCI”. Em ambos os casos, as modalidades que preveem revisão e/ou revalidação atendem às diretrizes internacionais consoante ao disposto pela Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO⁹⁶, especialmente em seu artigo 12, que determina a obrigatoriedade, do Estado Parte, de promover a atualização regular dos seus inventários.

Em outras palavras, somos levados a entender que as exigências legais do Estado português relativamente à manutenção do “exercício de atividade profissional ligada à pesca ou a serviços à comunidade” na prática opera como uma patrimonialização daquele núcleo piscatório, bem como dos modos de vida, saberes e fazeres associados a este território.

⁹² Iphan analisa revalidação do título de Patrimônio Cultural de bens registrados. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3838/iphan-analisa-revalidacao-do-titulo-de-patrimonio-cultural-de-bens-registrados>. Acesso em: 2/4/2021.

⁹³ Decreto n. 3.551/2000 de 4 de agosto de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 2/4/2021.

⁹⁴ Um maior detalhamento a respeito das políticas para a proteção do patrimônio cultural, em Portugal, será apresentado no capítulo 4.

⁹⁵ Matriz PCI – Manual de Utilização. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimonio_imaterial/matrizpci_manualdeutilizacao_2014certo.pdf. Acesso em: 2/4/2021.

⁹⁶ Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Disponível em: <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>. Acesso em: 20/8/2021.

A propósito, os conceitos de território e suas variações vêm aparecendo no desenvolvimento dos capítulos desta tese, não só em nomenclaturas oficiais, mas também como forma de se referir ao espaço praticado, o lugar da Culatra. Por isso mesmo, é oportuno tecer algumas considerações acerca do termo, à semelhança do que se apresentou, no capítulo anterior, relativamente às possibilidades teóricas para os conceitos de espaço e lugar.

No dicionário, o verbete território⁹⁷ traz a etimologia da palavra que deriva do latim “*territorium*” como “área delimitada, terra sob jurisdição”. Ao passo que Domínguez (2020) retoma a origem do “debate que em língua inglesa tratava dos processos de *place making* ou construção de lugar” e que, na antropologia brasileira, “foi traduzido para tratar de territórios e territorialidades”. Para a autora, a escolha analítica de refletir pelo viés do lugar, e não da territorialidade, atende ao propósito de “considerar as diferentes camadas da experiência às quais alude a noção de espaço vivido” (2020, p. 18–19). Ou seja, pensar em termos de espaço vivido remonta à ideia de lugar praticado de Certeau (1998), em que o espaço é continuamente transformado num ininterrupto processo de construção do lugar.

Por outro lado, Little (2018) toma a territorialidade como “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’”. Dito de outro modo, o território é o resultado direto das ações de territorialidade coletivas, que dão origem ao território enquanto um “produto histórico de processos sociais e políticos” (2018, p. 3–4) em que se considera a conjuntura e as singularidades da sua processual (re)afirmação.

No que diz respeito às práticas cotidianas, atreladas ao modo de vida do lugar da Culatra, temos uma série de saberes e fazeres geracionalmente presentes no repertório dos ilhéus. Para além da festa em honra de Nossa Senhora dos Navegantes, que daremos a conhecer no próximo capítulo, e do *Dia da Ilha*, pormenorizada nas seções precedentes, a potencial patrimonialização a partir da atribuição dos títulos de residência abarca os fazeres ligados aos saberes da pesca artesanal e a apanha⁹⁸ de bivalves, tais como safar às redes, iscar os aparelhos, cavar, limpar os covos, entre outros.

⁹⁷ DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7 Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/territorio/>. Acesso em: 3/9/2021.

⁹⁸ Segundo informações da DGRM – Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, apanha é um “método de pesca individual, caracterizado pela não utilização de utensílios especialmente fabricados para este fim – faca de mariscar, o sacho de cabo curto, o berbigoeiro e a arrilhada – e pode ser praticada por um indivíduo, utilizando ou não uma embarcação de apoio. Disponível em: <https://www.dgrm.mm.gov.pt/web/guest/apanha>. Acesso em: 28/1/2021.

De forma semelhante ao sinalizado no capítulo antecedente, é importante ressaltar que as descrições dos saberes e fazeres que seguem têm como premissa aquele presente etnográfico (Clifford 2011) [1994] moldado pelas relações estabelecidas e os pontos de observação e interação adotados, e não esgotam, e nem têm a pretensão de dar conta de todas as dinâmicas e práticas possíveis. Para auxiliar na identificação de alguns destes elementos, recorreremos novamente ao mapa, traçados e práticas apresentados no capítulo anterior.



Figura 53: Traçados e práticas. Fonte: adaptado de informação geográfica cedida pela DGT/2021.

LEGENDA:

1 Cais de acostagem

2 Largo da igreja

3 Polidesportivo

4 Escola

5 Centro Social

6 Delegação da Cruz Vermelha

7 Heliporto

8 Porto de abrigo

9 Apoios de pesca

10 Zona de trabalho de pesca

11 Recovo

12 Zona de apanha

13 Campo de futebol



Passadeiras em madeira – acesso à praia

 Atalhos/caminhos Rota dos turistas – acesso à praia Trajeto da Procissão Divisão Poente/Leste

Como vimos no capítulo anterior, no núcleo habitacional da Culatra é majoritário o número de pessoas em idade ativa que dependem economicamente das atividades laborais ligadas à pesca, à apanha de amêijoas e ao cuidado com os viveiros⁹⁹ de ostras. Neste universo de atividades, é arriscado dizer que há uma rígida segmentação entre as atividades desenvolvidas pelos homens e pelas mulheres. O que se observou em campo é que as mulheres são expressivamente dedicadas à apanha de amêijoas (figura 60), especialmente nas áreas de uso coletivo (ponto 11). É comum vê-las “iscando” os aparelhos, safando as redes de pesca e até mesmo indo tratar do viveiro de ostras da família com algum homem do seu núcleo familiar. Os homens, embora não seja regra, quando não estão no mar ou na Ria, são mais facilmente encontrados nos seus Apoios de Pesca (ponto 9; figura 55) e na Zona de Trabalho (ponto 10; figura 56) onde ficam armazenados os apetrechos de pesca como: redes, âncoras, boias, mesas¹⁰⁰ e covos (figura 57).

⁹⁹ Segundo informações da DGRM, viveiros são uma das tipologias das unidades de crescimento e engorda para o cultivo de moluscos bivalves localizadas em zonas interditaes de estuários, rias e outros locais. Disponível em: <https://www.dgrm.mm.gov.pt/estabelecimentos-de-aquicultura>. Acesso em: 28/1/2021.

¹⁰⁰ Segundo informações do IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera, as mesas de eliaço – sacos ostreícolas com diferentes malhas – são parte da estrutura para elevação utilizadas na produção de ostras em sistemas lagunares, como é o caso da Ria Formosa. Disponível em: https://www.ipma.pt/resources.www/docs/publicacoes.site/eppo/AQUATRANSFER_Boas_praticas_0stra.pdf. Acesso em: 3/9/2021.



Figura 54: Porto de Abrigo. Fonte: Mariela Silveira/2018.

Segundo informações cedidas pela AMIC, as embarcações em atividade na Culatra são em fibra e movidas a motor. Os dados atualizados em 2018 listam 225 embarcações registradas na Culatra. Entre elas temos: 3 embarcações para a pesca costeira, 73 para pesca local, 12 para tráfico local, 12 para auxílio local, 3 para o serviço de táxi, 3 para uso de instituições como o CUC e a Cruz Vermelha e 120 destinadas a recreio. Entre as artes de pesca, predominam as redes de tresmalho e de emalhar, a pesca à linha e as armadilhas de gaiola e de abrigo, todas usadas para captura de pelo menos uma centena de espécies¹⁰¹, que variam consoante a época do ano e a arte de pesca aplicada.

¹⁰¹ As informações consultadas no banco de dados da AMIC, em 2018, listam 108 espécies diferentes de produtos capturados, entre peixes, moluscos marinhos e crustáceos: Abrótea Costa, Agulha, Anchova, Anequim, Areeiro, Arenque, Atum, Badejo, Baila, Barroso, Besugo, Bica, Biqueirão, Bodiões, Boga do Mar, Buzina, Búzios, Cabra Vermelha, Cabras, Cachucho, Cachucho Dentão, Cações, Camarão Negro, Cangulo, Cantarilho, Caranguejos, Carapau Chicharro, Carapau Negrão, Carochó, Cartas, Cavala, Charrocos, Charuteiro Azeite, Charuteiro Catarino, Chérne, Choco, Choupa, Corvina Legítima, Dentões, Doirado, Dourada, Enguias (Eirós), Escolar, Espadarte, Espadim Azul, Faneca, Ferreira, Galhudo, Galo Branco, Galo Negro, Gamba, Garoupa Legítimo, Gata, Goraz, Imperador, Judeu, Juliana, Leitão, Língua, Linguado Areia (Macacas), Linguado Ferrugento, Linguado Legítimo, Lírio, Lixa, Lixinha Fundura, Lula, Malacueco, Merma, Mero, Moreias, Olhudo, Palmeta, Pampós, Pargo, Pargo Capatão, Pargo Semea, Parracho/Rodovalho, Pata Roxa, Peixe Aranha, Peixe Porco, Peixe Rei Verde, Pescada Branca, Polvo, Potas, Pregado, Racasso, Raias, Ratões, Robalo Legítimo, Robalo Muge (Tainha), Roncadores, Ruivo, Safias, Safio, Salema, Salmonete, Sarda, Sardinha, Sargo Bicudo, Sargo Legítimo, Sarrajão, Semea Pargo, Tamboris, Tintureira (Guelha), Tremelga, Trombeiros, Trutas e Verdinhos.



Figura 55: Apoios de Pesca. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Os Apoios de Pesca (ponto 9, figura 55), assim como a Zona de Trabalho (ponto 10, figura 56), ficam próximos ao Porto de Abrigo (ponto 8, figura 54), destinado às chegadas e partidas das embarcações pesqueiras, e são banhados pela Ria Formosa.



Figura 56: Zona de Trabalho. Fonte: Mariela Silveira/2019.

A área nomeada pelos pescadores como Zona de Trabalho compreende toda a extensão entre a faixa de areia e a Ria assinalada no ponto 10 do mapa. Neste perímetro, de modo semelhante aos Apoios de Pesca, ficam armazenados alguns materiais de trabalho. Nestes espaços, os pescadores e maricultores limpam, organizam e armazenam os mais variados apetrechos de pesca e trabalho.



Figura 57: Zona de Trabalho – mesas (à esquerda) e covos (à direita). Fonte: Mariela Silveira/2019.

Segundo informações do IPMA¹⁰², as mesas são sacos para o acondicionamento das sementes de ostra, confeccionadas em eliaço e com diferentes espessuras de malha, que vão sendo substituídas de acordo com o estágio de crescimento da ostra (pré-engorda, afinação, engorda) até que ela esteja pronta para a colheita e comercialização. A esta técnica de produção, usada em sistemas lagunares, dá-se o nome de sistema sobre elevado – 30 a 50cm acima do sedimento – o desenvolvimento da produção fica dependente do ciclo da maré e o maricultor precisa, entre outros muitos cuidados, fazer a viragem e a troca dos sacos de forma sistemática até que se atinja o resultado desejado.



Figura 58: Limpeza dos covos. Fonte: José Julião/2018.

¹⁰² Disponível em: https://www.ipma.pt/resources.www/docs/publicacoes.site/eppo/AQUATRANSFER_Boas_praticas_ostra.pdf. Acesso em: 3/9/2021.

Já os covos são, segundo a DGRM¹⁰³ uma arte de pesca do tipo armadilha em gaiola rígida com sistema de abertura e fechamento que impede que o animal escape. Os covos ainda têm uma parte interna menor, chamada de copo, que armazena a isca que atrai a presa. Na Culatra, explica um pescador, as iscas utilizadas hoje em dia são feitas de peixe, mas já foram de marisco vivo (que segundo ele, atualmente está proibida). A manutenção dos covos é feita, pela maioria, de forma manual em que se utiliza um instrumento de metal para raspar as grades da estrutura, conforme nos explica, é preciso tirar os caramujos e “sujeiras” que vão se agarrando à estrutura no fundo do mar, pois o “polvo é um animal inteligente e sente o perigo, se isto não estiver limpo, ele começa a sentir alguém a arranhar”. Esta limpeza (figura 58) dos covos é feita, quase sempre, na Zona de Trabalho, e neste momento é possível ouvir o som contínuo e firme do metal raspando na estrutura do covo.

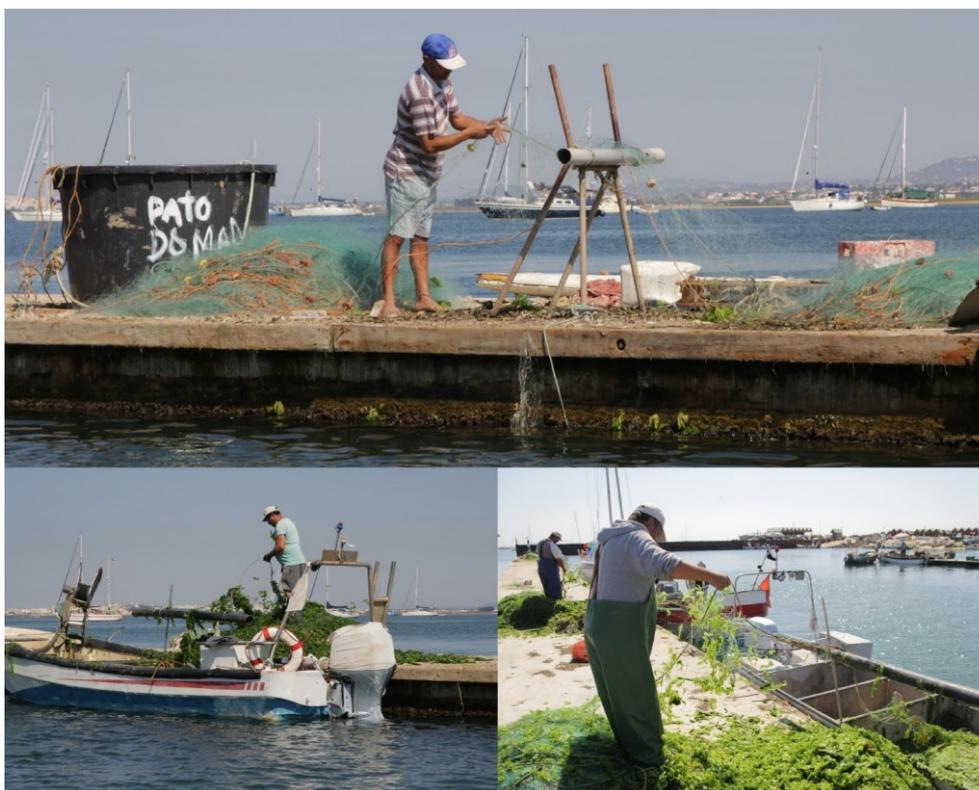


Figura 59: Safar as redes. Fonte: José Julião/2018.

¹⁰³ Disponível em: <https://www.dgrm.mm.gov.pt/web/guest/armadilhas-de-gaiola>. Acesso em: 28/1/2021.

Entre os afazeres essenciais para a pesca está safar as redes (figura 59), que geralmente acontecem ainda no Porto de Abrigo, e é o momento que os trabalhadores das embarcações acostadas desenrolam as malhas e retiram os resíduos vindos do mar, sobretudo algas que ficam presas nas malhas das redes de pesca. Esta é uma atividade predominantemente masculina.



Figura 60: Aparelho. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Já “iscar os aparelhos” (figura 60) é um fazer a ser realizado antes da pesca. Ao contrário do caso anterior, esta é uma atividade predominantemente feminina. As pescadoras mais experientes contam que “iscavam” os aparelhos em casa e que, quando mais novas, iam “largar os aparelhos” com seus pais.

Elas explicam que o aparelho é “uma corda que de braço a braço leva uns 400 anzóis”, e que para a isca usa-se desde minhoca até pedaços de peixes como sardinha e peixe-rei, a escolha depende da espécie a capturar. Da mesma maneira, o local em que se vai “largar os aparelhos”, bem como o tempo em que se deixa o apetrecho na água, que pode ser da Ria ou do mar, variam: “se for linguado, vamos largar à tardinha e vamos buscar no outro dia, outros tipos vamos à tardinha, depois dá-se uma espera e vamos supor a meia-noite ou uma da manhã, vais buscar”. Explicam que o final da corda fica preso por uma pedra, ao fundo da água, e na superfície se sinaliza com uma boia.



Figura 61: Apanha. Fonte: José Julião/2018.

A apanha de amêijoas (figura 61) é uma atividade desempenhada, em sua maioria, por mulheres, que têm na atividade uma importante complementação de renda para a família. Esta apanha comunal é feita em uma das zonas alagadiças (ponto 12), logo após o recovo (ponto 11). Costuma-se “ir à maré” durante seu período de baixa, momento em que é possível visualizar os bivalves enterrados na areia lodosa. Então é necessário “cavar”, com o auxílio da faca de mariscar, à procura da amêijoas que costuma ser coletada e acondicionada em pequenos cestos para facilitar o transporte.

Um ponto interessante é que, para além da faca e do cesto, o corpo de quem realiza a coleta é também um instrumento condicionado a um conjunto de técnicas (Mauss 2003) [1934] expressas em movimentos corporais identificados como característicos e, ao mesmo tempo, constituintes do grupo que desempenha a atividade. A maneira de segurar a faca e de curvar-se para realizar a apanha, por exemplo, se traduzem em práticas e representações sociais reproduzidas consoante às demandas do sistema cultural em que se vive, fazendo do corpo uma construção simbólica e cultural.

Vimos no capítulo anterior que “a maré é quem manda”. É uma máxima culatrense que está ligada tanto à atividade morfodinâmica da ilha, que foi crescendo ao longo dos séculos quanto às dinâmicas das atividades cotidianas condicionadas ao sobe e desce da maré, como é o caso da apanha. Parte do grupo de coletoras, neste caso senhoras na faixa etária dos 60 anos, costumam se juntar para “tomar o pequeno almoço”, já que muitas vão à maré em jejum, o grupo de senhoras têm uma mesa cativa no café do CUC, onde é possível encontrá-las, entre as 7h30 e 10h30 da manhã, consoante o horário da baixa da maré e de seus compromissos domésticos e familiares. É neste momento, que elas chamam de convívio, que acontece a partilha da vida e dos assuntos cotidianos. Em Mauss (2003), até as atividades corriqueiras do dia-a-dia, por exemplo o modo como se senta à mesa, podem ter leituras simbolicamente diferenciadas, dentro do mesmo espaço, entre os que estão dentro e os que estão fora daquele sistema cultural.



Figura 62: Cultivo de ostras. Fonte: José Julião/2018.

Por fim, temos o cultivo de ostras (figura 62), uma das atividades desenvolvidas no domínio público do espaço lagunar da Ria Formosa, mas diferente da apanha, em que predominam as atividades em espaços de uso comunais, os viveiros de ostras são concessões privadas a pessoas interessadas em desenvolver as atividades. No mapa a seguir, a zona aquícola denominada Olhão 5 corresponde à Ilha da Culatra.

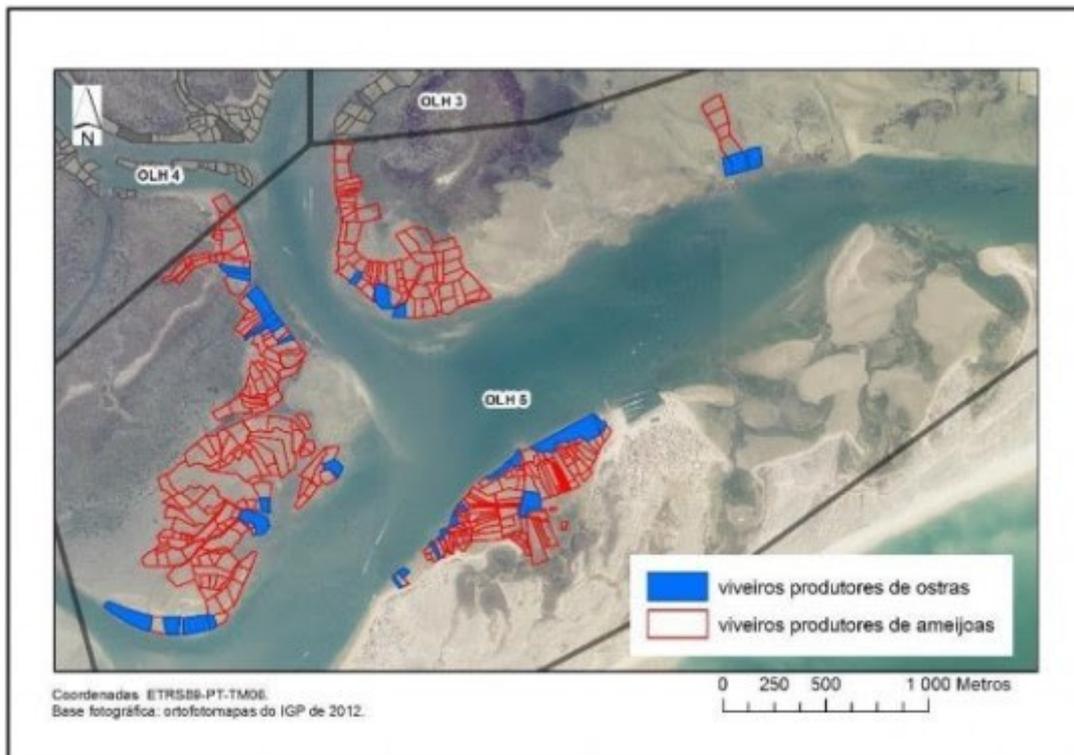


Figura 63: Produtores de ostras e amêijoas na Ilha da Culatra. Fonte: Diagnóstico do Setor da Produção Ostreícola da Ria Formosa, APA/2017.

Segundo informações solicitadas à APA, na área da Ilha da Culatra há duas zonas destinadas aos viveiros, uma no núcleo Culatra e outra no núcleo Hangares. Juntas, as duas áreas somam 155.141m², sendo que alguns viveiristas detêm mais de um viveiro, que pode variar entre 3.000 e 1.000m². O “Diagnóstico do Setor da Produção Ostreícola da Ria Formosa”, publicado no ano de 2017, incluiu em seu mapeamento as áreas dedicadas ao cultivo de amêijoas em cativeiro que, diferente da apanha comunal, é feito em espaços de concessão privada, muitas vezes “competindo” com as ostras, segundo o relatório.

Diante do cenário de instabilidade em relação às condições impostas à permanência na ilha, uma das preocupações latentes diz respeito ao equilíbrio entre a modernização dos meios e a transmissão dos conhecimentos dos saberes e fazeres ligados à vida no mar.

A ilha daqui a 30 anos não sei como será porque os jovens, embora muitos queiram voltar para a Culatra, para a pesca não há muita formação para isso (...). A gente também não sabe se o objetivo deste futuro será isto, como aparece muito o turismo, até pode o mar daqui a uns tempos, pode não ser o objetivo deles (morador, 61 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Uma das principais preocupações dos pescadores mais experientes é a “aprendizagem sobre a vida no mar”, que era transmitida às crianças da sua geração desde muito cedo, a lida no mar e seus afazeres eram fundamentais para a sobrevivência na ilha.

Quando nascemos, começamos a trabalhar com um irmão, fizemos escola, mas íamos pro mar trabalhar (...) e aquilo não era só a necessidade dele, era a necessidade de aprendizagem porque aprendemos muito nessa altura (...). Agora não, mas naquela altura não existia tanta polícia marítima, tanta capitania, tantas restrições (...), mas se você disser assim: Ah, mais um miúdo de oito anos já a trabalhar? Mas vamos aprendendo, isso é a aprendizagem! (...) Agora, por exemplo, a escola é até os 18 anos, tem que aprender, tem que fazer escola, uma coisa não invalida a outra! (morador, 61 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Uma situação que ilustra essa preocupação é a permissão para conduzir os barcos, a cédula marítima, que antes podia ser feita com 14 anos, e atualmente apenas aos 18 anos. Alteração que, na prática, impede que os mais jovens estejam a bordo dos barcos para aprender o ofício.

Entretanto, longe de pretender ser uma descrição exaustiva e minuciosa do conjunto de práticas, saberes e fazeres dos culatrenses, um dos objetivos da presente tese é privilegiar a potencial análise do processo de constituição da identidade culatrense, tomando em atenção a marca diferencial desenvolvida “dentro de processos históricos e institucionais locais” (Agier 2001; Hall 2006), na tentativa de entender como a população da Ilha da Culatra recebe, percebe e reage às questões que lhe foram e continuam sendo postas como limitantes ou condicionantes da ideia de “ser ilhéu, de ser culatrense”.

O primeiro desafio é a aparente correspondência teórica entre espaço, lugar e cultura, uma vez que esta perspectiva vem sendo amplamente questionada pela literatura antropológica atual, que tem como uma das premissas a descontinuidade e a desnaturalização das divisões que estes conceitos engendram. Entretanto, é a maneira como se inscrevem os traços de cultura, memória e história que determina as potenciais diferenciações a partir de uma leitura da organização social do lugar. (Gupta, Ferguson 2000)

Ou seja, ao olharmos mais de perto as características do grupo, entendemos que ele se assemelha a outras comunidades piscatórias tradicionais portuguesas e o que de fato os diferencia de outros grupos considerados tradicionais é a própria (re)produção da diferença através da auto identificação comunitária. O espaço, ali delimitado geograficamente, vai tornando-se uma localidade, um lugar, impregnado de histórias e memórias contadas e transmitidas pelos que as detêm. Assim, a organização social do lugar toma forma ao mesmo tempo em que viabiliza a identidade comunitária culatrense.

Pode-se pensar que a Culatra se identifica com o estatuto de comunidade por conta de um relativo isolamento, já que é uma ilha com acesso apenas por embarcações, sem pontes ou sistema regular de transporte aéreo. Ao contrário, não se trata apenas de uma comunidade territorialmente delimitada, mas de um agrupamento que interage dentro dos “espaços hierarquicamente organizados” (Gupta, Ferguson 2000, p. 34) dos quais faz parte, tais como a UE, o estado-nação português e todas as suas instâncias governamentais com as quais os ilhéus precisam interagir, dialogar e negociar os termos de sua permanência.

Os termos destas negociações possibilitam o dinamismo frente à narrativa de sua história. É a partir desta necessidade de se adequar aos termos destes organismos, a exemplo do Ministério do Mar, da APA e do PNR, ao qual o território da Ilha da Culatra foi incorporado nos anos 1970, que a identidade culatrense vai se revelando necessária, e esta necessidade traz consigo a plasticidade para se adaptar às legislações e às regras de ocupação.

Foi este impulso motor que viabilizou a mobilização do grupo enquanto uma comunidade piscatória tradicional e são as mesmas engrenagens que levam ao projeto Culatra 2030 – Comunidade Energética Sustentável e, conseqüentemente, ao Secretariado Europeu para Energias Limpas nas Ilhas. É, portanto, neste movimento que as questões locais se articulam com as diretrizes globais dentro do espaço pré-existente tanto geográfica quanto politicamente. Ao mesmo tempo, lança-se um desafio: Como falar do processo de “glocalização” (Mattelart 2000; Beyer 2007) de uma identidade coletiva, mas territorializada?

Revela-se fundamental tomarmos como referência que a produção de diferença não é o produto e, sim, o ponto de partida para entendermos as conexões com o mundo, com os espaços hierárquicos com os quais há relações de interdependência.

No caso da Culatra, poderíamos pensar em uma espécie de paradoxo identitário comunitário? Trata-se de um cenário em que o grupo se declara culatrense, mas que precisa ser europeu para ter acesso a linhas de financiamento junto à UE, sendo que é justamente esta condição singular que dá acesso a mecanismos de financiamento para seu projeto de comunidade. Este movimento entrelaça identidade e território, pois os títulos de autorização de uso dos recursos hídricos e, em consequência, das casas construídas e habitadas pelas famílias estabelecidas na ilha têm como condicionante a renovação a cada trinta anos, momento em que é preciso demonstrar a continuidade da comunidade culatrense e de suas respectivas práticas. Entender as relações entre estas duas identidades, a culatrense e a europeia, não significa dizer que são interfaces excludentes, mas, sim, partes que se justapõem, contraem e retraem de acordo com a conveniência e as circunstâncias políticas e sociais em que inserem a identidade coletiva e singularizada: a comunidade culatrense.

CAPÍTULO 4

A Festa da Ilha: patrimônio cultural e os fluxos da construção da comunidade identitária culatrense

Pra mim, pra todos os ilhéus, pra todos os culatrenses, aquilo significa como se a gente tivesse um patrimônio (...) a igreja é uma coisa que a gente ao olhar pra ela parece que tá comovido porque foi uma igreja feita pelos *filhos da Ilha* (...), a nossa igreja é um símbolo que temos ali (morador, 82 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Vimos até aqui que a narrativa que permeia a construção da identidade culatrense se ancora em três momentos, que são também movimentos contínuos, centrais na história culatrense: a narrativa de ocupação, seguida das formas de organização e conquistas coletivas, e, por último, a abertura para o diálogo externo e a negociação dos termos dos conflitos de toda a ordem, tal como o ambiental. Neste capítulo, nos aproximamos do processo de patrimonialização da Festa em Honra da NSN – Nossa Senhora dos Navegantes, que possibilitou formas de coabitação e interação entre moradores, pesquisadores, instituições e público em geral. Neste caso, as narrativas têm a missão de equalizar discursos e práticas à volta do que se entende como “ser ilhéu, ser culatrense” enquanto identidade partilhada, com vistas a uma reivindicação territorial e comunitária, instrumentalizada pela (re)configuração constante dos modos de vida numa comunidade piscatória onde o tradicional e o moderno coabitam.

4.1. Inventariar, patrimonializar, coabitar

O processo de globalização, consolidado nas últimas décadas do século XX, imprimiu mudanças profundas na economia, política, sociedade e cultura. Foi com este pano de fundo que as discussões acerca do conceito de patrimônio cultural se acentuaram, trazendo mudanças paulatinas. Um movimento em favor da promoção das manifestações culturais da humanidade, em nível mundial, ganhou forma sendo “significativas as mudanças produzidas acerca de sua conceituação, a visibilidade que o tema obteve” oportunizou a difusão de “instâncias institucionais destinadas ao seu tratamento” (Castells, 2008, p. 115).

Este cenário, antes limitado aos aspectos de pedra e cal, dá espaço aos traços e sentidos transmitidos e (re)criados coletivamente ao longo das gerações, um conjunto de aspectos intangíveis e que são parte do que se convencionou como patrimônio cultural imaterial. A mudança gradativa vinha sendo sinalizada já a partir de 1972, quando na ocasião da Convenção para a Salvaguarda e Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, parte dos Estados-Membros da Unesco salientaram a relevância da salvaguarda do que posteriormente foi qualificado como patrimônio imaterial. No ano de 1982, criou-se a seção de Patrimônio Não-Material no Comitê de peritos sobre a salvaguarda do Folclore criado pela Unesco. Em 1989¹⁰⁴, a Unesco passa a adotar em seus programas a categoria “cultura tradicional e popular¹⁰⁵”, que viria a ser substituída pelo adjetivo “patrimônio imaterial”, na sua Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial¹⁰⁶, em 2003.

No Brasil, o primeiro marco para o desenvolvimento das políticas voltadas ao patrimônio imaterial é a Constituição Federal de 1988, que conceitua o patrimônio cultural brasileiro como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira¹⁰⁷”.

Entretanto, foi apenas em 1997 que o Iphan instituiu o GTPI – Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial com vistas à elaboração das diretrizes a serem sancionadas pelo Iphan, como por exemplo, o Decreto nº 3.551¹⁰⁸, que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial do patrimônio cultural brasileiro, bem como a criação do DPI – Departamento do Patrimônio Imaterial, no ano de 2003.

¹⁰⁴ Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Popular e Tradicional. Disponível em: www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/File/DownloadFile?idFicheiro=3069. Acesso em: 20/8/2021.

¹⁰⁵ São exemplos de alguns dos programas da Unesco: Programa Tesouros Humanos Vivos (1994), Programa Memória do Mundo (1996) e o programa de Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade (1997).

Disponível em: www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/Pages/CronologiaInternacional. Acesso em: 20/8/2021.

¹⁰⁶ Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Disponível em: <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>. Acesso em: 20/8/2021.

¹⁰⁷ Artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20/8/2021.

¹⁰⁸ Como vimos no capítulo anterior, no Brasil, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial que cria o INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais foi instituído pelo Decreto n. 3.551/2000 de 4 de agosto de 2000. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 2/4/2021.

Em Portugal, embora faça-se menção aos “bens materiais” como constituintes do patrimônio cultural português na Lei de Bases do Patrimônio Cultural¹⁰⁹, no ano de 1985 não houve ações destinadas ao cumprimento real desta esfera. É apenas no ano de 2001 que a Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Patrimônio Cultural¹¹⁰ designa o regime para proteção e valorização do patrimônio cultural português como ferramenta para a “compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura” e, ainda, define o patrimônio cultural imaterial como “as realidades que, tendo ou não suporte em coisas móveis ou imóveis, representem testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória coletivas” e firmando a obrigatoriedade de sua proteção.

De outra parte, Ramos (2003) aponta a falta de discussão pública prévia ante a evasiva definição do que seria patrimônio imaterial nos termos da referida Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Patrimônio Cultural. A despeito disso, coube ao seminário interdisciplinar “A matéria do patrimônio” o esforço de reunir representantes de entidades, tais como Delegação permanente de Portugal junto da Unesco, Sociedade de Geografia de Lisboa e a Unidade de Investigação do Departamento de Antropologia do ISCTE. Na ocasião, a tarefa foi identificar e discutir “problemas relacionados com os ditos e não-ditos das noções de ‘patrimônio’, de ‘preservação’, de ‘matéria’, de ‘intangível’, de ‘objeto’ etc.”, sendo parte do empenho em discutir publicamente a questão em Portugal, ao mesmo tempo em que o tema era elaborado nas dependências da Unesco em Paris (2003, p. 09).

Em 2006, Lei Orgânica do Ministério da Cultura¹¹¹ sublinha a necessidade de definir e executar “uma política integrada do patrimônio material e imaterial” e, em 2007¹¹², nasce o IMC – Instituto dos Museus e da Conservação, instância à qual ficariam designadas, por meio do Departamento do Patrimônio Imaterial, as ações relativas a esta matéria.

¹⁰⁹ Lei nº 13 de 6 de junho de 1985. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/lei/13/1985/07/06/p/dre/pt/html>. Acesso em: 2/4/2021.

¹¹⁰ Lei n. 107 de 8 de setembro de 2001. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/lei/107/2001/09/08/p/dre/pt/html>. Acesso em: 2/4/2021.

¹¹¹ Decreto-lei 215 de 27 de outubro de 2006. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/215/2006/10/27/p/dre/pt/html>. Acesso em: 2/4/2021.

¹¹² Decreto-lei n. 97 de 29 de março de 2007. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/97/2007/03/29/p/dre/pt/html>. Acesso em 2/4/2021.

Em 2008, a Resolução da Assembleia da República¹¹³ aprova a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco e, na sequência, em 2009¹¹⁴, o regime jurídico para a salvaguarda do patrimônio imaterial é estabelecido e, para este fim, cria-se a Comissão para o Patrimônio Cultural Imaterial, órgão consultivo e deliberativo responsável pela decisão a respeito da “inscrição das manifestações no inventário nacional”, órgão que viria a ser integrado ao Conselho Nacional de Cultura e a DGPC – Direcção-Geral do Patrimônio Cultural, criada em 2011¹¹⁵. Em 2010, instituiu-se o INPCI, Inventário Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial, com a aprovação¹¹⁶ do “formulário para pedido de inventariação de uma manifestação do patrimônio cultural imaterial e as respectivas normas para o preenchimento da ficha de inventário”.

Finalmente, em 2015¹¹⁷, uma atualização do regime jurídico, instaurado em 2009, consolida a legislação portuguesa, vinculando os termos vigentes nos moldes da Convenção da Unesco de 2003. Ressaltando que uma ocasional candidatura às listas mundiais¹¹⁸ tem como pré-requisito obrigatório a inscrição nacional por meio do INPCI – Inventário Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial.

Costa (2013) pontua o pioneirismo de um modelo de inventariação que opera por meio de “uma base de dados de acesso público que permite a participação das comunidades, dos grupos ou dos indivíduos na defesa e valorização do património cultural imaterial, designadamente do património que criam, mantêm e transmitem”. Em que pese os problemas operacionais recorrentes na plataforma Matriz PCI¹¹⁹, sobretudo no momento do preenchimento online para a submissão da candidatura eletronicamente, a iniciativa de disponibilizar o conjunto de informações constitui-se, nos últimos anos, em uma fonte de consulta centralizada do acervo de inventários realizados em Portugal.

¹¹³ Resolução da Assembleia da República n. 12 de 26 de março de 2008. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/resolassrep/12/2008/03/26/p/dre/pt/html>. Acesso em: 2/4/2021.

¹¹⁴ Decreto-lei n. 139 de 15 de junho de 2009. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/139/2009/06/15/p/dre/pt/html>. Acesso em: 2/4/2021.

¹¹⁵ Decreto-lei n. 126-A de 29 de dezembro de 2011. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/126-a/2011/12/29/p/dre/pt/html>. Acesso em: 2/4/2021.

¹¹⁶ Portaria n. 196 de 9 de abril de 2010. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/port/196/2010/04/09/p/dre/pt/html>. Acesso em: 2/4/2021.

¹¹⁷ Decreto-lei n. 149 de 4 de agosto de 2015. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/149/2015/08/04/p/dre/pt/html>. Acesso em: 2/4/2021.

¹¹⁸ A Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade e Lista do Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de Salvaguarda Urgente são mecanismos internacionais para reconhecimento e salvaguarda, no âmbito da Unesco.

¹¹⁹ Toda informação disponível a respeito dos processos de inventariação, em andamento e concluídos, bem como a legislação norteadora vigente, podem ser acessadas em <https://matrizpci.dgpc.pt>. Acesso em: 2/4/2021.

Por último, cumpre assinalar que o conjunto de informações elencadas imediatamente acima têm como objetivo apresentar o panorama histórico das políticas voltadas para o património cultural imaterial, bem como os seus principais marcos legais, em nível mundial e em Portugal. Uma análise mais pormenorizada a respeito das reverberações desta política especialmente em Portugal, ao longo das últimas décadas, pode ser consultada em (Costa 2013)¹²⁰.

No primeiro capítulo, vimos que foi a partir da intensa experiência de campo entre os moradores do núcleo habitacional da Culatra, como pesquisadora do projeto “Festa da Nossa Senhora dos Navegantes: quando imagens e gentes fazem uma romaria sobre as águas¹²¹”, que o ponto focal para a tese, centrado no processo de reivindicação territorial e comunitária, amadureceu.

Processos de inventariação pressupõem, na maioria das vezes, formas de coabitação em que se faz necessário interação, negociação e participação junto aos atores locais. O trabalho de terreno com os culatrenses se revelou visceral justamente por proporcionar aos pesquisadores este lugar de privilégio na (re)configuração que nasce da interação entre moradores locais, investigadores¹²², instituições e público em geral. Neste caso, as múltiplas escalas: local (associações representativas e os moradores), regional (câmaras municipais de Faro e Olhão, igreja e a DRCAlg – Direção Regional de Cultura do Algarve) e ainda nacional, por meio da DGPC – Direção Geral do Património Cultural, compõem a equação a ser descrita pelos investigadores no momento em que submetem oficialmente uma candidatura.

Um processo de inventariação pressupõe considerar os diversos fatores e atores envolvidos com o bem em questão. Mais do que captar o dito (e o não dito) em uma sequência lógica que faça sentido na hora do preenchimento de formulários, é preciso estar atento à construção, sempre paralela, que se faz das práticas e do discurso dos detentores/atores do processo.

¹²⁰ (Costa 2013). O Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial: da prática etnográfica à voz das comunidades in Atas do Colóquio Internacional Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul: percursos, concretizações, perspectivas. Lisboa. Edição electrónica: Direção-Geral do Património Cultural. P. 93-116. Disponível em: www.igespar.pt/media/uploads/dgpc/Politiclas_Publicas_para_o_Patrimonio_Imaterial_na_Europa_do_Sul_DGPC_2013.pdf.

¹²¹ O enquadramento deste projeto, cujo objetivo foi a candidatura da referida festa como património cultural nacional português, vencedor do OPP – Orçamento Participativo Portugal 2017, faz-se através de uma parceria entre o CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia e a DRCAlg – Direção Regional de Cultura do Algarve.

¹²² Além da coordenadora professora Carla Almeida (antropóloga), fizeram parte da equipe de investigação do projeto: Mariela Silveira (antropóloga), José Julião (fotógrafo e antropólogo) e Sara Pereira (filósofa e cineasta).

No caso da *Festa da Ilha*, não é diferente, foi preciso captar os múltiplos contextos e fluxos, tendo em conta todos que coabitam este processo. Detentores, investigadores, técnicos e lideranças estão, de certa forma, (re)constituindo e (re)inventado as narrativas que dizem respeito às memórias e trajetórias da *Festa da Ilha* que tem o desafio de harmonizar, no discurso, as múltiplas escalas em confronto.

A inserção do investigador no terreno implica quase sempre algum processo de desconstrução de algumas imagens, no meu caso foi a própria ideia de “Ilha”, que veio à tona, já que os “Argonautas da Ria Formosa¹²³” são sujeitos políticos que constroem suas próprias narrativas de (re)afirmação de sua ligação histórica ao lugar que hoje habitam.

Dentro deste fluxo de informações, também houve algumas estratégias para me apresentar de forma familiar ao terreno e, como sou também nascida em uma ilha, lancei mão, algumas vezes, da máxima: “eu também sou ilhéu” em alusão ao *slogan*: “Nós somos ilhéus, juntos somos mais fortes”. Como resposta imediata, obtive algo do gênero: “Não basta ser ilhéu, é preciso ser culatrense”. Neste momento, as fronteiras fluidas de uma certa mutualidade (Viegas, Mapril 2012)¹²⁴, entre a antropóloga e os detentores estavam de alguma forma estabelecidas.

¹²³ Uma referência ao clássico da literatura antropológica “Os Argonautas do Pacífico Ocidental”, de Bronislaw Malinowski (1976) [1922].

¹²⁴ Susana de Matos Viegas e José Mapril (2012), inspirados no diálogo com João de Pina-Cabral, apontam que “por um lado, a mutualidade implica uma corresponsabilidade e, por outro, implica um confronto permanente (e não determinável) com os nossos interlocutores”. Ou dito de outra forma, o uso recorrente da noção de mutualidade como descritora da relação estabelecida entre pesquisadores e interlocutores, no decorrer da pesquisa de campo, nos sugere um estado de continuo enfrentamento com o universo do outro, e esta condição acaba se integrando, como parte do conhecimento antropológico construído naquele contexto (Viegas, Mapril 2012, p. 518).

A *Festa da Ilha* celebra a devoção à Senhora dos Navegantes, ao mesmo tempo em que constitui a afirmação de uma identidade muito própria, o reforço dos laços comunitários e o orgulho de ser *filho da Ilha*. Foi neste contexto que, ao longo dos meses de contatos, vivências e entrevistas, fui sendo familiarizada com as mais diversas estratégias identitárias para (re)afirmação de uma ligação histórica ao lugar que hoje os culatrenses habitam e cujas primeiras ocupações remontam ao final do século XIX. As narrativas que me eram apresentadas, para além da festa, traziam à tona a ideia de uma “comunidade política imaginada” (Anderson 2008) [1983] sempre em construção. Resguardadas as devidas proporções, para o autor, a diferenciação que as comunidades imprimem não está centrada em processos de reconhecimento de uma suposta autenticidade e, sim, pela maneira como são imaginadas pelos seus membros. Acima de ser “autêntica” ou “falsa”, a comunidade imaginada é aquela capaz de manter seus integrantes conectados por um repertório de referências, experiências e símbolos em comum. Por outro lado, Bauman (2003) nos alerta para o perigo da idealização, que tem como base justamente o entendimento e o compartilhamento da existência de um sentimento de reciprocidade entre seus membros. Para ele, “a fronteira entre o ‘dentro’ e o ‘fora’ não pode ser mais estabelecida e muito menos mantida” diante do fluxo perene e contínuo do mundo globalizado (2003, p. 19).

A Festa em Honra da N. S. N. ou a *Festa da Ilha* acontece no primeiro fim de semana de agosto. São dois dias de atividades lúdicas e religiosas que terminam na procissão que percorre as ruas da Culatra. De forma similar ao *Dia da Ilha*, apresentado no capítulo anterior, acompanhei duas edições da Festa em Honra da N. S. N., respectivamente nos anos de 2018 e 2019. Os dois momentos foram acompanhados de forma distintas, mas igualmente marcantes. Em 2018, o grande desafio da equipe de investigação foi registrar, com a maior amplitude possível, a sequência de acontecimentos que iniciam na sexta-feira e adentram o final de semana, até o ápice da celebração, no domingo à tarde.

Na edição de 2018, acompanhei o trajeto dos homens do andor que vão, de barco, até a cidade vizinha de Olhão buscar a imagem da N. S. R. – Nossa Senhora do Rosário, na igreja matriz. Neste ano, também houve o registro de imagens para o documentário¹²⁵ que é parte do pedido de inventário, pelo que estive junto da realizadora, auxiliando nas gravações, nos três dias de atividades, bem como nas entrevistas realizadas após a passagem da festa.

¹²⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=5ndIoETomWU> . Acesso em: 20/05/2021.

No ano de 2019, já havíamos concluído a instrução do dossiê à DGPC e estávamos na ilha, para executar as ações de divulgação do INPCI na Culatra, tematizada no capítulo a seguir, e acompanhar as repercussões na festa. Neste ano, fui convidada por uma das senhoras do grupo da igreja¹²⁶ a participar da procissão pela Ria Formosa, na embarcação que leva a imagem da N. S. N.

Tendo como ponto de partida o efervescente cenário brasileiro, no início dos anos 2000, para as políticas públicas de reconhecimento dos bens culturais inauguradas pelo Iphan¹²⁷, Tamaso (2006) problematiza a atuação, uma demanda recente à época, dos antropólogos e antropólogas nas pesquisas destinadas à elaboração dos inventários culturais no Brasil. A autora define o antropólogo inventariante “como aquele que realiza um laudo cultural em algum momento do processo de reconhecimento oficial de um bem cultural de natureza imaterial”. A autora ainda pontua que o antropólogo deve tomar e analisar de maneira crítica as categorias – introduzidas naquele momento – tais como: inventário, patrimônio imaterial, registro e referência cultural. Sua recomendação – ainda válida para os dias de hoje – é para que estejamos atentos aos usos sociais do patrimônio e que não percamos de vista que se trata de um “fenômeno social, econômico e político” para o qual devemos lançar olhares livres de ingenuidade, para além da compreensão restrita daquela manifestação cultural (p. 24-25).



Figura 64: Antropóloga inventariante. Fonte: José Julião/2018.

¹²⁶ Veremos mais sobre os grupos que participam e organizam a festa na seção a seguir.

¹²⁷ Como vimos no capítulo anterior, no Brasil, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial que cria o INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais foi instituído pelo Decreto n. 3.551 de 4 de agosto de 2000. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 2/4/2021.

É a partir de meu olhar como antropóloga inventariante (figura 64), desafiada a dar conta dos elementos que compõem a festa, uma pretensão impossível, que nasce a minha narrativa sobre a *Festa da Ilha*.

4.2. “... A preparação tem sempre o seu tempo”

A Festa da Ilha começa a ser preparada com antecedência e envolve um grande número de pessoas, organizadas formal e informalmente, na divisão de tarefas. Entre as formas de organização coletivas têm destaque as associações da localidade: o CUC, a AMIC e a ANSN. Temos ainda o grupo das “senhoras da igreja” e o grupo dos “homens do andor” que, embora informais, desempenham papéis centrais na realização da procissão. Por fim, os proprietários das três embarcações encarregadas do transporte das imagens e da banda que acompanha o cortejo.

Entre as manhãs de sexta-feira e sábado, iniciam-se os preparativos, são muitas as tarefas a executar na igreja, no seu entorno e na ilha como um todo: limpeza e organização interna e externa da capela, descida e colocação das imagens nos andores, ornamentação dos andores, decoração das ruas que a procissão percorre, bem como dos barcos que participam do trajeto pela Ria Formosa.

Na sexta-feira pela manhã, a primeira tarefa a realizar é a descida das imagens – que estão em seus altares no interior da capela – e a acomodação nos seus respectivos andores para que o trabalho de ornamentação seja iniciado no período da tarde. São duas imagens a preparar para a procissão: Nossa Senhora dos Navegantes e o Sagrado Coração de Jesus.

Mas é à tarde que o grupo de senhoras responsáveis pela capela iniciam suas atividades, atualmente com o suporte de uma florista vinda de Olhão – sua presença dinamizou o trabalho de montagem e ornamentação dos andores.

Essa situação veio facilitar-nos, dantes íamos nós a Olhão buscá-las, tínhamos de trazê-las desde a floricultura até cá. Às vezes, trazíamos no barco da carreira, outras vezes os homens ajudavam-nos. Assim facilita-nos, o trabalho na Capela fica menos dependente dos homens, que vão ao mar (moradora, 61 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Esta etapa da preparação requer uma série de cuidados, um exemplo são os arranjos que devem ser montados em uma base de esponjas (figuras 65 e 66), embebidas com água, para que as flores durem até o domingo. As flores são espetadas na superfície das esponjas que, para isso, devem ser sempre novas, sem muitos buracos. As flores ornamentais, segundo contam, duram cerca de uma semana.



Figura 65: Preparativos 1. Fonte: Mariela Silveira/2018.

Sobre a escolha das flores, nos explicam que, para o sagrado coração de Jesus, são sempre os gládios em cor de laranja – que é a cor do manto do nosso senhor – com umas palmas em verde. E para nossa senhora, no barquinho, podem ser colocadas gérberras, margaridas, rosas cor-de-rosa, coroas imperiais e também os antúrios. A margarida costuma ser usada para fazer o contorno no barco.



Figura 66: Preparativos 2. Fonte: Mariela Silveira/2018.

Os andores, que comportam as imagens nos dias da festa, foram feitos por um *filho da ilha*. Sendo que o andor de Nossa Senhora tem formato de um barco e está pintado de branco com os relevos “como se fossem as ondas” (figura 67).



Figura 67: Preparativos 3. Fonte: Mariela Silveira/2018.

Durante a tarde de trabalho na capela, o movimento de turistas e curiosos se faz presente (figura 68). Alguns entram e fazem perguntas, outros ficam apenas observando e aproveitam para tirar fotos ou até se acomodam nos bancos para fazer suas orações. Simultaneamente à ornamentação, acontece a limpeza interna da capela e a preparação do altar.



Figura 68: Preparativos 4. Fonte: Mariela Silveira/2018.

Além da organização interna da capela, há uma preocupação com o ambiente do seu entorno, que é limpo a fim de retirar as ervas secas que ficam em volta da edificação, “faz impressão como se fosse desleixo”, nos conta uma das senhoras. Entre a tarde de sexta e a manhã de sábado, o espaço externo é gradativamente limpo e enfeitado, com bandeiras, cordas e redes de pesca colocadas “como se estivessem a cair por cima das árvores”. Também há barquinhos pintados para decorar. O palco – atrás da capela – onde acontece o sermão no domingo também é enfeitado com redes, lanternas e outros objetivos alusivos ao mar (figura 69). Os materiais costumam ser guardados de um ano para o outro. Alguns itens, como a rede, também são usados na decoração de Natal. Além destes adornos, há um cartaz em lona com a imagem e os dizeres da festa que costuma ser fixado (figura 70).



Figura 69: Preparativos 5. Fonte: Mariela Silveira/2018.



Figura 70: Preparativos 6. Fonte: Mariela Silveira/2018.

Neste período, entre a manhã de sexta e a manhã de sábado, outras tarefas vão sendo executadas e variam consoante a disponibilidade das pessoas a colaborar, dos horários de ida à maré e ao mar. De modo que nestes intervalos as coisas vão tomando forma pelas ruas da Culatra.



Figura 71: Preparativos 7. Fonte: Mariela Silveira/2018.

Aos poucos, a estrutura da festa toma forma: um toldo é montado para dar abrigo ao recinto onde irão se desenrolar as atividades. Prepara-se e abastece-se o bar e a quermesse (figura 71). Instala-se o sistema de som. Além disso, é preciso preparar refeições, organizar a quermesse, planejar o baile, a recepção de convidados e organizar os torneios desportivos. Os barcos que participam do cortejo pela Ria Formosa são engalanados (figura 72). Enfeita-se a ilha para a procissão.



Figura 72: Engalanar. Fonte: Mariela Silveira/2018.

Conta-se que a escolha das funções que cada barco desempenharia na procissão era decidida por meio de um sorteio organizado pelo CUC.

Agora só temos três barcos e assim já não faz tanto sentido o sorteio, faz-se uma rotatividade. Temos o “Vila do Mar”, que vai este ano com a Nossa Senhora dos Navegantes, o “Rio Odriel” leva a Banda e a “Selma” leva a Nossa Senhora do Rosário (morador, 42 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Como atualmente são apenas três as embarcações existentes na ilha com capacidade de carga para o evento, estabeleceu-se um rodízio para distribuir as funções de cada uma durante o cortejo fluvial. No que se refere à decoração dos barcos que desempenham funções na procissão, estas ficam a cargo dos seus proprietários e suas famílias, diferindo de acordo com a imagem a transportar. É sempre mais engalanada a embarcação que transporta a imagem da padroeira da Ilha. Por fim, os demais barcos de pesca e de recreio que acompanham o cortejo também procedem com suas respectivas decorações.

Outros elementos fazem parte da narrativa que diz respeito à realização da festa no passado, como, por exemplo, a prática das “estrumeiras”, covas abertas para depositar o lixo.

Tirávamos a areia branca do fundo que espalhávamos em frente às casas para que tudo ficasse limpo e para a procissão passar num sítio bonito (moradora, 68 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Outros preparativos comuns eram a pintura das casas e o embandeiramento dos arruamentos da Ilha para a festa.

Embandeirávamos a Ilha com as bandeiras que nós próprias fazíamos. Comprávamos papel colorido nas papelarias de Olhão, cortávamos em triângulos e depois colávamos com farinha de trigo e água, não havia cola. Assim enfeitávamos a Ilha para a procissão passar (moradora, 68 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

O feitio das bandeiras, embora não restrita, era uma tarefa comum às “moças mais novas”. Diferente de hoje, em que se conta com algum custeio por parte da Câmara Municipal de Faro, na altura não havia apoios financeiros externos, de modo que um grupo ia pedir dinheiro às lojas da avenida em Olhão.

Chegou a haver uma comissão de festas, da qual eu participei, entretanto o pessoal começou a ficar cansado e envelhecido e a Festa foi sendo assumida pelo Clube e, claro, por um conjunto de voluntários (morador, 64 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Diz-se que chegaram a bater “de porta em porta” dentro da ilha, a pedir colaboração em dinheiro ou em produtos para o bazar, mas o que era arrecadado na Ilha não era o suficiente. Para isso, chegou a montar-se então uma comissão que usava camisetas com uma faixa, acrescentada por elas, que dizia “Comissão de Festas”.

Ademais, é hoje o CUC a entidade promotora da Festa, ficando sob sua responsabilidade a montagem e a organização de diversas frentes, como a montagem de toda a infraestrutura de apoio, tal como o toldo, bem como a organização das atividades lúdicas e desportivas que fazem parte do programa da festa. Para a produção destas tarefas, contam com o suporte das demais estruturas associativas da ilha: ANSN, AMIC e a recém-criada ProDiJo.

O Clube organiza tudo (...) como a animação da noite, as atividades, as comidas e bebidas e enfeitamos a ilha. Tudo isso é conosco. A parte religiosa é que é com elas (...). O resto é conosco (...). A Associação da Nossa Senhora dos Navegantes também dá apoio e as entidades oficiais (como a Câmara) também. Mas nós é que fazemos tudo (morador, 42 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Ao ser perguntado a respeito dos detalhes da programação da festa, que acompanhamos no ano de 2018, o responsável pelo CUC nos diz que “vai acontecer mais ou menos a mesma coisa que nos outros anos”, e vai em busca de um rascunho do programa da festa rabiscado no cartaz de anos passados. Percebe-se então que há uma espécie de matriz original que é ponto de arranque para a reprodução e reinvenção, feita a cada edição. Aqui, entende-se bem que esta é uma coisa que se faz e refaz a cada ano, na medida das necessidades e vontades que aparecem, e foi a partir do acompanhamento destas atividades que o entendimento da sua dinâmica se viabilizou.

Por outro lado, é consenso afirmar que a organização da “parte religiosa” fica a cargo do grupo de senhoras da igreja e do grupo dos homens do andar. O primeiro, como pudemos acompanhar nos parágrafos precedentes, é um pequeno agrupamento de senhoras entre 50 e 60 anos. Elas têm em comum, além dos laços de parentesco e vizinhança, a mesma experiência de educação religiosa, dos tempos que as catequistas vinham de Faro para preparar as crianças da Ilha para os sacramentos da primeira comunhão e da crisma (figura 73).



Figura 73: Sacramentos. Fonte: acervo AMIC/década de 1950.

São elas as responsáveis pela manutenção da capela durante todo o ano, os cuidados vão desde a limpeza, passando pela troca de flores, até a preparação dos elementos sacros do altar, e a abertura da capela para o padre realizar a missa semanal. Para tal, costumam se dividir em duplas, que atuam cerca de três meses ao ano cada. A exceção, naturalmente, é a *Festa da Ilha*, momento em que se mobilizam em uma verdadeira força tarefa para darem conta de todos os preparativos em tempo. Elas ainda são as responsáveis pelo cuidado com as opas utilizadas pelos que carregam os andores.

O segundo grupo exerce uma função fundamental para o bom andamento da romaria religiosa no domingo e, como o nome sugere, é seu papel principal a organização do transporte dos andores. Os cerca de uma dezena de homens, sob a liderança de um responsável, dividem-se consoante as frentes que precisam ser apoiadas.

Chegando àquela altura, os homens [do andor] já sabem, eu só preciso de lhes dar uma palavrinha (morador, 61 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Alguns são destacados para levar a Nossa Senhora dos Navegantes até o barco que fará espera no cais em Olhão. Outros, em outra embarcação, “vão buscar a Nossa Senhora do Rosário” na Igreja Matriz de Olhão, de onde saem em uma curta procissão até o cais, momento em que a vizinha continental embarca, as imagens se encontram e seguem em romaria fluvial pela Ria Formosa. Este segmento dos homens do andor tem ainda a missão de acompanhar o regresso de Nossa Senhora do Rosário até Olhão.

Foi justamente esta parcela do grupo que pude acompanhar, durante a realização da procissão no ano de 2018. O detalhamento desta experiência será apresentado nas seções que seguem. Finalmente, cabe à outra parcela do grupo a responsabilidade de transportar a imagem do Sagrado Coração de Jesus, que fica “em terra”, à espera do desembarque, no Cais de Acostagem, para dar início ao cortejo pelas ruas da Culatra. Igualmente importante é a missão de zelar pela integridade das três imagens durante todo o percurso, em terra e pela Ria.

4.3. “Era leste contra poente”

No sábado, começa a festa popular, onde predominam as atividades de lazer e recreio, é o dia da festa profana¹²⁸. A alvorada toca logo cedo, às 7h da manhã, o vai e vem de pessoas

¹²⁸ Durkheim (2000) [1912], em *As formas elementares da vida religiosa*, apresenta seu conceito de religião ancorado em uma produção de diferenciação entre as representações coletivas do sagrado e do profano. Para ele, o sagrado é algo pertencente à esfera do extraordinário e, por oposição, o profano liga-se ao ordinário, ao mundano. No pensamento dicotômico da época, a festa – um rito extraordinário – é abrigada no âmbito do sagrado. Em Durkheim, o rito – representativo ou comemorativo – é o instrumento que “consiste unicamente em lembrar o passado e torná-lo presente” e, assim, viável a um passado compartilhado que “reanima periodicamente o sentimento que tem de si mesmo e de sua

é intenso, seja nos cafés para tomar o pequeno almoço, seja dos integrantes das instituições, finalizando os pormenores para as atividades listadas, para o final de semana, no programa da Festa (figura 74).

FESTA EM HONRA DA NOSSA Sra. dos NAVEGANTES 2018

04-08

- 07:00 - ALVARADA
- 08:00 - PARTIDA DE FUTEBOL DE 5
- 09:00 - SERVIÇO DE ALMOÇO JUNTO À GAIOLA
- 10:00 - TORNEIO DE DADOS, DOMINÓ E PAPA
- 10:30 - HIP-HOP FUSION E DANÇA DE SALÃO
- 11:30 - ZUMBA COM ALEXANDRA E JOSÉ LAURIANA
- 18:00 - DADOS TRADICIONAIS
- 19:00 - ARREBITOS DAS LERES EM PRADO BAILE
- 20:00 - ARREBITOS DO BAILE
- 22:00 - BAILE GRUPO MUSICAL
- ROBERTURYS E BALADONS
- ACTUAÇÃO DE SÉRGIO ROSSI

05-08

- 07:00 - ALVARADA
- 08:00 - DADOS TRADICIONAIS
- 09:00 - EXERCIÇÃO GYMNASIA E BAPTISMO
- PROCEÇÃO PELO Sr. PADRE ARMANDO
- 11:00 - TRADICIONAL CORRIDA DE BARRIO A BARRIO
- 12:00 - SERVIÇO DE ALMOÇO JUNTO À GAIOLA
- 14:00 - SAUDA DA SRA. DOS NAVEGANTES
- "NOSSA SRA. DOS NAVEGANTES"
- 15:00 - RELEIÇÃO NEGAS DE QUARTEL "NOSSA SRA. INOCENCIOSE PROCEÇÃO PELA BA.FORMOSA ATÉ À CASA DA CULTURA, ACOMPAANHADA PELA BANDA
- 16:00 - PROCEÇÃO COMBÃO AO RECUPERAR PROCEÇÃO
- 17:00 - ARREBITOS DAS LERES EM PRADO BAILE
- ARREBITOS DO BAILE
- 22:00 - BAILE GRUPO MUSICAL
- ROBERTURYS E BALADONS
- 23:00 - ACTUAÇÃO DE CALVINOS

Festa em Honra da Nossa Senhora dos Navegantes

Torneio de Futebol de 5

Inscrições até dia 2 Agosto

Inscrições com:
Márcio
Pescar
Bolha
Steban
Diogo
Luís

Dia 4 Agosto 10:00h

Festa em Honra da Nossa Senhora dos Navegantes

Torneio de Liques, Dominó e Papa

Inscrições até dia 3 (5€)

Inscrições com:
Márcio
Pescar
Bolha
Steban
Diogo
Luís

Logos: Faro, Idalberto & Filhos Lda, Café Rui, PrêDijs

Figura 74: Programação da Festa. Fonte: Página do Facebook da AMIC/2018.

unidade” (p. 405; 409). Tanto a festa quanto a religião seriam capazes de distrair de suas preocupações e ocupações ordinárias, transportando-os para fora de si. A festa, assim como os eventos religiosos, aproxima os indivíduos e os leva a um estado de efervescência, muito próximo do estado religioso. Em outras palavras, a festa é um ritual em que a energia do coletivo atinge o seu apogeu, a festa produz o social.

Aos poucos, o recinto montado sob a lona vai sendo ocupado, ao fundo ouvem-se canções variadas, emitidas pelo sistema de som, que já está a funcionar. Uma das senhoras do grupo da igreja vai até a capela, é preciso varrer a areia que se acumulou à noite e deixar “tudo arranjado” para que o seu interior fique aberto à visitação (figura 75) em tempo da chegada da carreira das 11h, horário em que os turistas que vêm passar o dia na ilha costumam desembarcar. Aqui, assinala-se a crescente importância do turismo, como fonte de renda na época estival, ao mesmo tempo em que, é visível a sua contribuição nos processos de mercantilização¹²⁹ e/ou objetificação¹³⁰ da cultura local, neste momento, expressa pela patrimonialização da festa da padroeira e os modos de viver e estar na Ilha a ela associados.



Figura 75: Olhares. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Pelas 10h inicia-se o torneio de cartas e dominó entre os homens da comunidade e o futebol de 5, com equipes mistas em campo (figura 76).

¹²⁹ Conforme definição de Raposo (2010) “mercantilização da cultura - i.e., da cultura como objeto emblema ou mercadoria, respectivamente” (2010, p. 66).

¹³⁰ Conforme definição de Raposo (2010) “ objetificação da cultura - i.e., da constituição da cultura como objeto e enquanto produto de consumo e de mercadorização (2010, p. 77).



Figura 76: Atividades recreativas. Fonte: Mariela Silveira e José Julião/2018.

Também pela manhã, inicia-se a venda de rifas da quermesse em prol da Igreja, momento em que são sorteados os brindes oferecidos pelos moradores, alguns dos quais estabelecem seu próprio espaço para venda, assim como tem destaque a banca da ANSN cuja renda fica revertida para o desempenho de suas atividades. Os produtos à disposição são os mais variados, desde doces, artesanatos e *souvenirs* alusivos à Ilha da Culatra e à Festa, tais como: chapéus, toalhas de banho, camisetas, chaveiros, ímãs, entre outros (figura 77). Paulo Raposo (2010) em sua etnografia a respeito dos Caretos de Podence procurou “explicitar os usos da cultura popular local tornada produto de consumo cultural e ícone da identidade de toda uma região”. E neste sentido, o autor já nos alertava a respeito da forma como o turismo e mediatização são ingredientes de uma nova forma de pensar a visibilidade local e, logo, os processos de construção identitária, como observamos na comunidade culatrense.



Figura 77: Mercadorização. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Entre as diferenças pontuadas entre os anos de 2018 e 2019, percebe-se um movimento de apropriação imagética do processo de patrimonialização, em curso naquele momento. Foi neste cenário que fomos contactados por um grupo de pessoas que nos solicitaram a fotografia usada como capa nos cartazes confeccionados para a inauguração da exposição que compôs as ações de divulgação do INPCI. Ações que daremos a conhecer na última seção deste capítulo. A intenção do coletivo: gostariam de estampá-la nas camisetas que seriam usadas e comercializadas no final de semana da Festa (figura 78). Este exemplo dá conta por um lado da materialidade (Gonçalves 2005), identificada e expressa pela fotografia que reproduz a imagem da Nossa Senhora dos Navegantes, a padroeira da Ilha. Por outro, da ressonância (Gonçalves 2005) presente entre os culatrensenses, que no gesto singular de pedirem o arquivo fotográfico, reivindicam para si aquele patrimônio que a fotografia representa e que agora ressoa e se reproduz imagetivamente.



Figura 78: Ressonâncias. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Outro ponto a observar é as obras de requalificação do núcleo da Culatra que, em curso no ano de 2019, alteram a dinâmica existente em alguns dos espaços destinados às atividades. A mais expressiva delas acontece no largo da igreja. Agora cimentado, ele passa a comportar as diversas apresentações, que em 2018 decorreram abaixo da estrutura de lona. Espaço este que ficou disposto entre as novas estruturas de madeira, quase que exclusivamente reservado ao abrigo das mesas e cadeiras destinadas ao serviço de refeições. Repara-se também a procura de sombra, agora mais restrita ao recinto de alimentação, por parte dos espectadores das atividades (figura 79).



Figura 79: Espectadores 1. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Neste íterim, o espaço destinado às refeições vai se enchendo e o serviço em razão da alta procura teve parte de suas atividades concessionada pela ANSN a terceiros. A partir das 12h o almoço começa a ser servido aos culatrenses e visitantes, entrando pelo princípio da tarde. Por volta das 15h, têm lugar às apresentações de dança – hip-hop, danças de salão e zumba (figura 80).



Figura 80: Espectadores 2. Fonte: José Julião/2018.

Ainda decorrem os jogos tradicionais, atividade destinada às crianças e que consistem, basicamente, em mergulhar a cabeça lambuzada de farinha em bacias cheias de água, com o objetivo de apanhar, com a boca, moedas que vão sendo depositadas no fundo do recipiente (figura 81).

Eu todos os anos ia na procissão (...) eu era criança e participava em tudo, corrida de sacos, pau de sebo, todas aquelas coisas tradicionais que a malta fazia. Os anos foram passando e eu ajudava sempre os mais velhos a organizarem as provas (...). Era o meu tio e o senhor Fernando Barra que faziam antigamente. Mas foram envelhecendo e fui eu ficando a comandar praticamente aquilo tudo ali, em especial os jogos tradicionais (morador, 64 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Muito além das atividades recreativas, a própria condução e animação do público assistente e participante é por si só uma atividade de cariz tradicional, passada geracionalmente entre os culatrenses. É mais uma prática, um saber empírico, de transmissão oral que tem os laços – de parentesco e também de vizinhança – como condutores a cada nova geração.

Em contrapartida, em meio às conversas e relatos, percebe-se uma preocupação com a continuidade e a adesão dos mais jovens que nem sempre estão a contento das expectativas. Em 2018, segundo os relatos, foram poucas as crianças da Culatra a participar das brincadeiras, sendo parte delas vindas de Faro. Por outro lado, identificam fatores como a mudança nas condições de vida e a falta de iniciativas, inclusive em casa, para estimular a participação das crianças da ilha.

Há falta de jovens a participar. Este ano se não fossem os miúdos de Faro e Olhão já não havia os jogos tradicionais. Por exemplo, no jogo das moedas apareceu apenas uma criança da Ilha. Assim vão morrendo as tradições (...) mas a questão é interessante, é que antigamente eu quando via moedas dentro do alguidar eu atirava-me logo. Tinha falta de dinheiro... Hoje os meus filhos e os netos pedem-me 1€ e eu dou 2€, pede-me 5€ eu dou 10€. Não têm a necessidade que eu tinha (morador, 64 anos, entrevista realizada no ano de 2018).



Figura 81: Jogos tradicionais. Fonte: José Julião/2018.

Quando era miúdo era um dos que apanhava moedas, ia na corrida de sacos, havia um jogo também que era um pão 17, e quem comesse mais rápido o pão, sem água, ganhava (...) ainda há uns 4 ou 5 anos fizeram este, mas agora não se tem feito (morador, 64 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Esta componente da Festa faz parte de outras atividades, como o mesmo cariz tradicional, mas que foram se descontinuando ao longo dos tempos, tais como corrida de sacos, pau de sebo (figura 82) e o cabo de guerra.

Entretanto já não se faz o “pau de sebo” (...) o jogo era feito nos mastros dos barcos, mas que deixou de se fazer porque o sebo demorava muito tempo a libertar-se da madeira e no dia seguinte à Festa já era preciso ir ao mar (morador, 64 anos, entrevista realizada no ano de 2018).



Figura 82: Pau de sebo. Fonte: acervo AMIC/década de 1960.

A respeito do cabo de guerra, nos explicam que a brincadeira consistia em um cabo grosso, com nó no meio e cerca de 10 homens de cada lado a puxar, estes lados representavam as zonas da Culatra: o leste e o poente¹³¹.

A Culatra antigamente tava dividida em leste e poente, aqui no salão de festa para leste era o leste aqui pra este lado, por outro lado era o poente, eles lá

¹³¹ Confira no mapa traçados e práticas na seção a seguir.

eram mais pessoas e mais casas, mas normalmente a gente vencia sempre eles neste jogo (morador, 64 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Ademais, as narrativas a respeito da existência de uma divisão entre o grupo de moradores do lado leste e do lado poente do núcleo habitacional da Culatra, de certa forma, parecem ecoar entre as práticas e a vida cotidiana, social e também política. Ainda hoje, não é incomum encontrar, em meio à procissão, alguém fazendo uso de camiseta que menciona esta divisão (figura 83).

Parece que fica dividido ali, parece não, no meu tempo até era mesmo, os do poente e os do leste, as pessoas do lado de lá e do lado de cá” e sempre houve, quer queira quer não, uma pequena “rivalidadezinha” até os jogos de futebol era leste contra poente (...) então se se fazia qualquer coisa aqui os de lá [leste] reclamavam, aqui é a entrada da Ilha [poente] e começou a ganhar mais vida (moradora, 55 anos, entrevista realizada no ano de 2018).



Figura 83: “Era leste contra poente”. Fonte: Mariela Silveira/2018.

A potencial divisão, que facilmente se visualizava na brincadeira do cabo de guerra, tem como inspiração a orientação geográfica através do sol, um conhecimento basilar, para as atividades tradicionais ligadas à vida na Ilha, em que o nascer e o pôr do sol foram, por muito tempo, as coordenadas norteadoras da faina diária e ao sobe e desce da maré.

Já a tradicional regata a remo (figuras 84, 85 e 86) tem sua origem ligada às embarcações tradicionalmente chamadas de saveiros¹³² ou lanchas, utilizadas para pesca na Ria Formosa, mas que foram sendo gradualmente substituídas por equipamentos movidos a motor. Descontinuidade que refletiu na presença da competição, na *Festa da Ilha*, ao longo das últimas décadas.

As provas das lanchas também já estavam em vias de extinção, mas agora já vamos mandar fazer seis embarcações, para aquilo nunca acabar (morador, 64 anos, entrevista realizada no ano de 2018).



Figura 84: Regatas de barcos a remo 1. Fonte: acervo AMIC/década de 1990.



Figura 85: Regatas de barcos a remo 2. Fonte: acervo AMIC/2010.

¹³² Segundo informações da Formosamar, “Saveiro é o termo utilizado para designar diferentes tipos de embarcações construídas exclusivamente em madeira. Também conhecido entre os pescadores como lancha, o saveiro é uma pequena embarcação de boca aberta com cerca de 5-6 metros de comprimento que, juntamente com uma lancha de sacada, apanhavam cavala e carapau através da arte de sacada. Disponível em: <https://formosamar.com/pt/saveiros-barcos-tradicionais-de-pesca-no-algarve/>. Acesso em: 2/4/2021.



Figura 86: Regatas de barcos a remo 3. Fonte: José Julião/ 2018.

O CUC, no ano de 2018, submeteu proposta ao Orçamento Participativo da União de Freguesias de Faro, pelo que a sua aprovação financiou a construção de seis embarcações destinadas à Festa em Honra de N. S. N., inauguradas em 2019 (figura 87). Momento em que a chamada à participação da categoria “juvenil” mobilizou mulheres e jovens da Culatra.



Figura 87: Regatas de barcos a remo 4. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Estão a ser construídas seis, mas são todas por igual, as que têm vindo à regada não são iguais umas às outras, a gente pode ter uma campanha melhor que as outras e perder, porque os barcos é que contam muito, a diferença é essa, agora não, não há desculpas, são todos iguais (morador, 64 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Ou seja, esta é mais uma das atividades em que uma gama de conhecimentos geracionais são imprescindíveis, é preciso ter domínio da lancha e suas dimensões, como também da Ria Formosa e as suas condições de navegabilidade.

Por fim, a volta das 19h30, inicia-se a fila que aguarda a abertura da bilheteria do clube para a venda de ingressos para o disputado baile, que inicia às 22h30 e encerra as atividades do dia.



Figura 88: Baile. Fonte: Sara Pereira/2018.

O baile (figura 88), segundo nos contam, sempre foi um dos momentos lúdicos mais aguardados entre “as moças da Ilha”, que nos seus “tempos de solteira” – décadas de 1960 e 1970 – se organizam para o ápice da *Festa da Ilha*, altura em que se juntavam para preparar as roupas “cada uma apresentava o que de melhor tinha”. Momento comparado apenas com as festas aos santos populares, em junho, quando havia a confecção dos mastros, a colheita da macela, as canções e os pulos ao pé da fogueira. Prática que, diferente do baile, foi se descontinuando à medida que aquela geração cresce, casa e tem filhos.

Entretanto, ainda hoje os culatrenses se fazem presentes na fila para garantir ingresso no baile. Mesmo em meio ao público, cada dia mais crescente de turistas, este ainda é o ponto alto, da programação profana, da *Festa da Ilha*. Alguns relatos dão conta que chegou a ser organizado, pelo grupo das “moças solteiras” um rancho folclórico com o propósito de se apresentar na *Festa da Ilha*, mas a iniciativa não foi adiante. Elas confeccionaram para si saias de papel e para os meninos, coletes. Uma das senhoras, hoje na faixa dos 60 anos, ainda lembra-se dos versos compartilhados: “sou da Ilha da Culatra e nisso tenho prazer, nela nasci e é nela que vou morrer¹³³”. Nesta passagem, para além de uma demonstração de saudosismo em relação à juventude, fica evidente que, ao entoar o verso, evocam-se a memória oral, uma das formas pelas quais se expressam a identidade comunitária culatrense, em uma perspectiva do patrimônio imaterial.

4.4. “Vamos concorrer a patrimônio cultural da humanidade”

No domingo, a alvorada soa mais tarde, às 9h, algumas atividades são retomadas, os rastros de areia, e algum lixo, acumulado na movimentada noite do baile, ao redor da capela é removido por membros do grupo de senhoras da igreja. A decoração no palco que receberá o sermão, no exterior da capela, foi finalizada. No seu interior, é preciso posicionar cadeiras de plástico para dar mais assento à grande audiência a seguir. Não tardou em aparecer a embarcação, com o traslado dos convidados para o dia solene, entre eles: representantes do governo, de instituições civis, das autoridades militares e religiosas, que ancoram no Porto de Abrigo (figura 89).

¹³³ E não por acaso, este verso é parte de uma das canções escolhidas para o encerramento do documentário, realizado no âmbito do INPCI – Inventário Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial.



Figura 89: Os outsiders. Fonte: Mariela Silveira/2018.

A celebração da missa (figura 90), que em 2018 foi presidida pelo bispo do Algarve, está marcada para as 12h. Aos poucos, a pequena capela está lotada e os que não tomaram assento ficam à porta. Depois da celebração, convidados e culatrenses se direcionam ao recinto reservado às refeições, onde já se encontram alguns visitantes e turistas. O almoço transformou-se num enorme convívio.



Figura 90: Missa. Fonte: Sara Pereira/2018.

A presença do bispo, que não se repetiu no ano seguinte, remonta à memória dos tempos em que iam “buscar o bispo no Farol”, conforme nos contam.

Eu talvez tivesse os meus 12 anos [quando começou a participar na Festa]. Nós íamos buscar o bispo de Faro. Iam todos os barcos de pesca, acompanhados aqui com a nossa santa. Agora é que vamos a Olhão buscar a outra santa, mas antigamente não, antigamente íamos a Faro. Eu era moço (...) nós tínhamos umas buzinas, que eram uns grandes búzios que apanhávamos no mar. Partíamos o bico e tocávamos, tipo corneta. Nessa altura era eu que tocava. É engraçado que foi por causa da procissão que me vim a tornar corneteiro na tropa. (...). É uma história de vida engraçada (morador, 64 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Neste depoimento, deparamo-nos novamente com uma narrativa que atrela as práticas do modo de vida ilhéu não só à procissão como também às escolhas de vida geridas para além dela. Convém assinalar que estas narrativas parecem estar entrelaçadas a três pontos centrais na linha condutora das narrativas culatrenses e todos perpassam pela constituição histórica da procissão. O primeiro marcador significativo, é o período anterior à década de 1950, período em que não havia edificação específica para o culto religioso na Culatra, o segundo é justamente o marco da construção da capela, que data de 1956, e o terceiro ponto significativo é a passagem da capela da Culatra, que até então pertencia a Faro, ao domínio eclesiástico da Igreja Matriz de Olhão.

A respeito do período anterior à capela, não é raro ouvir relatos capazes de nos conduzir ao clima efervescente dos primórdios da procissão.

Quando eu nasci [1939] não havia festa nem nada disto (...). Primeiro, começaram com as missas. Era missa campal. Eu teria aí uns 9 anos, lembro-me que a missa foi dada atrás de uma casa, (...) depois as missas passaram para o antigo salva vidas (onde hoje é o infantário) e passaram a trazer uma santa de Faro. Foi aí que saíram as primeiras procissões (moradora, 83 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

De fato, a concepção da capela inaugurou um novo ciclo na religiosidade dos ilhéus. Até este marco, a *Festa da Ilha* viabilizou-se com a vinda do bispo ou pároco de Faro, que era transportado para a Ilha de barco (figura 91). É esta memória que transparece quando há menção aos tempos que iam “buscar o bispo no Farol”, o que se fazia com embarcações a remos ou velas. A sua chegada era celebrada com uma missa campal, seguida de uma procissão pelas areias da Culatra e finalizada com a bênção das embarcações.



Figura 91: Chegada do Bispo. Fonte: acervo AMIC/década de 1950.

Sendo esta, à época, uma visita anual à Ilha, a ocasião era aproveitada para a realização de batizados coletivos. Hábito que perdurou ao longo da década de 1960, tendo a figura do Padre Henrique uma referência especial à comunidade. A ponto de, em reconhecimento aos seus serviços prestados, lhe ser atribuída a única toponímia que homenageia uma personalidade não culatrense. Um fato curioso é que, no seu tempo, contabilizam-se 180 batismos na Ilha, contra apenas 80 em Faro.

Foi sob esta atmosfera que as já referidas catequistas, que vinham da cidade de Faro, circulavam na Culatra, suas atividades são muito presentes na memória oral local, nos contam que uma destas senhoras era esposa de um engenheiro, e este casal, juntamente com o casal Resende, teriam sido o mote para a construção da Capela, cuja colaboração dos culatrenses é recorrentemente lembrada.

Entretanto a Igreja começou a ser construída. Todos aqui da Culatra fomos ajudar. Eu já tinha os meus 12, 13 anos, já podia com pedregulhos como se fosse uma mulher. A Igreja foi feita assim, vinham os batelões de Faro e descarregavam as pedras e nós carregávamos. Não houve tratores, não houve nada. Foi assim que aquela igreja foi feita. Os primeiros santos que aquela Capela recebeu foram o Sagrado Coração de Jesus e a Nossa Senhora dos Navegantes. Esses foram oferecidos pelas pessoas que estiveram à frente da construção das Capela. Os outros é que já foram oferecidos por pessoas aqui da Culatra. Depois é que a procissão começou a sair dali da Igreja (moradora, 83 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

A inauguração da capela, nosso segundo marcador temporal, traz consigo a presença das imagens de Nossa Senhora dos Navegantes e Sagrado Coração de Jesus oferecidas pelos construtores da Capela que, aos poucos, foi tendo seu acervo de imagens aumentado, com Nossa Senhora da Conceição, São Francisco e Nossa Senhora de Fátima ofertados por culatrenses. A formalização da procissão, que se instituiu após a construção da Capela tem, em seus anos iniciais, a integração das cinco imagens ao cortejo, conforme estampa o cartão postal que recolhi e que se pode visualizar na figura 92. O que, mais tarde, foi sendo adaptado ao decrescente número de carregadores no grupo dos “homens do andor”, passando a sair apenas com as imagens da Senhora dos Navegantes e do Sagrado Coração de Jesus, tal e qual transcorre hoje (figura 93).



Figura 92: Cortejo. Fonte: Coleção Parques e Reservas de Portugal – PNR/1988.



Figura 93: À direita, N. S dos Navegantes; à esquerda, o Sagrado Coração de Jesus. Fonte: acervo AMIC/década de 1980.

Por fim, a passagem do domínio religioso para Olhão, no ano de 1983, traz consigo mudanças gradativas na forma de realizar a Festa em Honra à N. S. N. A mudança foi uma reivindicação comunitária, que levou em consideração fatores como “a vida social, cultural e econômica, que se processa a partir da Ilha para Olhão e vice-versa”, segundo argumenta o bispo do Algarve em publicação no decreto que concede a alteração, publicado no jornal “A Voz de Olhão”(1983). Esta nova mudança reconfigura e traz novas dinâmicas à Festa. A mais significativa delas, e que nos aproxima de sua condição atual, é a adoção da procissão fluvial, pela Ria Formosa, ligando a Culatra a Olhão.

E neste contexto, algumas leituras são possíveis para se pensar as dimensões da relação da festa, e conseqüentemente, da Ilha da Culatra com as cidades de Faro e de Olhão. No primeiro caso, em que pese a ligação formal pela pertença administrativa, pode se supor que o estreitamento dos laços eclesiais decorreu do papel de interlocução e mediação entre as realidades locais e o projeto nacional, reservado à Igreja Católica durante o período do Estado Novo em Portugal. E seguindo este raciocínio, podemos pensar a aproximação com Olhão, adensada após a abertura democrática, como resultado da secularização, bem como da turistificação, não só da festa, mas sobretudo do núcleo habitacional da Culatra e o conjunto das suas expressões culturais patrimonializadas.

Já no início da tarde de domingo, o barco com a parcela dos “homens do andor” designada para a Senhora do Rosário “abala” da Culatra, por volta das 14h (figura 94 à esquerda), bem como a embarcação que fará o transporte da banda de música no percurso de volta. Alguns instantes depois, o andor com a imagem é transportado pelos culatrenses até o cais e embarca rumo a Olhão (figura 94, abaixo) cruzando a Ria ao encontro da Senhora do Rosário (figura 94, à direita). A festa agora é um momento de fé.



Figura 94: A bordo com os homens do andor. Fonte: Mariela Silveira/José Julião/2018.

Qual é o meu “trabalho”? Preparar vários indivíduos da Culatra, vários pescadores e combinar com eles [o transporte dos andores]. No dia da Festa, no domingo, às duas horas vou para Olhão com o barco que vai buscar a Santa e levo então esse grupo de homens, 7 ou 8 homens ou 9 ou 10. Chegamos a Olhão, vamos à Igreja Matriz e preparamos as coisas. Já lá está o padre e está tudo organizado. Logo se começa a procissão que sai da Igreja às três horas. Fazemos o percurso em procissão até ao cais T. Agora já há um grupo de homens de Olhão que levam o andor e dão-nos um grande apoio, já há um intercâmbio. Até há uns anos não havia. Eram os homens que eu levava da Culatra que levavam o andor. (...) Chegamos ao cais T e, entretanto, chega a Nossa Senhora dos Navegantes a Olhão na altura certa porque os contatos telefônicos ajudam. Embarcamos Nossa Senhora do Rosário e vamos em procissão pelo mar até Culatra (morador, 61 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Ao chegar no cais em Olhão, os homens desembarcam rumo à Igreja Matriz, e os passos apertados – quase que a correr – dão o tom da caminhada até algumas ruas dali (figura 95). Eu havia embarcado com eles na Ilha, mas foi só neste momento que entendi que os acompanharia nesta missão, também por terra: “e então, vamos, Mari?!”, fala um deles, com o gesto simultâneo para que eu saltasse da embarcação.



Figura 95: Homens do andor – Olhão. Fonte: Mariela Silveira/2018.

Naquele momento, foi preciso uma boa dose de fôlego para alcançar seus passos. No curto trajeto até a igreja, o grupo foi se adensando e angariando mais uns dois ou três homens, que faziam espera. A chegada a Igreja Matriz é sublinhada pela presença de público e da banda filarmônica (figura 96), posicionados do lado de fora da edificação, aguardando o “arranque” da curta procissão até o cais.



Figura 96: À espera. Fonte: Mariela Silveira/2018.

Agora, já dentro da Igreja em Olhão, é preciso apenas alguns poucos minutos para a procissão avançar, todos os pormenores foram previamente organizados por membros da igreja olhanense que se juntam aos “homens do andor”, e sob a coordenação destes, encabeçado pelas autoridades religiosas, e seguido pela banda filarmônica que se posiciona, o cortejo toma corpo pelas ruas do centro histórico de Olhão em direção ao cais de embarque (figura 97).



Figura 97: Procissão em Olhão. Fonte: Mariela Silveira/2018.

Chegando ao cais, a banda filarmônica e parte do cortejo, nomeadamente as autoridades religiosas e os “homens do andor” adentram as embarcações destacadas para o efeito. Em simultâneo, a imagem da Senhora dos Navegantes espera sua “vizinha” no barco que a trouxe, é o momento do encontro, as proas das embarcações são alinhadas de modo que as imagens fiquem frente a frente (figura 98).

Há sempre aquela emoção quando se chega em Olhão (...) é emocionante, é a chegada da outra imagem, é as pessoas em Olhão é muita gente ali tudo a ver, (...) é muitas embarcações que vêm de todo o lado (...) então é muita emoção porque é a nossa imagem que tá ali, é mesmo a nossa imagem que tá ali e tá a abençoar o mar! (moradora, 62 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Levada pelo calor das circunstâncias, me emocionei, assim como muitos dos que estavam ali, por um instante, pude sentir a comunhão das pessoas, a celebrar. De alguma forma, todos os meses de coabitação entre os culatenses se materializaram naquele encontro.



Figura 98: O encontro. Fonte: Mariela Silveira/2018.

Este é o ápice da componente religiosa, um momento de catarse que contagia a todos. Sob forte emoção, os barcos seguem rumo à Ilha da Culatra, embalados pelo som da banda e ao comando das canções e orações entoados por uma parcela do grupo de senhoras da igreja a bordo, com a padroeira da Ilha.

Os barcos buzina, as pessoas visivelmente emocionadas gritam vivas e cantam louvores às santas: “Viva a Nossa Senhora dos Navegantes!” Viva! “Viva a Nossa Senhora do Rosário! Viva!” Palavras, por vezes embargadas, que ecoam através do megafone e seguem durante o cortejo fluvial. O público de Olhão se despede no cais, a senhora responsável pela organização da Igreja Matriz acena para mim (figura 99).



Figura 99: Despedida público em Olhão. Fonte: Mariela Silveira/2018.

O trajeto do cortejo, entre Olhão e a Culatra, é escoltado pela Polícia Marítima, que garante a segurança das embarcações que transportam as imagens e assegura certa ordem aos tripulantes mais entusiasmados que, vez ou outra, tentam se aproximar em demasia das embarcações e acabam por “atirar água” nas imagens, como bem advertiu o “mestre de cerimônias” das atividades lúdicas, no dia anterior.

Água não, nós não precisamos d’água, nós pescadores estamos fartos d’água por isso mesmo vamos respeitar a nossa santa, vamos concorrer a patrimônio cultural da humanidade, por isso mesmo, isto é uma coisa de muito respeito, muito respeito hein, pela nossa santa (morador, 64 anos, excerto do filme, realizado no ano de 2018).

Forma-se na Ria uma enorme mancha de barcos e, em seu centro, estão as três embarcações destacadas para a romaria (figura 100). No barco que conduz a padroeira dos culatrenses, estão a bordo as autoridades a quem se faz distinção: o bispo do Algarve, o presidente da Câmara Municipal de Faro e o comandante do Porto de Olhão. No barco que leva a Nossa Senhora do Rosário abrigam-se os sacerdotes e os acólitos. Os homens do andor e os elementos do grupo da igreja distribuem-se por ambos os barcos. Por fim, na embarcação que transporta a banda, agrupam-se assistentes de maneira geral.



Figura 100: Romaria pelas águas. Fonte: Mariela Silveira/2018 e 2019.

A chegada na Ilha é cercada por espectadores. As imagens e a banda desembarcam, em direção à povoação da Culatra (figura 101). Logo na entrada da ilha, as santas são recepcionadas pela imagem do Sagrado Coração de Jesus, que é integrado ao cortejo em terra (figura 102).



Figura 101: Desembarque na Culatra. Fonte: Mariela Silveira/2018.



Figura 102: Recepção do Coração de Jesus. Fonte: José Julião/2018.

A procissão, agora com os três andores (figura 103), tem à frente as autoridades eclesiais, seguidas da banda, estando igualmente presentes no cortejo os representantes institucionais convidados na companhia de membros das associações locais, bem como a população em geral. Segundo relatos, o trajeto atual é o mesmo há algum tempo, sobretudo após a construção das passadeiras de cimento nos arruamentos da ilha, e, embora não seja possível precisar a data em que isso acontece, é comum a referência ao antigo percurso que era sempre “por fora das casas” junto ao mar, e que a rota percorrida foi “ficando mais pequena” sendo “um tanto e meio do que se faz agora, se calhar até mais”.

Outras falas dão conta de que a alteração do percurso que iniciava na avenida principal, virando à direita ao meio do caminho para atravessar as dunas e acessar o mar, “dava a volta à ilha pela costa”, era muito trabalhoso, muitas vezes acabando próximo da noite, e que esse foi um dos motivos que levou os padres Cunha a implementarem a modificação do trajeto, no início da década de 1990, período em que permaneceram na paróquia de Olhão. Em outras palavras, percebe-se que a procissão, e em especial o seu percurso terrestre pela Culatra, é uma manifestação cultural extremamente dinâmica e que se molda às condicionantes socioespaciais da Ilha. Assim como na procissão, pode-se observar que os modos de viver e estar na Ilha são também permanentemente (re)alinhados às condições singulares deste movimento morfodinâmico constante.



Figura 103: Andores em procissão. Fonte: Mariela Silveira/2018.

O trajeto percorrido (sinalizado em vermelho no mapa abaixo, figura 104) faz a ligação entre os extremos longitudinais da Capela, junto à Ria, a norte na Rua N. S. dos Navegantes, seguindo pela Avenida 19 de Julho e continuando sobre as passadeiras no limite sul, na direção do oceano. Neste ponto, retorna-se em direção à Capela, atravessado longitudinalmente parte da Rua Ana Laura Quintino, acessando assim a rua Heróis do Ultramar, seguindo em direção às ruas Isabel Argel Lisboa e Joaquim Nunes, ponto em que retornam ao cruzamento entre a Avenida 19 de Julho e a Rua N. S. dos Navegantes.



Figura 104: Traçados e práticas. Fonte: adaptado de informação geográfica cedida pela DGT/2021.

LEGENDA:

1 Cais de acostagem	9 Apoios de pesca	 Atalhos/caminhos
2 Largo da igreja	10 Zona de trabalho de pesca	 Rota dos turistas – acesso à praia
3 Polidesportivo	11 Recovo	 Trajeto da Procissão
4 Escola	12 Zona de apanha	 Divisão Poente / Leste
5 Centro Social	13 Campo de futebol	
6 Delegação da Cruz Vermelha	 Passadeiras em madeira – acesso à praia	
7 Heliporto		
8 Porto de abrigo		

Os andores são carregados por homens e mulheres que vão se revezando durante o percurso, “toda a gente pode carregar o andor”, entretanto tomar o andor da Padroeira da Ilha nos ombros é a ação mais disputada da tarde. Sobretudo para as mulheres que empunham a vez dos homens do andor: “É uma questão de fé”, contam-nos depois, e embora não haja relatos de promessas, carregá-lo é um pequeno sacrifício que se oferece a Nossa Senhora.



Figura 105: Volta à ilha. Fonte: Mariela Silveira/2018.

No final da tarde, concluída a volta à ilha (figura 105), a procissão se concentra nos fundos da capela onde decorre uma preleção da autoridade máxima eclesiástica, popularmente conhecida como sermão, no espaço externo previamente preparado para tal (figura 106).



Figura 106: Sermão. Fonte: Mariela Silveira/2018.

Ao final, realiza-se a bênção dos barcos, ocasião em que deslocam-se, a alguns passos dali, para junto da Ria. O som de um cântico religioso dá o tom ao cenário solene:

Senhora dos Navegantes
A nossa prece escutai
Da Culatra os habitantes
Virgem Mãe abençoai!
Aqui vimos, Mãe querida
Consagrar-Te o nosso Amor.

Por fim, a imagem da Senhora dos Navegantes e o Sagrado Coração de Jesus acompanham a Senhora do Rosário até o cais de embarque para o regresso a Olhão sob a guarda dos “homens do andor” até o seu destino final (figura 107).

No regresso, vamos todos [os de Olhão e da Culatra] a Olhão levar a Santa. Aí já não vamos em procissão. Desde que veio o padre Armando temos lá uma carrinha à espera e pomos lá o andor. Antigamente, éramos nós que levávamos às costas o andor (morador, 61 anos, entrevista realizada no ano de 2018).



Figura 107: Despedida no cais. Fonte: Mariela Silveira/2018.

Muitos se despedem acenando com lenços e gritando “Viva a N. S. do Rosário” (figura 108). O regresso das imagens da Senhora dos Navegantes e do Coração de Jesus à sua morada habitual, na companhia dos culatrenses, encerra a celebração religiosa.



Figura 108: Adeus à N. S. do Rosário. Fonte: Mariela Silveira /2018.

Dentro da capela, que permanecerá aberta por mais algum tempo para visitas, os andores são reposicionados e ouve-se uma oração, em agradecimento. Neste momento, nem eu, nem os demais investigadores fomos capazes de adentrar o espaço, pareceu-nos uma circunstância demasiado íntima e nossa presença soava-nos como “invasão”. Este episódio deixa clara a distinção entre coabitar e pertencer ao lugar. Como explicitado no início deste capítulo, coabitar é possível, mas sempre temporário, provisório e incompleto, ao passo que pertencer é algo que não se pode apreender, mesmo quando estamos sintonizados pelo mesmo ritmo, tal qual faz a influência da maré, há substancial diferença entre compreender e viver os fenômenos sociais que descrevemos.

Neste capítulo, acompanhamos os extensos preparativos e atividades atinentes à *Festa da Ilha*, uma celebração de cunho religioso, mas com importante componente profana e que abarca uma gama de saberes e fazeres ligados ao modo de vida culatrense, potencialmente patrimonializado. No próximo capítulo, apresentaremos as já referidas ações de divulgação do INPC na Ilha da Culatra, bem como suas reverberações entre os moradores. Daremos ainda a conhecer pormenores do desenvolvimento, ao longo das décadas, do turismo na Ilha da Culatra, bem como a iminente “virada ecológica” inaugurada com a implementação do projeto “Culatra 2030”.

CAPÍTULO 5

Fluxos identitários e o direito à Ilha: da Culatra *sur mer* à Culatra 2030

Fomos sempre pessoas revoltadas – por que que não se faz? Por que que não se faz? – nunca deixamos as coisas andar à espera que os outros fizessem, andamos sempre à frente (morador, 54 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

No capítulo anterior, acompanhamos a *Festa da Ilha* e todos os pormenores associados à sua realização. Neste momento, apresentaremos questões decorrentes deste contexto, tais como as narrativas locais que dão conta do surgimento do turismo e sua reverberação na *Festa da Ilha* e, ainda, as ações de divulgação do INPC que decorreram na Ilha da Culatra no ano de 2019, bem como a repercussão do processo de patrimonialização entre os culatrenses. Por fim, conheceremos o projeto “Culatra 2030: comunidade energética sustentável”, uma das vias capazes de dar vazão ao fluxo contínuo estabelecido entre “fazer Ilha” e o “direito à ilha” como instrumentos de legitimidade para a identidade comunitária culatrense.

5.1. Culatra *Sur Mer*

A *Festa da Ilha* é um momento que cada vez mais atrai os olhares dos turistas. Por curiosidade ou por devoção, eles lotam o espaço lagunar da Ria Formosa com suas embarcações de recreio. Alguns aproveitam a data para passar um dia de veraneio e há ainda aqueles que, por algum motivo, parecem estar alheios aos acontecimentos locais, interessando-lhes apenas a oportunidade de um banho de sol à beira da Ria Formosa (figura 109), especialmente entre os meses de junho e agosto, período em que o fluxo de visitantes aumenta vertiginosamente: “*It’s an amazing place*”, me fala uma transeunte de passeio, com quem já havia cruzado o olhar anteriormente, como se estivesse a me confidenciar algo.



Figura 109: Sob o olhar da turista. Fonte: Mariela Silveira/2018.

Há uns doze anos, as pessoas vinham cá, vinham à *Festa da Ilha* e tinham que se ir embora porque os restaurantes antigamente praticamente não eram restaurantes, não faziam comida para fora (...) eram só uns comes e bebes ali e as pessoas queriam jantar e almoçar (...) isto deu uma volta tremenda, desde que o porto de abrigo foi construído (...) foi uma das melhores coisas que fizeram na ilha, o porto de abrigo para pesca, mas também os restaurantes não ficaram atrás porque antigamente as pessoas que vinham almoçar na ilha tinham que fundear o barco lá fora e havia só um homem desses restaurantes que ia buscar as pessoas, ia com o barquinho dele e, depois que almoçavam, ele levava outra vez lá fora (...). Agora, não há necessidade disso, entram pelo porto de abrigo, o porto de abrigo ninguém paga nada, é um porto de abrigo livre, é pra pequena pesca, mas os ilhéus à moda da Culatra gostam muito de receber as pessoas (morador, 64 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Corbin (1989) documenta o desenvolvimento do “imaginário social” relativamente às percepções, os usos do mar e a “invenção da praia” no Ocidente, ao longo dos séculos. Para ele, o interesse em atividades à beira mar na Europa aparece gradativamente entre os séculos XVIII e XIX. Em um primeiro momento, em decorrência de recomendações médicas para o uso terapêutico das águas para “endireitar e revigorar” de uma variedade de enfermidades tanto físicas como de espírito e, pouco a pouco, imprime a “emergência do desejo das praias de mar”.

Machado (2000) traça o desenvolvimento da “especialização social” da praia, com especial atenção ao contexto português. A autora partiu da análise de diversas publicações recolhidas no Arquivo Municipal de Figueira da Foz, no período entre o final do século XIX e o início do século XX. Sua intenção foi mostrar que os atores sociais, em especial da elite, moldam o “imaginário da praia”, acionando recursos simbólicos, tais como a distinção social. A chegada das elites às praias, via prescrição médica, reveste de “civilização” as práticas à beira-mar, tal como o banho que supõe-se como já habitual entre os povos litorâneos.

No caso português, é a burguesia industrial que toma a frente, na passagem do século XVIII para o século XIX, em detrimento da aristocracia vigente. Para a autora, o resultado das investidas da burguesia em relação à construção social da praia inaugurou a ideia de “praia terapêutica”, momento em que não se previa, por exemplo, a exposição ao sol.

E já vêm pessoas pra cá, se calhar há setenta/oitenta anos, nessa altura de turismo, não era bem turismo, às vezes vinham para se curarem de certas coisas porque diziam que era bom a água do mar (moradora, 63 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Nesta fase, a relação dá-se exclusivamente pela imersão no mar, de breve duração, cuja função é meramente terapêutica. Já o limiar do século XX é marcado com a transição para a “praia lúdica”, que incorpora a intensificação do convívio com “o espaço da praia em si mesmo”, privilegiando o contato direto com as águas, as areias e o sol.

De modo geral, as notícias relativamente à Ilha da Culatra, nos jornais consultados entre 1898 e 2016, são bastante raras. Entretanto, entre os anos de 1920 e 1930 surgem notas a respeito das famílias, da cidade de Faro e Olhão, que iam à Culatra na época balnear.

Não é do meu tempo, mas ouço contar que aqui na ilha vinham pessoas ricas e as pessoas da própria ilha alugavam a casa delas para estes turistas, e elas trabalhavam para eles no tempo em que estavam cá (...), catavam água, que tinha que buscar nos poços que havia e essa gente como eram ricos não faziam nada, vinham pra passar férias, então as pessoas precisavam, e acatavam, faziam serviços pra essa gente (moradora, 63 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Entre as notícias do jornal *Correio do Sul*, uma série de crônicas batizadas em 1930 de “*Culatre sur mer*” (figura 110) informava ao leitor a respeito “do pouco ou muito do que se passa nesta pequena faixa de areia tão suave e pacata que o mar cerca a toda volta” relativamente às famílias que passavam férias na Ilha da Culatra (*Correio do Sul* 1931).



Figura 110: Cabeçalho da seção do jornal Correio do Sul. Fonte: imagem reproduzida no Arquivo Distrital de Faro/Mariela Silveira 2018.

Em Diegues (1998), temos como ponto de partida que as representações simbólicas diferem entre os grupos humanos e, deste modo, pode-se considerar que a curiosidade do continental em relação ao espaço insular emana da significação essencialista das singularidades daquele território, principalmente quando em comparação ao continente, já desprovido do suposto exotismo e do mistério que a travessia até a ilha pode proporcionar. Em contraposição à “projeção fictícia” do viajante/turista, é neste espaço que a “vida cotidiana” do ilhéu acontece, com todas as instabilidades e precariedades afetas às limitações reais de toda ordem (1998, p. 106,107).

Henriques (2009), em sua obra “Distância e conexão: insularidade, relações culturais e sentido de lugar no espaço da Macaronésia”, traça uma relação entre a ideia de insularidade como metáfora do isolamento. Tendo como premissa a etimologia da palavra, “foi de *insula* que se gerou *isola*”, argumenta que

“Estar isolado, ilhado ou insulado (...) hoje designa essencialmente um estado relacional (...), o estar-se separado pelo mar, embora definindo um limiar entre o ‘cá’ e o ‘lá’, não significa necessariamente uma ‘barreira’(...) implicou, isso sim, que a ilha tivesse sido recorrentemente vista ao longo da história como algo que está do ‘outro lado’” (Henriques 2009, p. 76).

Em contraponto, o autor nos sugere que “todas as ilhas têm um quê de ‘isolamento’ que não pode ser tido apenas como historicamente produzido”. Para ele, a condição geográfica de se estar cercado por água produz, em alguma medida, “impactos nas mobilidades e nas percepções sobre essas mesmas modalidades, ajudando a criar a seu respeito ideias (em parte, exageradas) de confinamento, de separação e de afastamento” (2009, p. 77).

Depois veio a lepra, a doença, e as pessoas que estavam aqui na ilha afastaram-se mais nessa altura (...), mas, ainda ficaram muitas famílias, não foi tudo embora, e dessas famílias que ficaram, para ir pra Faro, eram uns botes pequeninos com nove/dez pessoas dentro e tinham que atravessar ali a barra e depois apanhar o canal pra ir pra Faro. Então, um dia tava um ventinho que empurrava o barco pra fora da barra (...), eram os pais, os filhos, a criada e morreram todos (moradora, 83 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

É neste contexto que se estabelece a ligação entre as ilhas como destinos prioritários aos exilados, degredados e desterrados ao longo dos séculos. Não é diferente na Ilha da Culatra, cujas narrativas apresentadas no capítulo 2, que dão conta do envio de pessoas para cumprir quarentena, datam do século XVI.

Pode-se acrescentar ainda que, para Henriques, a noção de isolamento acaba por remeter-nos ao conceito, tomado por empréstimo da geografia, de fricção da distância. Desde este ponto de vista conceitual, a possibilidade de interação entre dois locais tende a diminuir à medida que o espaço-tempo a percorrer entre os dois pontos aumenta. Em outras palavras, pode-se dizer que quanto mais próximo um local é do outro maiores são as chances de interação entre eles, em detrimento dos locais mais distantes. Embora simples, esta regra geográfica, em grande medida, ilustra a preferência dos culatrenses em estabelecer relações de toda ordem (comercial, religiosa, familiar etc.) com a cidade continental imediatamente à frente: Olhão, em desfavor de Faro, cidade à qual pertence administrativamente.

Os textos, do correspondente do jornal na Ilha da Culatra continham relatos minuciosos das inúmeras atividades recreativas que decorreram durante a estada de veraneio. Entre as narrativas, citam-se atividades em um salão de cassino e a organização de um programa de festas com saraus, número de variedades e bailes. Menciona-se também a construção de um mirante com “esplêndida vista” no ano de 1931. A escrita, de tom empolgado, descreve pormenores cotidianos que vão desde os prováveis namoros, passando por eventos climáticos como um vendaval que teria arrancado o teto do salão de baile, até uma observação a respeito de uma nova ninhada de cães na ilha: “Fica em 275 o número de cães que andam por aqui a saltar-nos à canela” (Correio do Sul 1930).

Apontamentos acerca do modo de vida na ilha também aparecem, destacando as vantagens de se estar na ilha. “A vida aqui é econômica, caseira, e não tem as exigências das grandes praias”. Também se encontram relatos de alguns conflitos que, segundo o cronista, foram protagonizados por pessoas “de fora” e não pelos “ilhéus”. Aqui, é possível identificar uma das formas de diferenciação apontadas por Diegues (1998), que opera através de uma idealização da insularidade, desde a ótica e das experiências continentais.

Depois deste período de entusiasmo, não se tem mais publicações a respeito, para além de notas relatando possíveis casos de lepra, bem como um acidente trágico com uma embarcação que transportava uma família a Faro, e que, por conta disso, os visitantes teriam abandonado a prática.

Atualmente, de acordo com observações e relatos em campo, as atividades ligadas ao turismo vêm se consolidando como uma opção de complementação de renda familiar, especialmente na época balnear, quando a procura por aluguéis de residências é alta. Além disso, há aqueles que vêm à ilha para passar o dia e usufruir dos serviços oferecidos pela concessionária de praia (figura 112), inaugurada no ano de 2018, além dos restaurantes e do comércio de variados produtos, já estabelecidos no núcleo habitacional, mas que se adensam nesta época do ano, especialmente ao longo do caminho que chamamos de “rota dos turistas” destacado em azul no mapa Traçados e Práticas (figura 111).



Figura 111: Rumo à *Culatre sur mer* 1. Fonte: Mariela Silveira/2019.



Figura 112: Rumo à Culatre sur mer 2. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Todavia, no percurso até a praia oceânica encontramos dois equipamentos importantes para a comunidade culatrense, a Escola Básica da Ilha da Culatra e o Centro Social Comunitário (pontos 4 e 5 do mapa, figura 116). A escola, que desde 2009 pertence ao Agrupamento de Escolas Tomás Cabreira de Faro, oferece turmas do 1º e dos 2º ciclos do ensino básico do primeiro ao sexto ano. A partir do 3º ciclo, ou sétimo ano, os alunos vão para a sede do agrupamento escolar, na cidade de Faro, cujo deslocamento de barco é disponibilizado pelo município, ou mesmo para outra escola, em Olhão. Já o Centro Social comunitário é uma edificação de múltiplo uso, abrigando a sede administrativa da Associação Nossa Senhora dos Navegantes e, ainda, as ATL – Atividades de Tempo Livre, que funcionam como contraturno escolar. Há também o acolhimento às crianças menores, na creche e no jardim de infância. A estrutura conta com um parque infantil e um bicicletário. Por fim, presta apoio domiciliário aos idosos e às famílias carentes.



Figura 113: Equipamentos comunitários. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Em razão das atividades oferecidas pelas instituições ali instaladas, este perímetro concentra um grande fluxo de moradores, especialmente crianças. O espaço ao mesmo tempo fica em meio à rota que os turistas utilizam para o acesso à praia. A despeito de qualquer curiosidade que possa despertar, tem-se o alerta aos visitantes eventualmente desavisados em três idiomas “recinto escolar, proibida a entrada de estranhos” (figura 114). Aqui, sutilmente, a fronteira entre nós – os estabelecidos – e os outros – os *outsiders* – é mais uma vez acionada (Elias, Scotson 2000). [1990].



Figura 114: Recinto escolar. Fonte: Mariela Silveira/2019.

No ensejo das ações de divulgação do INPCI na Ilha, contatamos a direção pedagógica das ATL com a intenção de propor alguma atividade lúdica que versasse a respeito da *Festa da Ilha*. Com a condução da professora responsável pela turma, conversamos um pouco a respeito da festa e, em seguida, os alunos que se sentissem à vontade foram convidados a fazer um desenho a respeito do tema. No momento em que os desenhos eram entregues, estabelecemos uma pequena conversa à volta do significado da festa.

Percebeu-se que os temas desenhados (figura 115) giraram em torno da sociabilidade da festa, sobressaindo-se a figura de barcos e imagens religiosas. A maioria das crianças, incluindo as que não desenharam, relataram algum envolvimento do seu núcleo familiar com a procissão.

Entre as descrições que ouvimos, destaca-se (no topo, à esquerda) um desenho de si próprio e dois amigos sentados na arquibancada do CUC. Na mesma cena também aparecem o palco e a pista de dança do baile, com luzes e pessoas a dançar. Outra criança explica que desenhou (em baixo, à direita) uma mulher que estava vendendo rifas na barraca, e segue explicando que, no meio, está sua mãe e ela própria almoçando no espaço coletivo da festa. Ela ainda fez duas imagens, com andores sendo carregados por pessoas.

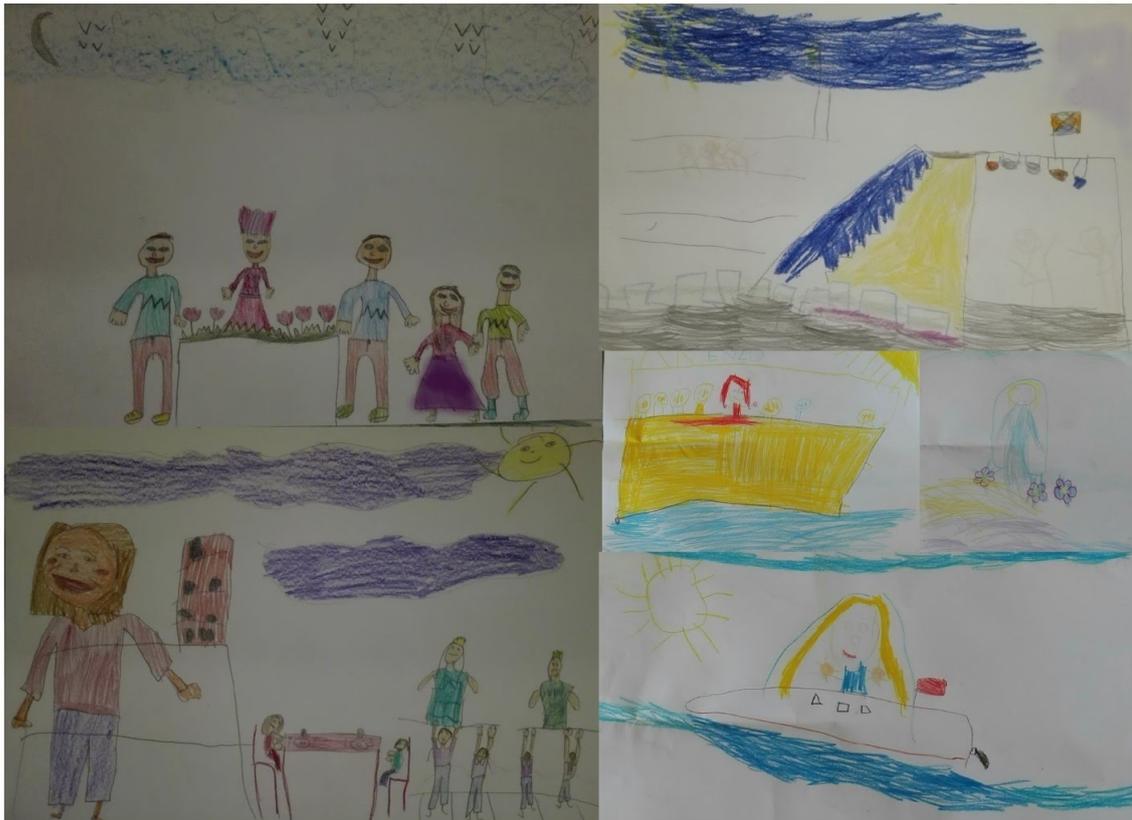


Figura 115: Representações. Fonte: alunos das ATL/ imagem reproduzida por Mariela Silveira/2018.



Figura 116: Traçados e práticas. Fonte: adaptado de informação geográfica cedida pela DGT/2021.

LEGENDA:

1 Cais de acostagem

2 Largo da igreja

3 Polidesportivo

4 Escola

5 Centro Social

6 Delegação da Cruz Vermelha

7 Heliporto

8 Porto de abrigo

9 Apoios de pesca

10 Zona de trabalho de pesca

11 Recovo

12 Zona de apanha

13 Campo de futebol

↓ Passadeiras em madeira – acesso à praia

Atalhos/caminhos

Rota dos turistas – acesso à praia

Trajeto da Procissão

Divisão Poente / Leste

Pérez (2009) propõe pensarmos o turismo como um fenômeno sociocultural desde áreas disciplinares diversas. Do ponto de vista da economia, interessa o turismo enquanto uma indústria promotora de serviços. Já a geografia interpreta o turismo a partir do deslocamento de pessoas no espaço e centrado nos processos de desenvolvimento da atividade; no direito à atividade turística, exprime o direito à liberdade de circulação dos indivíduos. Um viés ecológico interpreta o turismo enquanto atividade humana capaz de impactar o meio ambiente a sua volta. O olhar sociológico dá ênfase nas atividades turísticas enquanto potenciais práticas sociais a serem desenvolvidas no tempo livre e de lazer dos indivíduos. Por fim, a antropologia assinala o turismo como “uma indústria de encontros entre locais e visitantes, produtores e consumidores de bens turísticos”. O foco da análise antropológica está centrado na compreensão do turismo enquanto um fenômeno sociocultural cuja complexidade possibilita ao turista experimentar a alteridade (2009, p. 5).

O autor enfatiza que a evocação do viés cultural aplicado ao turismo remonta à prática do Grand Tour, nos séculos XVIII e XIX. Reservado aos jovens de classes sociais economicamente privilegiadas que tinham na viagem um instrumento para acúmulo de capital cultural por meio do conhecimento de costumes e culturas diferentes. Ainda que a gênese cultural do turismo seja antiga, a aproximação conceitual desses universos é relativamente recente.

Pérez nos apresenta o turismo para além de suas definições habituais¹³⁴, como impulsionador de práticas interculturais das populações humanas. De modo mais circunscrito, o turismo cultural compreenderia os deslocamentos exclusivamente para fins educacionais e culturais, entretanto a presente definição está longe de ser consensual. Para o autor, o turismo cultural tem se mostrado como um meio para a produção de distinção social, tal qual conceitua Bourdieu (2007) [1979]. Este mecanismo de diferenciação opera por meio da grande segmentação das atividades turísticas, pensadas para abarcar os mais diversos grupos sociais. Em outras palavras, o turismo viabiliza a instrumentalização da cultura que, por meio de seu uso mercantilizado, é convertida em recurso. Tal instrumentalização impacta ações positivas e negativas nas localidades em que são realizadas.

E os passadiços que vão para a praia também trouxeram mais turistas?
Os passadiços devem ter mais ou menos a altura do porto de abrigo (...) eu vou lhe dizer, a minha avó tinha 97 anos e, três anos antes de morrer, já fazia 40 anos que ela não ia à costa, pra areia, às vezes, nem eu (...) e ela foi à costa pela passadeira, foi ver o oceano (...). Isso deu alma às pessoas, os “velhotes” estavam em casa quase sem poder andar porque há dificuldades em andar pela areia que é uma tirada um bocadinho longa (morador, meia idade, entrevista realizada no ano de 2018).

¹³⁴ Entre as definições usuais de turismo estão: turismo de massa, turismo de negócios e turismo de aventura.

Relativamente aos elementos positivos, destacam-se a promoção e uma pretensa revigoração das identidades culturais, o reflorescimento de tradições e o alargamento das atividades econômicas. De outra parte, é preciso ter atenção para os processos de reificação, essencialização e objetificação que o uso mercantil da cultura pode vir a desencadear. Um exemplo simples, encontrado na Culatra, mas contundente acerca dos mecanismos práticos destes processos para fins mercantis, é o uso dos alcatruzes de barro como item decorativo na estrutura balnear (figura 117). O alcatruz é um artefato utilitário de pesca comum em grande parte da costa portuguesa, mas que teve seu uso descontinuado, segundo contam os pescadores locais, em função da fragilidade de sua estrutura que partia-se com certa facilidade. Em algumas situações, imagens ficcionais da cultura, promovidas por políticas de organizações estatais ou civis, podem encobrir a sociabilidade intercultural. Para Pérez, é preciso perseguir, equitativamente, benesses econômicas, educacionais e, principalmente, sociais.

Este ano fui à costa outra vez e fiquei totalmente maluco, ouve lá, parecia que já não estava mais na Culatra, parecia que estava em Albufeira ou do outro lado, é outro cenário que tá lá, com as sombrinhas, aquelas coisas todas ‘é pá!’ tava lindo! tava mesmo espetacular! A Culatra, já pode se dizer assim, estamos numa ilha turística, e é verdade! (morador, meia idade, entrevista realizada no ano de 2018).

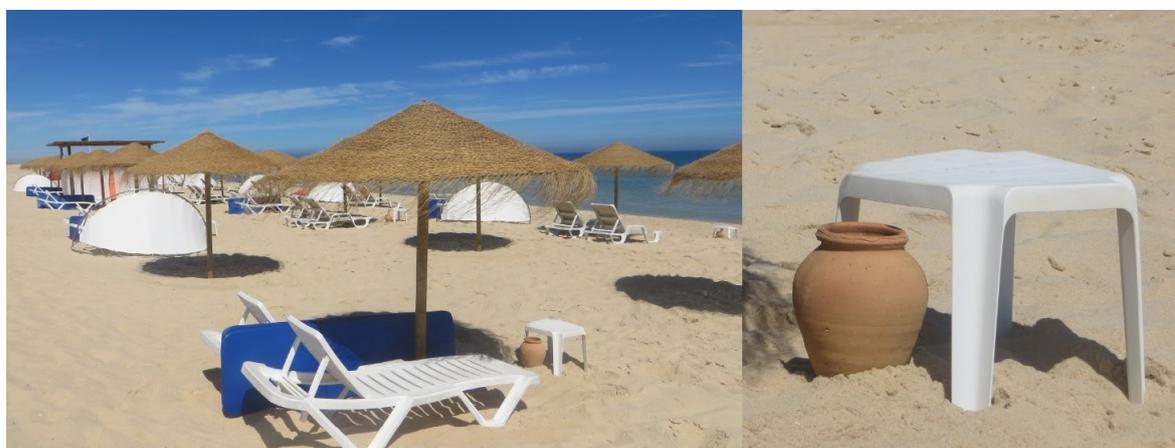


Figura 117: Encenações. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Já Luís Silva (2014) assinala que a ligação entre património, comunidades e turismo foi objeto de interesse de inúmeros autores preocupados com as implicações do “turismo patrimonial” nas localidades, entretanto salienta que, de modo particular em Portugal, “menos atenção tem sido dada ao impacto da construção de património nas comunidades locais” (2014, p. 63; 65). Na Culatra, como vimos, a convivência com os visitantes não é novidade, o fluxo de veranistas identificados já na década de 1930 segue avançando, em conformidade com o cenário mundial do turismo, pelas décadas seguintes, até o limiar do século XXI. Entretanto, as potencialidades do seu alinhamento ao património cultural e ambiental passa a conduzir uma nova demanda aos moradores na qual as bases de argumentação, que perpassam permanentemente pela noção do que seria a identidade comunitária culatrense, estão em (re)construção.

5.2. “É assim a fé dos homens do mar”

Nas terras à beira-mar desperta mais amor, Culatra faz-me lembrar uma santa
no altar a dar luz aos pescadores
Dizem que foi uma flor que o vento levou no ar e ao ver o pescador cheio de
fé e de amor foi cair à beira-mar
Eu vou a Culatra que ninguém se esqueça, eu vou a Culatra pagar a promessa,
eu vou a Culatra à festa no mar, eu vou a Culatra e vou lá voltar!
Senhora dos Navegantes, virgem dos homens do mar quando parte uma
traineira diz que a santa padroeira os vai sempre abençoar
Culatra já é sagrada, recebe a minha canção, sou pobre, não tenho nada, mas
sei que tenho a chegada, abraços no coração! (Transcrição da Canção da
Culatra).

A canção da Culatra, de autoria de uma das senhoras do grupo da igreja, é uma adaptação feita a partir de uma canção tradicional portuguesa, como nos conta a mariscadora “cantora oficial da canção” quando a estávamos gravando para o documentário. Embora sua letra seja revestida de cunho religioso, sua presença é requisitada em momentos sociais e também políticos, a exemplo do evento de inauguração da iniciativa “a pesca por mar sem lixo”, que no ano de 2017 contou com a presença da ministra do Mar. A canção também esteve presente na inauguração dos serviços da concessionária de praia, em 2018. Também foi evocada na ocasião de uma excursão de culatrenses à cidade de Jerusalém. Em outras palavras, tornou-se uma espécie de hino que, não raro, costuma ser apresentado aos visitantes, desde grupos de estudantes em visita de estudos até abertura de solenidades.

“É assim a fé dos homens do mar”, nos explica, mais tarde, uma das senhoras do grupo da igreja – que estava a bordo no momento do encontro entre as duas imagens em Olhão, descrito no capítulo anterior. Alguns meses depois, estávamos conversando a respeito das impressões da equipe de investigação sobre a festa e eu contei que havia me emocionado. Esses e outros assuntos foram constantemente tematizados no decorrer da organização e subsequente execução das ações de divulgação do INPCI na ilha. Entre estas ações, destaca-se: as gravações de entrevistas para o documentário; a organização do espaço expositivo e o lançamento do documentário e da exposição itinerante.

Convém ressaltar que durante a pesquisa de campo não nos foi relatada a presença de pagadores de promessas na ocasião do carregamento dos andores. Alguns chegaram a nos dizer que “promessas é em Fátima” em alusão à excursão anual que organizam para o Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima. Entretanto, não são raras as narrativas que exemplificam a supracitada “fé dos homens do mar” que, quando em perigo, recorrem à padroeira:

“Então, na hora de naufragar, naquela aflição, pedi, parece que vi a senhora à minha frente, Nossa Senhora, me salve!” (morador, 82 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Estes depoimentos, em sua maioria colhidos na ocasião da gravação das entrevistas para o documentário, apontam uma íntima relação entre os pescadores e a Padroeira da Ilha:

Aqui na Ilha não há um naufrágio, é uma Ilha santa (...) já foram rapazes ao fundo, lá fora, e vieram parar à terra, salvos (...) ela tem uma grande força aqui na Ilha, a senhora dos navegantes (morador, 82 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Também é comum a associação da padroeira à proteção não só individual, mas, sobretudo, coletiva:

A N. S. dos Navegantes cá na Culatra faz toda a diferença, é a nossa imagem que a gente tem ali, é ela que mexe com a gente, bota fé na gente e é essa imagem que faz muito pela Culatra e também não é em vão que a Culatra deve ser um dos sítios onde nossos pescadores têm desaparecido menos, a nossa imagem que tá ali é pra proteger a Ilha” (moradora, 62 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

Inclusive, nos explicam que há uma espécie de ritualização coletiva, entre os tripulantes da embarcação, no momento em que esta ultrapassa o limite entre a Ria e o mar. “Quando estamos a passar da Barra para o mar pensamos em Nossa Senhora” e o interlocutor prossegue, descrevendo a relação estabelecida entre os potenciais perigos do mar e a proteção conferida pela Senhora da Ilha:

Antes de entrarmos no barco, olhamos sempre pro céu e quando a gente entra, e olhamos para trás e vemos um monte de mar, há alguma coisa (...) (morador, 64 anos, entrevista realizada no ano de 2019).

Outra questão recorrente diz respeito à eventual ausência ou presença de preocupação com a continuidade da realização da Festa em Honra de N. S. dos Navegantes, e ainda a percepção a respeito do envolvimento dos moradores mais jovens. Entre os depoimentos colhidos, percebem-se duas vertentes polarizadas: Há aqueles que são otimistas e afirmam que “a Culatra vai ser sempre com Nossa Senhora” e apostam na renovação do público com a adesão dos jovens à procissão. “A procissão tá a ter outra alma”, com destaque para o estímulo ao associativismo juvenil, a exemplo da recém-formada ProDiJo – Associação de Jovens da Culatra, que vem assumindo, gradativamente, a organização de algumas frentes, tais como os torneios de futebol, o bazar e a venda de artigos do CUC:

Eu quando preciso de alguma ajuda sei onde estão os jovens e vou chamá-los. Todos me ajudam (...) em menos de nada arranjo logo pessoal (moradora, 61 anos, entrevista realizada no ano de 2018).

De outra parte, ouvem-se relatos de preocupação em relação à pouca renovação local. “São sempre os mesmos que fazem tudo”, dizem, mostrando a falta de renovação entre aqueles que conduzem o desenvolvimento das principais tarefas a serem cumpridas. Para uma parcela, a expectativa depositada nos jovens não corresponde à real adesão às atividades atinentes à *Festa da Ilha*, uma vez que estariam mais preocupados com a realização de eventos próprios do que com um real engajamento com as tradições. O desinteresse dos jovens estaria, segundo relatos, refletido no esvaziamento gradativo das mesas diretoras das associações da ilha.

Entretanto, como acompanhamos no capítulo 3, os pescadores veteranos têm assistido a uma descontinuidade do processo de “aprendizagem sobre a vida no mar” dos mais jovens. Este declínio identificado pela população local é fortemente influenciado por novas determinações e proibições legais que, embora venham de fora do espaço insular, acabam por dar outros contornos ao modo como se vive dentro da ilha. Um exemplo, já mencionado, é a alteração na idade mínima para que seja concedida a permissão para conduzir as embarcações, que passou dos 14 para os 18 anos, regra que impede que parte desta geração esteja a bordo dos barcos para que seja transmitido o ofício.

O documentário, que tem como fio condutor a devoção à N. S. dos Navegantes, em meio às memórias e histórias acerca da Festa e da Ilha, estreou para os culatrenses em uma sessão de cinema ao ar livre (figura 118) no Largo da Igreja (ponto 2 do mapa, figura 116) durante as comemorações programadas para o final de semana do *Dia da Ilha* no ano de 2019. A propósito, a edição do Dia da Culatra daquele ano teve seu formato de realização dinamizado, com um programa de atividades com quatro dias de duração e distribuído por temas: cultural, social, solidariedade/sustentabilidade e ambiental. Na sexta-feira, o lançamento do documentário compôs a programação intitulada como cultural e ela foi voltada para a população local.



Figura 118: Lançamento do documentário. Fonte: Mariela Silveira/2019.

A exposição fotográfica, montada no Largo da Igreja em frente à Capela (figura 119), foi inaugurada na tarde de sábado (figura 120), dia da programação denominada social e que incluiu o jantar convívio do *Dia da Ilha*, o qual foi apresentado detalhadamente no capítulo 3.

Tanto o posicionamento da estrutura que abrigou a exposição quanto o local de projeção do filme foram definidos após conversas e negociação entre os membros da AMIC, técnicos da Câmara de Faro e com a intermediação dos investigadores da equipe do projeto. Em especial, no caso da exposição, a preocupação da AMIC foi de não sobrepor os painéis à paisagem natural da Ria Formosa, mas, ao mesmo tempo, desejavam que eles ficassem expostos na entrada da Ilha. Igualmente importante é ressaltar que uma das solicitações do grupo à Câmara de Faro foi que a estrutura feita para suportar os painéis pudesse permanecer naquele espaço, para que se convertesse em um espaço permanente para exposições futuras.

Uma das possibilidades, apontada pela AMIC, seria a montagem de uma exposição com os materiais recolhidos da ação de limpeza do fundo da Ria, desenvolvida pela AECO – Associação para o Estudo e a Conservação dos Oceanos, no âmbito da campanha Ria Formosa sem plásticos e que teve lugar no dia destinado à programação ambiental do *Dia da Ilha 2019*. Aqui, é interessante perceber que a finalidade cogitada para o uso das referidas estruturas não é meramente utilitária, ao contrário, vem ao encontro de uma nova perspectiva para a identidade comunitária culatrense, em atendimento às regras de negociação da realidade, sempre em curso, e das condições de permanência no lugar da Culatra.



Figura 119: Montagem da exposição. Fonte: Mariela Silveira/2019.



Figura 120: Inauguração da exposição. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Foram doze painéis, compostos de fotografias e textos, que buscaram contar a história da Procissão da Padroeira da Ilha. Eles tiveram como base a pesquisa etnográfica e a coleta de fotografias realizada no acervo da AMIC, tal como entre os moradores que, no percurso da pesquisa, nos facultavam suas imagens originais para digitalização. Em alguns momentos, as memórias provocadas seja por fotografias, recortes de jornal ou mesmo marcos materiais apontados como documentos históricos, suscitaram animadas conversas sobre a ilha, seus modos de vida e suas práticas que, mesmo habitando um passado relativamente recente, davam tom às narrativas capazes de equalizar as vivências e experiências partilhadas (figura 121).



Figura 121: Memórias. Fonte: José Julião/2018 e 2019.

Festa da Nossa Senhora dos Navegantes
Ilha da Culatra – Candidatura a Património Imaterial (CRIA/AMIC)

Inauguração da exposição e lançamento do documentário

Documentário - 18 de julho 2019 às 21:00 h
Exposição - 19 de julho de 2019 às 19:30 h

Local: Largo da Igreja, Ilha da Culatra



Equipa de Investigação: Carla Almeida, José Julião, Mariela Silveira
Documentário: Sara Pereira
Fotografias: José Julião, Mariela Silveira, Paula Costa
Curadoria: José Julião
Desing gráfico: Sandra Louro



MUSEU MUNICIPAL DE OLHÃO
EDIFÍCIO DO COMPROMISSO MARÍTIMO

15-31
NOVEMBRO DEZEMBRO
INAUGURAÇÃO 16:30

EXPOSIÇÃO

“FESTA DA NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES”

SALA DE EXPOSIÇÕES DO MUSEU MUNICIPAL 1º PISO
TERÇA A SÁBADO | 10:00-12:30 E 13:30-17:00






Figura 122: Divulgação da exposição. Fonte: acervo OPP/2019.

A exposição foi idealizada para ser itinerante, iniciando na Ilha da Culatra, na ocasião do *Dia da Ilha*, passando para o Museu Regional do Algarve em setembro, onde foi parte da programação do Dia da Cidade, ou Dia do Município, no concelho de Faro. Por fim, em dezembro, a exposição teve lugar no Museu Municipal de Olhão. Tanto em Faro, quanto em Olhão, o documentário integrou-se aos painéis como componente audiovisual da sala de exposição. Além dos painéis e do documentário, uma folha de sala e um folheto (versão expandida da folha com uma versão em língua inglesa) foram desenvolvidos para informar ao público a respeito da Festa em Honra de N. S. dos Navegantes.

Ao final do itinerário, os painéis retornaram à Ilha e, segundo informações da coordenadora do projeto OPP, que esteve em visita aos culatenses em meados do ano de 2021, os painéis haviam sido recolocados nas estruturas fixadas no Largo da Igreja. Este gesto, embora pontual, sinaliza mais uma vez – à semelhança do episódio da imagem estampada na camiseta, no capítulo anterior – um movimento contínuo e circular de apropriação do patrimônio enquanto representado por certa materialidade (Gonçalves 2005) que, por sua vez, se exterioriza e ressoa nas decisões e ações coletivas.

Para Raposo (2010), os processos de patrimonialização referem-se ao “reconhecimento do valor patrimonial de uma performance cultural do passado por parte dos atores sociais situados em contextos particulares, orientados por interesses distintos em relação a ele e com o poder de promover a sua autenticidade” (2010, p. 102). Ou seja, os sentidos simbólicos atribuídos às ideias de tradição e autenticidade são constantemente tensionados, negociados e reorganizados consoante as interpretações dos atores sociais locais a respeito do seu patrimônio. Não obstante, é preciso salientar que também o Estado, por meio da definição de sua política patrimonial, tem parte importante neste processo cíclico de reconfiguração e patrimonialização das manifestações culturais institucionalizadas.

Um exemplo prático deste potencial sentido simbólico atribuído em contextos de patrimonialização foi a concepção de uma exposição em homenagem à festa da padroeira que, consoante as regras sanitárias decorrentes da pandemia de Covid-19, teve sua realização inviabilizada nos anos de 2020 e 2021.



Figura 123: Representações locais 1. Fonte: capturas de tela de vídeos reproduzidos no Facebook 2020 e 2021¹³⁵.

A exposição, montada com miniaturas que remetem esteticamente à paisagem formada pela procissão nas águas da Ria Formosa – embarcações, imagens, redes, conchas, flores – foi organizada pela proprietária de uma das traineiras que servem à procissão. A publicização em sua rede social convidava os culatenses a visitar a exposição acomodada sobre a areia em frente a sua casa. Outra atividade correlata foi a abertura da capela, preparada com elementos alusivos à procissão, com convite à visita nos dias em que decorreria a Festa em Honra de N. S. dos Navegantes.

¹³⁵ Os vídeos estão disponíveis em:

<https://www.facebook.com/piedade.carvalho.1690/videos/176930497761070> .
<https://www.facebook.com/piedade.carvalho.1690/videos/646065232926108> .

Acesso em: 27/10/2021.

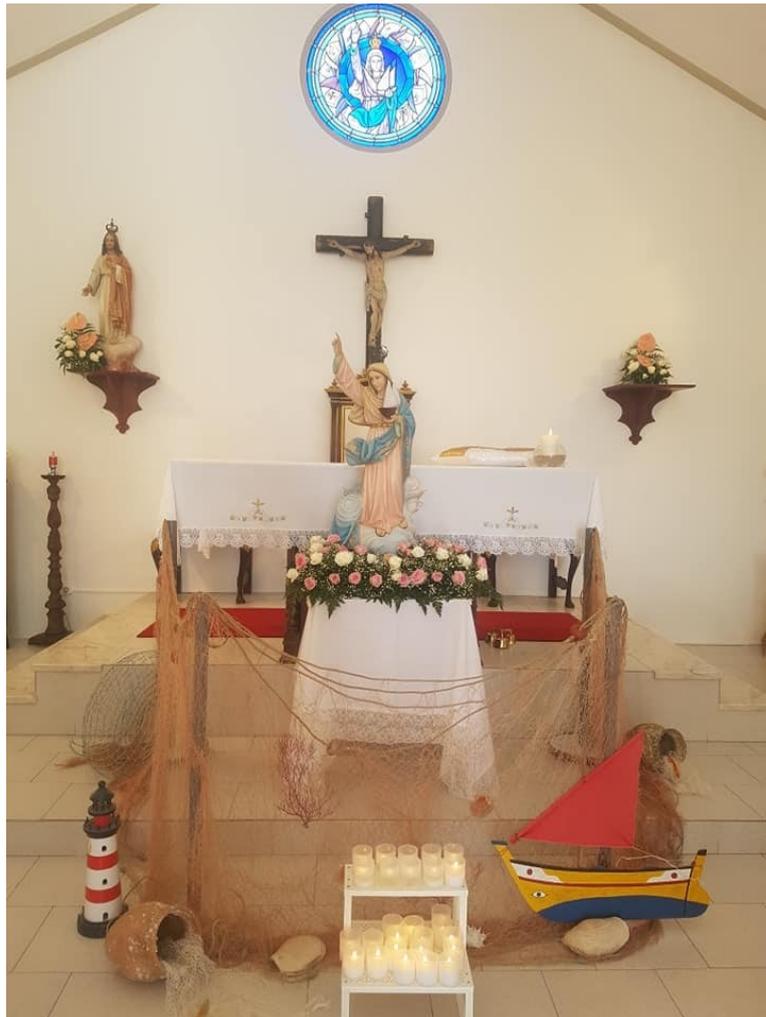


Figura 124: Representações locais 2. Fonte: reproduzida do Facebook 2020 e 2021.

Nas fotografias que circularam nas redes sociais de alguns moradores e instituições da Ilha da Culatra (figura 124), observa-se que houve a preocupação de fazer a descida da imagem e a ornamentação com flores, tal qual se faz nos preparativos descritos no capítulo anterior, e ainda a decoração que compõe a cena fez uso dos mesmos elementos destacados para adornar o entorno da capela durante a procissão, tais como redes, conchas, apetrechos de pesca e embarcações.

Processos de inventariação apresentam uma ambiguidade latente. Por um lado, recorre-se quase sempre a interpretações clássicas, do ponto de vista antropológico, dos conceitos de cultura ou de comunidade, tal qual a definição de Jorge Dias (1961), destacada no INPCI da Ilha da Culatra, “um grupo local integrado por pessoas que compartilham um território bem definido, as quais estão ligadas por laços de intimidade e convívio pessoal e participam de uma herança cultural comum”.

De outra face, é justamente este trabalho sistemático de mapeamento, descrição e categorização o “passaporte” para o reconhecimento e proteção, em termos legais, e acionamento, em termos simbólicos, de ideias de pertencimento. Ou, como enfatiza Leal (2013), às “intervenções sociais e institucionais relacionadas com o Patrimônio Cultural Imaterial” devem mobilizar para o trabalho das pessoas em rede, atentas e afinadas aos fazeres e narrativas reais, por “a cultura como rede”, sem imobilizá-la (2013, p. 13).

Partindo de sua pesquisa sobre festas do Espírito Santo no Arquipélago dos Açores, e seus contextos migratórios, Leal (2015) instiga-nos a pensar conceitualmente a respeito da festa, que para ele não pode ser compreendida sem o auxílio de “ideias sobre comunidade”. Ele argumenta que, embora relevantes, estas ideias não são capazes de transmitir plenamente as dinâmicas envolvidas na festa. Nas suas palavras, “a festa mobiliza e depende de um conjunto de outras agencialidades – de pessoas, redes de pessoas e especialistas rituais – que não podem ser subsumidas por ideias de comunidade” (2015, p. 147). Estas múltiplas agencialidades são capazes de acionar, evidenciar e validar pertencimentos, especialmente nas festividades ligadas ao patrimônio. É neste sentido que as nuances contidas nas noções de comunidade e identidade comunitária, descritas ao longo desta tese, se apresentam como ideias e/ou noções amplamente negociadas, tensionadas e agenciadas por múltiplos vieses.

A ampla discussão estabelecida a respeito dos impactos do processo de globalização nas ditas comunidades tradicionais (Tsu, Geertz 2001; Sahlins 1997; Hall 2006) tem como marco a visão de que o acesso a uma gama de informações e tecnologias pode ser recurso altamente estimulante à criatividade, além de primordial para a resistência e fortalecimento diante de um iminente processo de homogeneização. Ao contrário, percebe-se um aumento simultâneo de “auto-expressões culturais” (Tsu, Geertz 2001), impulsionadas justamente pelos mesmos mecanismos altamente difundidos pelo globo, tais como a concepção e publicização da instalação expositiva descrita nos parágrafos anteriores.

Superada a ideia de que a cultura local estaria em “vias de extinção” (Sahlins 1997), a inclinação à homogeneização abre caminho ao interesse pela diferença: “Há, juntamente com o impacto do ‘global’, um novo interesse pelo ‘local’” (Hall 2006, p. 77). Por este ângulo, as singularidades locais, em contextos de homogeneização, são potencialmente tomadas como produtoras de diferenças que estimulam e projetam as identidades locais.



Figura 125: O tradicional e o moderno. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Peralta (2006) chama atenção para “uma nova concepção do local, enquanto espaço fluido e relacional constituído e concretizado na sua relação com o global”. Desta forma, a negociação da sua posição no espaço global acontece no momento em que se lança “num contexto de abertura ao exterior e de modernização, recuperando referentes de singularização”. Para a autora, este enquadramento aciona uma institucionalização do global na esfera local, ao mesmo tempo em que “a globalidade localiza-se”. Uma vez localizada, a globalização impele a sua existência e opera “através da diferença, não mediante a sua anulação, articulando formas de vida modernas e tradicionais, como polaridades recíprocas do novo contexto cultural global” (2006, p. 74).

Outro dia, houve alguém que me disse assim: é, pá, é um misto de uma coisa tradicional no meio urbano, é uma ilha de pescadores moderna (...), mas não é todos que conseguem ter esta visão (moradora, 55 anos, entrevista realizada no ano de 2019).

Ou ainda, dito de outra forma, o contato entre concepções de mundo distintas intensifica a visibilidade das expressões culturais locais (figura 125), que tendem a se ajustar aos novos parâmetros contemporâneos, fazendo uso de suas próprias estruturas. Aqui somos tentados a atrelar a ideia de “tradicional” à imagem que um polvo secando ao sol transmite, da mesma forma que somos levados a pensar na bicicleta ergométrica como um produto “moderno” e, portanto, antagônicos, duas faces de um superado pensamento dualizado. Em outras palavras, é ficcional que possíveis influências externas são capazes de desencadear um processo de desaparecimento; ao contrário, agem como um fator de permanente reestruturação, e visibilidade, das dinâmicas culturais onde o tradicional e o moderno coabitam.

Tomando como ponto de partida o patrimônio como “um recurso dinâmico constantemente recriado, em que o imperativo da transmissão do vivo faz do futuro seu tempo forte”, Bortolotto (2017) nos instiga a pensar nos limites da ideia de autenticidade, ao mesmo tempo em que, nos direciona

A um novo paradigma de patrimonialização, em que o ideal de perenização é substituído por um imperativo moral de durabilidade que afasta o patrimônio do reino da conservação do passado e aproxima as questões patrimoniais daquelas da sobrevivência ecológica (2017, p. 23).

Ou seja, para a autora, o anseio de perpetuação dá lugar ao princípio categórico de longevidade. Este novo padrão acaba repercutindo relativamente ao modo de operacionalização e governação do patrimônio. Reveste-se de uma relevância antropológicamente ampla, uma vez que “o questionamento dos princípios fundadores da instituição patrimonial ilustra a evolução de nossos modos de utilizar a cultura” (2017, p. 23). Por este ângulo, o processo em curso de patrimonialização da Culatra – que para além da *Festa da Ilha* abarca e interrelaciona saberes, fazeres e modos de vida às condições de permanência na ilha –, nos dá algumas pistas para pensarmos na expansão dos modos de utilização da cultura, agora pela via da sobrevivência ecológica.

5.3. Direito à Ilha

Não quero ficar só com a história da Culatra vista nas paredes e nas exposições, eu quero a história da Culatra viva, a acontecer aqui todos os dias e os pescadores a continuar pescadores não só na parede ou num museu, mas como é que podemos? (moradora, 55 anos, entrevista realizada no ano de 2019).

Oosterbeek (2012; 2018), desde uma perspectiva do campo disciplinar da arqueologia, percebe a diversidade cultural como uma força motriz às dinâmicas identitárias, que tomam

forma, fragmentando e reorganizando as identidades territoriais. (2012, p. 42). Com um ponto de vista privilegiado a respeito da história das antigas civilizações, o autor argumenta que sempre houve o desenvolvimento de soluções para as crises, de toda a ordem, em cada época.

Para ele, a chave para a adaptação, ao longo da trajetória das civilizações, foi “uma combinação do contexto ambiental com novas tecnologias e com capital humano apoiado numa forte diversidade cultural”. Ou, ainda, a mudança de olhar a respeito dos territórios pré-existentes e a construção de novas paisagens a partir da exploração de novos recursos. É neste contexto que Oosterbeek propõe uma revisão do que enuncia como tripé da sustentabilidade: sociedade, economia e ambiente, e apresenta a sua própria definição:

Sociedade, economia e ambiente são como planetas em órbita, em torno de um núcleo central, que os interpreta e gere: as culturas. Pois é pela força gravitacional das culturas que os referidos pilares da sustentabilidade se isolam ou mantêm equilíbrios dinâmicos. Por sua vez, as culturas são forjadas a partir da compreensão socialmente participada da realidade (Oosterbeek 2018, p. 57).

Tendo como mote a defesa de uma “gestão cultural integrada do território”, Oosterbeek aponta que é a percepção cultural, e não necessariamente as ações humanas, que interagem diretamente com os territórios. Ou, dito de outra forma, a singularidade das múltiplas realidades sociais é a mola propulsora para a produção do almejado equilíbrio sustentável, que converge os diversos interesses sociais de dado sistema cultural (2018, p. 56,57).

Vamos ter aqui uma mudança muito grande, se o projeto correr bem, e espero que sim, vai correr bem com certeza, podemos servir de exemplo para outros quer a nível da região, do país e até internacionalmente, aliás quando o projeto é apresentado toda a gente fica muito sensível a ele, depois tá a ver uma comunidade piscatória fazer uma transformação dessas, o desafio é grande (moradora, 55 anos, entrevista realizada no ano de 2019).

Ainda na sequência da programação temática por ocasião do *Dia da Ilha* de 2019, o domingo abrigou as atividades pensadas para o tema solidariedade/sustentabilidade, com destaque para a inauguração do Fundo Culatra 2030 – Fundo de Responsabilidade Social e Ambiental da Ilha da Culatra¹³⁶ que, por meio da comercialização de produtos reutilizáveis, tais

¹³⁶ Segundo informações disponíveis na página do Projeto Culatra 2030, “O Fundo Culatra 2030 é gerido pela AMIC para a sustentabilidade ambiental da Ilha e permitirá aos residentes aceder a um plano de microcrédito para financiar obras de climatização passiva e produção de energia descentralizada. Pretende-se criar emprego dinamizando a organização e gestão dos fundeadouros, loja náutica e estação de serviço aos veleiros, coleta de contribuições dos visitantes, negociando uma percentagem do bilhete do barco da carreira, campanhas de sensibilização, eventos culturais, *crowdfunding* etc.” Disponível em: www.culatra2030.pt/barreiras-e-oportunidades.html. Acesso em: 6/5/2021.

como copos e sacos de pano, pretende angariar fundos para financiar a aquisição de placas para a produção de energia solar. Na segunda-feira, a programação ambiental encerrou as comemorações com a promoção de uma ação de limpeza no âmbito da Campanha “Ria Formosa sem Plásticos”.

No dia do pescador, já fizemos a experiência com o copo reutilizável e correu espetacularmente bem, cada um comprou um copo de um euro e o dinheiro foi para o Fundo e o copo está a ser sempre utilizado, não tá a ir pro lixo, pro meio ambiente (...) e agora no dia que tivemos aqui aquela cerimônia de entrega dos títulos já usamos também tudo reutilizável e vamos continuar nessa onda, e vamos a fazer mais coisas que nos levam a aumentar o dinheiro do fundo e vamos querer as embarcações de energia solar também para contribuir com uma Ria mais saudável, estamos agora no início, no ano zero, e daqui a dez anos vamos poder apreciar a Culatra, se mudou ou não (moradora, 55 anos, entrevista realizada no ano de 2019).



Figura 126: Culatra 2030. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Como se pode perceber, as supracitadas comemorações marcam uma virada/mudança de comportamento que é inaugurada pelas iniciativas à volta do Projeto Culatra 2030: Comunidade Energética Sustentável (figura 126). A começar pela introdução de palavras chave como solidariedade e sustentabilidade no horizonte das comemorações que se materializaram com a implantação da venda de produtos reutilizáveis, sacos de pano, copos e talheres reutilizáveis, um dos passos a fim de alcançar o objetivo publicitado pela bandeira do projeto: “uma comunidade energética sustentável” e para isso, elencaram-se cinco medidas:

- ❖ Diagnóstico Participativo: Planos de Ação nas áreas de energia, água e resíduos.

- ❖ Fundo Culatra 2030: Fundo de responsabilidade social e ambiental para a sustentabilidade da Ilha.
- ❖ Recuperação de infraestruturas públicas e comunitárias: Eficiência e conforto energético, capacidade de produção de energia, armazenamento e distribuição.
- ❖ Mobilidade elétrica: Embarcações elétrico-solares e tratores elétricos.
- ❖ Sustentabilidade Ambiental: Erradicação do plástico não reutilizável, redução de consumo e técnicas inovadoras de reutilização de água.

Na prática, pode-se dizer que o “Projeto Culatra 2030: Comunidade energética sustentável” opera como uma espécie de projeto guarda-chuva com capilaridade para abrigar outras iniciativas, de acordo com a demanda e a possibilidade de estabelecer novas parcerias, perseguindo assim o alcance das medidas almejadas. Em meio a este novo contexto, destacou-se a presença da equipe de repórteres da Delegação da RTP em Faro, que à época realizavam as gravações do documentário “O despertar da Ilha” para o programa nacional “Linha da Frente”.



Figura 127: O despertar da Ilha 1. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Além das gravações em uma mercearia local que visava demonstrar ao telespectador como os produtos reutilizáveis estavam sendo introduzidos nas relações comerciais locais (figura 127), a equipe da RTP entrevistou vários membros da comunidade, pescadores e também acadêmicos envolvidos em iniciativas ancoradas no Culatra 2030 (figura 128).



Figura 128: O despertar da Ilha 2. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Segundo informações oficiais, replicadas no documentário¹³⁷, a “Ilha da Culatra quer ser autossustentável até 2030”. Em que pese que este não seja um desejo da ilha em si, pois é um território, alguns agentes anseiam por esta mudança e, para isso, articulam-se em um trabalho coordenado pela Ualg, que envolve a população local, especialmente as associações, os pescadores e os mariscadores com pretensões de “iniciar uma transição que inclui, entre outras metas, a captação do sol e do vento, o combate ao plástico e a convivência com espécies e habitats ameaçados”.

¹³⁷ Disponível em: www.rtp.pt/programa/tv/p36585/e29. Acesso em: 27/10/2021.

Ainda que as intervenções iniciadas no ano de 2019 estejam em curso, não se pode afirmar que a mudança de mentalidade seja consenso, “o cavalo-marinho tudo bem, mas o pescador também”, sinaliza um dos pescadores homenageados durante a “Festa do Mar e do Pescador” (figura 129), evento em alusão ao dia dos trabalhadores do mar e que trouxe em sua programação elementos voltados para a integração entre pescadores/mariscadores e os projetos em curso para a proteção da pradaria de cavalos-marinhos da Ria Formosa, desenvolvido pela Fundação Oceano Azul, e a iniciativa da Inovpesca para implementação de alarmes acústicos para redução de conflitos entre cetáceos, em especial os golfinhos, e embarcações de pesca.

A universidade agora está conosco e portanto penso que agora é o contributo da comunidade, da população ao meio, nós recebemos tanto do meio... é um privilégio viver a tirar partido do peixe, do marisco, deste meio ambiente fabuloso, agora temos que ser nós a garantir que isso se mantenha, então agora temos que mudar hábitos, comportamentos, atitudes em relação ao plástico, em relação ao consumo e a nível energético também, transformar as nossas casas de forma que elas possam ser independentes a nível energético e para depois trabalhar em rede e dividir uns pros outros (moradora, 55 anos, entrevista realizada no ano de 2019).

**FESTA DO MAR
E DO PESCADOR**

UNião das Freguesias de FARO (SE + SÃO PEDRO) | Ria de Culatra | Clube União Culatrens

CONVITE

A organização da Festa do Mar e do Pescador tem a honra de convidar V. Ex.^a a participar nas atividades a desenvolver de 30 de maio a 1 de junho no Núcleo Piscatório da Culatra, sito no Largo da Igreja.

DIA 30 (QUINTA-FEIRA)
21h00: Procissão das Velas

DIA 31 (SEXTA-FEIRA)
17h00: - Homenagem a dois valorosos pescadores da Culatra (AMIC|UFF)
- Lançamento do Fundo Ambiental Culatra 2030 (AMIC|UAIG)
- Projeto INOVESCA (Mar 2020): Entrega dos alarmes acústicos para redução de conflitos entre cetáceos e embarcações de pesca (UAIG)

18h30: Fundação Oceano Azul
20h00: Animação Musical | Gastronomia Tradicional Culatrens

DIA 1 (SÁBADO)
17h00: Demonstração de Zumba
19h00: Escola de Dança "Movijovem": Danças de Salão
20h00: Animação Musical da Juventude Culatrens | Gastronomia Tradicional Culatrens

www.uf-faro.pt | www.facebook.com/uffaro/ | e-mail: geral@uf-faro.pt | Telf.: 289 889 760

Figura 129: Festa do Mar e do Pescador. Fonte: Mariela Silveira/2019.

Além destas parcerias referenciadas, outros empreendimentos de experimentação pautados na ideia de sustentabilidade têm sido impulsionados no núcleo habitacional da Culatra. Entre eles, observam-se desde intentos pontuais, a exemplo das intervenções com a escultura em forma de peixe para depositar plásticos (figura 130) e o tear colaborativo com resíduos da pesca (figura 131) ou, ainda, depósitos para resíduos de cigarro feitos de material reutilizável afixado em postes pela ANSN (figura 132) até a projeção de grandes empreendimentos, como é o caso do projeto que prevê a adoção gradativa de placas solares para captar e substituir as fontes convencionais de energia elétrica nas infraestruturas públicas e comunitárias, a substituição dos combustíveis fósseis nos veículos existentes na ilha (tratores e carrinhas que prestam apoio domiciliário) e nas embarcações utilizadas tanto para as atividades pesqueiras quanto para o transporte regular de passageiros para a Ilha da Culatra.



Figura 129: Intervenções 1. Fonte: Mariela Silveira/2019.



Figura 130: Intervenções 2. Fonte: Mariela Silveira/2019.



Figura 131: Intervenções 3. Fonte: Mariela Silveira/2019.

O projeto de sustentabilidade para a Ilha da Culatra está em curso. Neste ínterim, entre a finalização da estada em campo da equipe de pesquisa do INPCI, no ano de 2019, e o processo de escrita da presente tese doutoral, finalizada no ano de 2021 – em que pese a finalização dos trabalhos do projeto de inventariação, bem como a ausência de financiamento exclusivo para o projeto de doutoramento – pude acompanhar, de forma remota e face aos constrangimentos da pandemia Covid-19, o desdobramento de algumas destas iniciativas atinentes ao Culatra 2030.

Entre as fontes de informações destacam-se a página em uma rede social destinada exclusivamente ao Projeto Culatra 2030, bem como as informações vinculadas aos perfis oficiais das associações da Ilha da Culatra. Somam-se a isso eventos realizados, alguns em formato online, o que possibilitou que eu acompanhasse as discussões. As repercussões na mídia eletrônica regional e também nacional trouxeram-me informações pontuais.

Esta sucinta digressão se faz necessária para esclarecer que embora as questões vinculadas à temática ambiental permeiem a discussão aqui estabelecida, faltam dados etnográficos em campo para dar corpo a esta demanda que se apresentou latente exatamente no momento em que me afastava fisicamente do espaço da pesquisa, e em seguida regressando ao Brasil. Neste sentido, mais do que esmiuçar o assunto, esta seção apresenta um apanhado geral das ações, bem como sinaliza a possibilidade de um estudo futuro, em profundidade, centrado nesta estratégica virada ambientalista, em curso que, por meio das representações ecossustentáveis do lugar, ancora a sua reivindicação: a (re)configuração da comunidade identitária culatrense.

Dentre as informações colhidas de forma virtual, destaca-se a atuação da AMIC – em parceria com pesquisadores da Ualg e com organizações não governamentais em prol da causa ambiental – para viabilizar as frentes de trabalho que estão, literalmente, na bandeira do projeto. Neste contexto, foram submetidas candidaturas a fontes diversas de financiamento, e algumas vêm-se convertendo em novos equipamentos para apoiar as iniciativas experimentais pautadas em ideias de sustentabilidade. Entre elas, temos:

- ❖ Candidatura ao Programa Operacional MAR 2020¹³⁸, que aprovou o projeto “descarbonização da atividade de viveirismo”. A proposta consiste em duas ações, que estão em curso: a construção da embarcação batizada de Oyster – com motores elétricos e que utiliza o sol como fonte de energia – para apoiar as atividades dos viveiristas pela Ria Formosa, e a instalação de unidades de geração fotovoltaica nas zonas de sombreamento da Culatra, armazenamento em baterias e uma estação de carregamento de barcos no porto de abrigo. A energia solar produzida será utilizada na unidade de refrigeração, apoios de pesca e carregamento de barcos solares.
- ❖ Candidaturas ao orçamento participativo da União de Freguesias de Faro que aprovou dois projetos, o primeiro intitulado “Autossuficiência Energética dos Edifícios da Associação Nossa Senhora dos Navegantes”, cujos objetivos pretendem: instalar painéis solares nas edificações que abrigam a Cruz Vermelha e o Centro Social e, ainda, substituir as telhas de amianto da Cruz Vermelha, visando autossuficiência energética destas instituições. A iniciativa destaca como objetivo a preservação dos “recursos naturais, base econômica da comunidade culatrense” e como impacto esperado a “redução dos combustíveis fósseis e combate às alterações climáticas”. O segundo projeto aprovado no contexto do orçamento participativo da União de Freguesias de Faro é o “viaturas elétricas para apoio domiciliário no núcleo da Culatra”, que financiou a substituição, por veículos elétricos, dos dois veículos movidos a gasolina, utilizados nas atividades de apoio domiciliário.

¹³⁸ O Programa Operacional MAR 2020, que operacionalizou em Portugal o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, disponibiliza apoios financeiros para facilitar um melhor aproveitamento das potencialidades que o mar nos oferece. A dotação orçamentária dispõe de 508 milhões de euros para apoios públicos, dos quais 392 milhões de euros correspondem à coparticipação do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas e 116 milhões de euros à coparticipação nacional. O Mar 2020 abrange a totalidade do território nacional e representa uma contribuição decisiva para o desenvolvimento e sustentabilidade da economia do mar, contribuindo para o seu crescimento, para a criação de emprego e, por conseguinte, para a recuperação da economia portuguesa. Mais informações em: www.mar2020.pt/. Acesso em 27/10/2021.

- ❖ Candidaturas ao Programa Bairros Saudáveis¹³⁹, são elas: “requalificação da tenda multiusos do núcleo piscatório da Ilha da Culatra”, cujo objetivo é a reforma do espaço multiuso existente dentro da edificação do Clube União Culatrense¹⁴⁰, onde têm lugar, por exemplo, os bailes e as comemorações do *Dia da Ilha*, com foco na instalação de uma infraestrutura comunitária energeticamente autossustentável. E, ainda, o projeto “Culatra responsável”, que com um cariz mais amplo, visa à promoção da “coesão social e territorial do núcleo piscatório da Culatra” e “garantir e assegurar a preservação da sua identidade”. A proposta, bastante robusta em seus objetivos¹⁴¹, pretende dinamizar uma cooperativa que integrará o já referido Fundo de Responsabilidade Social e Ambiental da Culatra a outros instrumentos para a promoção de práticas de economia circular e sustentável, tais como: criação de moeda social local, criação de banco de horas comunitário, criação de zona de plástico zero, criação de um mecanismo regular de processos participativos na comunidade da Culatra, entre outros.
- ❖ Aprovação da candidatura ao Programa Cidadãos Ativ@s¹⁴², no eixo “fortalecer a cultura democrática e a consciência cívica”, intitulada “Culatra, comunidade sustentável”, entre os objetivos do projeto estão promover a “sustentabilidade das atividades da ilha” com fomento à economia circular, capacitação e sensibilização dos “agentes da economia do mar e agentes económicos locais” visando reduzir, reutilizar e reciclar a produção de resíduos e proteger os recursos advindos do mar e da Ria Formosa.

¹³⁹ O Bairros Saudáveis é um programa público do governo português, de natureza participativa, para melhoria das condições de saúde, bem-estar e qualidade de vida em territórios vulneráveis. O programa financia, com um montante máximo de 50.000 euros, projetos apresentados através de procedimento concursal por parcerias locais para melhorias nesses territórios. A dotação do programa é de 10 milhões de euros (2020-2021). Mais informações em: www.bairrossaudaveis.gov.pt/. Acesso em 27/10/2021.

¹⁴⁰ Toda a informação do projeto pode ser consultada em: <https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt/projetos/00000706/index.htm>. Acesso em 27/10/2021.

¹⁴¹ Toda a informação do projeto pode ser consultada em: <https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt/projetos/00000754/index.htm>. Acesso em 27/10/2021.

¹⁴² A Fundação Calouste Gulbenkian, em consórcio com a Fundação Bissaya Barreto, foi selecionada para gerir em Portugal o *Active Citizens Fund*, componente dos EEA Grants especificamente destinada a apoiar as organizações não governamentais. Foi assim criado o Programa Cidadãos Ativ@s, financiado pela Islândia, Liechtenstein e Noruega, com uma dotação de 11 milhões de euros, a ser implementado ao longo do período 2018-2024, e que se destina a apoiar a Sociedade Civil em Portugal. Mais informações em: <https://gulbenkian.pt/cidadaos-ativos/programa-cidadaos-ativos/>. Acesso em 27/10/2021.

- ❖ Campanha de *crowdfunding*, em curso, denominada “*Culatra’s Fish Market*”¹⁴³. A finalidade deste financiamento coletivo é viabilizar a compra de um veículo elétrico que se converteria em uma peixaria móvel onde os produtos locais poderão ser vendidos diretamente à população local, bem como aos turistas de passagem pela ilha.
- ❖ Constituição de parceria no âmbito do projeto Hydrousa¹⁴⁴, chamado “a água no contexto da economia circular”, que custeará a instalação de um sistema de reutilização de água na sede do Centro Social Comunitário. O reuso da água captada tem como um dos focos a criação de uma horta comunitária e a compostagem de resíduos orgânicos.
- ❖ Inclusão da Culatra no processo de certificação para a sustentabilidade a ser implementada pela SMILO – *Small Islands Organisation*¹⁴⁵, organização que, com a captação de recursos financeiros de fontes diversas, a exemplo do *Erasmus+*, oferece apoio ao desenvolvimento sustentável das pequenas ilhas europeias através da atribuição do rótulo ilha sustentável.
- ❖ Adesão da Escola Básica da Ilha da Culatra a RedePEA – Rede das Escolas Associadas da Unesco¹⁴⁶, que sob o selo Escola Azul¹⁴⁷ aborda, de forma transversal e alinhada com os objetivos da década dos oceanos declarada pela ONU, a temática dos oceanos no currículo escolar.

¹⁴³ Mais informações em: www.gofundme.com/f/culatras-fish-market?fbclid=IwAR1Qng8ws5osjB3bmyUm_KLaBGjcKU0mcBOp1VD80XQ1win1a4F24HPa1H0. Acesso em 27/10/2021.

¹⁴⁴ O projeto Hydrousa é uma iniciativa custeada pelo Programa Horizonte Europa 2020 da União Europeia. Sua pretensão é revolucionar a cadeia de abastecimento de água nas regiões mediterrâneas, demonstrando soluções inovadoras para o tratamento e gestão de água. Mais informações em: www.hydrousa.org/. Acesso em: 27/10/2021.

¹⁴⁵ A SMILO é uma organização não governamental francesa, com atuação internacional, que atende pequenas ilhas com menos de 150 km² que desejam trabalhar para uma gestão mais sustentável do seu território. O rótulo Ilha Sustentável desenvolvido pela SMILO oferece uma prova tangível do compromisso de uma ilha; é sinônimo de reconhecimento internacional dos esforços feitos por pequenas ilhas. Além de apresentar as regiões “experimentais” que desempenham um papel na transição ecológica, a etiqueta visa destacar os desafios inerentes à conservação de pequenas ilhas. Mais informações em: <https://smilo-program.org/>. Acesso em: 27/10/2021.

¹⁴⁶ A RedePEA – Rede de Escolas Associadas da Unesco promove os valores e os princípios da Constituição da Unesco e da Carta das Nações Unidas, que incluem os direitos fundamentais e a dignidade humana, a igualdade de gênero, o progresso social, liberdade, justiça e democracia, respeito pela diversidade e solidariedade internacional.

Mais informações em: www.peaunesco.com.br/wp-content/uploads/2021/02/guiamembrosescolasuneso.pdf. Acesso em: 27/10/2021.

¹⁴⁷ A Escola Azul é um programa educativo do Ministério do Mar, desenvolvido na Direção-Geral de Política do Mar. Este programa nacional distingue e orienta as escolas portuguesas que trabalham em problemáticas ligadas ao oceano. A Escola Azul contribui para a implementação dos objetivos da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e é reconhecida pela Unesco como um caso de sucesso de implementação de Literacia do Oceano. Mais informações em: <https://escolazul.pt/>. Acesso em: 27/10/2021.

- ❖ Realização do workshop “apoiar e desenvolver o setor turístico local” no âmbito da integração da Culatra em uma iniciativa piloto do “Projeto SuSTowns: Turismo sustentável em pequenos e fascinantes povoados da área mediterrânea”¹⁴⁸, visando a um plano e ação local para estruturar e incentivar os agentes do turismo, de forma sustentada, na Ilha da Culatra.
- ❖ Realização do Workshop Internacional “Culatra, Comunidade Energética Sustentável”¹⁴⁹, enquadrado pelo Secretariado Energia Limpa para as Ilhas da União Europeia – *Clean Energy for EU Islands*¹⁵⁰. Evento que teve lugar na sede da CCDR Algarve e na Ilha da Culatra, cujo objetivo foi apresentar, divulgar e partilhar o conhecimento produzido à volta do Projeto Culatra 2030 e, ao mesmo tempo, envolver os agentes públicos e privados em torno da armação de “uma plataforma de entendimento” capaz de promover e operacionalizar a “agenda de transição energética”¹⁵¹, bem como a viabilização dos pontos que a ancoram.

¹⁴⁸ O Projeto *SuSTowns – Enhancing Sustainable Tourism in Small Fascinating Med Towns* é financiado pelo Programa Interreg MED da União Europeia, que reúne 13 países europeus da margem norte do Mediterrâneo. O Programa Interreg MED dá suporte aos projetos que desenvolvam conceitos e práticas inovadoras e promovam o uso razoável de recursos, em prol do crescimento sustentável na região do Mediterrâneo. Mais informações em: <https://interreg-med.eu/>. Acesso em: 27/10/2021.

¹⁴⁹ O Workshop Internacional “Culatra, Comunidade Energética Sustentável” foi organizado pelas seguintes instituições: CCDR Algarve, UAlg, AMIC, Make it Better – miB e o Secretariado Energia Limpa para as Ilhas da União Europeia – Clean Energy for EU Islands. Ele contou com o apoio de mais de duas dezenas de instituições, todas ligadas de alguma maneira ao Projeto Culatra 2030: Câmara Municipal de Faro, Ministério do Mar, Gabinete de Promoção do Programa-Quadro de ID&T, EDP Distribuição, Akuo Energy Portugal, SunConcept, Docapesca, Turbine Kreuzberg, Capitania do Porto de Olhão, ICNF, AECO, Águas do Algarve, ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, FAGAR – Faro, Gestão de Águas e Resíduos, União de Freguesias da Sé e São Pedro, APA, CUC, ANSN, SMILO, Molhe Leste, Guerreiro & Guadiana, POLIS Litoral Ria Formosa, entre outras. Toda a informação, bem como a programação do workshop pode ser consultada em: www.ccdr-alg.pt/site/info/workshop-internacional-culatra-uma-comunidade-energetica-sustentavel?fbclid=IwAR0zvZqc28BaYC8qHICyvWtAyat6imW2qBqS_Ef5GCvRi4kQNM4JovVCXtc. Acesso em: 27/10/2021.

¹⁵⁰ Toda a informação referente a Culatra no âmbito do Secretariado Energia Limpa para as Ilhas da União Europeia – Clean Energy for EU Islands pode ser consultada em: <https://euislands.eu/island/culatra>. Acesso em: 27/10/2021.

¹⁵¹ A agenda de transição energética da Ilha da Culatra está disponível em: www.culatra2030.pt/Agenda-de-Transicao.pdf. Acesso em: 27/10/2021.

Para Lopes (2006), quando os grupos afetados pelas questões ambientais passam a incorporar a perspectiva ambiental no seu repertório de reivindicações e interesses, temos o que ele identifica como “ambientalização dos conflitos sociais” que, como explica, é um neologismo que indica novas percepções a respeito de fenômenos já existentes. De forma processual, o vocábulo “ambientalização” acarreta transformações no comportamento das pessoas e do Estado, que fazem da questão ambiental uma matriz para argumentar e legitimar os conflitos.

O Parque foi criado com objetivo de preservar a fauna e a flora, todo o ecossistema da Ria mas se esqueceram que aqui havia pessoas e quando eles perceberam que tinha uma comunidade aqui, estas pessoas eram intrusos e era pra correr com eles, e a partir daí a população começou a ter um espírito mais reivindicativo (moradora, 54 anos, entrevista realizada no ano de 2019).

Agier (2015) tem como ponto de partida a vinculação entre etnografia das margens e antropologia da cidade para retratar “uma dinâmica, uma dialética, uma relação necessária e, por fim, certa continuidade entre a marginalidade e a centralidade em si”. A construção da cidade, pelos grupos que a habitam, é um contínuo “fazer” que revela a “necessidade humana de fundação e refundação permanente dos lugares” por meio da construção e reprodução, material e virtual, dos discursos fundacionais e representativos (2015, p. 483;493).

A Culatra foi ocupada por questões de sobrevivência, mesmo pra matar a fome, foram ficando, foram trabalhando, foram constituindo família e o espírito reivindicativo veio muito mais tarde, quando se aperceberam que este território estava para ser retirado, e a partir daí começa a luta, a luta pelo reconhecimento da comunidade, o direito ao território, o direito à habitação, o direito à água, o direito à eletricidade, o direito à saúde, eram os direitos todos, os direitos básicos da sobrevivência” (moradora, 54 anos, entrevista realizada no ano de 2019).

É por este ângulo que Agier (2015) se dedica ao “fazer-cidade”, um movimento contínuo que preenche e dá forma ao “direito à cidade” dos cidadãos. Na tentativa de nos aproximar das especificidades, conflitos e convergências presentes na agenda política dos culatenses, ousamos parafrasear Agier e pensar a partir do movimento contínuo, múltiplo e atemporal de “fazer-ilha” e do “direito à ilha” reivindicado por um grupo à margem, mas que entrelaça e centraliza a sua refundação permanente as questões sociais, políticas e ambientais globais.

Este duplo movimento, que se retroalimenta, de “fazer-ilha” e do “direito à ilha” é uma constante para os culatenses desde os tempos das primeiras ocupações motivadas pelas campanhas de pesca sazonais, passando pelas lutas travadas a partir da incorporação do território a áreas de preservação ambiental, nas décadas de 1970 e 1980, e que se adensam

consideravelmente com o surgimento do *Dia da Ilha*. O marco estabelecido em julho de 1987 deu voz a uma série de reivindicações, da comunidade identitária culatrense, que ressoam durante as três décadas seguintes (1987-2017), tornando viável a iminente “virada ecológica” fundada nas representações ecossustentáveis e as iniciativas de experimentação e exploração do território, facilitadas por novas políticas de economia circular e sustentabilidade, que têm como marco a implementação do projeto Culatra 2030, no ano de 2019.

Pelo exposto até aqui, podemos arriscar um palpite de que a sustentabilidade, e todo o seu repertório, que vem sendo incorporado gradativamente ao novo projeto de (re)configuração da comunidade culatrense, doravante “comunidade energética sustentável”, opera basicamente em dois sentidos. Por um lado, podemos pensá-la como uma nova linguagem para falar de cultura e, quiçá, do patrimônio cultural associado ao lugar da Culatra. Ao mesmo tempo em que se apresenta como uma solução necessária para viabilizar e legitimar toda a (re)construção da narrativa secular que os acompanha até a contemporaneidade.

Por fim, pode ser interessante tomarmos como exemplo outro contexto etnográfico em que a questão identitária também está no cerne, para tecer algumas breves considerações no que diz respeito aos modelos de participação política encontrados na Culatra. Vejamos a discussão acerca dos povos indígenas no Brasil e, mais especificamente, o seu exercício de autodeterminação explorado por Garcia (2018). O autor, que se ancora no que chamou de “as quatro dimensões do exercício da autodeterminação”, a saber: consciência identitária, autonomia, participação e consulta, se dedica à análise destes quatro elementos na vida de povos indígenas em que, tal qual para os culatrenses, a sua pertença, e por extensão os direitos a eles associados são postos em xeque.

a consciência identitária como o direito dos povos indígenas de serem e dizerem quem são, de forma individual e coletiva, com o reconhecimento pleno do Estado e da sociedade nacional em relação às suas identidades e direitos; a autonomia como direito de viver como desejam em seus territórios, de acordo com as suas instituições, formas de governo e projetos de futuro; a participação como o direito dos indígenas de acessar espaços de deliberação não só nos assuntos que lhes dizem respeito diretamente como também naqueles referentes à sociedade como um todo, na medida em que são integrantes e cidadãos plenos dos Estados em que vivem; e, por fim, a consulta enquanto o direito à informação, diálogo e decisão sobre ações administrativas e legislativas que possam impactá-los diretamente (Garcia 2018, p. 52) (grifo meu).

Neste sentido, pode-se pensar que foi a partir de uma tomada de consciência identitária que a organização dos culatrenses, enquanto sujeitos políticos, foi se viabilizando. Ao mesmo tempo em que engendrou um desejo latente de autonomia em relação às formas de viver e estar em seu território. A partir deste marco, as dimensões de participação e consulta ganham também atenção e se expressam por meio das crescentes reivindicações, que acompanhamos no decorrer desta tese. Foi a partir da necessidade de negociar e mitigar conflitos que a participação política aparece, de diversas formas, seja pelo gatilho acionado pelos sucessivos boicotes aos pleitos eleitorais (e que ainda reverberam pelos núcleos habitacionais vizinhos), seja pelo contínuo enfrentamento aos órgãos estatais com jurisdição na ilha, encampadas pelas representações associativas dos culatrenses nas últimas décadas, seja pela alianças tecidas, bem como pela adesão à iminente “virada ecológica” em curso.

Considerações finais

No decorrer deste trabalho, as narrativas locais nos conduziram a memórias, histórias e pormenores da constituição processual e dinâmica da identidade territorial daquela que se autodenomina “comunidade culatrense”. Um grupo de pessoas, majoritariamente descendentes do fluxo migratório, pescadores em busca de trabalho consoante a sazonalidade das espécies de peixes para captura no mar, no final do século XIX, momento em que as armações de sardinha e atum eram abundantes pela costa sul portuguesa.

O arraial da Culatra era uma dessas paragens temporárias, cuja estada implicava encontrar soluções às questões básicas à sua sobrevivência. Em um primeiro momento, a alimentação, bem como a instalação de acampamentos para proteção contra as intempéries enfrentadas. Foi a partir da gradual apreensão e domínio das inúmeras condicionantes naturais, encontradas naquele espaço, e às quais estavam sujeitos, que aqueles pescadores foram se revelando também exímios artesãos, moldando e transformando a sua matéria prima (o espaço não habitado) no lugar da Culatra. Aqui, um duplo movimento acontece e se retroalimenta: a construção empírica deste conhecimento acerca das condicionantes e dos mecanismos morfodinâmicos daquele espaço, expresso pelo vai e vem das marés, viabiliza o pertencimento e a produção social do lugar da Culatra.

O recurso narrativo usado para transmissão oral entre as gerações se traduz em um processo de triagem, compreensão e reordenamento, que embora pautado no presente, abre espaço para a concepção das experiências e dos eventos, não só daquele que narra, mas também de uma coletividade. Neste sentido, o passeio das narrativas pela linha do tempo, revelam - ao retroceder ou avançar - às camadas identitárias presentes na construção de pertencimento e expressas na atual, e sempre dinâmica, identidade comunitária culatrense. Desde a ótica do patrimônio cultural, temos não apenas o conjunto de saberes e práticas, descritas ao longo desta tese, como também as próprias narrativas oralizadas à volta da ocupação e construção do lugar da Culatra, e que se constituem como um patrimônio cultural imaterial dos culatrenses.

Demos a conhecer as formas estratégicas de ocupação e gestão do território que denominamos de modelo casa-território-família fundado à época em que a fixação de moradia dependia não só das condições favoráveis à pesca, mas igualmente de um conhecimento do ambiente, dos materiais disponíveis e das possíveis mudanças atinentes à natureza da ilha. Este modelo, em contraposição às intervenções externas decorrentes das políticas estatais de ordenamento do território, vem atender à necessidade de estabilização dos espaços disponíveis a potenciais expansões que se operacionalizam por meio da prática de extensão das margens, dilatadas e liminares, do núcleo habitacional familiar. Perceber as formas de construção autóctones da Culatra é entender a centralidade das narrativas locais contidas no processo de consolidação do lugar da Culatra enquanto espaço habitado.

Seus barcos são tão importantes como suas casas e assim como elas foram se transformando ao longo dos séculos, a fim de corresponder às dinâmicas desenhadas aos modos de estar e viver na ilha. Foram do arraial ao segundo andar, das velas ao motor de combustão e agora almejam a produção de energia solar, quer para os barcos quer para as casas, ambos indispensáveis à continuidade das práticas, saberes e fazeres culatrenses, um desejo que expressa o novo mote identitário: “comunidade energética sustentável”.

Em suma, durante o desenvolvimento desta tese, vimos que as narrativas locais que permeiam a construção da identidade culatrense se ancoram em três momentos, em um movimento contínuo e central na sua história: as narrativas à volta do processo de ocupação territorial, seguida das formas de organização social, bem como suas conquistas comunitárias e, por último, na abertura para o diálogo externo e a negociação dos termos dos conflitos de toda a ordem, tal como o ambiental.

Por outro lado, percebemos que a identidade culatrense, embora territorializada, não está tão pouco restrita ao perímetro da ilha, ela é uma ideia que transborda os limites físicos e rompe fronteiras geográficas. Tal qual um polvo, cujos tentáculos se estendem para outros domínios, a identidade comunitária culatrense não fica restrita, ela circula, se abre, se expande e se molda às condições e aos elementos que lhe vão sendo viabilizados. São muitos os tentáculos que movem e expandem os domínios da identidade comunitária culatrense, sempre em (re)construção, quer pelos saberes e práticas associados à pesca e que permitem a circulação pela Ria e pelo mar, quer pela religiosidade que os liga a Olhão e que ainda lhes conferiu o reconhecimento de património cultural imaterial, quer pelo conjunto destes tentáculos que se convertem em força motriz para as alianças, articulações e reivindicações políticas, sempre em curso.

Por fim, uma distinção entre o coabitar - possibilitado pela experiência de investigação no terreno - e o pertencer – possibilitado pela construção processual da identidade comunitária – revela-se pertinente. Coabitar é possível, mas sempre temporário, provisório e incompleto, ao passo que pertencer é algo que não se pode apreender, mesmo quando estamos sintonizados pelo mesmo ritmo, tal qual faz a influência da maré, há substancial diferença entre compreender e viver os fenômenos sociais que descrevemos.

Referências Bibliográficas

- AGIER, Michel, 2001. Distúrbios identitários em tempos de globalização. *Mana*. outubro 2001. vol. 7, no. 2, p. 7–33. DOI 10.1590/s0104-93132001000200001.
- AGIER, Michel, 2015. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana: Estudos de Antropologia Social* [em linha]. 2015. vol. 21, no. 3, p. 483–498. [Acesso em 3 junho 2021]. DOI 10.1590/0104-93132015v21n3p483. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p483>
- AMORIM, Vanessa Iglésias, 2018. Aleatoriedade e incerteza na comunidade piscatória de Setúbal. *Mares e litorais: Perspetivas transdisciplinares* [em linha]. 2018. vol. 1, no. Tomo VII da Rede BRASPOR, p. 147–157. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/22814>
- ANDERSON, Benedict, 2008. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras. ISBN 9788535911886.
- ANÍBAL, J. e SPRUNG, Martin, 1998. Dynamics of green algae and its associated fauna in the Ria Formosa: is herbivory important? *Actas do 1º Simpósio interdisciplinar de processos estuarinos* [em linha]. 1998. P. 1–2. [Acesso em 6 março 2021]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.1/3442>
- AUGÉ, Marc, 2001. *Não-Lugares: Introdução a um antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus. ISBN 85-308-0291-8.
- BAUMAN, Zygmunt, 2003. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar. ISBN 9788571106994.
- BERNARDO, Paula, BASTOS, Rosário e DIAS, João M. Alveirinho, 2002. Historic Roots for Barrier Island Occupation in the Ria Formosa. Em: . Porto: EUROCOAST. 2002. p. 91–94.
- BERNARDO, Paula e DIAS, João, 2003. História da ocupação das ilhas barreira da Ria Formosa. Em: [em linha]. 4º Simpósio sobre a Margem Ibérica Atlântica. 2003. p. 189–190. [Acesso em 9 fevereiro 2021]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237507482_Historia_da_ocupacao_das_ilhas_barreira_da_Ria_Formosa
- BEYER, Peter, 2007. Globalization and Glocalization. Em: *The Sage Handbook of the Sociology of Religion*. London: Sage Publications Ltd. p. 98–117. ISBN 978-1-4129-1195-5.
- BONANÇA, João Francisco, 2015. *A Revolta dos ilhéus: História das Ilhas Armonia – Culatra 1974-2015*. Loulé: Gráfica Comercial.
- BORTOLOTTI, Chiara, 2017. Patrimônio e o futuro da autenticidade. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 2017. no. 36, p. 23–37.
- BOURDIEU, Pierre, 2007. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, Porto Alegre: Edusp,Zouk. ISBN 9788588840683.
- BRITO, Raquel Soeiro de, 1960. *Palheiros de Mira: formação e declínio de um aglomerado de pescadores*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

- CABREIRA, Tomás, 1918. *O Algarve económico*. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva.
- CARDOSO, Vânia Zikán, 2007. Narrar o mundo: Estórias do “povo da rua” e a narração do imprevisível. *Mana: Estudos de Antropologia Social*. 2007. vol. 13, no. 2, p. 317–345. DOI 10.1590/s0104-93132007000200002.
- CARMINDA, Cavaco, 1977. *O Algarve Oriental*. Faro: CCRA.
- CASTELLS, Alicia Norma Gonzalez de, 2008. Registro do patrimônio Imaterial: Inclusão Social pela porta da Cultura. Em: *Diálogos transversais em Antropologia*. Florianópolis: PPGAS - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFSC. p. 115–123. ISBN 9788560501038.
- CAVALCANTI, Mariana, 2009. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 2009. vol. 24, no. 69, p. 69–80. DOI 10.1590/s0102-69092009000100005.
- CCDR ALGARVE - COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE, 2015. *RIS3 Algarve – Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente*. 2015. Faro.
- CEIA, Filipe Rafael dos Santos, 2007. *Vulnerabilidade das Ilhas-Barreira e Dinâmica da Ria Formosa na Óptica da Gestão* [em linha]. Faro: Universidade do Algarve. [Acesso em 9 fevereiro 2021]. Disponível em: <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/671>
- CEIA, Filipe Rafael dos Santos, 2009. Vulnerabilidade das Ilhas-Barreira e Dinâmica da Ria Formosa na Óptica da Gestão. *Revista de Gestão Costeira Integrada* [em linha]. 2009. vol. 9, no. 1, p. 57–77. DOI 10.5894/rgci159. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3883/388340125005.pdf>
- CERTEAU, Michel, 1998. *A Invenção do Cotidiano - Certau*. Petrópolis: Vozes. ISBN 85-326-1148-6.
- CLIFFORD, James, 2011. *A experiência etnográfica, antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. ISBN 9788571082137.
- CORBIN, Alain, 1989. *O Território do Vazio: A Praia e o Imaginário Ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras. ISBN 85-7164-072-6.
- COSTA, Paulo Ferreira da, 2013. O Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial: da prática etnográfica à voz das comunidades. Em: *Atas do Colóquio Internacional “Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul: percursos, concretizações, perspectivas”* [em linha]. Direção-Ge. Lisboa. p. 93–116. ISBN 978-989-8052-42-1. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/dgpc/Políticas_Publicas_para_o_Patrimonio_Imaterial_na_Europa_do_Sul_DGPC_2013.pdf
- COUTINHO, Valdemar, 2008. *Culatra, uma comunidade de pescadores e mariscadores*. Faro: Associação dos Moradores da Ilha da Culatra.
- DELGADO, Manuel, 1999. *El animal público: hacia una antropología de los espacios urbanos*. Barcelona: Anagrama. ISBN 8433905805.
- DELGADO, Manuel, 2007. *Sociedades movedizas: Pasos hacia una antropología de las*

calles. Barcelona: Anagrama. ISBN 9788433962515.

DIAS, Jorge, 1961. *Ensaio etnológicos*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais.

DIEGUES, Antonio Carlos, 1995. *Povos e Mares: leituras em sócio-anthropologia marítima*. São Paulo: NUPAUB-USP.

DIEGUES, Antônio Carlos, 1998. *Ilhas e Mares: Simbolismo e imaginário*. São Paulo: HUCITEC. Conceito de maritimidade, entendido como um conjunto de várias práticas (econômicas, sociais e, sobretudo simbólicas) resultante da interação humana com um espaço particular e diferenciado do continental: o espaço marítimo. A maritimidade não é um conceito ligado diretamente ao mundo oceânico enquanto entidade física, é uma produção social e simbólica.

DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 2021. *INPCI - Inventário Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial Festa em Honra da Nossa Senhora dos Navegantes - Ilha da Culatra* [em linha]. 2021. Lisboa: Direção-Geral do Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/InventarioNacional/DetalleFicha/613?dirPesq=0>

DOMINGUEZ, Maria Eugenia, 2020. Um lugar onde se achar: deslocamentos espaciais e rituais entre os guarani do Chaco boreal paraguaio. *Revista de Antropologia* [em linha]. 23 junho 2020. vol. 63, no. 2 SE-, p. 1–18. DOI 10.11606/1678-9857.ra.2020.157328. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/157328>

ELIAS, Nibert e SCOTSON, John, 2000. *Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. ISBN 9788571105478.

FAVRET-SAADA, Jeanne e SIQUEIRA, Paula, 2005. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. *Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)* [em linha]. 30 março 2005. vol. 13, no. 13 SE-, p. 155–161. DOI 10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263>

GARCIA, Thiago Almeida, 2018. Consciência identitária, autonomia, participação e consulta : caminhos para superação de práticas coloniais. *Revista de Estudos em Relações Interétnicas | Interethnica*. 2018. vol. 21, no. n.2, p. 36–65. DOI 10.26512/interethnica.v21i2.12240.

GENNEP, Arnold Van, 1978. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes.

GIDDENS, Anthony, 1991. *As consequências da modernidade* [em linha]. ISBN 8571390223. Disponível em: <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:No+Title#0>

GONÇALVES, José Reginaldo Santos, 2005. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*. 2005. vol. 11, no. 23, p. 15–36. DOI 10.1590/s0104-71832005000100002.

GUPTA, Akhil e FERGUSON, James, 2000. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. Em: *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus. p. 30–49.

HALL, Stuart, 2006. *A identidade Cultural na pós-modernidade*. 11°. Rio de Janeiro: DP & A

editora. ISBN 8574904023.

HALL, Stuart, 2014. Quem precisa de identidade? Em: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes. p. 103–133.

HANNERZ, Ulf, 1999. Os limites de nosso auto-retrato. *Antropologia urbana e globalização. Mana*. 1999. vol. 5, no. 1, p. 149–155. DOI 10.1590/s0104-93131999000100007.

HENRIQUES, Eduardo Brito, 2009. *Distância e conexão: insularidade, relações culturais e sentido de lugar no espaço da Macaronésia*. IAC-Inst. ISBN 9789898225115.

INGOLD, Tim, 2000. *The Perception of the Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge. ISBN 0-203-77426-4.

INGOLD, Tim, 2005. Jornada ao Longo de um Caminho de Vida. *Religião & Sociedade*. 2005. vol. 25, no. 1, p. 72–110.

INGOLD, Tim, 2015. *Estar Vivo: Ensaio sobre Movimento, Conhecimento e Descrição*. Petrópolis: Vozes. ISBN 9788532650526.

JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, 1982. *Etnografia Portuguesa. Vol. IV e VI*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

KENNEDY, Aoife e BOUDALAOUI-BUERESI, Zahra, 2020. *A Luta Contra a Pobreza, a Exclusão Social E a Discriminação* [em linha]. 2020. Parlamento Europeu. Disponível em: www.europarl.europa.eu/factsheets/pt

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara, 2004. El patrimonio inmaterial como producción metacultural. Em: *Museum International. Patrimonio Inmaterial*. Paris: UNESCO. p. 52–67.

LAGROU, Elsje Maria, 1992. *Uma experiência visceral*. 1992. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - UFSC.

LAMEIRA, Francisco, 1993. *Hangares - Apontamentos históricos*. 1993. Faro: Câmara Municipal de Faro.

LATOUR, Bruno, 2012. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador; Bauru: Edufba; Edusc. ISBN 9788523208646 ; 9788574603902.

LEAL, João, 2013. Agitar Antes De Usar: a Antropologia E O Património Cultural Imaterial. *Revista Memória em Rede* [em linha]. 2013. vol. 3, no. 9, p. 1–16. Disponível em: www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede

LEAL, João, 2015. Património Cultural Imaterial, Festa e Comunidade. Em: *Património Cultural Plural*. p. 144–162. .

LEFEBVRE, Henri, 1974. *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos.

LEONARDO, Ana Cristina, 2020. *Culatra, uma ilha com gente dentro*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. ISBN 9789899004160.

LITTLE, Paul E., 2018. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico* [em linha]. 19 fevereiro 2018. vol. 28, no. 1, p. 251–290. [Acesso em 15 maio 2021]. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>

- LOPES, João Baptista da Silva, 1842. *Carta corográfica do Reino do Algarve*. 1842. Lisboa: Acervo da Biblioteca Nacional.
- LOPES, José Sérgio Leite, 2006. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*. junho 2006. vol. 12, no. 25, p. 31–64. DOI 10.1590/s0104-71832006000100003.
- MACHADO, Helena Cristina, 2000. A construção social da praia. *Sociedade e Cultura 1, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia* [em linha]. 2000. vol. 13, p. 201–218. [Acesso em 20 fevereiro 2021]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/13550>
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, 1970. *O Algarve económico durante o século XVI*. Lisboa: Cosmos.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor, 1992. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. *Revista de Antropologia* [em linha]. 1992. vol. 35, p. 191–203. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111360>
- MALINOWSKI, Bronislaw, 1976. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural.
- MANTECÓN, Ana Rosas, 1993. Globalización cultural y antropología. *Alteridades*. 1993. vol. 0, no. 5, p. 79–91.
- MARTINS, Luís, 1997. Baldaque da Silva e a Identificação das Comunidades Costeiras. *Etnográfica*. 1997. vol. I, no. 2, p. 271–293.
- MARTINS, Luis Sousa e BAPTISTA, Maria do Céu, 2010. Abrigar o desejo de igualdade. *Revista Marés*, n.º 59. junho 2010. P. 73–82. pg. 74 artigo sobre a Culatra do Luís Martins
- TRANSIÇÃO DAS CONSTRUÇÕES MADEIRA P/ ALVENARIA Explica a tática de revestir de tijolos por dentro das cabanas
- MATTELART, Armand, 2000. *A globalização da comunicação*. Bauru: EDUSC. ISBN 8586259977.
- MAUSS, Marcel, 2003. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify. ISBN 9788575032299.
- NEVES, Rosa, 2014. *Hangares: A história do primeiro pioneiro residente - Ti Manel Lobisomen*. Volume II. Faro: União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro).
- NUNES, Francisco Oneto, 1999. O Problema do aleatório : da coerção Dos santos ao idioma da inveja. *Etnográfica*. 1999. vol. III, no. 2, p. 271–291.
- NUNES, Francisco Oneto, 2001. A Antropologia Marítima em Portugal – um breve excuroso. Em: *História do Trabalho e das ocupações – Vol. II Setor das pescas*. Lisboa: Celta Editora.
- OIT, 2000. *A Luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal: Experiências do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza* [em linha]. Genebra: Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2007/09/12/000020953_20070912110712/Rendered/PDF/226840PORTUGUE1za20001200101PUBLIC1.pdf

- OLHÃO, A Voz de, 1983. Uma justa aspiração: A Ilha da Culatra passa a fazer parte integrante da paróquia de Olhão. *A voz de Olhão - Suplemento do Quinzenário "O Sporting Olhanense"*. Olhão, 15 setembro 1983. p. 4 número, 270.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando e PEREIRA, Benjamim, 1988. Capítulo 3. Construções de planta quadrangular. Em: *Construções primitivas em Portugal*. Lisboa: Etnográfica Press. p. 189–325.
- OLIVEIRA, Jane Souto de, 2003. “*Brasil mostra a tua cara*”: *imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000* [em linha]. Rio de Janeiro: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [Acesso em 6 março 2021]. ISBN 8524036990. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=22434>
- OOSTERBEEK, Luis, 2012. Princípios da gestão integrada do território. Em: *Gestão Integrada Do Território: Economia, sociedade, ambiente e cultura*. IBIO. Rio de Janeiro. p. 35–62. ISBN 9788560840120.
- OOSTERBEEK, Luis, 2018. Gestão cultural integrada do território: um programa de atuação para as ciências humanas. . 2018. P. 53–61.
- PERALTA, Elsa, 2006. Memória do mar: patrimônio marítimo e (re)imaginação identitária na construção do local. Em: *Patrimônios e Identidades: Ficções Contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora. p. 73–82. ISBN 972-774-233-5.
- PÉREZ, Xerrdo Pereiro, 2009. *Turismo Cultural: Uma visão antropológica*. Tenerife: PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural www.pasosonline.org. ISBN 978-84-88429-13-1.
- PRAÇA, Gonçalo, SENA, Pedro e TOMAZ, Sofia, 2001. *Gestão social dos recursos naturais: As populações piscatórias e viveristas do sotavento alvarvio*.
- RAMOS, L. e DIAS, João A., 2000. Atenuação da vulnerabilidade a galgamentos oceânicos no sistema da ria formosa mediante intervenções suaves (Overwash vulnerability attenuation in ria formosa system through soft interventions). Em: . Faro: 3º Simpósio sobre a Margem Ibérica Atlântica. 2000. p. 361–362.
- RAMOS, Manuel João, 2003. Apresentação. Em: *A matéria do patrimônio: memórias e identidades*. Lisboa: Edições Colibri. p. 7–10. ISBN 9727724396.
- RAMOS, Natália, 2016. Espaços, culturas, identidades e saúde em comunidades marítimas e piscatórias. Mulheres entre praias e marés. *The Overarching Issues of the European Space: Rethinking Socioeconomic and Environmental Problems....* 2016. P. 308–321.
- RAMPINELLI, Waldir José, 2011. Fátima, o salazarismo e o colonialismo. *Lutas Sociais* [em linha]. 2011. vol. 0, no. 25–26, p. 58–71. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/Vol.2526/waldir-jose.pdf>
- RAPOSO, Paulo, 2010. *Por detrás da máscara : ensaio de antropologia da performance sobre os caretos de Podence*. Instituto dos Museus e da Conservação: Instituto dos Museus e da Conservação. ISBN 978-972-776-428-0.
- RIBEIRO, Gustavo Lins, 2006. Antropologias mundiais: para um novo cenário global na antropologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 2006. vol. 21, no. 60. DOI

10.1590/s0102-69092006000100009.

RIBEIRO, Gustavo Lins, 2008. Do nacional ao global: Uma trajetória. *Série Antropologia* [em linha]. 2008. vol. 422, p. 1–53. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie422empdf.pdf>

RODRIGUES, Bernardo, 1915. *Anais de Arzila: crónica inédita do século XVI*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

ROSAS, Fernando, 1989. A crise do liberalismo e as origens da «autoritarismo moderno» e do Estado Novo em Portugal. *Penélope: revista de história e ciências sociais* [em linha]. 1989. no. 7, p. 98–114. DOI 10.14198/ancontemp.1989-1990.7.04. Disponível em: [file:///D:/Meus Documentos/Downloads/Dialnet-ACriseDoLiberalismoEAsOrigensDoAutoritarismoModern-2690767.pdf](file:///D:/Meus%20Documentos/Downloads/Dialnet-ACriseDoLiberalismoEAsOrigensDoAutoritarismoModern-2690767.pdf)

ROTMAN, Monica B, 2006. Património cultural y prácticas artesanales. *ILHA Revista de Antropologia*. 2006. vol. 8, no. 1, p. 97–115.

SAHLINS, Marshall, 1997. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção. *Mana*. 1997. vol. 3, no. 2, p. 103–150. DOI 10.1590/s0104-93131997000200004.

SERUCA, Dorilo, 2000. *As pequenas comunidades piscatórias do Sul - Descoberta de uma realidade*. Lisboa: Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura. ISBN 972-98445-1-8.

SILVA, Luís, 2014. *Patrimônio, ruralidade e turismo : etnografias de Portugal Continental e dos Açores*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. ISBN 9789726713449.

SILVEIRA, Mariela F., 2015. *De quem é o Ribeirão? Imagem, paisagem e identidade em contextos de patrimonialização*. UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

SOUSA, Fernando de, 2000. Portugal e a União Europeia. *Revista Brasileira de Política Internacional* [em linha]. dezembro 2000. vol. 43, no. 2, p. 192–200. [Acesso em 25 maio 2021]. DOI 10.1590/s0034-73292000000200009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/Hb4gpVrS5y53hb3KjwXmj5c/?lang=pt>

SUL, Correio do, 1930. Culatre Sur Mer. *Correio do Sul - Semanário Independente de Informação e propaganda do Algarve*. Faro, 13 setembro 1930. p. número 709, ano 11.

SUL, Correio do, 1931. Culatre Sur Mer. *Correio do Sul - Semanário Independente de Informação e propaganda do Algarve*. Faro, 3 setembro 1931. p. número 759, ano 12.

TAMASO, Izabela, 2006. A expansão do Patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos: outros desafios. *Série Antropologia*. 2006.

TOMÁS, Maria Lúcia Freitas e MARTINS, Noélia José Freitas, 2001. *Os Principais Problemas da Comunidade Piscatória da Ilha da Culatra*. Universidade do Algarve.

TSU, Victor Aiello e GEERTZ, Clifford, 2001. A Mitologia de um Antropólogo, Entrevista de Victor Aiello Tsu com Clifford Geertz. *Revista de Estudos da Religião* [em linha]. 2001. no. 3, p. 126–133. Disponível em: www.pucsp.br/rever/rv3_2001/p_geertz.pdf

VARELA, Raquel e FONTES, Jorge, 2020. A revolução dos cravos e o controlo operário. *Revista Katálysis*. 2020. vol. 23, no. 2, p. 327–337. DOI 10.1590/1982-02592020v23n2p327.

VARELA, Raquel, PAÇO, Antonio Simoes do e ALCÂNTARA, Joana, 2014. A Revolução dos Cravos: revolução e democracia, um debate. *Outros Tempos* [em linha]. 2014. vol. 11, no. 17, p. 212–229. Disponível em:

https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/336/262

VARELA, Raquel e PIÇARRA, Constantino, 2016. A reforma agrária nos campos do sul de Portugal (1975): uma revolução na revolução. *Estudos Ibero-Americanos* [em linha]. 24 novembro 2016. vol. 42, no. 3, p. 1189–1218. [Acesso em 19 maio 2021]. DOI 10.15448/1980-864X.2016.3.22985. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/article/view/22985>

VELHO, Gilberto, 2006. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana: Estudos de Antropologia Social*. 2006. vol. 12, no. 1, p. 237–248. DOI 10.1590/s0104-93132006000100009.

VIEGAS, Susana de Matos e MAPRIL, José, 2012. Mutualidade e conhecimento etnográfico. *Etnografica - Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia* [em linha]. 2012. vol. 16, no. 3, p. 513–524. DOI <https://doi.org/10.4000/etnografica.2104>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/2104>

Sites Consultados

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://apambiente.pt/> .

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <http://www.olhaocubista.pt/index.html> .

BARLAVENTO. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://barlavento.sapo.pt/>.

CCDR ALGARVE COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO ALGARVE. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://www.ccdr-alg.pt/site/> .

CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPEIA JACQUES DELORS. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://eurocid.mne.gov.pt/> .

COMISSÃO EUROPEIA. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://ec.europa.eu/> .

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm .

CULATRA 2030 COMUNIDADE ENERGÉTICA SUSTENTÁVEL. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <http://www.culatra2030.pt/index.html> .

CULATRA'S FISH MARKET. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: https://www.gofundme.com/f/culatras-fish-market?fbclid=IwAR1Qng8ws5osjB3bmyUm_KLaBGjcKU0mcBOP1VD80XQ1win1a4F24HPa1H0 .

DGRM - DIREÇÃO-GERAL DE RECURSOS NATURAIS, SEGURANÇA E SERVIÇOS MARÍTIMOS. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://www.dgrm.mm.gov.pt/web/guest> .

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Home Page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://www.dn.pt/> .

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>

DICIONÁRIO MICHAELLIS. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/> .

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/> .

DRE: DIÁRIO DA REPÚBLICA ELETRÓNICO. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://dre.pt/> .

INTANGIBLE CULTURAL HERITAGE. UNESCO. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://ich.unesco.org/>

ESCOLA AZUL. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://escolaazul.pt/>.

FORMOSAMAR. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://formosamar.com/pt/> .

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN - PROGRAMA CIDAD@S ATIV@S. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://gulbenkian.pt/cidadaos-ativos/programa-cidadaos-ativos/>.

ICNF INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://sig.icnf.pt/portal/home/index.html>

IPHAN INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/> .

IPMA INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://www.ipma.pt/pt/index.html> .

OBSERVADOR. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://observador.pt/> .

MATRIZPCI INVENTÁRIO NACIONAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://matrizpci.dgpc.pt/>

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://www.pcp.pt/> .

POLIS LITORAL RIA FORMOSA. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <http://www.polislitoralriiformosa.pt/polis.php> .

PROGRAMA BAIROS SAUDÁVEIS. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://www.bairrossaudaveis.gov.pt/>

PROGRAMA INTERREG MED. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://interreg-med.eu/>

PROGRAMA OPERACIONAL MAR 2020. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://www.mar2020.pt/>.

PROJETO HYDROUSA. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://www.hydrousa.org/>.

PROPG PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://propg.ufsc.br/> .

PÚBLICO. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://www.publico.pt/> .

REDEPEA REDE DE ESCOLAS ASSOCIADAS DA UNESCO. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://www.peaunescosc.com.br/wp-content/uploads/2021/02/guiamembrosescolasuneso.pdf>

REVISTA PODER LOCAL. Home Page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <http://www.revistapoderlocal.pt/> .

RTP RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL ARQUIVOS. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/> .

RTP RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://www.rtp.pt/> .

SECRETARIADO ENERGIA LIMPA PARA AS ILHAS DA UNIÃO EUROPEIA - CLEAN ENERGY FOR EU ISLANDS. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://euislands.eu/> .

SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <http://www.seg-social.pt/inicio>.

SMILO SMALL ISLANDS ORGANISATION. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://smilo-program.org/>.

SUL INFORMAÇÃO. Home page [em linha]. [Acesso em 2021]. Disponível em: <https://www.sulinformacao.pt/>.